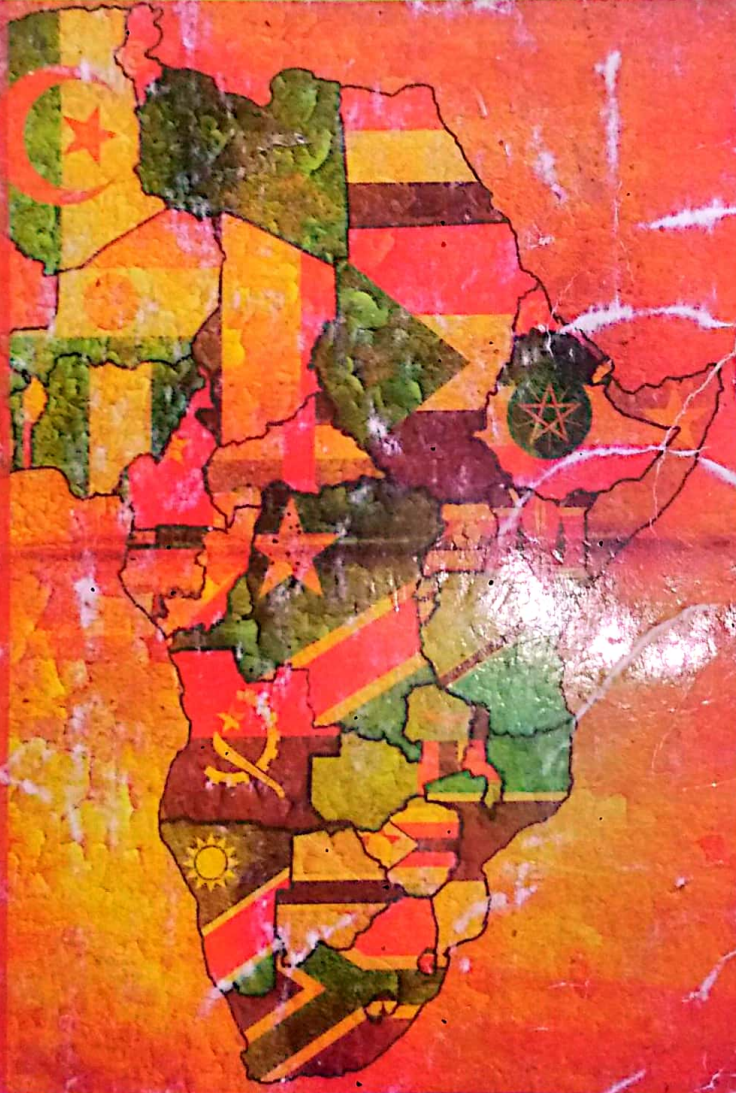


NOVO CURRÍCULO
DO ENSINO SECUNDÁRIO

HISTÓRIA

11

PRÉ-UNIVERSITÁRIO

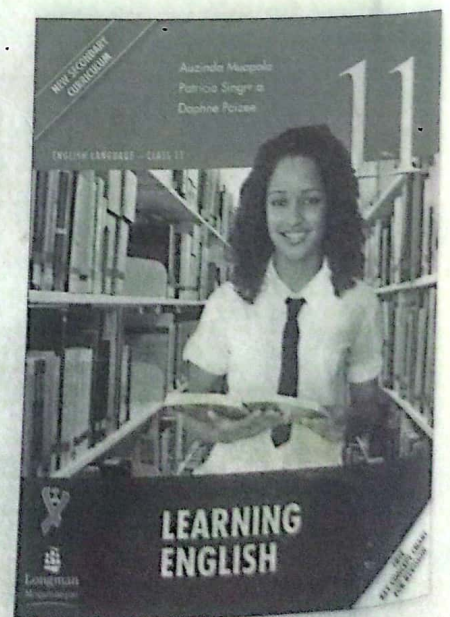
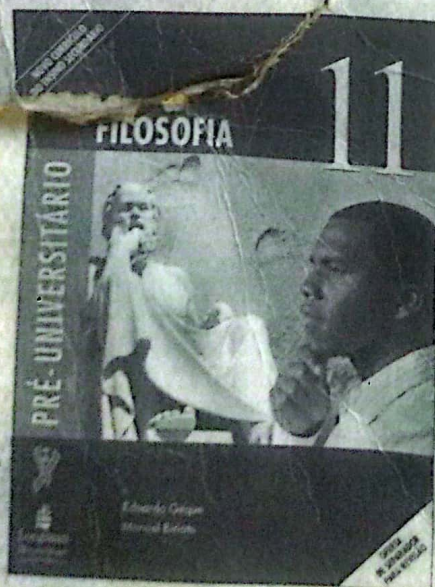
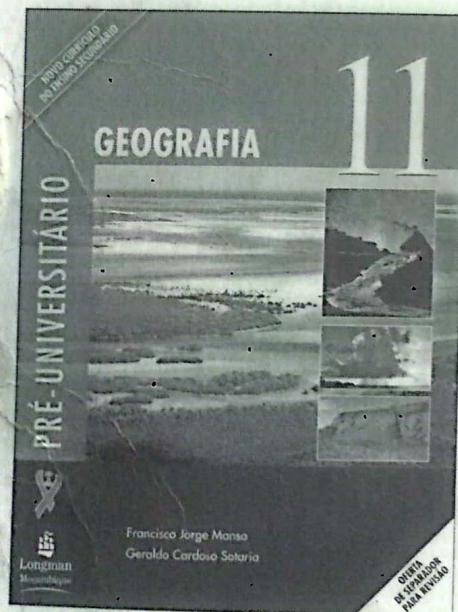
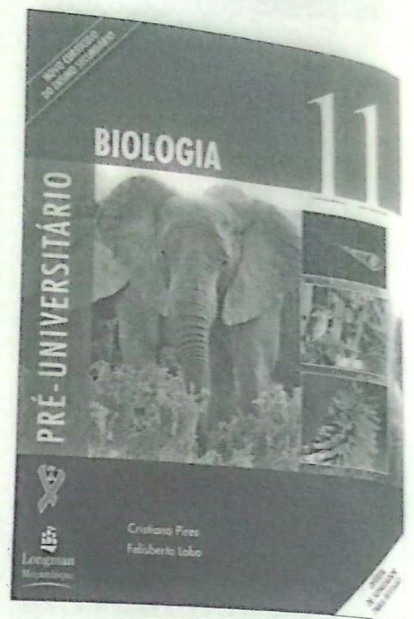
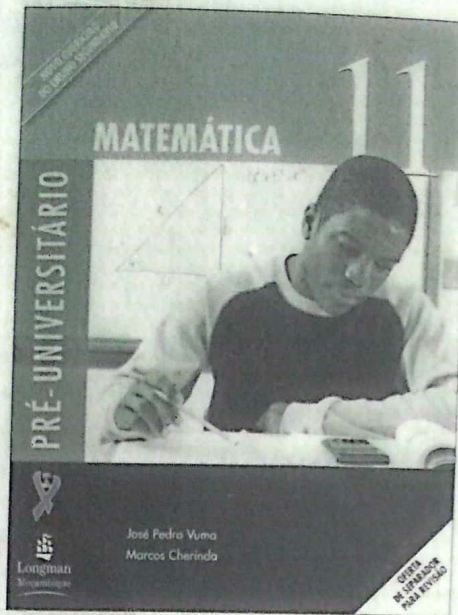
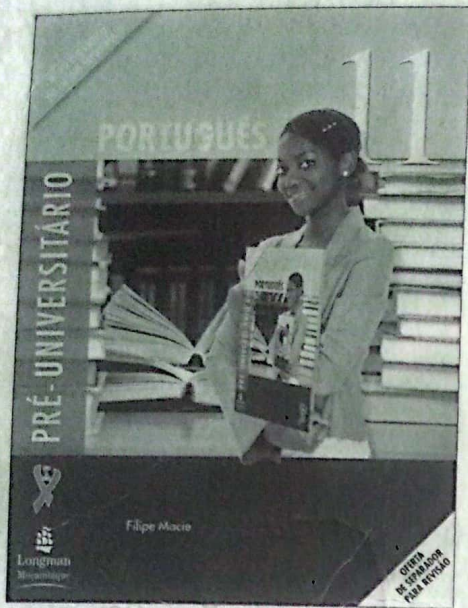


Longman
Moçambique

Erudito Malate
Graziela Tembe
Remané Selimane

OFERTA
DE SEPARADOR
PARA REVISÃO

Títulos disponíveis para a 11.ª Classe

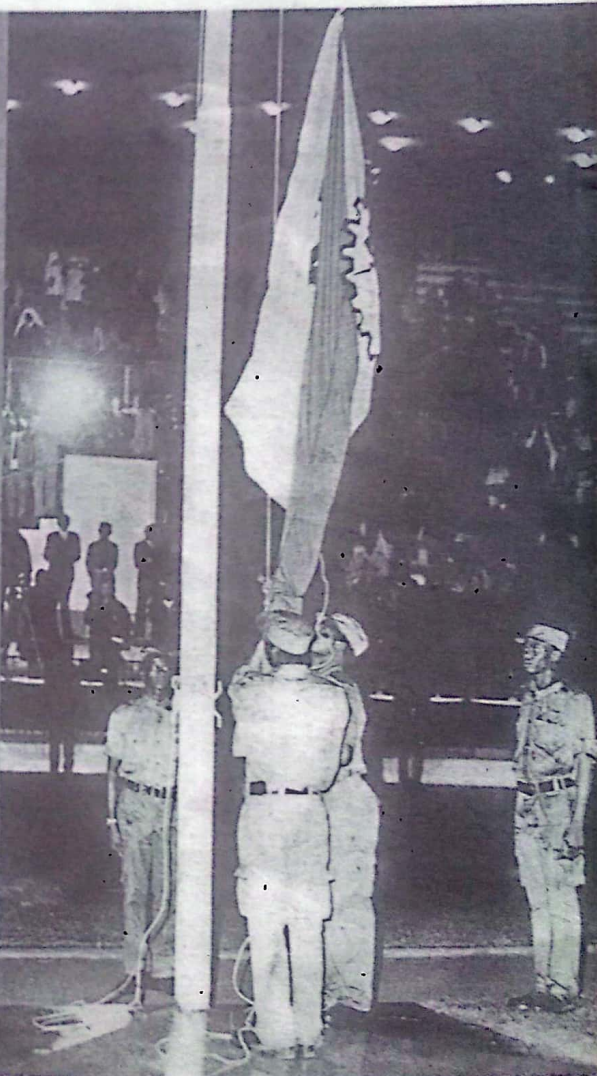


Erudito Malate
Graziela Tembe
Remane Selimane



11

HISTÓRIA



PRÉ-UNIVERSITÁRIO



Longman
Moçambique

Introdução

Caro Aluno e caro Professor,

Decidimos assumir o difícil mas honroso desafio de reunir o material de que nos temos servido para leccionar a História da 11.ª classe, ao longo dos vários anos da nossa experiência, enriquecê-lo e partilhá-lo convosco sob a forma deste manual.

Na sua concepção, procurámos a maior fidelidade possível na abordagem das matérias indicadas pelo Programa da disciplina, tendo em conta os objectivos, conteúdos e resultados da aprendizagem, bem como as competências básicas determinadas.

Com o fim de atingir os objectivos que o Programa propõe, decidimos adoptar uma estratégia de abordagem que intercala a exposição textual e o texto numa perspectiva de diálogo, conducente a reflexões e/ou conclusões sobre as matérias abordadas.

A matéria da 11.ª classe relaciona-se com matérias que já estudaste nas classes anteriores; esta é a razão pela qual essas matérias e as respectivas classes são constantemente referidas neste manual. Sugerimos, pois, que, com a ajuda do teu Professor, faças um esforço no sentido de encontrares sempre essa ligação.

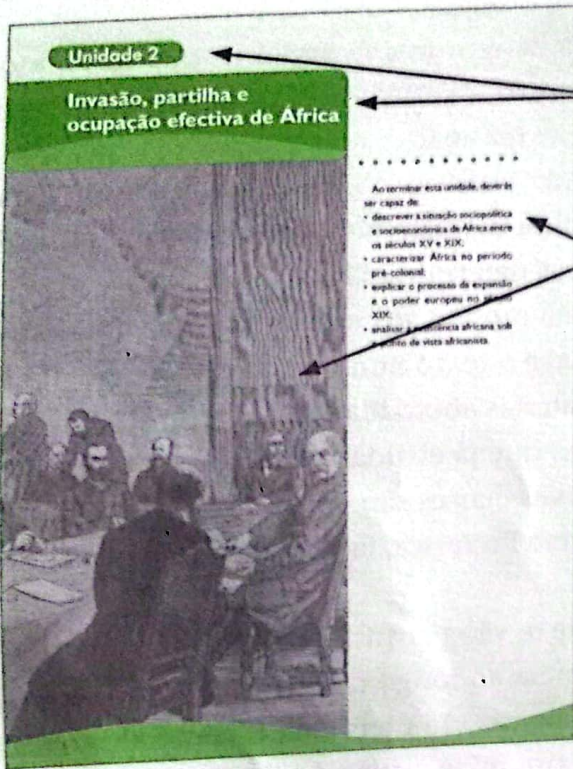
O manual apresenta, na unidade 1, elementos que te vão permitir compreender a História como ciência. Nele aborda-se a evolução desta ciência ao longo dos tempos, bem como as questões metodológicas. Estas ferramentas metodológicas são úteis para ti como aluno e até como cidadão, pois podes usá-las não só para fazer um juízo crítico dos processos históricos sobre a História de África abordados nos restantes capítulos do manual como também para reflectir sobre os acontecimentos em teu redor.

A riqueza deste manual está no seu texto e também em todos os documentos, esquemas, imagens e mapas que o acompanham, permitindo que desenvolvias um trabalho independente, enriquecendo os teus conhecimentos históricos e fomentando em ti o espírito de cidadania.

Os Autores

Estrutura do Livro

O Livro do Aluno de História para a 11.ª classe é composto por cinco unidades didácticas, que apresentam a seguinte estrutura:

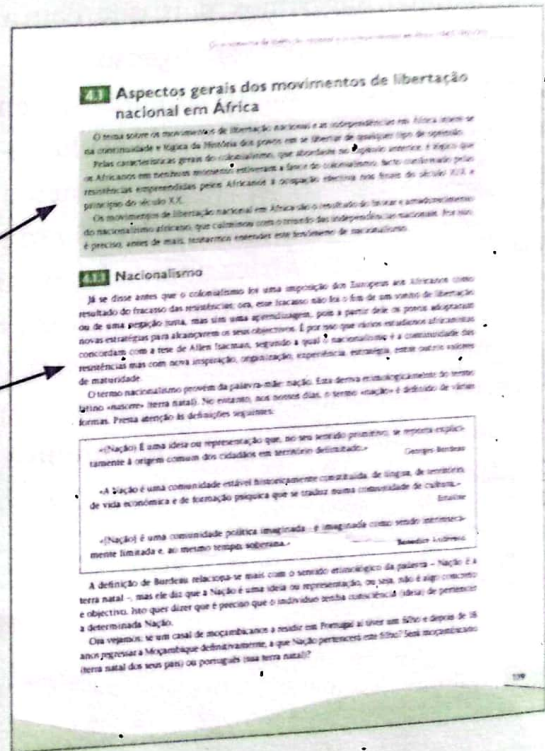


Indicação da unidade e do tema

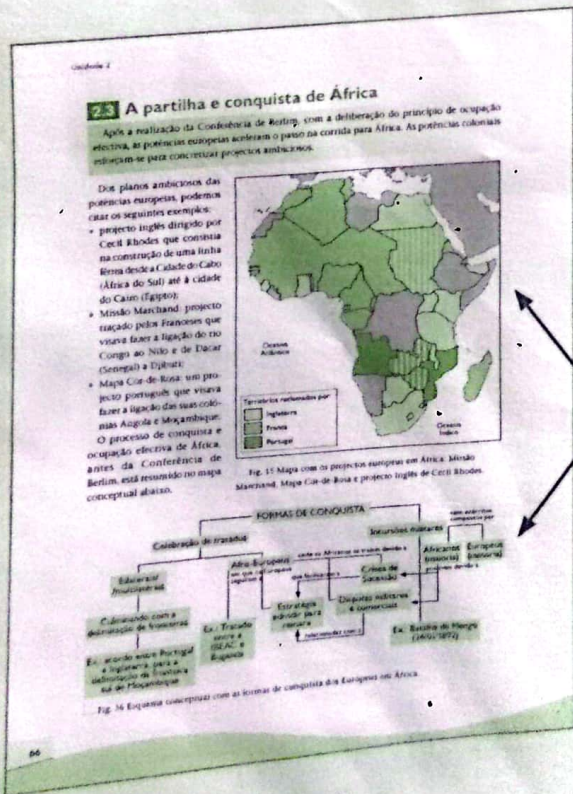
Indicação dos objectivos da unidade, para ajudar a medir o sucesso do trabalho realizado em cada unidade, e imagem motivadora

Textos introdutórios, que apresentam e contextualizam os conteúdos de cada capítulo

Textos informativos, apoiados por citações que exemplificam e complementam as ideias principais



Imagens, mapas, quadros e esquemas conceptuais que exemplificam, explicam e complementam o texto informativo



Caixas de vocabulário que facilitam a consolidação dos conteúdos

Actividades que permitem aplicar os conhecimentos adquiridos

Vamos relembrar...

- Neste capítulo, abordámos «Os Problemas Africanos de Hoje», onde começámos por apontar os principais desafios que os países africanos enfrentam no período pós-independência, nomeadamente a construção do Estado, a edificação da nação e a promoção do desenvolvimento económico.
- Na transição da OUA para a UA, constatou-se que o principal objectivo da OUA era a conquista das independências, uma vez que foi criada num contexto de dominação colonial. Esta organização foi criada em 1963, na capital da Etiópia, Addis Ababa. Como fundadores podem destacar-se figuras como Kwame Nkrumah, Hele Selassie e Jomo Kenyatta. Desta organização fizeram parte todos os países de África, excepto a África do Sul, até à queda do regime do Apartheid.
- A transição para a UA iniciou-se na década de 90, quando a OUA cumpriu com o seu objectivo, que era a conquista das independências. Um dos antecedentes que concorreu para a criação da UA foi o Tratado de Abuja (1991), que estabelecia a Comunidade Económica Africana (CEA). Este tratado demonstra o novo objectivo dos Estados africanos, que é a luta para a redução da dependência externa, uma vez que a globalização constitui o novo contexto. Em 1999, realizou-se a Cimeira de Sirte, na qual se estabeleceu a União Africana, que só veio a ser apresentada oficialmente em 2002, na Cimeira de Durban. Desta organização fazem parte todos os países de África, excepto Marrocos, devido à questão do Sara Ocidental.
- Neste capítulo abordou-se também a evolução dos Estados africanos desde a conquista da independência, que, grosso modo, optaram por regimes de partido único. Na evolução dos Estados, uns conheceram alguma estabilidade, mas outros viveram muita instabilidade, que em alguns casos perdura até aos nossos dias. Procuramos agrupar as causas desta instabilidade como sendo resultado do fracasso dos governantes e dos povos na prossecução dos desafios apresentados no primeiro parágrafo. Destacaram-se algumas zonas de tensão, como é o caso do Sudão, Marrocos, Chade e Congo.
- Na parte final do capítulo, abordou-se a transição da SADCC para SADC. O contexto em que esta organização surgiu e os seus objectivos são equiparáveis aos da OUA e UA, respectivamente. No entanto, a SADCC e a SADC desenvolveram-se no âmbito da África Austral.

Auto-avaliação
Questionários, exercícios de escolha múltipla, etc., permitindo verificar a aquisição dos conhecimentos

Para evitar esta confusão de percepção dos conceitos de Estado e Nação, muitos autores preferem actualmente designar esta realidade por Estado-nação. É também por isso que em muitos dicionários de língua portuguesa, Nação é sinónimo de país, que, no sentido comum, também é sinónimo de Estado.

O conceito de nacionalismo também deve ser visto como um sentimento de amor e compromisso generalizado de um determinado povo (nação), em relação aos interesses considerados nacionais. A expressão máxima do sentimento nacionalista é a possibilidade de os membros da Nação sacrificarem as suas vidas pelas causas nacionais.

Deste modo, deve distinguir-se o nacionalismo europeu, que emergiu nos finais do século XIX, do nacionalismo africano, que surgiu como contrário dos movimentos proto-nacionalistas, concretizando-se após a Segunda Guerra Mundial (1945), e que se caracterizou pelo renascimento da personalidade e identidade africanas.

Vocabulário

Estado – Comunidade independente, organizada política e juridicamente de forma permanente, em determinado território, cuja soberania depende, porém, do reconhecimento de outros Estados.

Nacionalismo – Ideologia que exalta a Nação, o seu passado, as suas qualidades, as suas ambições, visando garantir a coesão e a unidade de um povo.

Proto-nacionalismo – Nacionalismo embrionário; origem dos movimentos nacionalistas em África. Nos movimentos proto-nacionalistas ainda não se reivindicava as independências nacionais, mas sim a igualdade social entre indivíduos de diferentes raças nos espaços coloniais.

Actividades

1. Observa o mapa ao lado e, com base nele, responde às perguntas que se seguem.
 - 1.1 Tendo em conta a definição de Nação apresentada por Estaline, na tua opinião, existem em Moçambique várias nações étnico-linguísticas ou apenas uma única nação moçambicana? Justifica a tua resposta.
 - 1.2 Por que razão os autores preferem actualmente usar o conceito de Estado-nação ao invés de Estado ou Nação?
 - 1.3 Identifica pelo menos três exemplos de acções que o Estado moçambicano tenha realizado para consolidar a moçambicanidade (nação moçambicana).
2. Distingue o nacionalismo africano do europeu.
 - 2.1 Qual é a diferença de nacionalismo e proto-nacionalismo no exemplo de África.
 - 2.2 Menciona três exemplos de manifestações de nacionalismo moçambicano.



Fig. 2 A divisão étnico-linguística de Moçambique

Vamos relembrar...
Resumo dos conteúdos de cada unidade

Auto-avaliação

1. Lê com atenção a seguinte afirmação: «As teorias psicológicas e diplomáticas pretendem acabar com a ideia de que a partilha de África foi por razões económicas.»
 - 1.1 Concordas com este posicionamento? Justifica a tua resposta.
 - 1.2 Explica o conteúdo da teoria da dimensão africana em relação às razões da partilha de África.
2. Identifica os exploradores que realizaram viagens nas seguintes regiões:
 - África do Norte;
 - África Centro-Equatorial;
 - África Oriental;
 - África Austral.

3. A Conferência de Berlim foi realizada na Alemanha entre 1884 e 1885, reunindo as principais potências com interesse em África. Desta conferência lavrou-se uma acta contendo as principais decisões. O texto abaixo refere-se a dois artigos da acta da Conferência de Berlim.

Capítulo VI – Declaração referente às condições essenciais a serem preenchidas para que ocupações novas nas costas do continente africano sejam consideradas como efectivas.

Artigo 34 – A potência que de agora em diante tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora das suas possessões actuais, ou que, não os tendo tido até então, vier a adquirir algum, e no mesmo caso a potência que aí assumir um protectorado, fará acompanhar a acta respectiva de uma notificação dirigida às outras potências signatárias da presente acta, a fim de lhes dar os meios de fazer valer, se for oportuno, as suas reclamações.

Artigo 35 – As potências signatárias da presente acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada.

(Actas da Conferência de Berlim - In Bronschweig, Henri, A Partilha da África Negra (1992))

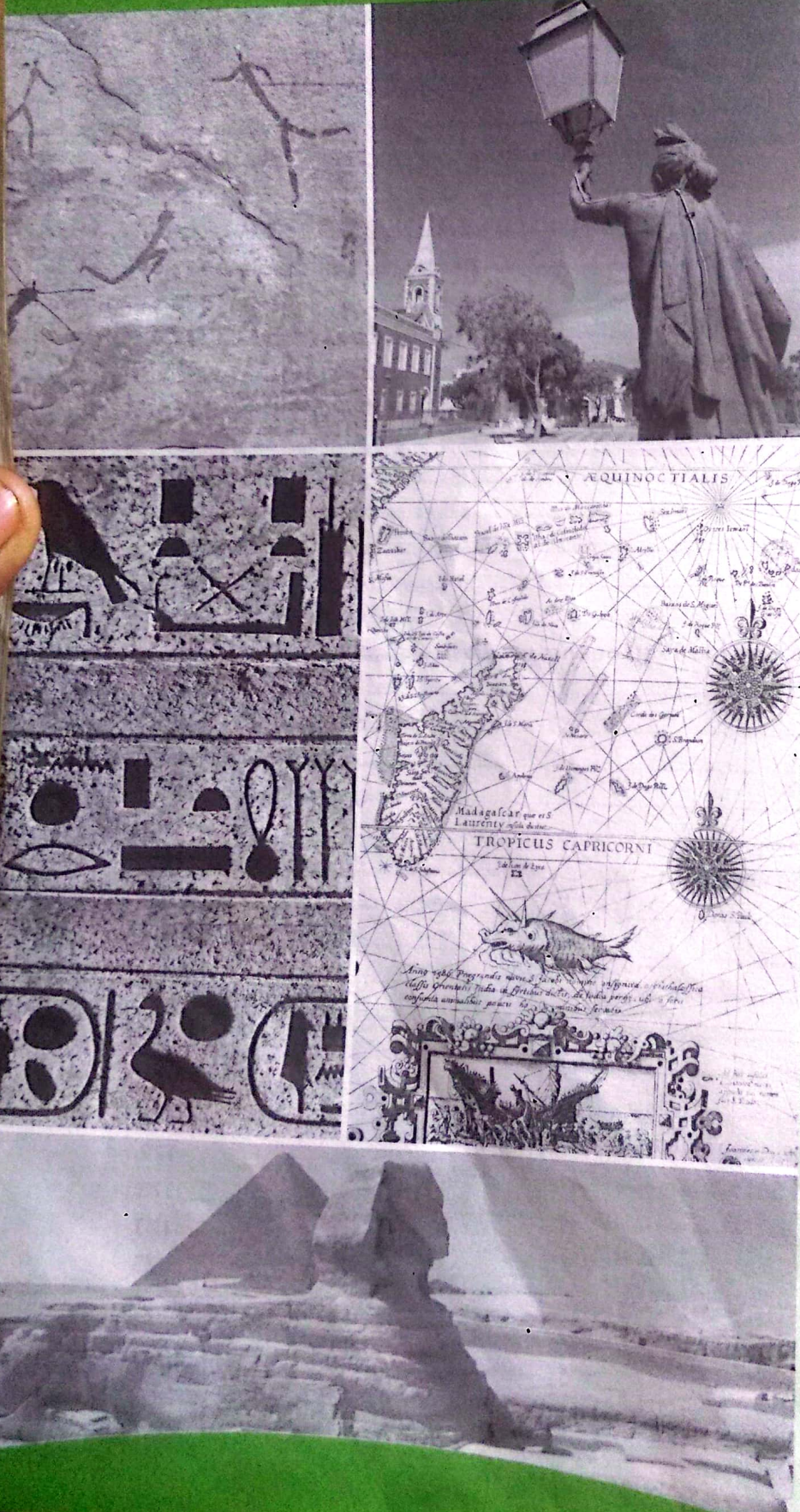
- 3.1 Transcreve, destes artigos, as passagens que se referem ao princípio de ocupação efectiva.
- 3.2 Com base nas tuas transcrições, explica o princípio de ocupação efectiva.

Índice

	Pág.
Unidade 1 Introdução à História	
1.1 Historiografia.....	8
1.1.1 O conceito de História e a evolução Historiográfica até ao século XIX.....	9
1.1.2 A Historiografia dos séculos XIX e XX.....	9
1.1.3 A Historiografia africana.....	33
1.2 Noções Sobre Metodologia e Epistemologia da História.....	39
1.3 Fontes da História.....	45
Auto-avaliação.....	46
	50
Unidade 2 Invasão, partilha e ocupação efectiva de África	
2.1 África entre os séculos XV-XIX.....	52
2.1.1 Características de África entre os sécs. XV e XIX.....	53
2.2 A invasão do continente africano.....	53
2.2.1 Teorias económicas.....	56
2.2.2 Teorias psicológicas.....	56
2.2.3 Teorias diplomáticas.....	57
2.2.4 Teoria da dimensão africana.....	58
2.2.5 As viagens exploratórias.....	60
2.2.6 A Conferência de Berlim e a partilha de África.....	60
2.3 A partilha e conquista de África.....	64
2.4 A resistência africana contra a ocupação europeia.....	66
2.4.1 As causas da resistência.....	72
2.4.2 As formas de resistência.....	72
2.4.3 As consequências da resistência africana.....	74
2.4.4 Exemplos de resistência.....	76
Auto-avaliação.....	77
	86
Unidade 3 África durante o período colonial	
3.1 Características gerais do colonialismo em África.....	88
3.1.1 Formas de administração colonial.....	89
3.1.2 Tipos de colónias: de povoamento, de exploração e protectorados.....	90
3.1.3 A função das colónias para as metrópoles.....	92
3.1.4 A economia colonial.....	96
3.1.5 O impacto da dominação colonial em África.....	97
3.1.6 O significado do colonialismo em África.....	111
Auto-avaliação.....	113
	116

	Pág.
Unidade 4 Os movimentos de libertação nacional e as independências em África (1945-1960/70)	118
4.1 Aspectos gerais dos movimentos de libertação nacional em África.....	119
4.1.1 Nacionalismo	119
4.1.2 Causas do nacionalismo.....	122
4.1.3 O movimento pan-africano e a negritude.....	125
4.1.4 Os grupos motores do nacionalismo africano.....	127
4.2 As potências europeias diante do movimento nacionalista	130
4.2.1 A política inglesa	131
4.2.2 A política francesa	132
4.2.3 A política belga	132
4.2.4 A política portuguesa.....	132
4.3 Os países africanos rumo à independência	134
4.3.1 Independência nos territórios ingleses – Gana.....	135
4.4 O movimento de libertação nacional nos territórios franceses	139
4.5 Os territórios belgas – do Congo ao Zaire.....	142
4.6 As Rodésias e a Niassalândia.....	148
4.6.1 A federação e o nacionalismo.....	148
4.6.2 Os caminhos rumo à independência	150
Auto-avaliação.....	156
Unidade 5 Problemas africanos de hoje (de 1960 aos nossos dias)	158
5.1 A Unidade Africana.....	159
5.1.1 A criação da OUA.....	159
5.1.2 Principais actividades da OUA	162
5.1.3 Da OUA à UA (1963-2002)	163
5.1.4 Objectivos da UA	165
5.2 As principais zonas de tensão em África	166
5.2.1 O Sudão.....	167
5.2.2 Marrocos	168
5.2.3 Chade	169
5.2.4 Congo.....	169
5.3 Da SADCC (1980) à SADC (1992).....	171
5.3.1 Objectivos da SADCC	171
5.3.2 Principais realizações políticas, económicas, sociais e culturais	172
5.3.3 Transformação da SADCC em SADC.....	172
5.3.4 Objectivos da SADC	173
5.3.5 Principais realizações da SADC.....	173
Auto-avaliação.....	175

Introdução à História



Ao terminar esta unidade, deverás ser capaz de:

- definir o conceito de História;
- explicar a evolução do pensamento histórico da Antiguidade até ao século XX;
- caracterizar a Historiografia greco-romana;
- explicar a importância da Bíblia como fonte histórica;
- diferenciar a Historiografia judaica da cristã;
- caracterizar a Historiografia do Iluminismo;
- caracterizar a Historiografia do século XIX;
- explicar o contributo da Escola dos *Annales* para o desenvolvimento do pensamento histórico;
- mencionar representantes de cada corrente historiográfica;
- caracterizar a Historiografia africana;
- identificar o objecto da História;
- referir a importância das fontes históricas na construção do conhecimento histórico;
- distinguir as fontes históricas, destacando as fontes orais;
- descrever os métodos de estudo da História e as suas operações;
- explicar a relação sujeito-objecto na construção do conhecimento histórico;
- reconhecer a relatividade do conhecimento histórico.

1.1 Historiografia

Desde a 4.^a classe tens estudado matérias relacionadas com a história de diversos povos do Mundo, integradas na disciplina de Ciências Sociais. Na 8.^a classe iniciaste o estudo da História como disciplina independente. Percebeste que a história dos povos evoluiu ao longo do tempo, de acordo com as modificações no seu meio circundante, nas suas condições de vida, no relacionamento entre os indivíduos, entre diversos povos e, ainda, entre estes e a Natureza.

Neste primeiro capítulo aprenderás que a própria concepção de História muda ao longo do tempo – assim como o conhecimento de que diferentes povos podem ter diferentes concepções e percepções sobre a própria História, a sua essência, os seus objectos e métodos de estudo, o seu valor e sua importância. Poderás compreender os processos históricos e explicar os acontecimentos do teu meio circundante, através da pesquisa, selecção e organização de informação, da sua transformação em conhecimento e aplicação em novas situações.

1.1.1 O conceito de História e a evolução da Historiografia até ao século XIX

Os conceitos de História e Historiografia

O termo «história» tem origem na palavra grega «*históriê*», que significa investigação ou inquérito. Os Gregos foram os primeiros a utilizar o termo, chamando *histor* ao indivíduo que testemunhou os acontecimentos com os seus próprios olhos.

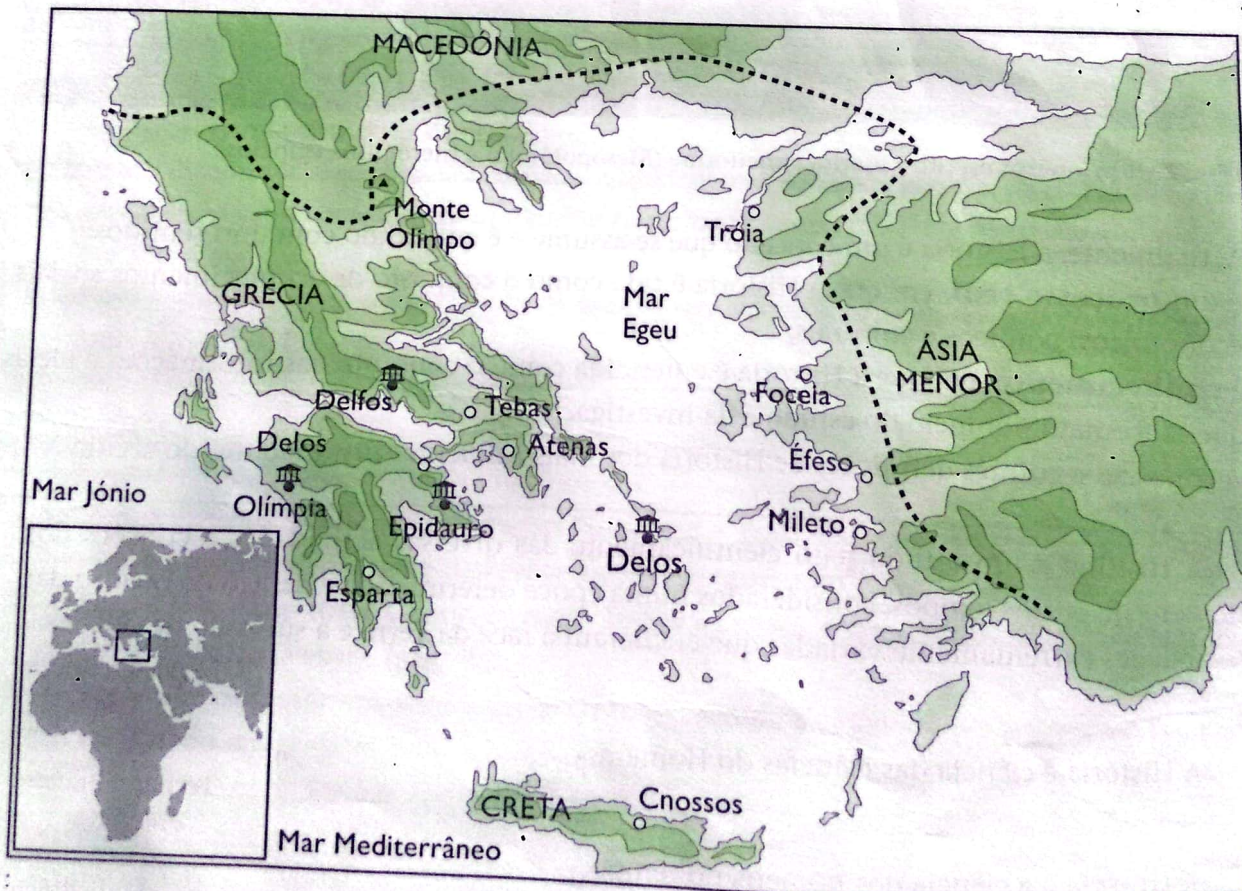
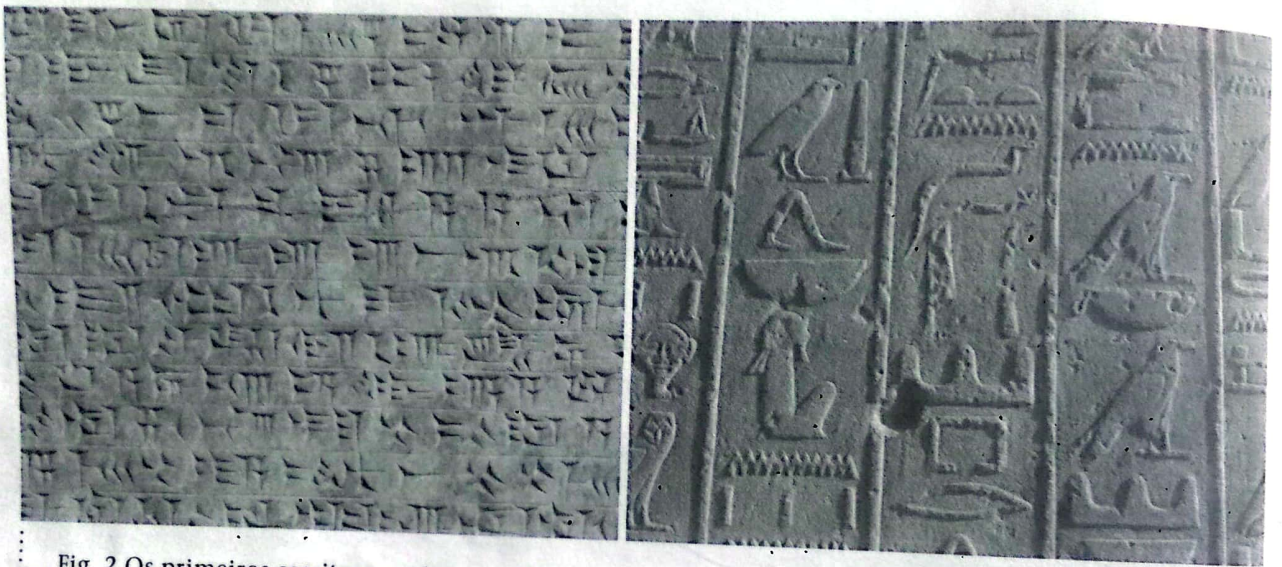


Fig. 1 A Grécia antiga, onde nasceu a História.

Por influência de Heródoto (considerado «o pai da História»), que deu o título de *História* ao resultado das «investigações» sobre as guerras entre os Gregos e os Persas, o termo «História» assumiu o sentido de busca de acontecimentos humanos (feitos do Homem).

A evolução do conceito de História

Actualmente, nós aprendemos e definimos a História como a ciência dos homens no tempo, mas, como outros conhecimentos e disciplinas, a História nem sempre foi tida como *ciência*. De facto, desde o seu surgimento, com a invenção da escrita, cerca do IV Milénio a. n. e. (antes da nossa era) e, durante muitos milénios, a História era um conhecimento baseado em cosmogonias e mitografias (conceitos que abordaremos nas próximas páginas), em géneros literários e noutras formas de documentos, considerados, na actualidade, como não-científicos, ou seja, *acientíficos* ou *pré-científicos*.



..... Fig. 2 Os primeiros escritos: escrita cuneiforme (Mesopotâmia) e hieróglifos egípcios.

- Actualmente, a História é um conceito que se assume e é entendido com dois sentidos:
- é um **processo real**, em que a História é tida como o conjunto de acontecimentos sociais, económicos, políticos e culturais;
 - é **conhecimento**, em que a História é entendida como o conjunto das informações e ideias que se formam por meio do estudo e da investigação.

Vejamos as seguintes definições de História dos mais influentes historiadores do século XX:

«A História é um estudo feito cientificamente das diversas actividades e criações dos homens de outros tempos, considerados numa época determinada e dentro do quadro das sociedades extremamente variadas que encheram a face da Terra e a sucessão das idades.»

Lucien Febvre

«A História é ciência das ciências do Homem.»

Fernand Braudel

«A História é a ciência dos homens no tempo.»

Marc Bloch

Como viste, existem conceitos-chave ou palavras essenciais que são indispensáveis à definição de História, são elas: *Ciência, Homem, Tempo e Espaço*. Conclui-se, deste modo, que **História é a ciência dos homens no tempo e no espaço**. Vejamos:

- ciência – estudo feito cientificamente;
- ciência dos homens – estuda os feitos do Homem na sociedade;
- tempo – situa sequencialmente os acontecimentos históricos e indica por que razão um determinado acontecimento ocorre numa certa altura e não noutra, permitindo compreender o processo histórico;
- espaço – é importante em História, porquanto, além de permitir a localização dos acontecimentos, permite identificar as condições territoriais da sua ocorrência. O meio geográfico exerce uma grande influência sobre os acontecimentos e processo históricos.

Conclui-se que a História pode ser definida de «várias» formas no que respeita à formulação linguística, mas todas as definições têm de ter em conta os conceitos-chave anteriores.

Vocabulário

Documento – Todo e qualquer tipo de vestígio que nos chegou do passado e que testemunha a presença e actividade dos homens de outras épocas, permitindo ao historiador reconstituir a vida desses períodos.

Evento – Nível de tempo histórico que se refere ao acontecimento ocasional, único, efémero, aparentemente independente de outros, que se localiza no tempo curto.

Facto histórico – Produto da relação que os homens estabelecem entre si dentro de determinado tempo e espaço. É algo que marca profunda e qualitativamente uma determinada sociedade, acelerando, mantendo ou até atrasando o seu processo de desenvolvimento. Por exemplo: a independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975; as cheias de 2000, que afectaram algumas regiões de Moçambique, com particular incidência na província de Gaza; a construção da ponte Armando Emílio Guebuza sobre o rio Zambeze, etc.

História – Ciência social que procura conhecer cientificamente o passado humano, na qual as interpretações feitas pelos historiadores valorizam as relações existentes, a todos os níveis, entre o passado e o presente.

Meio circundante – Todo o lugar à volta de onde se vive; diz respeito à esfera social ou moral desse lugar.

Actividades

1. Relê as definições de História da página 10 e, com a ajuda dos teus colegas, procura verificar se se trata de uma abordagem da História como processo ou como conhecimento.
2. À luz dos conceitos-chave *Ciência, Homem, Tempo e Espaço*, analisa criticamente a definição de História de Lucien Febvre (pág. 10).
3. Redige um texto desenvolvendo a importância do estudo da História para ti, para o teu país e para o mundo em geral.

O conceito de Historiografia

Tal como outras áreas de conhecimento (disciplinas ou ciências) possuem a sua história, a descrição do seu surgimento e evolução, a História possui também a sua própria história – é a História da História –, a que se dá a designação de Historiografia. Do ponto de vista linguístico, podem atribuir-se vários sentidos à palavra «Historiografia».

Citamos, de seguida, duas definições de Historiografia:

«Historiografia é a arte de escrever a História ou ainda o estudo histórico e crítico sobre os historiadores.»

Dicionário Prático Ilustrado

«Historiografia é a afirmação, a qualificação de um facto, ou o juízo do que existe.»

Benedito Croce

Dentre os vários aspectos destas definições, deves certamente ter notado que a **Historiografia é a história da História vista de forma crítica**. Em todas as fases da Historiografia há sempre uma apreciação crítica feita pelos historiadores contemporâneos – ou, mais concretamente, das épocas posteriores. Por exemplo, há crítica do positivismo pelo historicismo e pela História Nova pelo facto destas últimas serem posteriores.

A **crítica** é simbolizada, na definição de Croce, pela palavra «juízos», pois, para ele e para muitos outros historiadores, não há Historiografia sem **juízos** (tal como não pode haver História sem juízos), porque, ao suprimirem-se os juízos, suprime-se também a própria Historiografia. Os juízos não devem ser confundidos com a imaginação, de modo a não criar mitos.

Na verdade, os conceitos de História e historiografia estão interligados, na medida em que um investiga o passado e o outro «julga» ou aprecia como esse passado foi apresentado pelo historiador no contexto dos procedimentos (métodos) da História.

A cronologia e a periodização

Como certamente terás notado ao longo de toda a explicação anterior, a palavra e o conceito de tempo é fundamental em História. Deste conceito básico emergem dois outros conceitos fundamentais – a **cronologia** e a **periodização**.

A periodização é o processo de enquadramento dos factos históricos em função do tempo em que os factos ocorreram. A periodização facilita o estudo e a compreensão do processo histórico.

A **cronologia**, por sua vez, consiste no ordenamento sequencial dos factos históricos, de acordo com as datas e/ou períodos da sua ocorrência.

A cronologia e a periodização têm sido áreas de muita divergência entre os historiadores e não só, na medida em que a determinação de períodos históricos é algo não consensual, pois determinados factos históricos são destacados em detrimento de outros, consoante o povo, comunidade ou grupo que avalia, e não existe um calendário universal para todos os povos da Terra.

Não será por acaso que, ao longo da sua existência, a Humanidade tem utilizado vários calendários: são os casos dos calendários cristão, grego, chinês, muçulmano, etc.

Dois tipos de periodização

Na história da Humanidade, podemos encontrar fundamentalmente dois tipos de periodização: a periodização tradicional, ou clássica, e a periodização marxista.

A **periodização tradicional** valoriza o critério político-religioso. Tem sido a periodização mais utilizada, sem que isso signifique que é a mais precisa ou correcta. De uma forma geral, divide-se a História Universal pelos seguintes períodos:

- Pré-História – desde o aparecimento do Homem até ao 4.º milénio a. n. e.;
- Antiguidade (Oriental e Clássica) – do 4.º milénio a. n. e. ao século V;
- Idade Média – do século V ao século XV;
- Idade Moderna – do século XV ao século XVIII;
- Idade Contemporânea – do século XVIII aos nossos dias.

A **periodização marxista** tem subjacente o Marxismo, que estudaste na 9.ª classe. Como sabes, esta teoria teve como ideólogo Karl Marx, no contexto do Movimento Operário Internacional, tendo priorizado a evolução das estruturas económicas ao longo do tempo ou dos modos de produção predominantes. Divide a História Universal pelos seguintes períodos:

- Comunidade primitiva – do aparecimento do Homem ao 4.º Milénio a. n. e.;
- Esclavagismo – do 4.º milénio a. n. e. ao século V;
- Feudalismo – do século V ao século XV;
- Capitalismo – a partir do século XV;
- Socialismo (transição);
- Comunismo.

O uso da periodização marxista tem sido controverso, uma vez que determinados estágios da evolução económica preconizados por Marx (Socialismo e Comunismo) não chegaram a concretizar-se.

Vocabulário

Cronologia – Ordenamento sequencial dos factos históricos, de acordo com as datas e/ou períodos da sua ocorrência.

Idade – Período de tempo histórico de longa duração em que, convencionalmente, se tem dividido a História. Esta divisão da História só se aplica no mundo ocidental, e com diferentes periodizações de um país para o outro, sendo feita a partir de critérios como a forma de vida, a mentalidade, a tecnologia, a organização social, política e económica. Generalizou-se a seguinte sequência: Idade Antiga, ou Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Modos de produção – Conceito usado, em teoria social, como um importante instrumento de análise de sociedades. Este conceito foi usado pela primeira vez por Karl Marx, em 1847, numa obra em que o autor assume a sociedade humana como uma totalidade, fornecendo critérios para a *periodização* da História, ou seja, critérios para a classificação das diferentes épocas históricas. Deste ponto de vista, não se pode confundir esse sentido com o que os economistas clássicos atribuem actualmente a este conceito, em que o termo «produção» apareceria directamente ligado ao seu sentido económico, sendo o seu emprego meramente enumerativo, indicando diferentes ramos de produção: agrícola, artesanal, industrial. Neste caso, o significado seria «maneira de produzir».

Periodização – Processo de enquadramento dos factos históricos em função do tempo em que os factos ocorreram, permitindo uma melhor compreensão do processo histórico.

Actividades

1. Relê as definições da página 12. Com a ajuda do teu professor, relaciona cada definição com abordagens processuais ou de conhecimento que aprendeste.

A Historiografia desde a Antiguidade até ao século XIX

Como se disse anteriormente, a Historiografia é a «história da História». Para melhor compreender, é necessário dividi-la tendo em conta os principais períodos da História. Em cada período, a História foi sendo escrita de forma particular, de acordo com o contexto histórico envolvente.

Na leitura das páginas que se seguem, presta atenção aos seguintes aspectos:

- período historiográfico;
- contexto histórico;
- características da Historiografia;
- principais representantes;
- crítica que se faz às diferentes fases de evolução da ciência histórica.

Historiografia antiga

A Historiografia antiga iniciou-se na Antiguidade oriental, quando a escrita foi inventada pelos Sumérios, sendo o período que marca o início da História e põe fim ao período pré-histórico.

É necessário lembrar que esta concepção é defendida principalmente pela **Historiografia ocidental**.



Fig. 3 As primeiras formas de organização política (cidades-estado) e de registo escrito nasceram na Suméria, por volta de 3500 a. n. e. À esquerda, escrita cuneiforme em estátua dedicada ao deus Ningishzida (2120 a. n. e.) encontrada nas ruínas de Girsu (Irão); à direita, escrita cuneiforme na peça de arte suméria representando um príncipe.

Cosmogonias e mitografias

Os gêneros literários da Historiografia antiga foram as cosmogonias e mitografias.

Cosmogonias: escritos realizados por corporações de sacerdotes, que até essa altura eram transmitidos oralmente de geração em geração. As cosmogonias explicam a formação do Universo pela intervenção de forças sobrenaturais em grande peso, embora também contemplassem a explicação natural. (Ex.: Livro do Génesis, na Bíblia).

Mitografias: relatos de algo fabuloso que se supõe que aconteceu no passado remoto e que é quase sempre impreciso. Podem referir-se a grandes feitos heróicos que com frequência são considerados como o fundamento e/ou começo de uma comunidade ou religião. Podem incluir fenómenos naturais e muitas vezes comportam a personificação de coisas ou acontecimentos. (Ex.: o mito da formação de Roma, o cristianismo, o islamismo, etc.)

Mora, José Ferrater (1991), *Dicionário de Filosofia*

Foram as primeiras formas de fazer a História, logo após o surgimento da escrita. Para melhor perceberes esses primeiros gêneros literários, é importante conheceres alguns conceitos, como: cosmos, mitos e lendas. Analisemos algumas **cosmogonias**¹.

Segundo os Vedas (Índia):

Ele criou em primeiro lugar a água, na qual depositou um germe. Este germe tornou-se ovo, resplandecente como ouro, radiante como uma estrela. Nele originou-se Brama, princípio de toda a vida.

Segundo os antigos textos sumérios e na interpretação que deles faz Kramer, a formação do mundo ter-se-ia processado da seguinte forma:

1. No início era o mar primordial [...].
2. Este mar primordial produziu a montanha cósmica, composta do céu e da Terra ainda unidos.
3. Personificados e concebidos como deuses de forma humana, o céu, ou seja, o deus An, desempenhou o papel de macho, e a Terra, isto é, Ki, o de fêmea. Da sua união nasceu o deus do ar, Enlil.
4. Enlil, o deus do ar, separou o céu da Terra e, enquanto seu pai, An, levava o céu, Enlil levava a Terra, sua mãe. A união de Enlil e sua mãe, a Terra, foi a origem do universo organizado – a criação do homem, dos animais e das plantas e o estabelecimento da civilização.

Segundo a versão do poeta grego Hesíodo, o ponto de partida seria caos:

Primeiro que tudo houve caos, e depois a Terra de peito ingente, suporte inabalável de tudo quanto existe, e Eros, o mais belo entre os deuses imortais, que amolece os membros e, no peito de todos os homens e deuses, domina o espírito e a vontade esclarecida.

¹ Gomes, Raul (1988), *Introdução ao Pensamento Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 32-33.

Do caos nasceram o Érebo e a negra Noite, e da Noite, por sua vez, o Éter e o Dia. A Terra gerou primeiro o céu constelado, com todo o seu tamanho, para que a cobrisse por completo e fosse para sempre a mansão segura dos deuses bem-aventurados. Gerou ainda as altas montanhas, morada aprazível das deusas Ninfas, que habitam os montes cercados de vales.

Segundo a Bíblia, livro sagrado dos Hebreus:

No princípio criou Deus o céu e a Terra.
 A Terra porém, era vã e vazia e as trevas cobriram a face do abismo e o espírito de Deus era levado sobre as águas.
 E disse Deus: Faça-se a luz. E foi feita a luz.
 E viu Deus que a luz era boa; e separou a luz das trevas.
 E chamou à luz dia e às trevas noite; e da tarde e da manhã fez o primeiro dia.
 E fez Deus o firmamento, e separou as águas que estavam por cima do firmamento. E assim se fez. E chamou Deus ao firmamento Céu; e da tarde e da manhã se fez o dia segundo.
 Disse também Deus: «As águas, que estão debaixo do céu, ajuntem-se num mesmo lugar, e o elemento árido apareça.» E assim se fez.
 E chamou Deus ao elemento árido Terra, e ao agregado das águas Mares. E viu Deus que isto era bom. [...]

As cosmogonias não apresentaram ao longo dos tempos as mesmas versões porque foram sendo alterados pelas traduções orais, por isso, apareceram várias versões dos mesmos temas.

As **mitografias**, por sua vez, aliavam-se às cosmogonias para explicar o surgimento do universo, tendo como base os mitos de **deuses** (da luz, da chuva, do vento, etc.). Esses **mitos** estavam ligados ao processo de integração política dos Estados.

De salientar que, na maioria dos casos, os mitos acabavam sem concretização, é o caso concreto do mito do dilúvio, uma vez que não apareceu o segundo dilúvio.

Tal como o mito do dilúvio, existiam tantos outros que, com o tempo, foram entrando em desuso por vários motivos, entre os quais o desenvolvimento da investigação da História através das ciências auxiliares, caso concreto da Arqueologia, que veio revelar com rigor o que verdadeiramente acontecera no passado. Vejamos o registo histórico de alguns mitos²:

A História do começo do Mundo é narrada num livro divino, o *Gênesis*, escrito por Moisés, sob a inspiração de Deus. (...) No começo da Humanidade, Deus criou Adão e Eva, primeiro casal humano; é deles que descendem todos os homens. Viviam ambos no lugar de delícia chamado o Paraíso terrestre, ou Éden, de onde foram expulsos por terem desobedecido a Deus. Tiveram muitos filhos; três ficaram célebres: Caim, Abel e Sete.

Por inveja, Caim assassinou o seu irmão, o piedoso Abel; depois não quis arrepender-se e foi amaldiçoado por Deus; os seus descendentes foram perversos como ele e chamados filhos dos homens; Sete herdou a piedade de Abel e os seus filhos mereceram o título de filhos de Deus, por causa das virtudes que praticaram.

² Gomes, Raul, pp. 39, 41 e 42.

Tanto os filhos de Deus como os filhos do homem vieram a perverter-se; a corrupção foi tão grande que Deus se arrependeu de ter criado o género humano e resolveu destruí-lo com um dilúvio universal. Contudo, Noé, homem justo, foi poupado, assim como toda a sua família. Por ordem de Deus, Noé construiu a arca na qual se refugiou com a sua família e vários casais de todas as espécies de animais. Então, choveu durante 40 dias e 40 noites, a água inundou a Terra inteira e afogou tudo quanto tinha vida fora da arca. Ao fim de cinco meses, a arca parou no monte Ararat, na Arménia; Noé saiu da arca e ofereceu um sacrifício de gratidão ao Senhor, que lhe prometeu não mandar mais dilúvios à Terra e lhe deu o arco-íris como sinal de aliança.

Os filhos de Noé, Sem, Cham e Jafete estabeleceram-se na planície de Senaar ou Mesopotâmia, entre o Tigre e o Eufrates; ensoberbecidos e esquecidos de Deus, resolveram erguer uma torre tão alta que atingisse o céu. A fim de castigar tamanho orgulho, o Senhor confundiu-lhes a linguagem: não puderam mais entender-se e foram obrigados a separar-se. Aquele triste monumento de vaidade recebeu o nome de Babel ou confusão.

No século XX, devido ao avanço da Arqueologia, foi possível encontrar uma explicação satisfatória para a função da lendária torre³.

A julgar pelos dados que possuímos, a resposta mais verosímil é a seguinte. Provenientes de um país montanhoso, os Sumérios representavam frequentemente os seus deuses instalados nos cumes das montanhas. Nas suas obras de arte, muitos dos animais representados são animais da montanha. Quando se estabeleceram na planície, não mudaram de religião, mas, na falta de montanhas naturais, criaram outras com o material de que dispunham: os tijolos de argila.

Desta maneira, longe de desafiar a Deus, como pensavam os Hebreus, o que os Sumérios e os seus sucessores faziam, do alto dos seus zigurates (torres), era adorar os seus deuses e oferecer-lhes uma espécie de pedestal entre o céu e a Terra, com esperança de que eles descessem até junto deles e os acompanhassem na sua nova pátria.

Relativamente à segunda parte da história – a decisão de Deus de «confundir as línguas» –, há uma teoria segundo a qual os Judeus cativos confundiram o nome sagrado de *Bab-ili*, que significa «a porta de Deus», com a palavra hebraica *balal*, que significa confusão, o que, numa história da confusão das línguas não deixa de constituir um episódio irónico.

Segundo esta teoria, como eram muitas as nações que haviam atravessado as planícies da Mesopotâmia, a população da Babilónia era formada por homens de raças diversas, descendentes dos primeiros habitantes da região, de escravos e deportados e, quiçá, também de mercadores e de representantes diplomáticos das tribos vizinhas, que falavam línguas e dialectos distintos.

Para os Judeus nómadas que, expulsos das suas terras de pastoreio, tinham percorrido 1300 quilómetros e se tinham instalado na populosa urbe, essa diversidade de línguas tornava-se inquietante e misteriosa, exigindo uma explicação.

A conclusão que se pode tirar de vários mitos é diversa, dependendo da visão de cada um de nós, da cultura a que pertencemos, das nossas crenças, do nível de desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

³ Gomes, Raul, p. 42.

Eis a conclusão de Raul Gomes sobre os mitos apresentados anteriormente⁴:

Embora o termo Babel e a permanência dos Judeus na Babilónia, na situação de cativos, entre 606 e 538, favorecessem a hipótese de localização da lendária torre na Babilónia, a primeira informação sobre o assunto foi-nos transmitida pelo historiador grego Heródoto, que esteve nesta cidade em 460 a. n. e. Heródoto refere-se à existência, em Babilónia, duma torre com uma base de 190 por 190 m, constituída por oito andares. No último destes havia um templo, com um leito ricamente decorado, ladeado por uma mesa de ouro. O acesso a este templo era feito por uma rampa exterior, que, em forma de espiral, envolvia a torre, da base até ao cimo. O leito do templo destinava-se às núpcias sagradas entre o Deus e uma mulher natural do país. Espírito crítico, Heródoto não daria crédito a tão estranha forma de culto (que, muito provavelmente, se relacionava com os antiquíssimos ritos da fertilidade).



..... Fig. 4 A Torre de Babel, Pieter Bruegel, o Velho, 1563.

É importante referir que falar de mitos não é apenas falar sobre as primeiras civilizações do Médio Oriente, Norte de África e Ásia, locais onde se desenvolveram as primeiras formas literárias das sociedades, caso concreto das sociedades africanas, em especial a sociedade moçambicana, em que em alguns grupos etnoculturais, se não em todos, prevalecem vários mitos.

⁴ Gomes, Raul, pp. 41-42.

O mito «moçambicano» de ciclone

Segundo este mito, o ciclone deriva da movimentação «periódica» de uma grande cobra de sete cabeças, do mar para o continente, mais precisamente para as zonas montanhosas. Ora, nessa movimentação, passa voando, provocando deste modo ventos fortes acompanhados de chuvas torrenciais. Consta que este movimento tem retorno no sentido continente-mar, mas por baixo da terra, provocando sismos.

Analisando este mito, percebe-se a preocupação por parte dos Rongas ou dos povos do Sul de Moçambique de explicar a origem do ciclone, que realmente se forma no oceano, mas está longe de ser provocado por uma cobra. É importante referir que há no mito a percepção da raridade dos ventos no sentido oeste-este, razão pela qual, pelo mito, o retorno da cobra não é por via aérea.

Sendo o Sudoeste de África de escassa intensidade sísmica e por se registarem mais ciclones do que sismos, o regresso da cobra por baixo da terra é questionável, mas reconhece-se que os raros sismos são de pequena intensidade.

O mito fundamenta os usos e as normas básicas do convívio, propondo uma justificação aceite por todos. O mito vivo não é simbólico, não é algo científico, mas uma narrativa de uma realidade primordial (sabedoria moral), contada para a satisfação de intenções religiosas profundas, de desejos morais, de submissões sociais, de certezas e até de necessidades práticas.

Walter Burnert afirma que, nos mitos, a explicação, a relação com a realidade, é secundária e a maior parte só está parcialmente certa, como vimos anteriormente no mito do ciclone. Segundo este autor, o mito é um modo diferente de exprimir o pensamento, a cultura e a forma de observar o Mundo.

As cosmogonias e as mitografias, ao admitirem a intervenção do sobrenatural e ao privilegiarem autoridades, passaram a ser historiografias não-científicas; com efeito, os seus testemunhos não eram submetidos a crítica, não se preocupavam com a objectividade ou a verdade.

Actividades

1. Em Moçambique, ainda existem mitos? Caso existam, apresenta exemplos dos mesmos.
2. Que papel desempenham os mitos para ti e para a tua comunidade/sociedade?

Historiografia judaica

Se já viste ou ouviste falar de um texto bíblico, já estiveste em «contacto» com a Historiografia judaica. Esta está expressa na obra histórica dos Hebreus (Judeus) – o Antigo Testamento, que faz parte da Bíblia –, uma compilação de muitos acontecimentos das épocas mais antigas.

✓ A Bíblia contém várias temáticas, entre as quais:

- a Código das Leis (ex.: Génesis, Êxodo, Levítico);
- a história dos Hebreus desde a sua origem até à instalação definitiva na Palestina, depois do exílio no Egipto;
- as Crónicas (narrações);
- as Poesias (ex.: Salmos, Provérbios);
- as Profecias (ex.: Isaías, Ezequiel).

Nem todas as compilações ou textos bíblicos são da mesma idade, mas todos eles têm um carácter religioso e, frequentemente, cosmogónico e mitológico.

A Bíblia atribui muita importância à Historiografia judaica, conferindo-lhe «autoridade» histórica, devido aos seguintes factores:

- a quantidade e a natureza dos temas abordados abrangem a história do povo judeu e do Próximo Oriente Antigo (Egípcios, Fenícios, Assírios, Persas, Mesopotâmicos, etc.);
- até ao princípio do século XIX constituiu a principal fonte de informação histórica relativamente aos povos do Próximo Oriente, durante a Antiguidade;
- criou uma concepção em relação ao povo judeu – eleito por Deus;
- é um livro sagrado dos cristãos e tem, por isso, uma credibilidade universal.

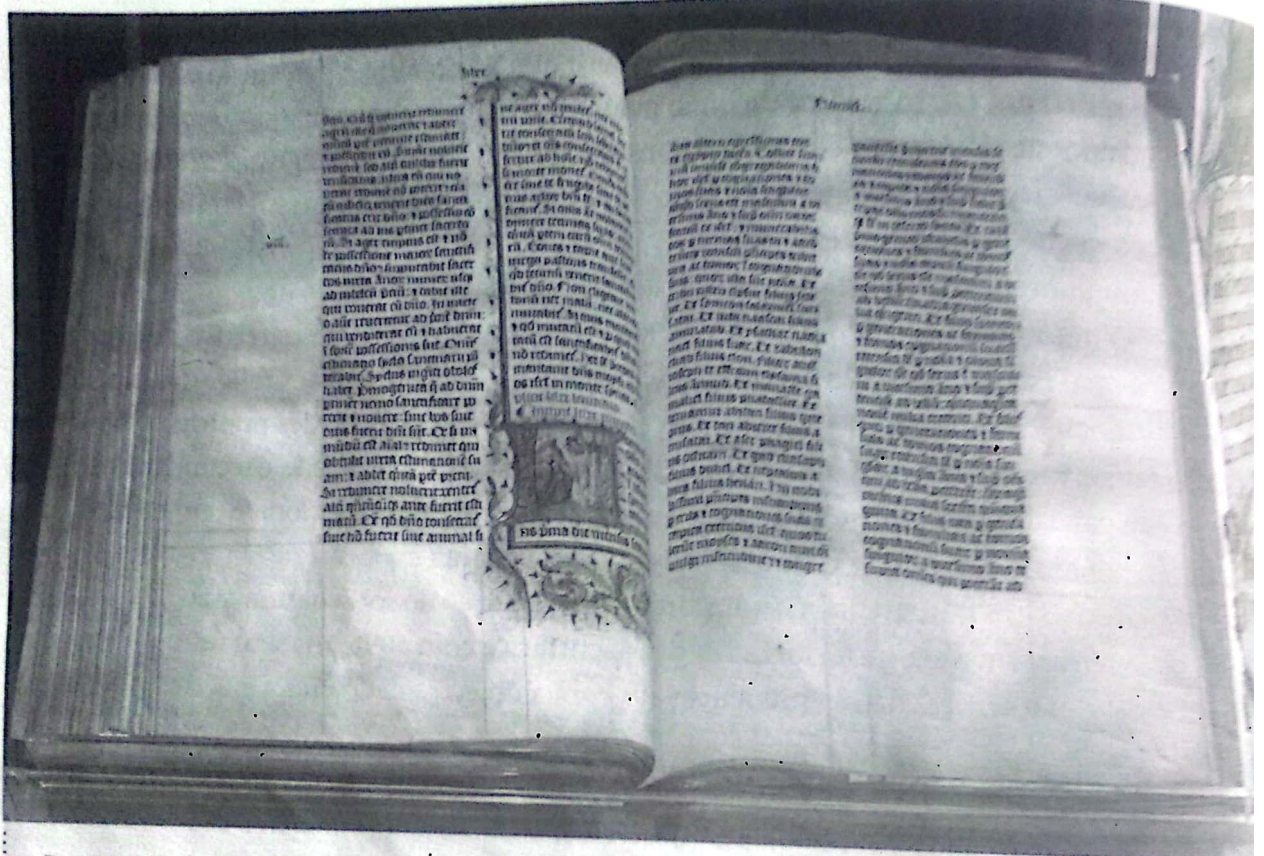


Fig. 5 Bíblia manuscrita, em latim (escrita na Bélgica em 1407).

Na actualidade, a importância da Bíblia para o estudo da historiografia judaica passou para segundo plano no âmbito dos novos desenvolvimentos de investigação e crítica histórica, depois da decifração de novas fontes, como as arqueológicas e paleontológicas, bem como a decifração das antigas escritas egípcias (hieroglíficas) e sumérias (cuneiformes).

Características da Historiografia judaica

- Cosmogónica e mitológica, por isso, acientífica ou pré-científica;
 - Profética;
 - Gentílica (o homem judeu era considerado o centro do mundo, e, por isso, a sua história era assumida como sendo a História Universal);
 - Normativa ou jurídica (elaboraram-se muitos códigos de leis e condutas, com especial destaque para o Código de Hamurábi).
- Apesar da importância que vimos há pouco, a Historiografia judaica teve as suas limitações sendo, por isso, susceptível a críticas.

Critica à Historiografia judaica

Uma das características da Historiografia judaica era o **exagero**, na medida em que a concepção do Homem era vista de uma forma universal, quando apenas se tratava de um povo e de outros próximos, na sua maioria, povos que habitavam em redor do Mediterrâneo.

Apesar de se reconhecer a sua credibilidade universal, nela não se encontram informações de povos que viviam ao sul do Sara e Américas, porque ainda não havia contacto com esses povos; esse contacto só foi possível a partir do século XV.

Ainda no mundo antigo encontramos outras duas civilizações – Grécia e Roma – que contribuíram bastante para a evolução da História e da Historiografia.

Historiografia greco-romana

As civilizações grega e romana fizeram parte da Antiguidade Clássica, que aprendeste na 8.ª classe e que já abordámos numa das páginas anteriores. Como sabes, é muito difícil separar a história destes dois povos, e, como tal, a forma como escreveram a História – Historiografia – também possui muitas similaridades, pois os grandes pensadores gregos influenciaram os romanos.

Historiografia grega

A Historiografia grega teve duas fases bem distintas:

- antes da instituição da **democracia** (século V a. n. e.) – uma Historiografia cosmogónica e mítica;
- depois da instituição da **democracia** – iniciando uma Historiografia mais humanista.

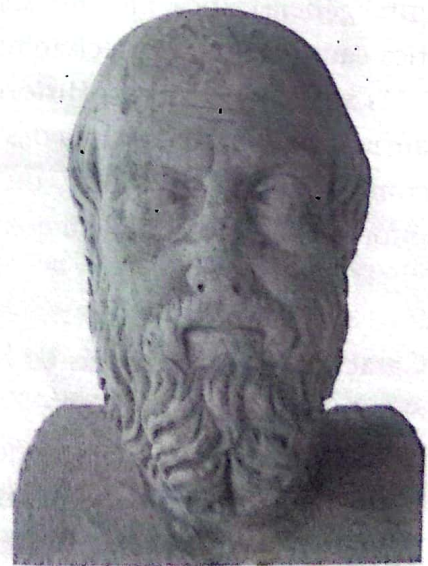
Certamente aprendeste na 8.ª classe que no século V a. n. e., em Atenas (Grécia), a expressão de pensamento e de escrita foi dada aos cidadãos, isto é, «qualquer» cidadão livre podia escrever sobre si, a sua classe, etc. Isto significou que a expressão do pensamento na Grécia deixou de ser exclusiva dos escribas do templo ou do palácio. E terá sido essa abertura que contribuiu para o surgimento de intelectuais/filósofos que se debruçaram sobre a ciência em geral e sobre a História em particular.

No campo da História, destacaram-se as seguintes personalidades.

Heródoto de Halicarnasso (480-425 a. n. e.) – Considerado o «pai da História», por ter sido ele o primeiro a reflectir, na Grécia antiga, sobre questões de carácter nacional e a adoptar uma atitude científica perante a História. Vejamos, então, o seu contributo:

Heródoto muito à procura de factos históricos e, por isso, não só fala dos Gregos, mas também dos Bárbaros, Egípcios, Mesopotâmicos, etc., dando desse modo uma visão mais global do Homem e do Universo – o que significou a passagem da Historiografia gentílica à Historiografia ecuménica (universal).

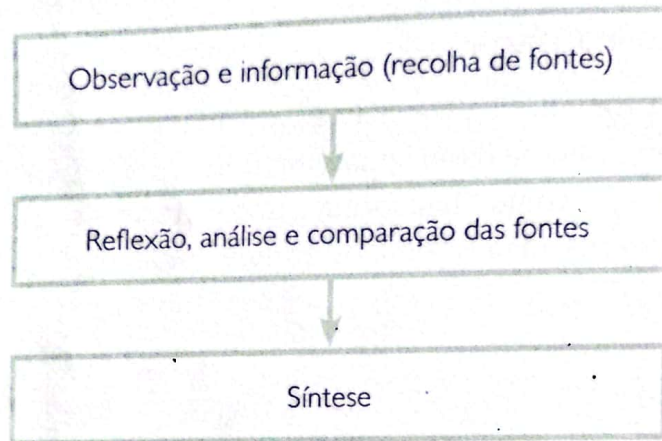
Não se limitou a descrever os acontecimentos: procurava também as causas dos mesmos. Fez *Histórias*, a sua obra paradigmática, a partir de testemunhos fidedignos, dando valor a fontes orais.



..... Fig. 6 Busto de Heródoto de Halicarnasso.

Em conclusão, pode afirmar-se que, com Heródoto, a História ensaia os primeiros passos para, posteriormente ser científica porque:

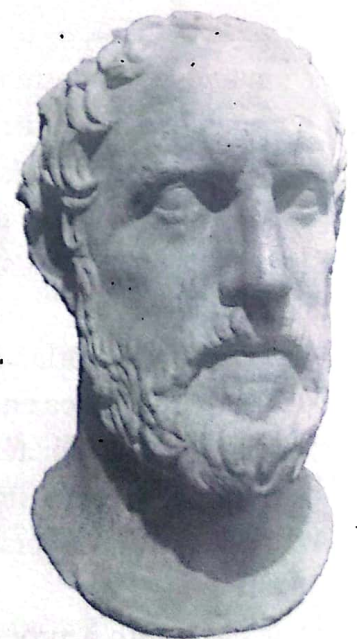
- introduz no processo histórico a **noção de mudança**, que mais tarde deu lugar ao **conceito de evolução**;
- começa a **História Genética** ao não perguntar somente o que aconteceu, mas porque aconteceu (causas);
- faz a ligação do passado e presente dos homens e não dos deuses;
- alarga a noção de fontes históricas (tradição oral, testemunhos oculares, tradição escrita);
- cria uma metodologia própria com os seguintes passos:



✦ **Tucídides** (460-386 a. n. e.) – Foi um continuador de Heródoto e destacou-se pela sua acção de questionamento das fontes, procurando apurar a sua veracidade e credibilidade, conceitos que desenvolveremos adiante. A credibilidade e veracidade são conceitos muito abordados na obra de Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, em que ele próprio foi testemunha ocular.

De acordo com Raul Gomes, na sua obra *Introdução ao Pensamento Histórico*, Tucídides revelou-se superior a Heródoto na inteligência crítica, na arte e solidez do saber, na explicação dialéctica causa-efeito, na precisão na análise, etc.

As suas ideias sobre a História estão bem expressas na seguinte afirmação, retirada de uma das passagens da sua obra: «[...] Só falo como testemunha ocular, ou depois duma crítica das minhas informações, tão completa quanto possível [...]».



..... Fig. 7 Busto de Tucídides.

Características principais da Historiografia grega

A Historiografia grega é:

- humanista – o seu objecto de estudo é o Homem;
- científica – inicia-se neste caminho;
- auto-reveladora – procurando a projecção do futuro no presente, ensina o Homem sobre o seu passado e a relação entre o passado e o presente;
- pragmática – tenta tirar do ocorrido uma lição aproveitável para o futuro.

Críticas à Historiografia grega

- Ficou limitada devido à escassez de documentos escritos e ao recurso à tradição oral e aos testemunhos oculares;
- Ficou limitada no espaço, pois na altura não havia condições para estudar outras civilizações longínquas e aí «obter» fontes fidedignas;
- A sua história negava a história de outros povos (considerados bárbaros);
- Foi uma história regional e não universal.

As limitações da Historiografia grega diminuíram na época helenística, quando o «historiador» Políbio (200-120 a. n. e.), um grego deportado para Roma e grande representante da Historiografia desse período, alargou o espaço e tempo da História, utilizando cada vez mais documentos escritos. A sua curiosidade dirigiu-se a outros povos e civilizações. Escreveu sobre Roma, ligando a Historiografia helenística e romana.

Este facto ilustra a profunda ligação entre a História e, por conseguinte, a Historiografia destes povos. Recordas-te certamente que Roma conquistou a Grécia, mas foram os Romanos que aprenderam a cultura e ciência gregas. Os intelectuais gregos passaram a servir os interesses de Roma.

Vocabulário

Cidadão – Indivíduo que está na posse de plenos direitos políticos e civis. Na Grécia antiga, designava o indivíduo masculino livre, nascido na Ática, maior de 18 anos, filho de pais gregos: Todos os cidadãos (*polites*), independentemente da sua riqueza ou origem familiar, tinham os mesmos direitos políticos e eram iguais perante a lei.

Democracia – Sistema ou regime político cuja fonte de soberania reside no povo. Do grego «*demos*» – «povo», mais «*kratos*» – «poder», significa o «poder do povo».

Actividades

1. O que entendes por democracia?
2. A democracia ateniense era perfeita? Justifica a tua resposta com exemplos concretos.
3. Refere as condições naturais da Grécia que permitiram o contacto dos Gregos com outros povos.

Historiografia romana

Destacaram-se três personalidades romanas.

O grego **Políbio**, como já afirmámos, foi para Roma para receber protecção, tendo estendido as tendências científicas da Historiografia grega a Roma. Escreveu sobre o Império Romano e, dada a sua vastidão, forneceu o primeiro modelo de Homem universal e os primeiros passos para a História de carácter universal. Aplicou à História o modelo de ciclo – a **História cíclica** –, no qual dizia que as sociedades se assemelham aos indivíduos: nascem, passam pela juventude e maturidade e envelhecem; segundo esta concepção, a História é o conhecimento do geral, daquilo que se repete, que obedece a leis e, por isso, é susceptível de previsão.

Tito Lívio tinha uma concepção oposta à de Políbio, pois a sua perspectiva orientava-se para o passado e presente nacionalista. Por ter sido um intelectual ao serviço da política imperial, fez uma história patriótica – **História apologética** –, com a preocupação de elevar o Imperador e o Império Romano, não hesitando quando esta defesa passasse pela deturpação da verdade ou impusesse o recurso à mitologia. Na sua história, exalta os grandes reis e as aventuras do seu império.

Tácito foi um dos historiadores romanos mais controversos e destacados. Tendo vivido nos dois primeiros séculos da nossa era, desempenhou várias tarefas que o levaram a fazer muitas viagens (ex.: pró-consul na Ásia). As suas obras, especialmente as históricas (porque também se dedicou a outros ramos, como a agricultura), são histórias sobre o reinado dos Flávios e anais sobre as vitórias dos imperadores romanos, de Augusto a Nero. Embora criticado por alguns historiadores modernos e contemporâneos pela subjectividade (por misturar, por vezes, a história com a literatura e, consequentemente, pela ausência de análise científica), tem características que para a sua época são de louvar, como, por exemplo, ter apresentado os chamados Bárbaros como povos de costumes mais puros do que os da corrupta sociedade romana.

Outros historiógrafos que se destacaram foram: os gregos Plutarco, Éforo e Xenolonic; os romanos Flávio Josefo, Salústio e Suetónio.

Vocabulário

Análise histórica – Fase da investigação dos historiadores que abrange a recolha, ordenação e avaliação dos documentos históricos.

Bárbaros – Antigos povos do Norte, que invadiram o Império Romano do Ocidente.



..... Fig. 8 O Império Romano.

Actividades

1. Apresenta as características da Historiografia romana patentes nas sínteses sobre as obras de Políbio, Tito Lívio e Tácito.
2. Analisa as críticas feitas à Historiografia grega e demonstra como os historiógrafos romanos superaram algumas delas.
3. Faz uma apreciação crítica à Historiografia romana, tendo em conta a perspectiva historiográfica de Tito Lívio.
4. Aponta a data oficial e algumas razões da queda do Império Romano.

Historiografia cristã

A Historiografia cristã subdivide-se em cristã antiga e cristã medieval. Essa Historiografia é assim denominada porque procura revelar a fé cristã, a sua expansão, bem como a maneira como foi usada e interpretada nas diferentes épocas.

A Historiografia cristã antiga (contexto de seu surgimento)

O cristianismo é resultado directo da perda de influência e poder do judaísmo devido à ocupação da Palestina pelo Império Romano e antes por outros povos vizinhos, o que fez enfraquecer simultaneamente a classe política e religiosa. Gerou-se uma disputa na Palestina entre a autoridade religiosa, na pessoa do sumo-sacerdote, e a autoridade militar e política, o rei.

Jesus Cristo aparece como herdeiro da casa do rei David e como «filho de Deus», apresentando-se assim como o mediador perfeito entre os homens e Deus.

Dada a situação que vivia o povo daquela região, Jesus Cristo foi visto por muitos, principalmente pelas classes desfavorecidas, como a salvação para a situação de escravidão imposta pelos Romanos.



.... Fig. 9 A Última Ceia, fresco de Leonardo da Vinci (1498).

Por várias razões, Jesus foi perseguido e crucificado, mas antes deste acontecimento havia atraído multidões de seguidores, em especial em Jerusalém, onde teve uma entrada triunfal.

Os seguidores de Cristo criavam mais inquietação aos Judeus do que aos Romanos pelo facto de o judaísmo ser uma doutrina nacionalista e racista, por se considerar o povo eleito por Deus (**gentilismo judaico**), enquanto o cristianismo era mais aberto e não realizava qualquer tipo de distinção entre povos (**ecumenismo cristão**). Temos, como exemplo, a passagem da Bíblia do apóstolo Paulo que diz o seguinte: «Não há nem judeu nem grego, nem varão nem fêmea, porque todos somos um só em Jesus Cristo.»

Não obstante, os Romanos, entre finais do século III e início do século IV, quando reinava o Imperador Diocleciano, coadjuvado na administração pelos Augustos e na área militar pelos Césares, empreenderam uma feroz perseguição aos cristãos, mas sem conseguir os resultados pretendidos.

Características da Historiografia cristã antiga

Eusébio de Cesareia é considerado o fundador da Historiografia cristã, por ter sido ele que prematuramente escreveu a história da moral cristã.

O máximo desenvolvimento dessa Historiografia deu-se no reinado do imperador romano Constantino (280-337), que deu liberdade de culto e utilizou a doutrina cristã como meio para evitar a desagregação do Império. Nesta época, o cristianismo tornou-se a religião do Estado.

Santo Agostinho (354-430), já no início da decadência do Império, incluiu a Bíblia judaica na doutrina cristã, dando a noção de **processo histórico**. Com esta Historiografia, a Bíblia torna-se mais ampla, pois une a Historiografia cristã (Novo Testamento) à Historiografia judaica (Antigo Testamento), uma vez que a existência de Cristo exigia um princípio que só podia ser encontrado na Historiografia judaica, nos primeiros capítulos do Gênesis e na criação de Adão e Eva, que justificariam a existência de Jesus.

O cristianismo abre as relações de carácter social e cultural ao derrubar as fronteiras que existiam em relação à raça, à nacionalidade e à condição social, estabelecendo diferenças em relação ao judaísmo, que tinha leis exclusivas e estreitas e que ignorava o estrangeiro e desprezava o inimigo. O cristianismo, por sua vez, contestava as barreiras sociais entre ricos e pobres, senhores e escravos, poderosos e humildes.

A negação das barreiras sociais foi a arma maior na difusão e expansão do cristianismo, além de admitir dois princípios: o do bem e do mal, simbolizados pela luz e pelas trevas e subordinados ao supremo poder de Deus.

A Historiografia cristã é **providencialista** porque dá prioridade à intervenção de Deus perante os feitos do Homem.

Crítica à Historiografia cristã

Para o cristianismo, o Homem não é capaz de agir por conta própria, está dependente da ajuda ou dependência divina. Deus todo-poderoso é responsável pelos destinos de todos os homens, dando a este um papel passivo.

O cristianismo incute o preconceito do pecado, para que o Homem tenha uma visão curta da realidade. Na sua fase inicial, o cristianismo não era reconhecido e por isso não existem fontes escritas dessa fase, baseando-se na tradição oral. Quando os cristãos tiveram a liberdade de culto, desenvolveram classes sociais que, aos poucos, contrariavam a base inicial da doutrina cristã.

Actividades

1. Menciona de forma resumida as quatro características principais da Historiografia cristã antiga.
2. Refere a importância de Santo Agostinho para o cristianismo e a Historiografia cristã antiga.



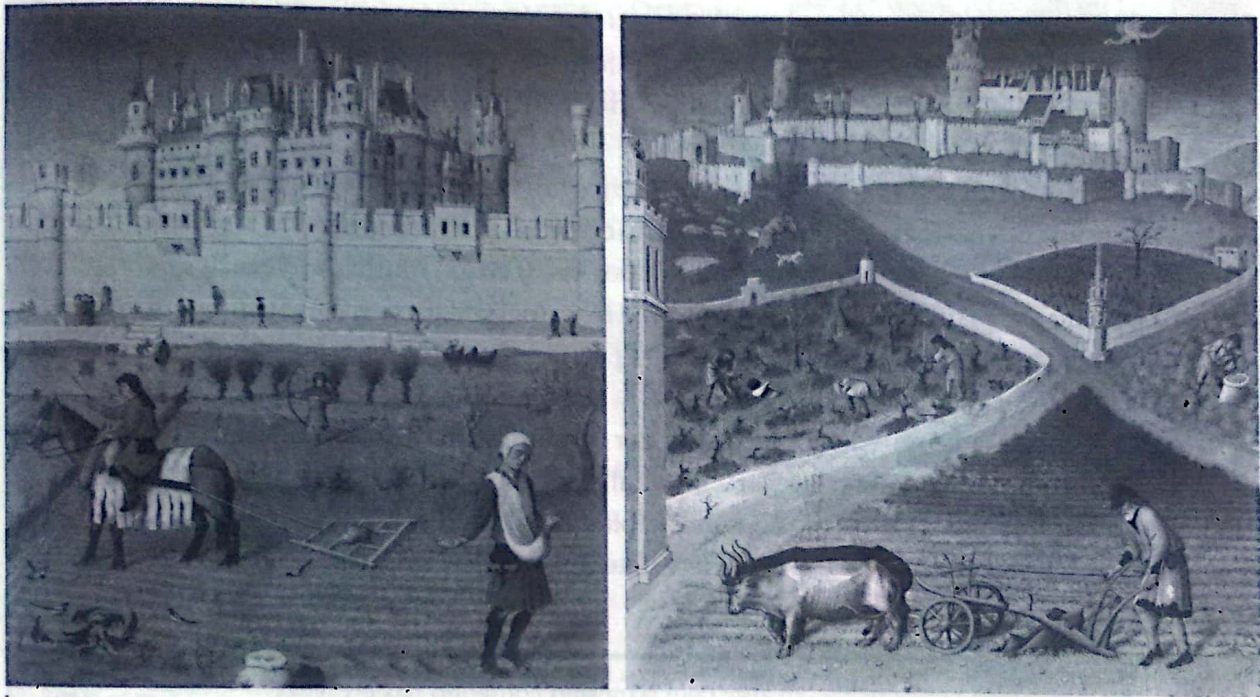
..... Fig. 10 Santo Agostinho, Botticelli (1480).

A Historiografia cristã medieval

Contexto histórico

Surge com a queda do Império Romano do Ocidente no século IV, com a destruição das cidades romanas pelos Bárbaros e o florescer da vida do campo, ou vida rural, que dá início ao feudalismo.

O feudalismo desenvolve uma mentalidade particularista e isolacionista própria dos feudos. É a época da expansão do cristianismo e do regresso à economia essencialmente agrícola e de subsistência. Aprendeste certamente estes conceitos na 7.^a, 8.^a e 9.^a classes e será importante que faças uma revisão das aprendizagens adquiridas nessas classes sobre estes aspectos.



..... Fig. 11 Iluminuras medievais representando um feudo e o trabalho dos camponeses.

Características da Historiografia cristã medieval

As fontes são, na sua maioria, de origem eclesiástica e são elaboradas pelos monges nos mosteiros dos séculos VI a XI. Os géneros literários predominantes e mais conhecidos eram os **anais** e as **crónicas**, que eram escritos em latim. Predominavam igualmente outras fontes de origem eclesiástica, como é o caso de actas de vários encontros, assembleias e conferências da Igreja.

Em simultâneo, surgem fontes da cultura popular que exprimem profundos sentimentos de revolta devido à servidão e exploração laboral.

Dada a extensão do feudalismo, a Historiografia cristã medieval, além de ser **providencial** e **apocalíptica**, foi também **universal**, sobretudo nos últimos séculos deste período.



..... Fig. 12 Monge a escrever.

O século XIV é o início da negação da condição em que os servos, os camponeses e os demais se encontravam na época do feudalismo. Os servos procuraram modificar a sua condição de inferioridade. É por isso que a segunda metade deste século foi caracterizada por revoltas no campo, que opuseram os trabalhadores rurais contra os proprietários das terras, enquanto nas cidades em desenvolvimento se opuseram os artesãos e os grandes mercadores.

Aprendeste nas classes anteriores que já próximo do século XV se assistiu ao desenvolvimento do comércio e que os mercadores, ao comandarem as rotas comerciais que ligavam a Europa à Ásia através do Mediterrâneo, acumularam muita riqueza na venda dos produtos asiáticos na Europa a preços muito elevados, passando a ter um estatuto relevante na sociedade. A burguesia, por sua vez, também construía fábricas, emprestava dinheiro, fazia comércio terrestre e começava a erguer as cidades (burgos). São exemplos concretos Veneza, Florença e Génova. A burguesia começava também a dominar a área científica porque era frequentadora das universidades que começaram a florescer nesta época. O poder político continua, no entanto, nas mãos da nobreza e do clero.

Por esse motivo, nos séculos seguintes, a Historiografia continuou a ser feita pelo clero e pela nobreza que fazem uma **Historiografia palaciana** – Historiografia de iniciativa régia ou senhorial para satisfazer as cortes reais e escrita por **cronistas**, muita das vezes por encomenda dos senhores ou dos príncipes. Infelizmente, essa Historiografia preocupou-se mais em apresentar uma imagem conveniente da instituição servida pelo cronista do que com a verdade e objectividade dos factos.

Na mesma época, a burguesia começou a fazer a sua própria história, a história das cidades, em que os deuses continuam no centro de análise dos historiadores, e a que se seguiu de imediato os senhores e os príncipes. Os principais representantes dessa Historiografia foram: **Jean Froissart, Lopes Ayala e Giovanni Villani.**

Vocabulário

Anais – Narrativas de períodos de um ano, com o mesmo conteúdo das crónicas.

Apocalíptica – Misteriosa; medonha e fantástica.

Crónicas – Narrativas de períodos mais ou menos longos, abordando biografias de santos, chamadas hagiografias, histórias e sermões.

Ecumenismo cristão – Movimento tendente a restabelecer a unidade entre os discípulos (seguidores) de Cristo.

Gentilismo – Relativo aos gentios. Paganismo.

Panegírico – Discurso em louvor de alguém; elogio exagerado.

Sermão – Peças de oratória sacra em que se desenvolve um tema doutrinal ou moral ou se faz o panegírico (elogio) de um santo.

Actividades

1. Diferencia crónicas de anais.
2. Apresenta pelo menos quatro características da Historiografia cristã medieval.
3. Distingue a Historiografia cristã antiga da medieval.

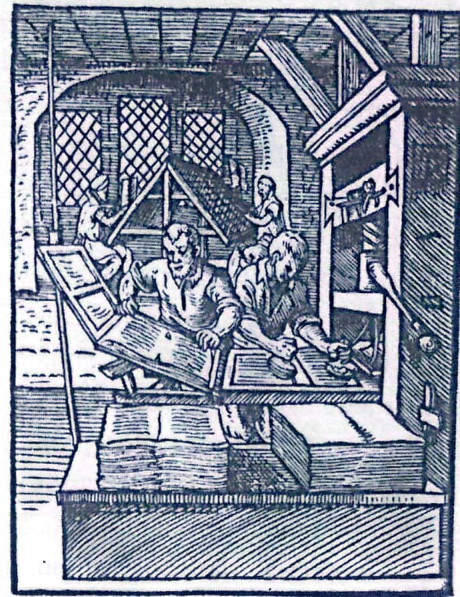
Historiografia do Renascimento

Contexto histórico

Já sabes que o Renascimento faz parte do período de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Nota-se nele o fim do feudalismo e verificam-se as primeiras formas de acumulação de capital pelos mercadores (**capitalismo mercantil**), contribuindo para o ressurgimento das cidades greco-romanas, numa primeira fase, e, mais tarde, o desenvolvimento de novas cidades comerciais.

É a época do renascimento do comércio entre o Ocidente e o Oriente. No campo religioso, dá-se a **Reforma religiosa** que surge em resposta aos abusos do clero dominante.

É um período no qual diminuem as distâncias sociais entre a cada vez mais rica burguesia (patrocinadora dos reis) e a cada vez mais débil nobreza. A burguesia empenha-se na actividade científica e artística, apoiando financeiramente estas áreas. A invenção da imprensa por Gutemberg contribuiu muito para o enriquecimento da Historiografia.



..... Fig. 13 Oficina de imprensa.

Características da Historiografia renascentista

No século XV, a Historiografia **teocêntrica** ou **cristã** (aquela que colocava Deus no centro do processo histórico) entra em desuso a favor da Historiografia do Homem, isto é, o Homem passa a ser o centro do processo histórico: **antropocentrismo**.

Encontramos como principal representante desta corrente Maquiavel, que aborda o problema do sujeito no processo histórico e que coloca o Homem como sujeito do processo histórico, desenvolvendo assim o **humanismo**.

Apresentamos de seguida alguns dos principais representantes da Historiografia renascentista.

Nicolau Maquiavel, italiano (1469-1527), foi mentor de uma nova concepção de Estado – o Estado temporal em oposição ao Estado secular. Em oposição ao Estado secular, defendia um soberano totalmente independente da Igreja, a centralização do poder e um regime republicano com eleição de dirigentes. Esta ideia entra em concordância com as aspirações da burguesia.

Reconhece-se a Maquiavel o mérito de adoptar atitudes científicas ao admitir a intervenção de factores naturais nos fenómenos sociais, ao mesmo tempo que considera que se Deus e a Fortuna têm alguma margem de intervenção na História, ao Homem cabe pelo menos metade dessa intervenção – embora admita a intervenção do sobrenatural, coloca o Homem como sujeito do processo histórico. Os ideais de Maquiavel estão reunidos na sua grande obra, *O Príncipe*.



..... Fig. 14 Maquiavel.

Lourenço Valla, italiano (1407-1457), destacou-se como promotor da crítica histórica (a Filologia) que compara os estilos documentais, erros de tradução, entre outros. Foi com esta crítica, ou método, que descobriu a falsidade da «Doação de Constantine» e numerosas deturpações contidas no Novo Testamento.

Francis Bacon, inglês (1561-1626), defendeu a superioridade dos tempos actuais em relação aos antigos e a ciência experimental sobre as concepções teóricas do passado. Para ele, as ciências devem ser renovadas e colocadas ao serviço do processo da Humanidade através da explicação das leis da Natureza.

Jean Bodin, francês (1530-1596), defendia que a História não deve ser fabulosa mas uma espécie de Tábua da Verdade e dos acontecimentos e quem se dedica a ela não deve começar pela história de Deus, mas pelos Homens.

Fernão Lopes, português (c. 1380-c. 1460), defendia a independência do historiador perante as autoridades e o sentido da sua responsabilidade perante o povo. Para Lopes, o motor da História é a sociedade no seu conjunto ou, mais propriamente, o povo.



..... Fig 15 Francis Bacon.

Actividades

1. Com base nos conhecimentos da 9.ª classe, define Renascimento e apresenta as suas principais características.
2. Explica de que forma a invenção da imprensa constituiu um importante contributo para o desenvolvimento da Historiografia.
3. Qual é a principal característica da Historiografia renascentista?
4. Faz uma apreciação crítica da Historiografia renascentista, tendo em conta as críticas feitas à Historiografia cristã.

Historiografia racionalista e iluminista

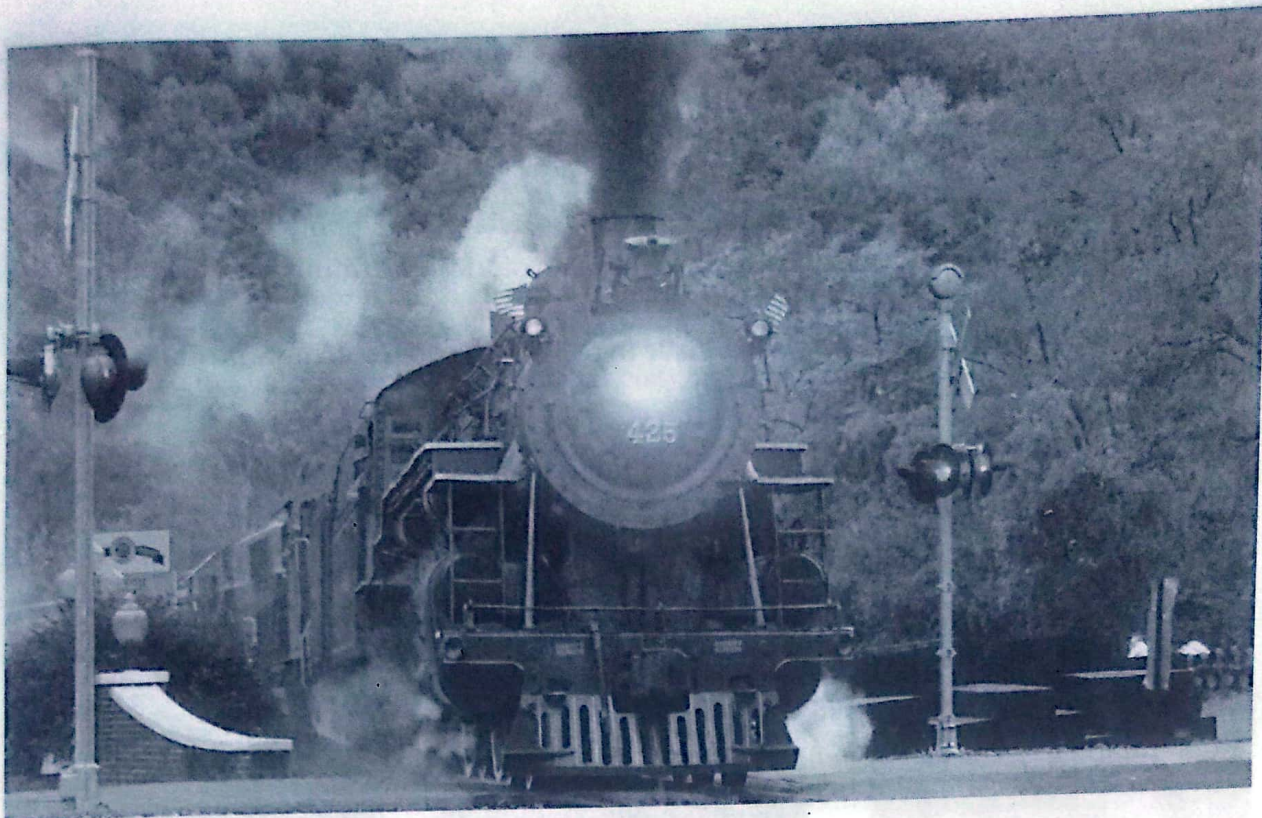
Contexto histórico

Nos séculos XVII e XVIII, o ambiente é de transição real do feudalismo ao capitalismo, em que as estruturas feudais (agricultura, artesanato, comércio de produto por produto) começam a ser suplantadas pelas capitalistas (manufaturas, comércio ultramarino e banca).

Os monarcas endividam-se em relação à burguesia e, como forma de superar estas e outras dificuldades, aumentam os impostos. A burguesia reage, não aceitando pagar os referidos impostos sem um acordo prévio. Nesta altura, esta mesma burguesia apoia-se nos parlamentos dos Estados Gerais para ascender politicamente, dando origem às Revoluções Burguesas (ex.: Inglaterra e França).

Nesta época, aconteceram grandes mudanças que se deveram a factores diversos: formação de impérios coloniais, guerras de carácter religioso, guerras e revoluções de carácter político e social, revolução industrial, domínio da natureza pelo trabalho, conhecimento da realidade pela experiência e intervenção científica, por oposição aos dogmas religiosos.

Os aspectos em causa foram resultado do desenvolvimento do Iluminismo, que se baseia na **razão esclarecida**.



..... Fig 16 A invenção da máquina a vapor por James Watt marca este período.

Historiografia racionalista

É no decurso da Historiografia racionalista que ocorre a ligação da História pré-científica à científica.

Neste período, destacam-se homens livres-pensadores como **René Descartes** (francês) e **John Locke** (inglês), que, refugiados na Holanda, desenvolveram as principais correntes filosóficas do século XVII: o **racionalismo** e o **empirismo**, respectivamente, com o objectivo de encarar e resolver os problemas levantados pelo maior desafio da época ao mundo burguês – o novo mundo.

O racionalismo de Descartes defende que o princípio da verdade é a evidência racional, que não depende da revelação divina: «A evidência é o termo de um longo trabalho crítico, efectuado através de análises e sínteses sucessivas e permanentemente acompanhada por uma atitude de dúvida metódica.» A dúvida metódica fez surgir o método crítico da investigação histórica, base da Historiografia científica.

Bossuet (1627-1704) acentua as contradições entre a Historiografia cristã (fiel à Bíblia) e o pensamento científico, ao admitir que o processo histórico é determinado pela intervenção divina e por factores naturais (liga o providencialismo – providência de Deus – ao naturalismo).

Historiografia iluminista

Na Historiografia iluminista do século XVIII destacam-se as seguintes características:

- a ideia do processo contínuo como elemento unificador da História;
- a admissão da existência de um sentido na História (ex.: Voltaire);
- a admissão da existência de uma só História e não de várias;
- o alargamento do objecto da História – para Voltaire, não devem ser só os reis mas as nações (costumes, leis, usos, espíritos, etc.).

Outros representantes da Historiografia racionalista e iluminista

Montesquieu (1689-1755)

Estudou Filosofia Política e procurou explicá-la através do determinismo científico.

Voltaire (1694-1778)

Inaugurou a História verdadeiramente humana ao falar sobre política, finança, religião, demografia, economia, etc., integrada numa Filosofia histórica determinista e pessimista.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Ao defender a sensibilidade e a personalidade livre e natural do Homem, contribuiu para uma compreensão profunda da realidade histórica.



..... Fig. 17 Montesquieu.



..... Fig. 18 Voltaire.



..... Fig. 19 Rousseau.

Conceitos

Dúvida metódica – Processo metódico de apuramento da razão defendido por Descartes. Pela dúvida metódica, baseado na universalidade da razão, Descartes identificou no intelecto duas faculdades essenciais: a intuição e a dedução. Pela intuição temos imediatamente presentes, no espírito, ideias claras, simples, determinadas e distintas. Pela dedução descobrimos conjuntos de verdades coordenadas racionalmente e certezas que abrangem todos os saberes e permitem o conhecimento.

Iluminismo – O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual muito divulgado na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Defendia que era possível «dominar pela razão a problemática total dos homens». Este movimento também ficou conhecido como a Filosofia das Luzes.

Racionalismo – Doutrina filosófica de origem grega que considera que só através da razão se tem acesso ao conhecimento e à verdade, porque as leis do pensamento racional são também as leis das coisas. Ressurge na Europa, por volta do século XVIII, no contexto do Iluminismo, que considera que a razão é a luz que ilumina e esclarece os homens.

Actividades

1. Define o Iluminismo.
2. Explica a importância histórica da Revolução Francesa. (Ver matéria da 9.ª classe.)
3. Em que consiste a dúvida metódica de Descartes? (Ver manual de Filosofia da 11.ª classe.)
4. Faz uma apreciação crítica da Historiografia iluminista, tendo em conta as suas características.

1.1.2 A Historiografia dos séculos XIX e XX

Historiografia do século XIX

No século XIX, o capitalismo era uma realidade irreversível, porque já contava com sucessos técnicos e científicos suficientes para a construção de novos valores. Este foi um contexto favorável à implantação de um pensamento científico capaz de dar respostas às questões levantadas pela razão e às exigências decorrentes das necessidades humanas. A industrialização trouxe progressos que levaram a novas descobertas nas Ciências Naturais, mas também a uma série de problemas na sociedade, tais como a propriedade privada, as relações de classe, etc., que deviam ser respondidos com a ajuda das **Ciências Sociais**.

Em termos de Historiografia, o século XIX constituiu, em vários aspectos, o prolongamento das ideias iluministas, mas com algumas situações histórico-filosóficas novas, o que levou a uma nova maneira de encarar e explicar a evolução da Humanidade.

De salientar que a Revolução Francesa foi um fenómeno que continuou a influenciar grandemente o pensamento do século XIX, ao permitir a expressão de sentimentos dos reprimidos, criando um clima emotivo que favoreceu a criação das principais correntes ideológicas e artísticas do século XIX. Essas correntes, que também irão fragmentar o estudo da História, foram: o romantismo, o positivismo, o historicismo e o materialismo histórico.

É no século XIX que a História adquire um autêntico estatuto de ciência como resultado do desenvolvimento das correntes em causa.

O romantismo

É uma corrente ideológica que surgiu no contexto da Revolução Francesa, envolvendo várias camadas sociais participantes na Revolução. Destacam-se três direcções do romantismo:

a) Romantismo conservador ou reaccionário.

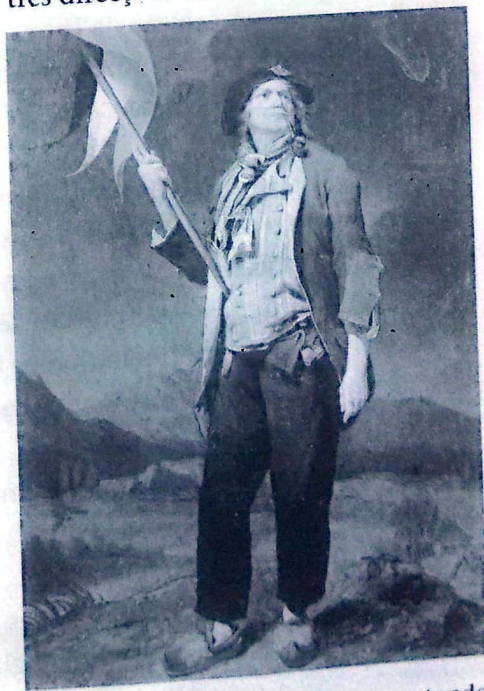
Foi desenvolvido pelas velhas classes privilegiadas (nobreza e clero) com o objectivo de recuperar a velha ordem aristocrática que reclamava a reposição do poder do rei e da supremacia da Igreja (monarquia absoluta). Chateaubriand foi o seu principal representante.

b) Romantismo liberal ou progressista.

Defendida pela burguesia vencedora das revoluções e que projectava a implantação de um novo regime burguês baseada nos ideais defendidos na Revolução Francesa. Representantes: Guizot, Thierry e Michelet.

c) Romantismo socialista ou socialismo utópico.

Foi defendido pelos *Sans-cullotes* (povo francês), que depois da Revolução não viu melhoradas as suas condições sociais, porque apenas mudara o opressor (dos reis e clero para a burguesia). Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen foram os principais historiadores desta corrente.



..... Fig. 20 Pintura da época representando os *Sans-cullotes*.

Concepção da História pelos românticos

Todos os românticos prestaram atenção à Idade Média, vista por eles como uma época paradigmática, ou de concordância ou de repulsão; isto é, os vários românticos baseavam-se naquele período histórico, mas por razões diferentes.

Características da História romântica:

- época da extensão e consolidação do método científico;
- os factos são tomados como base e como regra;
- para Guizot, por exemplo, a História não deve ser um estudo exclusivamente político porque deve englobar a totalidade da sociedade, o pensamento em todas as suas formas (religioso, científico...) e os movimentos artísticos e literários.

Vocabulário

Romantismo – Movimento cultural que surgiu na Europa no fim do século XVIII. Inspirou-se nos ideais liberais e na nova mentalidade, motivada pelas mudanças políticas, rejeitando os modelos clássicos do racionalismo da primeira metade do século XVIII.

O positivismo

Pode ser definido como sendo a Filosofia ao serviço das ciências naturais, ao defender a determinação dos factos e o estabelecimento das leis. Também surgiu no âmbito do desenvolvimento científico do século XIX. O seu principal defensor foi o filósofo Auguste Comte (1798-1857).

Para Comte, não existe conhecimento absoluto. Com essa ideia tentava resolver o conflito entre os idealistas (que defendiam a primazia do espírito) e os materialistas (que advogavam primazia da Natureza sobre o espírito). Segundo este autor, não se pode conhecer o que está para além da experiência. A experiência devia servir de modelo de investigação para todas as ciências. Isto é, o modelo devia ser o das ciências experimentais.

Defendeu que a evolução da Humanidade conheceu três fases (estados ou etapas):

- Estado teológico – os fenómenos eram atribuídos a deuses e/ou Deus;
- Estado metafísico – as causas dos fenómenos eram vagas e imaginárias, correspondendo ao Estado anárquico;
- Estado positivo – os fenómenos têm causas naturais; corresponde ao Estado sociocrático.

Características da História positivista:

- Defesa da crítica rigorosa das fontes;
- Sociedade humana como objecto de investigação científica ou histórica;
- Reivindicação da interpretação dos fenómenos psíquicos e mentais;
- Defesa de que não é o historiador que deve relacionar os factos, mas sim o sociólogo (o super-historiador).

Outros principais representantes: Ernest Renan, Hipólito Taine, Fustel de Coulanges.

Crítica ao positivismo:

- Tendência de encontrar leis;
- Ânسيا do realce exaustivo das fontes, limitando o papel interpretativo do historiador;
- Defesa de uma História que privilegiava aspectos institucionais e políticos;
- Valorização de uma História que se baseava nos factos e tempo curto em detrimento das estruturas e conjunturas;
- O positivismo é resultado da evolução do romantismo liberal.

O historicismo

Foi uma filosofia iniciada pelo alemão Leopold von Ranke (1797-1886), com grande apoio de Benedetto Croce e Collingwood. O historicismo entrega à História todo o conhecimento humano. Para os historicistas, a História é uma ciência do espírito, subjectiva e relativa.

O historiadores diferenciam as ciências exactas da História, ao afirmarem que as ciências exactas formulam leis gerais e abstractas, enquanto a História descreve factos individuais, particulares e únicos; isto é, defendem o carácter específico do conhecimento histórico que, por isso, não pode ser generalizado a leis.

Os historicistas diferenciam-se também dos positivistas, pois, enquanto os positivistas defendem que os factos falam por si e por isso o historiador não deve emitir qualquer opinião, os historicistas defendem o papel preponderante do historiador na interpretação dos factos, que não devem ser aceites passivamente.

De louvar que tanto os positivistas como os historicistas valorizam os factos históricos e dão primazia aos documentos relativamente ao historiador. O que significa que tiveram em comum a atenção pelo objecto e métodos da História, contribuindo assim para a cientificidade da História.

Crítica ao historicismo

O historicismo, ao insistir na singularidade dos factos, corria o risco de negar à História o estatuto de ciência, ao tentar reabilitar as formas do pensamento irracionalista.

O materialismo histórico ou socialismo científico

Fundado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), surgiu no contexto da luta entre o capital e o trabalho devido à exploração da mão-de-obra pela burguesia.

O socialismo científico é uma continuidade e melhoria das ideias dos socialistas utópicos ou do romantismo socialista. Em geral, os marxistas baseiam-se na dialéctica de Hegel, que expressa o trinómio tese-antítese-síntese.

Para os marxistas, a História consiste numa sucessão de modos de produção (ex.: escravagismo, feudalismo, capitalismo e socialismo), em que a passagem de um para outro estado resulta da luta de classes, devido à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

Os marxistas alargam o objecto de estudo da História ao afirmarem que esta estuda as condições materiais da existência dos homens, as técnicas e o desenvolvimento económico no contexto global das relações industriais.

Introduzem uma nova tendência da história global que abarca os aspectos da vida económica, social, política e mental. Sobrevalorizam as estruturas, em detrimento dos acontecimentos, o colectivo, em detrimento dos indivíduos. Embora a investigação e metodologia histórica do materialismo histórico tivesse muitos méritos, não teve grande aceitação devido à sua contestação pelo capitalismo então dominante, que procurou sempre bloquear as suas ideias.

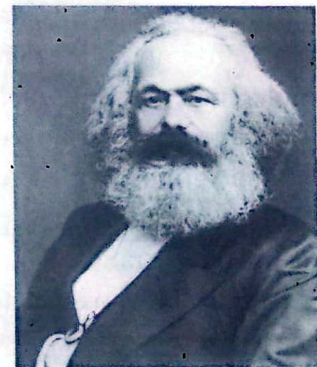


Fig. 21 Karl Marx.



Fig. 22 Friedrich Engels.

Crítica ao marxismo

O marxismo é criticado na medida em que sobrevaloriza as estruturas económicas relativamente às restantes; isto é, faz a explicação dos fenómenos com base na economia. É uma História que acredita na evolução linear como único modelo do processo histórico.

Actividades

- I. Apoiando-te nos conhecimentos adquiridos em Filosofia, elabora um resumo sobre as ideias de Hegel.

A Historiografia do século XX

O século XX é marcado, logo no seu início, por uma crise da História. A História vê-se esvaziada do seu objecto e vê questionados os seus métodos. Sem um objecto e método claramente definidos, começava-se a questionar o estatuto científico da História. Mas por que razão, passado vários séculos, uma ciência que vinha registando progressos assinaláveis passasse a ser questionada?

As razões da crise da História neste período podem ser explicadas por três aspectos:

- **Aparecimento de outras ciências sociais**

Na segunda metade do século XIX, além da História, novas ciências sociais (Sociologia, Geografia Humana, Antropologia Social e Cultural, etc.) passaram também a ocupar-se do estudo do Homem. Algumas questões que antes eram tratadas em História passam para o domínio de outras ciências. A entrada destas novas ciências no campo anteriormente exclusivo da História trouxe três novos problemas: a definição do conteúdo específico da História (objecto), a reformulação da sua função objectiva nas sociedades modernas e a sua metodologia.

- **Aparecimento de novas tendências historiográficas**

Como vimos, desde a Antiguidade, o objecto da História estava claramente definido: eram os grandes acontecimentos político-militares e religiosos; a História retratava os grandes acontecimentos e os grandes homens. No século XIX surgiram novas correntes de pensamento, entre elas o historicismo e o materialismo histórico, que vieram ampliar o objecto de estudo da História bem como o papel do historiador. Assim, o objecto da História ficou indefinido, começava-se a questionar se os historicistas ou marxistas estavam realmente a fazer História ou Sociologia, tal como defendia Augusto Comte.

- **Desenvolvimento técnico-científico da época**

Como já sabes, o século XIX foi o período em que a Revolução Industrial já se tinha efectivado e alterado toda a estrutura económica, política e sociocultural à escala mundial. O desenvolvimento técnico-científico avançava a uma velocidade que não se poderia imaginar até ao século XVII, graças aos avanços registados nas ciências naturais (Química, Física, Biologia, etc.). Assim, os métodos das ciências naturais (observação e experiência) tendem a assumir-se como métodos-padrão na produção do conhecimento em todas as áreas do saber. Neste contexto, cientistas como Augusto Comte propõem a aplicação dos métodos das ciências naturais às ciências sociais.



..... Fig. 23 Augusto Comte

De facto, ao assumir-se este padrão, o estatuto científico da História é questionável. E o seu papel na sociedade torna-se pouco relevante, tendo em conta a preocupação com o progresso científico.

Os factores acima enumerados, ocorridos no século XIX, levaram a que o objecto, a metodologia e o papel da História na sociedade ficassem pouco claros. Nas principais universidades investigava-se mais sobre Sociologia, Antropologia e Psicologia, entre outras ciências sociais, do que sobre História. A História perdeu credibilidade por se ter atrasado na adopção de uma metodologia científica própria, com a consequente contestação da sua função específica:

No entanto, esta crise foi de pouca duração. Ainda no decurso da primeira metade do século XX, um grupo de historiadores, inspirando-se nas correntes historiográficas do século XIX, encontrou caminhos para retirar a História da situação em que se encontrava. Vejamos essas soluções.



..... Fig. 24 Universidade da Sorbonne (Paris).

A escola dos *Annales* e a História Nova (1929-1946)

Como forma de resolver a contestação da História, Lucien Febvre e Marc Bloch começaram por criar, em 1919, a revista *Annales* – onde foram publicadas ideias novas sobre a História produzida nos séculos XVIII e XIX.

Esta revista tornou-se uma verdadeira escola historiográfica, sendo que até 1946 cria visíveis e importantes alterações na História como ciência. Por isso, esta tendência historiográfica da escola dos *Annales* é também conhecida como História Nova.

Pressupostos da História dos *Annales*:

- A luta contra a Historiografia positivista tradicional, isto é, a luta contra a História política, factual e superficial;
- A busca de uma História explicativa, problemática (e não automática), profunda e total;
- Propõe o alargamento do território do historiador, ou seja, uma História total, global;
- Recusa a selecção simples dos factos e a valorização apenas dos factos referentes aos dirigentes da vida pública ou classe dominante;
- Defende a História de todos os homens. Sobre isso afirmava nos *Annales* Marc Bloch: «A verdadeira História é uma História Universal.»

Os *Annales* também apresentavam uma nova visão do documento histórico, isto é, o documento histórico não é só o escrito mas também o figurado, o vestígio arqueológico, a informação oral, etc.

Os *Annales* negam o positivismo, no que respeita ao papel do historiador, ao dizer que o historiador tem um papel fundamental na construção da história. Defendem que a História não se deve limitar a descrever os acontecimentos, mas procurar pôr problemas – é o nascimento da **História-problema**. De uma forma geral, abraçam o historicismo mas evitando o seu exagero.

A partir de 1946, a Revista *Annales* foi apenas dirigida por Lucien Febvre (pois Bloch foi assassinado pelos nazis em 1944), com a colaboração dos seguintes historiadores: Marc Ferro, Charles Mazaré, Fernand Braudel, Vitorino Magalhães Godinho, entre outros.

Com esses historiadores, a História regista uma reformulação a nível do objecto de estudo, com a introdução de novos objectos, como a família, a sexualidade, a morte, a delinquência, a religião popular, etc. Também busca novos heróis marginais, como as mulheres, os camponeses, os operários, etc.

A Nova História estrutural de Braudel

Com a morte de L. Febvre, em 1956, os *Annales* passaram para a direcção de Fernand Braudel que iniciou uma nova etapa na evolução da História, em especial com a publicação da obra *História e Ciências Sociais*, em 1958. Nela estão desenhadas as linhas essenciais da actual etapa da História Nova – a **História Estrutural baseada na longa duração**.

Características da História Estrutural:

- É uma história que privilegia o conjunto, as grandes massas e está atenta às flutuações, dinâmicas no tempo e no espaço;
- Introduce novas noções de geo-história e complexo histórico-geográfico;
- Emerge um novo conceito de tempo histórico (recusando as correntes tradicionais): Braudel sugere que o tempo histórico deve ser medido de acordo com a duração, sequência, permanência ou mudança dos fenómenos e não pela sequência do calendário, pois, nem sempre o **tempo social** coincide com o **tempo cronológico**. Com esta base, propõe um modelo tripló da duração da História:
 - *Tempo curto* – o dos acontecimentos, que trata das ocorrências superficiais sem exigir investigação e análise profundas; aqui se enquadra a micro-história;
 - *Tempo médio* ou a *média duração* – que estuda as pequenas variações cíclicas – as conjunturas;
 - *Tempo longo* ou a *longa duração* – que estuda as grandes repetições ou grandes permanências – é o tempo das estruturas ou a História estrutural;
- Defende a aproximação das ciências sociais, dando valor à interdisciplinaridade, pois seria impossível fazer a História total (a que se defende nesta altura) sem se recorrer a outros campos do saber. A interdisciplinaridade foi um dos grandes méritos da História Nova.

Crítica à História Nova:

Pertencendo a História Nova a uma época caracterizada por um desenvolvimento tecnológico e científico bastante avançado, não deixa de apresentar algumas lacunas. Como sabes, o conhecimento é relativo, mais relativo ainda quando se trata de ciências sociais. Por isso, a História nunca se constitui como um dado adquirido e está em constante reformulação.

Segundo Raul Gomes, a História Nova teve falta de originalidade, pois os *Annales*, ao alargarem os heróis para todos os campos, tiraram esses elementos de outras ciências. Diz ainda que, ao criar gosto pela História, fez dela uma forma de literatura, um espectáculo em que o historiador se transforma num encenador, isto é, a História perdeu algum do seu rigor científico.

Actividades

1. Menciona as ciências que têm relação com a História.

1.1.3 A Historiografia africana

Historiografia africana é a história da História de África, a maneira como a História de África tem sido escrita e interpretada ao longo dos tempos. Assim, a finalidade da Historiografia africana pode e deve ser analisada no contexto da História em geral.

De forma específica, a Historiografia africana visa analisar e avaliar as várias fases pelas quais passou a investigação, o ensino e as formas de abordagem da História de África.

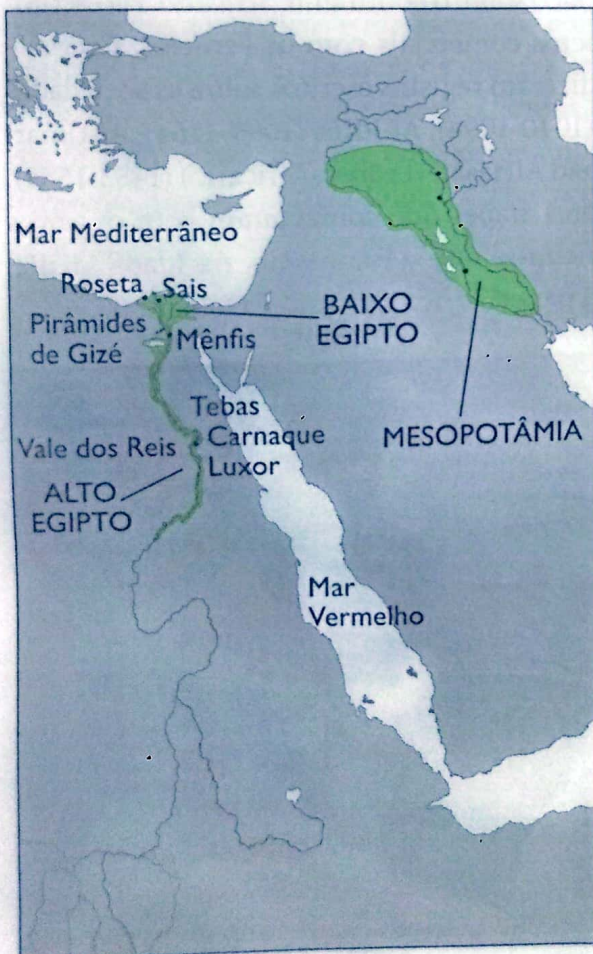
A evolução da Historiografia africana

Antiguidade

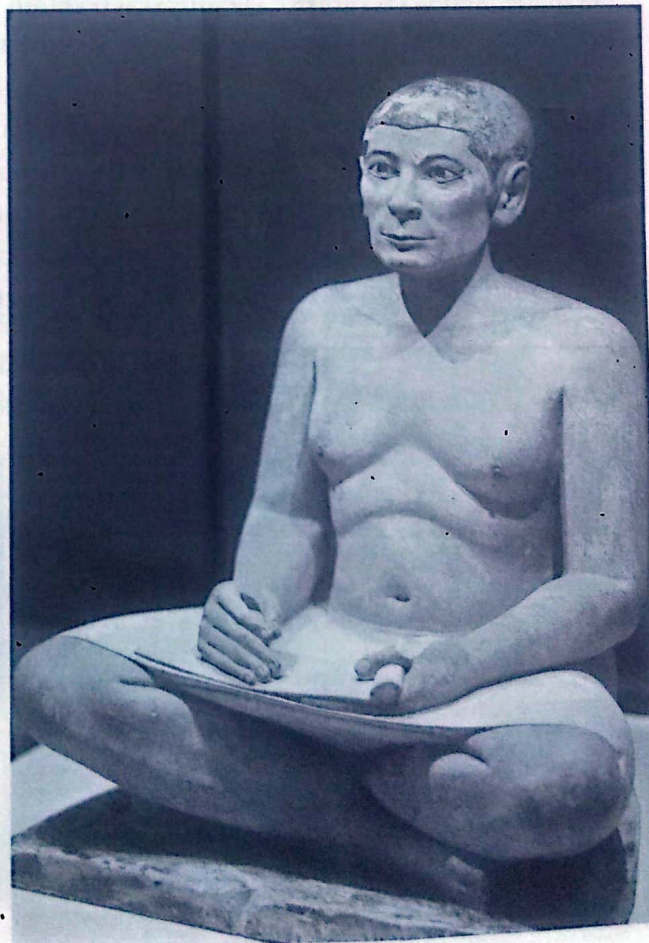
Entre as civilizações da Antiguidade Oriental, desenvolveu-se em África a civilização egípcia. Os Egípcios desenvolveram nessa altura a escrita hieroglífica, que, como noutras sociedades desse tempo, serviu para fixar o legado religioso que até então era transmitido oralmente (cosmogonias e mitografias).

Muitos escritos da Antiguidade destacam contactos entre os povos da Mesopotâmia e do Extremo Oriente com os Egípcios, nomeadamente escritos da historiografia judaica (como a Bíblia).

Em África, predominava uma História cosmogónica, mitológica e, portanto, acientífica.



..... Fig. 25 A civilização egípcia e a Mesopotâmia.



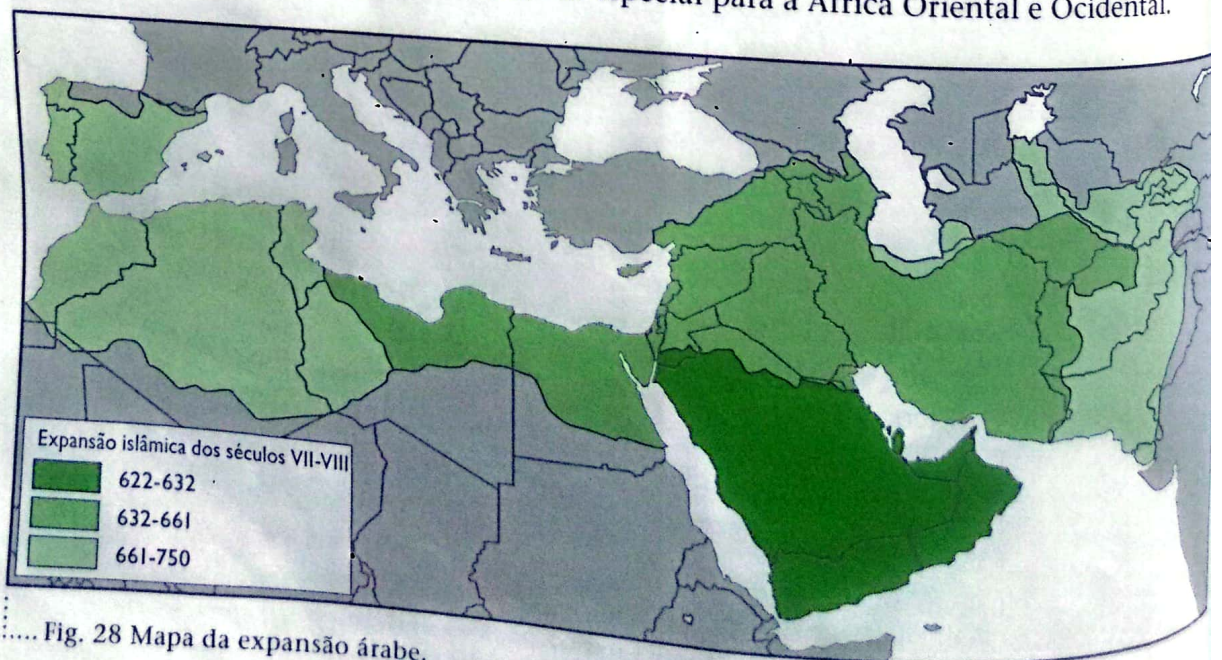
..... Fig. 26 Escriba egípcio.



..... Fig. 27 Documento da época egípcia: *O Livro dos Mortos*.

Idade Média

Na Idade Média, escritores e viajantes escreveram pouco sobre o continente africano. Há escritos sobre uma parte do Norte de África que teve contactos comerciais com os Fenícios, Gregos e Romanos. Noutras regiões do continente também se fizeram registos escritos sobre as sociedades africanas, destacando-se Al-Masudi (?-956), Al-Bakri (1040-1094), Al-Idrisi (1099-1164), Al-Umari (1115-1185), Ibn-Batuta (1304-1377) e Hassan Ibn Muhamad Al-Hasan (Leão-o-Africano) (1483-1558). De uma forma geral, estes escritores foram mercadores árabes que contactaram com os povos africanos entre os séculos IX e XIV. Nesta base, conclui-se que o islamismo, na Idade Média, muito contribuiu para as fontes escritas, em especial para a África Oriental e Ocidental.



..... Fig. 28 Mapa da expansão árabe.



..... Fig. 29 Mapa da Europa e África de Al-Idrisi (a perspectiva deste mapa, com África no topo, é diferente da habitual).

Do século XV até à actualidade

Depois do século XV, África teve contactos com todo o mundo, em especial com os Europeus, no contexto da Expansão europeia, e com o envio, por volta do século XIX, de expedições missionárias, científicas e militares que escreveram sobre África em quase todas as áreas científicas, com especial incidência na Geografia e na exploração dos recursos naturais.

Devido aos constrangimentos referidos e outros de vária ordem, a África, no contexto da História universal, não era considerada um espaço único e total, daí que até na actualidade é frequente dizer-se «África Branca» referindo-se ao Norte de África e «África Negra» referindo-se ao Sul do Sara. Esta situação justifica o facto de África, em muitos casos, aparecer com História regionalizada, como sejam: História da África do Norte e Magrebina, História da África Ocidental, História da África Central e Oriental, História da África Meridional, mas, em contrapartida, existem inúmeras obras que falam da História da Europa e América no seu todo.

No século XIX, Hegel, entre outros, afirmava que África era um continente sem história, exceptuando a parte norte, mas mesmo na parte norte a sua história estava ligada à chegada e permanência dos Europeus. Para Hegel, os Africanos eram incapazes de produzir História, sob o pretexto de que não tinham evoluído nem recebido os benefícios da educação; portanto, a parte norte de África pertencia ao mundo europeu ou asiático. Como a maioria das correntes filosóficas, Hegel também teve e ainda tem os seus seguidores. Um dos exemplos práticos foi A. P. Newton, que, em plena conferência em Londres, no ano de 1923, dizia: «Não existe História antes da escrita, por isso não existe História de África antes da chegada dos Europeus.»

Como já sabemos, o século XIX foi decisivo para o desenvolvimento do criticismo nas ciências sociais, em especial em História, razão pela qual essa ideia de Hegel foi bastante criticada. Essas contraposições contribuíram para o desenvolvimento da História de África no século XX. Ao longo do tempo definiram-se vários posicionamentos relativamente à Historiografia africana, quer por parte dos historiadores, quer mesmo ao nível da própria sociedade. Dessas definições e posições decorreu o aparecimento das correntes sobre a Historiografia africana.

Principais correntes da Historiografia africana

Corrente eurocentrista

Consiste numa abordagem da História de África feita por historiadores e outros estudiosos, que defendem a exploração e a pilhagem dos recursos humanos e naturais do continente africano durante as fases mercantil e colonial. As ideias desta corrente dominaram no período entre os séculos XVIII e XX.

Esta é uma corrente marcadamente racista, por defender a superioridade da raça branca sobre a negra. Sustenta que os Africanos não tinham História antes de estabelecerem contactos com os Europeus.

Considera que a única parte do continente que possui História é o Norte de África (África Branca), que, como tal, faz parte da Europa e da Ásia. Nega a existência da História da África Subsariana (África Negra) antes da presença europeia. Defende que África não é uma parte histórica do Mundo não tem movimentos nem progressos próprios a mostrar: Assim, nega a possibilidade de os Africanos terem contribuído para o desenvolvimento da História universal.

O eurocentrismo estabelece uma estreita relação com o colonialismo, assumindo que a invasão e ocupação de África foi feita sem resistência e com a colaboração dos chefes e povos africanos. Os invasores europeus são vistos como heróis, enquanto os resistentes africanos são vistos como gente sanguinária, sedenta de sangue, pois alegravam-se com guerras entre tribos. Para os eurocentristas, os Africanos não possuíam nenhuma organização política e social centralizada.

Os eurocentristas defendem que somente as fontes escritas são fidedignas, negligenciando a História feita com base em fontes orais. Assim, a história de algumas cidades como Cartago (actual Túnis), Darfur, Songhai, Gana, Yoruba, entre outras, durante a Idade Média e nos períodos anteriores, não foram objecto de estudo, alegadamente pela falta de fontes escritas.

A principal figura da corrente eurocêntrica foi Hegel, destacando-se também A. P. Newton e outros seguidores, como Neutel de Abreu e Massano de Amorim.

Corrente afrocêntrica

Esta corrente surgiu em reacção à corrente eurocentrista. Critica radicalmente a colonização afirmando que esta influenciou negativamente a evolução histórica de África. Está ligada ao proteccionismo africano, no início do século XX, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial.

Valoriza excessivamente as realizações dos povos africanos, por isso é conhecida como a corrente que representa a linha radical dos historiadores em defesa de África. Pelo seu radicalismo, ocupa o extremo oposto ao do eurocentrismo, ao recusar a influência que os outros povos exerceram sobre a História de África.

A corrente afrocentrista sustenta que as transformações que marcaram as diversas fases da evolução dos povos africanos não resultam das conquistas dos outros povos. Ela considera que a História de África é o que é graças ao esforço exclusivo dos Africanos, sem a concorrência de



Fig. 30 Segundo a corrente eurocentrista, depois da chegada dos Europeus a África ter nascido o registo histórico do continente.

Corrente progressista

Esta corrente apresenta o passado africano como tendo sido dinâmico, recorrendo para isso a todas as fontes disponíveis. É uma corrente que reconhece o valor das fontes escritas, mas recusa aceitar que a História seja feita apenas com base em documentos escritos, negando redondamente a corrente eurocentrista neste contexto.

Em contrapartida, admite, apresentando provas de valor irrefutável, que os Africanos entraram numa interacção entre si e com outros povos que influenciou a sua História. Contrariamente ao eurocentrismo e ao afrocentrismo, não espelha complexos de superioridade nem de inferioridade. Reivindica uma investigação histórica séria e uma abordagem não discriminatória, tendo como chave a combinação de várias metodologias e fontes. Esta corrente defende a importância das fontes orais para todo o conhecimento, ao argumentar que tudo o que é escrito é antes pensado e falado.



.... Fig. 31 Figura de terracota do Mali (séculos XIII a XV), que constitui um testemunho histórico.

A corrente progressista difundiu-se a partir de meados do século XX, com a participação de notáveis historiadores como: Jan Vansina, Albert Adu Boahen, Joseph Ki-Zerbo, Terence Ranger, Basil Davidson, Philip Curtin, Bethwell Ogot, Teófilo Obenga, Elikia MíBokolo, John Donald Fage, Roland Oliver, Walter Rodney, entre outros.

A tese geral defendida por estes historiadores é a de que, à partida, sempre existe uma História original de cada povo, pois não existe nenhuma civilização que tenha ficado imóvel no espaço e no tempo: a mobilidade social e política é uma característica de todos os povos.

Actividades

1. A associação da corrente eurocentrista às ideias racistas e à defesa da colonização de África torna-a susceptível a críticas. Que críticas se podem tecer a esta corrente historiográfica? Discute esta questão com os teus colegas, e, com a ajuda do teu professor, redige um texto apresentando as principais conclusões.
2. Reflecte e critica a corrente afrocentrista da Historiografia africana.
3. No texto da caracterização da Historiografia progressista pudeste ler a seguinte frase: «Em contrapartida admite, apresentando provas de valor irrefutável, que os Africanos entraram numa interacção entre si e com outros povos que influenciou a sua História.»
 - 3.1 Recorrendo a acontecimentos da História de África, demonstra a veracidade do conteúdo desta passagem.
 - 3.2 Explica em que medida esta passagem revela uma ideia contrária às outras duas correntes sobre a Historiografia de África.

Problemas da Historiografia africana

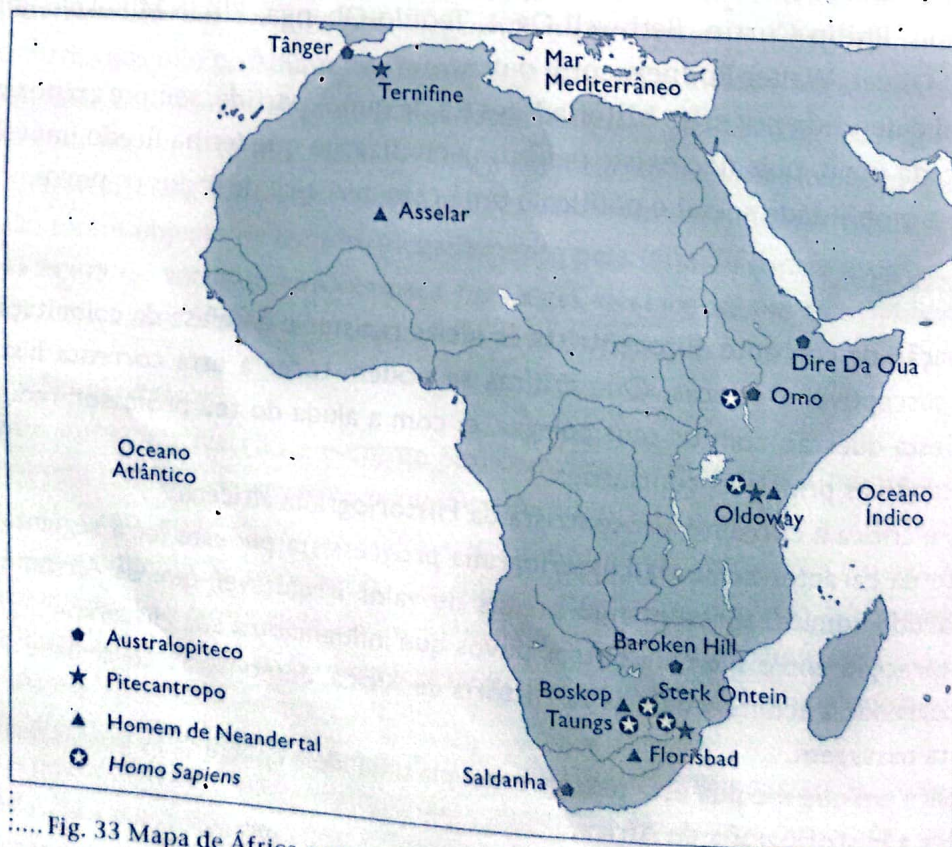
Durante muito tempo, mitos e lendas diversos contribuíram para que a história real de África não fosse conhecida, apesar de se ter concluído que África tem uma história rica desde que se recorra sobretudo a fontes arqueológicas e orais. Historiadores com complexos racionais apresentavam como argumento o facto de o Egipto (onde se encontram os principais registos escritos do continente) não representar a totalidade de África. A falta de confiança nas fontes escritas deve-se aos seguintes factores:



..... Fig. 32 Pinturas rupestres do Sul do Sara.

- os poucos escritos existentes apenas fornecem informações sobre as formas de organização política, económica e social dos Egípcios;
- as fontes existentes encontram-se mal distribuídas no espaço e no tempo;
- as fontes literárias com valor histórico possuem uma visão marcadamente eurocentrista, porque surgiram, na sua maioria, do contacto com Asiáticos na costa africana, a partir do século XI, e com Europeus, a partir do século XV.

O estudo da História de África pode ser feito com o recurso a fontes arqueológicas como a tradição oral, a Linguística, a Antropologia e a Etnologia. Foi através da combinação dessas fontes que foram encontrados os restos ósseos da espécie humana mais antigos do Planeta, concluindo-se deste modo que África é o berço da Humanidade.



..... Fig. 33 Mapa de África com as principais zonas onde foram encontrados os achados ósseos dos primeiros hominídeos.

1.2 Noções sobre Metodologia e Epistemologia da História

Para entender a História, importa conhecer as regras e os princípios com que esta é feita (método) e reflectir sobre o seu modo de operar e a validade do seu conhecimento (epistemologia).

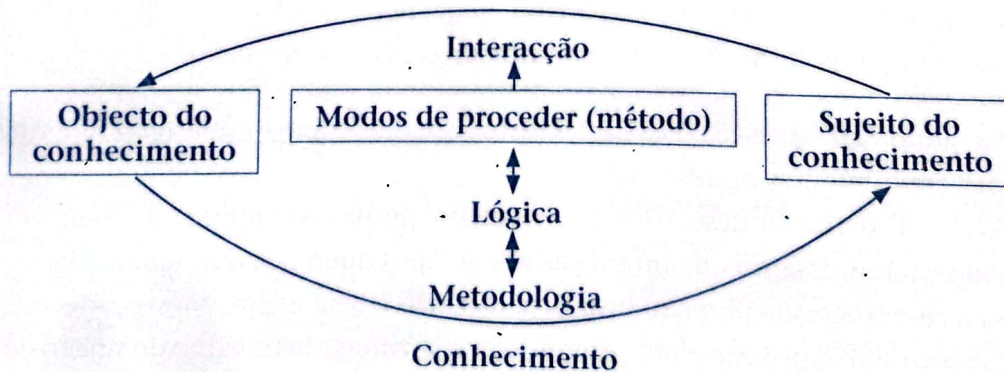
A **Metodologia** é a lógica que estuda os métodos das ciências. A **Epistemologia** (ou Gnosiolgia) é a teoria do conhecimento, visando determinar ou explicar a origem lógica de um conhecimento científico, o seu valor e objectivo.

O conhecimento histórico é produto da interacção de duas entidades: o objecto e o sujeito.

O **objecto do conhecimento** é a entidade a ser estudada e sobre a qual se produz o conhecimento. No caso da História, como já vimos quando a definimos enquanto ciência, essa entidade é o Homem no tempo e no espaço.

O **sujeito do conhecimento** é o sujeito que conhece ou estuda o objecto, com o qual interage, indirectamente, por intermédio de marcas, vestígios, artefactos e restos (fontes). É este sujeito (o historiador) que produz o conhecimento. O sujeito, por sua vez, deve ser compreendido sob duas acepções: o sujeito da História e o sujeito do conhecimento. O sujeito da História refere-se ao que foi alvo de atenção durante as várias épocas da evolução historiográfica, caso concreto das figuras centrais estudadas ao longo das épocas e que foram variando de acordo com a visão dos escritores/historiadores ou concepção histórica. Assim, o sujeito da História evoluiu de Deus, na Antiguidade oriental, para grandes homens ou figuras míticas, na Antiguidade Clássica, até ao Homem na sua generalidade, no caso da Nova História.

Na produção do conhecimento, a interacção entre o sujeito e o objecto deve seguir regras e princípios que obedecem a uma série de operações ordenadas e estratégicas, que se designam por **método**. Cada ciência tem o seu método específico, e a História não foge à regra. O esquema seguinte mostra a relação entre o objecto e o sujeito do conhecimento no estudo da História.



Muitas vezes, os vestígios da passagem do Homem são muito ténues. O historiador tem, então, de pesquisar e investigar todos os sinais da presença humana. A frase seguinte, retirada do livro *Introdução à História*, de Marc Bloch, parece ilustrar claramente essa ideia: «O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda, onde fareja carne humana é que está a sua caça.»

O farejar da carne humana pelo bom historiador (sujeito do conhecimento histórico) representa o trabalho, a pesquisa e os procedimentos (metodologia) do sujeito do conhecimento ao procurar alcançar o passado indirectamente – estudando as marcas, os vestígios, os artefactos e os diversos restos deixados pelo Homem.

1.3 Fontes da História

Os traços, marcas, restos, pegadas e vestígios que nos permitem obter conhecimentos sobre o passado humano tomam em História o nome científico de fonte histórica ou documento.

É considerada **fonte** ou **documento** todo e qualquer tipo de vestígio que nos chegou do passado e que testemunha a presença e a actividade dos homens de outras épocas, permitindo ao historiador reconstituir a vida desses períodos.

A reconstrução do passado, como se disse antes, não é tarefa fácil, pois as fontes ou documentos históricos não se encontram apenas em arquivos organizados, mas em qualquer espaço onde o Homem tenha existido e de forma diferenciada.

Podemos assim perceber que o discurso histórico só pode ser feito através do uso de meios intermediários entre o passado e o historiador, ou seja, intermediários entre o sujeito do conhecimento e o objecto da História. Estes intermediários são as fontes, já que sabemos que o passado é inatingível. Como é óbvio, as fontes da história apresentam-se sob várias formas e tipos.

Lê o excerto que se segue.

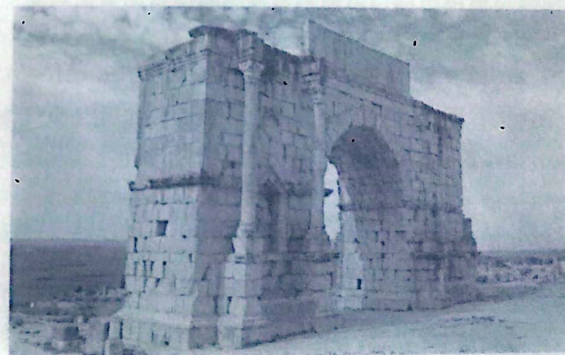
O documento histórico é, na maioria das vezes, um documento escrito, manuscrito ou impresso (inscrição, concha, papiro, manuscrito, carta, jornal, carimbo postal). Pode ser também um documento gravado ou audiovisual, isto é, transmitido pelo som ou pela imagem (cilindro, disco, fita magnética, desenho, pintura, mapa, esboço, fotografia, cliché, diapositivo, filme, microfilme) ou uma simples tradição oral, sem suporte material, que alguém recolhe com vista à sua fixação. Pode ainda ser um documento figurado, quer dizer, um vestígio material do Homem (documento arqueológico, numismática, esfragístico) ou uma paisagem portadora da marca dos homens que a trabalharam (observação geográfica). Todavia, se o documento figurado ou a observação geográfica não são acompanhados de textos, a sua significação escapar-nos-á com frequência. Finalmente, observamos que o próprio historiador pode ainda ser testemunha directa de certos factos.

Neste texto, foram arroladas diversas fontes históricas, que, como estudaste na 8.ª classe, podem ser agrupadas em diferentes tipos.

Pode parecer que, depois de descortinarmos os meios que de certo modo nos põem em contacto com o passado e feitos os agrupamentos de fontes de tipos diferenciados, temos todo o caminho andado para a construção de discurso histórico. Mas não é bem assim! Na verdade, as fontes por si só não são um discurso histórico: necessitam, como já vimos, do trabalho do sujeito do conhecimento através de certos procedimentos.

Lembrando que o método se refere às formas de relacionamento entre o sujeito e o objecto de conhecimento, é caso para perguntar: Como é que o sujeito de conhecimento histórico, ou seja, o historiador, se relaciona com as fontes?

O sujeito do conhecimento depara com dificuldades na procura das fontes, principalmente quando o passado é muito longínquo (em muitos casos não existem fontes primárias nem testemunhos, daí o auxílio da Arqueologia). Em contrapartida, encontra muitas fontes e testemunhos diversos de épocas mais recentes. Porém, essa é uma fase inicial do trabalho do historiador. Segue-se uma série de passos – a que anteriormente chamámos metodologia.



..... Fig. 34 Diversas fontes materiais históricas: coluna da Fortaleza de São Caetano de Sofala (Moçambique); esqueleto humano; moedas; olaria; Pirâmides de Gizé (Quéops, Quéfren e Miquerinos), no Egípto; ruínas romanas em Marrocos.

Actividades

1. O que entendes por fontes históricas?
2. Quais são os tipos de fontes históricas que estudaste na 8.ª classe? Dá exemplos de cada tipo de fontes.
3. Alguns autores classificam as fontes históricas em: fontes escritas e fontes não-escritas. Concordas com esta classificação? Justifica a tua resposta.

Os métodos da História

Como já vimos, os métodos da História referem-se à maneira como o sujeito (historiador) se relaciona ou trabalha as fontes para, através delas, retirar os dados que precisa do passado humano e construir o conhecimento sobre ele.

Os métodos da História podem ser resumidos num só método a que se dá o nome de **crítica histórica**, que é composto por duas operações fundamentais: a **análise** e a **síntese**.

Antes de procedermos ao desenvolvimento das duas operações atrás referidas, tens de notar que, em História, o sujeito do conhecimento, o historiador, ao partir para um certo estudo, parte de algo que ele próprio já conhece, mas do qual ele pretende esclarecer apenas uma parte desse conhecimento, para uma melhor percepção e compreensão do todo; quer dizer, raramente um estudioso de História partirá para o estudo de algo de que nada se conhece. É precisamente a partir do que se conhece que nascem dúvidas, inquietações ou o desejo de perceber mais ou de procurar uma melhor explicação daquilo que é conhecido e que se faz a pesquisa em História.

A análise

O historiador averigua o desconhecido para incorporá-lo no que já era conhecido antes do estudo a partir do qual se suscitam as dúvidas, inquietações, etc. A **análise** é a averiguação desse desconhecido e compreende os quatro momentos que explicaremos seguidamente: heurística, crítica externa, crítica interna e hermenêutica.

Heurística

É a operação de recolha das fontes de informação, fontes que, como sabes, funcionam como o intermediário entre o objecto e o sujeito do conhecimento. As fontes são absolutamente indispensáveis para a pesquisa em História.

Crítica externa

Também denominada crítica de autenticidade, é a operação que se ocupa dos aspectos ligados à forma e aos materiais de que as fontes se constituem.

Esta crítica permite aferir da autenticidade da fonte através da análise dos aspectos formais que têm que ver com a apresentação e formato da fonte, sua constituição material, quando comparada com as demais do mesmo tipo.

Crítica interna

Também denominada crítica de credibilidade, é a operação que baseia o seu trabalho no conteúdo da fonte, isto é, o que ela contém como informação. Isto é feito através da interpretação literária, com vista a extrair dela o conteúdo, de acordo com as práticas literárias da época a que ela pertence; averiguação da competência, a fim de apurar se a pessoa que emitiu tal fonte tinha ou não competência para a haver emitido, a averiguação da intencionalidade e sinceridade, que visa saber a intenção com que a fonte foi produzida, pois há casos em que as fontes são produzidas com intenção enganosa; a averiguação da exactidão, em que se procura apurar o rigor do testemunho e a comparação, que é, na verdade, uma operação que perpassa por todas as anteriores, porquanto todos os passos anteriores são feitos comparando as fontes em estudo com outras que poderão ser assumidas como termos de comparação.

Hermenêutica

Operação pela qual se procede à interpretação dos dados retirados das fontes, para se saber em que medida elas respondem ao questionamento que lhes foi colocado, de acordo com as inquietações na base das quais foi desencadeada a pesquisa.

Síntese

Operação através da qual se procede à integração do que se conseguiu desvendar do desconhecido, com o desenrolar de todos os passos da operação anterior. Esta integração é, na verdade, o resultado da pesquisa histórica e com ela se enriquece o património histórico.

Voltemos à crítica histórica: conforme já foi dito, ela compreende duas operações – a análise e a síntese. Na verdade, as acções ou os procedimentos de cada uma destas operações transcendem os limites de cada uma delas, nem sempre é fácil determinar se uma acção ou procedimento se inscreve numa ou noutra operação, podendo até acontecer que uma acção se inscreva em ambas. No entanto, a distinção é necessária, particularmente por razões metodológicas.

Vamos relembrar...

- A História é o estudo dos homens no tempo e no espaço ao longo dos tempos. Como ciência, ela nem sempre se apresentou como nós a conhecemos hoje. Para chegar ao estatuto actual, a História percorreu um longo caminho que se iniciou por volta do quarto milénio antes da nossa era, com o advento da escrita, que permitiu fazer os primeiros registos escritos de que há memória – as cosmogonias e mitografias. No decurso desse longo processo, a História conheceu vários sujeitos e colocaram-se-lhe finalidades diversas.
- No século XIX, a História conheceu as raízes da sua cientificidade, e, no princípio do século XX entrou numa crise à saída da qual resultaria uma redefinição do seu objecto de estudo, do seu papel e reencontro do seu estatuto perante as outras ciências. Na sequência disto, surge a História Nova que, entre outros aspectos, abre perspectivas para o estudo da História africana numa visão progressista, em oposição à Historiografia africana eurocentrista e afrocentrista.

Auto-avaliação

1. O que entendes por História?

1.1 Comenta as frases seguintes:

- Não existe História sem escrita.
- História é o conjunto de acontecimentos sociais, económicos, políticos e culturais que tiveram lugar na vida do Homem ao longo dos tempos.
- O estudo historiográfico inicia-se com a invenção da escrita.
- Historiografia é a história da História.

2. As primeiras formas de fazer História foram as cosmogonias e as mitografias. Lê com atenção o texto que se segue e diz se se trata de uma cosmogonia ou mitografia.

Tanto os filhos de Deus como os filhos do Homem vieram a perverter-se; a corrupção foi tão grande que Deus se arrependeu de ter criado o género humano e resolveu destruí-lo por um dilúvio universal. Contudo, Noé, homem justo, foi poupado, assim como toda a sua família.

Por ordem de Deus, Noé construiu a arca na qual se refugiou com sua família e vários casais de todas as espécies de animais.

Então, choveu durante 40 dias e 40 noites, a água inundou a terra inteira e afogou tudo quanto tinha vida fora da arca.

No fim de cinco meses, a arca parou no monte Ararat, na Arménia; Noé saiu da arca e ofereceu um sacrifício de gratidão ao Senhor, que lhe prometeu não mandar mais dilúvios à Terra e lhe deu o arco-íris como sinal de aliança.

Os filhos de Noé, Sem, Cham e Jafete, estabeleceram-se na planície de Senaar ou Mesopotâmia, entre o Tigre e o Eufrates; ensoberbecidos e esquecidos de Deus, resolveram erguer uma torre tão alta que atingisse o céu. A fim de castigar tamanho orgulho, o Senhor confundiu-lhes a linguagem: não puderam mais entender-se e foram obrigados a separar-se.

Aquele triste monumento de vaidade recebeu o nome de Babel ou confusão.

2.1 «O mito cumpre na cultura primitiva uma função indispensável: expressa, acentua e codifica a crença; protege e reforça a moral; vigia a eficiência do ritual e de certas regras práticas para a orientação do homem.»

Comenta este texto, tomando como base o mito do dilúvio.

3. Explica a seguinte expressão:

«A Historiografia grega representou a passagem de uma Historiografia gentílica para uma Historiografia ecuménica.» (Ver páginas 25-28 sobre Historiografia cristã antiga – gentilismo judaico e ecumenismo cristão.)

3.1 Na tua opinião, quem merece o estatuto de «Pai da História»? Justifica a tua resposta.

4. Com base na leitura que fizeste sobre a evolução da Historiografia desde a Antiguidade até ao século XX, copia para o teu caderno o quadro-síntese abaixo e completa-o.

Período historiográfico		Contexto histórico	Características	Principais representantes	Limitações e críticas
Historiografia da Antiguidade	Judaica				
	Greco-romana				
	Cristã				
Historiografia Medieval	Palaciana				
	Burguesa				
Historiografia renascentista					
Historiografia iluminista					
Historiografia do século XIX	Romantismo				
	Positivismo				
	Historicismo				
	Marxismo				
Historiografia do século XX					

5. Menciona as três correntes da Historiografia africana.

5.1 Identifica as correntes a que correspondem as frases abaixo.

- «África é um continente sem história.»
- «A História de África existe independentemente da influência europeia.»

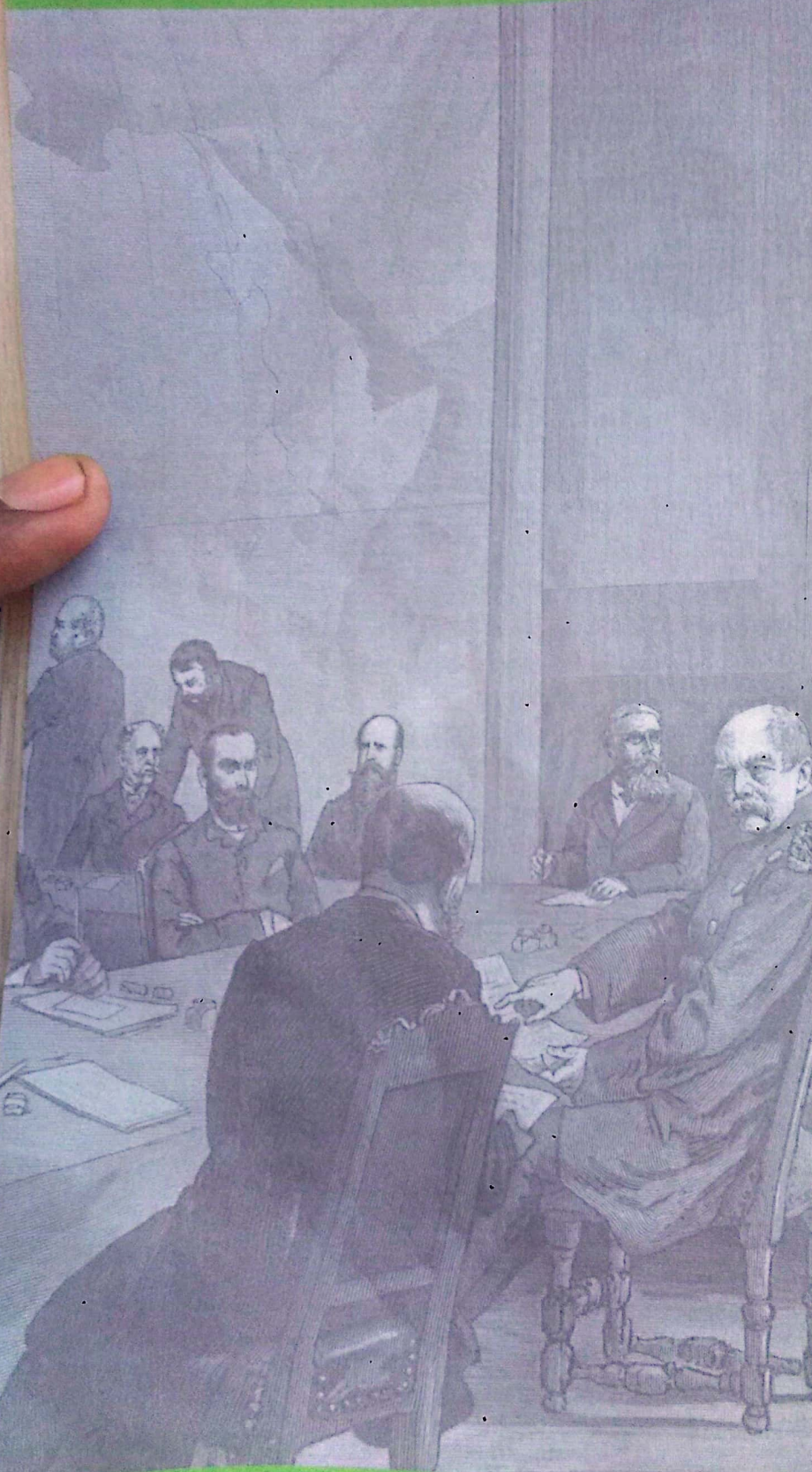
6. Existem várias tipologias de classificação de fontes. Alguns autores agrupam as fontes em materiais e não-materiais, outros acrescentam o grupo das mistas (escritas, não escritas). Tendo em atenção o que estudaste, faz os teus agrupamentos de fontes e não te esqueças de fundamentar os agrupamentos que formares.

7. Com base na relação existente entre o sujeito e o objecto na construção do conhecimento histórico, justifica a relatividade do conhecimento histórico.

8. Qual é o método de estudo da História?

9. Actualmente, a tendência historiográfica leva-nos a fazer uma História problemática, ou então História-problema. Elabora uma pequena pesquisa na tua comunidade a partir do seguinte problema: Qual é o papel das autoridades locais na consolidação da democracia em Moçambique? Aplica a metodologia de investigação histórica que aprendeste.

Invasão, partilha e ocupação efectiva de África



• • • • •
Ao terminar esta unidade, deve ser capaz de:

- descrever a situação sociopolítica e socioeconómica de África em os séculos XV e XIX;
- caracterizar África no período pré-colonial;
- explicar o processo da expansão e o poder europeu no século XIX;
- analisar a resistência africana ao ponto de vista africanista.

2.1 África entre os séculos XV-XIX

Conforme viste no capítulo anterior, particularmente quando abordámos o tema da Historiografia africana, o continente africano foi palco do desenvolvimento de grandes civilizações. Estas civilizações evoluíram, até um certo período, nas fronteiras do seu continente, de forma autónoma e sem grandes influências exteriores.

Porém, como já sabes das classes anteriores, a partir do século VII, ou mesmo antes, o continente africano estabeleceu contactos com outros povos do mundo. No século XV iniciaram-se os contactos com os Europeus. Os desenvolvimentos posteriores resultaram na partilha e ocupação efectiva do continente. Esta matéria constitui o objecto de estudo deste capítulo.

A partilha de África foi uma consequência directa da expansão imperialista, que estudaste na 10.^a classe, e que teve o seu início nos finais do século XIX. A partir deste período, as potências colonizadoras não se interessaram apenas em fazer comércio (ouro, marfim e escravos) com os reinos e impérios africanos: passaram a ter interesse em dominá-los politicamente para melhor explorar os seus recursos. O processo de partilha de África culminou com a demarcação das fronteiras africanas, que perdura até aos nossos dias.

2.1.1 Características de África entre os séculos XV e XIX

No capítulo anterior, quando tratámos da questão da periodização, referimo-nos a critérios. Na periodização da História de África, o período pré-colonial pode ser tido como um exemplo de como o critério de periodização varia de acordo com diferentes perspectivas e/ou correntes.

Assim, para muitos eurocentristas e afrocentristas, o período pré-colonial prolonga-se até ao século XV, com a chegada dos Europeus. Por sua vez, na perspectiva africanista, na base da qual se desenvolve o presente capítulo, o período pré-colonial estende-se até aos finais do século XIX, com o início da partilha e ocupação efectiva de África.

No século XV, com a chegada dos Europeus ao continente africano, as sociedades locais possuíam uma dinâmica política; económica e sociocultural distinta, que é resultado das suas vivências e contacto com outros povos (ex.: Árabes e Persas). Estas sociedades não se podem considerar atrasadas ou avançadas, tal como defendem os eurocentristas e afrocentristas, respectivamente.

Com efeito, a presença europeia em África entre os séculos XV e XIX alterou a dinâmica das sociedades locais, sobretudo as que se localizavam ao longo da costa, tal como aconteceria em qualquer outra situação semelhante.

A sociedade africana entre os séculos XV e XIX é o resultado da confluência de três elementos fundamentais: as tradições locais, baseadas na existência de linhagens dominadas e dominantes, onde estas exercem o poder político-ideológico, que era legitimado sobretudo pelo controlo dos ritos mágico-religiosos; a influência dos povos árabes e da religião islâmica; e, por fim, a influência da cultura ocidental-europeia, que trouxe com ela o cristianismo.

A estrutura-base das sociedades africanas nesse período, sobretudo no interior, assentava nas tradições locais. No entanto, o islamismo estava profundamente enraizado na África do Norte, tendo-se expandido para a região ocidental (reino de Songhay) e a costa oriental (gerando o povo Swahili). A influência europeia manifestou-se na assimilação, por parte de alguns africanos, da educação ocidental, assim como a aquisição de alguns traços culturais ocidentais, devido à compra de artigos europeus (ex.: roupas, produtos manufacturados, armas de fogo, etc.).



Fig. 3 Monumento aos escravos de Tippu Tip (proprietário e escravagista do séc. XIX) em Zanzibar.



Fig. 4 A aringa da Maganja da Costa em 1898.

Actividades

- I. A delimitação do período pré-colonial da história de África está intrinsecamente ligada às correntes da Historiografia africana. Explica com clareza esta ligação.
 - I.1 Delimita os parágrafos do texto que acabaste de ler (págs. 53-54) de acordo com as características económicas, socioculturais e políticas de África.
 - I.2 Menciona duas características de cada uma das partes delimitadas.

2.2 A invasão do continente africano

A invasão de África pelas potências imperialistas europeias teve lugar por volta de finais do século XIX. Alguns autores propuseram 1870 como ano de início, porque nessa altura os principais países capitalistas viram-se mergulhados na primeira grande crise financeira à escala mundial, encarando-se a expansão imperialista como solução para a crise. Contudo, mesmo antes de 1870 já tinham ocorrido algumas ocupações de territórios africanos pelos Franceses na Senegâmbia, Belgas no Congo e Portugueses na África Central. O ano de 1880 foi consensual para marcar o início da invasão de África, pois vai ser a partir deste ano que se vai assistir a uma ocupação sistemática do continente africano.

Para explicar as razões que levaram os Europeus a ocupar África, segundo Uzoigwe (1991), existem várias teorias, a saber:

- teorias económicas;
- teorias psicológicas;
- teorias diplomáticas;
- teoria da dimensão africana.

2.2.1 Teorias económicas

Do ponto de vista económico, a invasão de África é justificada pelas profundas transformações que ocorreram no sistema capitalista devido à crise de 1870 e que ditaram a transição do capitalismo de livre-concorrência (*laisser-faire*) ao capitalismo monopolista ou financeiro (ver manual da 9.ª classe).

O novo capitalismo – o imperialismo – possui necessidades radicalmente novas, a saber: novos mercados para exportar o seu capital financeiro (através de investimentos, créditos e/ou donativos). É preciso acrescentar a estas novas necessidades, outras com que os países capitalistas já se debatiam desde o desencadear da Revolução Industrial, nomeadamente: novas fontes de matérias-primas para abastecer as indústrias e novos mercados para colocar os seus produtos manufacturados.

Os principais defensores desta teoria são os seguintes estudiosos: Rosa Luxemburgo, George Ledebour, John Atkinson Hobson e Vladimir Lenine. Para estes, vão ser as razões económicas que explicam por que razão as potências coloniais vão decidir dominar politicamente os reinos e impérios africanos, após vários séculos de relações comerciais, conforme atesta o excerto seguinte.

A superprodução, os excedentes de capitais e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente dos seus recursos económicos fora da sua esfera política actual e a aplicar activamente uma estratégia de expansão política com vista a apossarem-se de novos territórios.

John A. Hobson *apud* G. Uzoigwe, *História Geral de África*

As teorias económicas podem explicar a necessidade da expansão imperialista dos países europeus como forma de evitar o colapso do sistema capitalista. No entanto, estas, por si só, não explicam cabalmente a partilha de África, pois as principais potências europeias, para recuperar da crise, procuraram investir noutras partes do mundo consideravelmente mais desenvolvidas do que África, tal como ilustra a tabela seguinte.

País	Percentagem de investimentos em 1913	
	Para África	Resto da Europa, América e Austrália
Inglaterra	cerca de 20%	cerca de 80%
França	cerca de 20%	cerca de 80%
Alemanha	cerca de 10%	cerca de 90%

Fig. 5 Tabela com a percentagem aproximada de investimentos dos principais países capitalistas europeus (Fonte: Fage, J. Donald, *História da África*, p. 341).

É preciso salientar que mais de metade dos investimentos europeus, neste período da partilha (1880-1914), se destinavam à África do Sul como forma de controlar a riqueza mineira (diamantes e ouro). E outra parte considerável era investida na África do Norte, onde os Europeus detinham relações comerciais no Mediterrâneo desde os tempos da Grécia e Roma antiga. Assim, a África intertropical atraía apenas 4% do investimento estrangeiro de todo o Mundo.

Isto significa que a maior parte do território africano não era um bom mercado para investir o capital em abundância na Europa, nem um bom mercado para a compra dos produtos manufacturados europeus, devido ao fraco poder de compra, pois os trabalhadores assalariados tinham sido escravos havia apenas algumas décadas e alguns, apesar da emancipação oficial por alguns países europeus, continuavam a ser escravizados e traficados. Mesmo a matéria-prima que abundava em África era difícil de escoar devido à escassez de vias de comunicação (linhas férreas).

A fraca atenção dos Europeus em relação a África é demonstrada também pelo facto de o processo de ocupação de África ter sido liderado, em grande parte, por indivíduos aventureiros (exploradores), entre eles comerciantes, militares, missionários e caçadores de elefantes, conforme veremos adiante. Os Estados europeus iam ratificando tratados assinados pelos exploradores, ou enviando militares para defender os seus interesses comerciais ou missionários para se ocuparem dos seus cidadãos.

2.2.2 Teorias psicológicas

Estas teorias, de uma forma geral, procuram demonstrar a supremacia da «raça branca» como causa da partilha e posterior colonização de África. Classificam-se em **darwinismo social**, **cristianismo evangélico** e **atavismo social**.

Darwinismo social

«As espécies que melhor se adaptam às transformações ambientais sobrevivem, e as que menos se adaptam desaparecem pelo processo de selecção natural.» (Charles Darwin, 1859)

Conforme estudaste na disciplina de Biologia, Charles Darwin foi uma figura notável no estudo da evolução das espécies, particularmente das plantas. No entanto, alguns estudiosos, entre eles **George Hegel**, usaram a teoria de evolução das espécies para justificar a superioridade da «raça branca». Deste modo, a conquista dos povos africanos seria justificada por estes constituírem «raças inferiores» ou «espécies não evoluídas», devendo ser dominadas pela «raça superior - branca» devido ao processo inevitável de «selecção natural». O ponto mais alto dos adeptos desta teoria atingiu-se com o nazismo na Alemanha de Hitler (ver manual da 10.ª classe).



Fig. 6 Charles Darwin.

Cristianismo evangélico

«[...] todo aquele que invocar o nome de Deus será salvo.» (*Romanos*; 10:13)

Esta teoria foi defendida principalmente pelos missionários, na qual afirmam ser seu dever moral espalhar o cristianismo e a civilização ocidental em África, acrescentando ainda que havia necessidade de «salvar as almas» dos povos africanos. Estes missionários estavam imbuídos de um espírito «humanitário» e «filantrópico».

O humanitarismo e filantropismo dos missionários europeus eram, muitas vezes, acompanhados de reais interesses económicos para os seus países de origem. Os missionários, quando apresentavam os seus relatórios, não apontavam somente o número de fiéis convertidos, ou os relatos do seu trabalho evangélico, mas descreviam também as potencialidades económicas das regiões em que se estabeleciam. Ademais, quando foi necessário persuadir os seus países a colonizarem a África, os argumentos mais usados foram os económicos, tal como veremos adiante nos relatos das viagens de exploração do pastor David Livingstone.



Fig. 7 O humanitarismo e filantropismo dos missionários europeus eram, muitas vezes, acompanhados de reais interesses económicos para os seus países de origem.

Atavismo social

Explica a partilha de África em termos sociológicos e não económicos. Assim, segundo Schumpeter, seu principal defensor, o Homem tem um desejo natural de dominar o próximo, pelo simples prazer de dominá-lo. Considera o imperialismo um «egoísmo nacional colectivo». Deste modo, as potências europeias ocuparam efectivamente o continente africano pelo simples desejo de dominar as nações «fracas», demonstrando assim o seu poder.

2.2.3 Teorias diplomáticas

Estas teorias apresentam argumentos puramente políticos para justificar a partilha de África. Estas teorias nascem no Nacionalismo Europeu, que estava «ferendo» no espírito dos cidadãos europeus, sobretudo devido à crise económica de 1870 e aos conflitos imperialistas entre as potências europeias. Estas teorias podem ser agrupadas em **prestígio nacional, equilíbrio de forças e estratégia global**.

Prestígio nacional

O principal defensor desta teoria foi Carlton Hayes, que defendia que o imperialismo foi um fenómeno nacionalista. Os adeptos nacionalistas tinham uma sede ardente de prestígio nacional e pretendiam manter ou restaurar a grandeza das suas nações.

Países como a França, que havia sido derrotada pela Alemanha em 1890 e perdido as regiões de Alsácia e Lorena (ver manual da 10.^a classe), viam na expansão imperialista, sobretudo para África, uma forma de resgatar a sua dignidade e estatuto de superpotência.

Os governos europeus de então viam a expansão imperialista ou o colonialismo como forma de aumentar a sua popularidade e como forma de se manterem no poder, pois a crise económica mundial de 1870 levou a sucessivas manifestações populares de descontentamento.

Equilíbrio de forças

Os seus principais defensores são Langer e F. H. Hinsley, este último afirma que a causa principal da partilha de África foi o desejo de paz e estabilidade dos Estados europeus. É preciso recordar que na expansão para África os países europeus não queriam fazer grandes investimentos nem criar conflitos entre si. Daí que, quando começaram a existir conflitos entre Europeus pelo controlo de recursos de algumas regiões de África, a solução tenha sido a divisão e ocupação do continente – a partilha de África.

Estratégia global

Esta teoria defende que a invasão e a partilha de África foram motivadas por uma estratégia global e não pela economia. Os movimentos de reacção à presença europeia que já começavam a surgir em África ameaçavam interesses estratégicos globais das nações europeias.

Os defensores desta teoria afirmavam que África foi ocupada, não porque tivesse riquezas materiais a oferecer aos Europeus, mas porque ameaçava os interesses dos Europeus. Os principais defensores desta teoria são Ronald Robinson e John Gallagher.

As teorias psicológicas e diplomáticas pretendem acabar com a ideia de que a partilha de África se deu apenas por razões económicas. Estas teorias ajudam-nos também a compreender a rapidez com que África foi dominada politicamente (aproximadamente vinte ou trinta anos, de 1880 até 1900/1919).

Vocabulário

Nacionalismo europeu – Foi o sentimento de amor à pátria (nação) que se viveu na Europa a partir dos finais do século XIX e que se caracterizava pelo proteccionismo na economia, xenofobia e até racismo em termos sociais e o imperialismo em termos políticos.

Actividades

1. Comenta a afirmação que se segue:

«África foi ocupada não porque tivesse riquezas notáveis a oferecer, mas porque ameaçava os interesses europeus.»

2.2.4 Teoria da dimensão africana

Esta teoria examina a partilha de África do ponto de vista africanista (ver correntes de Historiografia africana), tendo em consideração tanto os factores europeus como os africanos. É inegável que no século XVIII, com a Revolução Industrial e Francesa, a Europa atingiu um nível de desenvolvimento material e espiritual que a colocou em grande vantagem em relação a África, caso ocorresse algum conflito. É preciso ter em conta, além dos factores económicos da expansão (necessidade de matérias-primas, novos mercados e exportação de capitais), a importância dos factores africanos locais. Neste sentido, o fenómeno escravatura merece uma especial atenção, pois este comércio era controlado directamente pelas elites dirigentes dos Estados africanos e passou a ser a fonte de expansão do seu poder. Este comércio afastou consideravelmente as comunidades das suas classes dirigentes, originando revoltas internas e tornando os governos africanos ilegítimos.

Com o início da abolição da escravatura no século XIX (é preciso notar que a iniciativa do abolicionismo foi dos Europeus, que já estavam mais bem preparados para a nova era das relações comerciais com África), os Europeus começaram a procurar produtos alternativos ao escravos, entre estes, as oleaginosas (óleo de palma, de dendém, amendoim, etc.), o ouro e a madeira. Este comércio ficou conhecido como «comércio legítimo» (em oposição ao ilegítimo: tráfico de homens – escravos). Em África, a produção e comercialização das oleaginosas não eram monopolizadas pelas elites dirigentes, mas por pequenos empresários ou pela produção familiar.

Assim, os comerciantes europeus distanciam-se das elites africanas e procuram aliar-se aos pequenos empresários numa perspectiva de livre concorrência (*laissez-faire*). Quando as elites dirigentes africanas procuraram controlar este comércio, foram consideradas antiquadas, tal como as antigas companhias monopolistas do período mercantil. Por isso, os comerciantes europeus liberais convenceram os seus Estados a colonizarem os territórios africanos.

A teoria da dimensão africana nega a ideia de que a partilha e a conquista eram inevitáveis para África, defendendo que foi uma consequência lógica de um processo de «devoração» de África pela Europa, cujo início mais remoto data do século XV, aquando da chegada dos Europeus. Neste processo, o domínio económico antecedeu a dominação política. Defende ainda que foram motivos económicos que fizeram chegar os Europeus a África nos finais do século XIX e que a resistência africana precipitou a conquista militar efectiva, marcando o início da era colonial.

Actividades

1. Apresenta as diferenças e semelhanças entre as seguintes teorias:
 - a) diplomáticas e psicológicas;
 - b) económicas e teoria da dimensão africana.
2. Na tua opinião, qual das teorias explica melhor a partilha de África? Justifica a tua opção.

2.2.5 As viagens exploratórias

Na primeira vaga de «descobrimientos» (séculos XV-XIX), conforme vimos anteriormente, os Europeus limitaram-se apenas à exploração do litoral africano, sendo o interior de África uma região por desvendar. No século XIX, graças aos avanços técnico-científicos (progressos médicos, navegação, ciências sociais, etc.), os Europeus iniciam uma nova vaga de «descobrimientos» pelo

interior de África, que ficou conhecido como viagens exploratórias. Estas viagens tinham como objectivo, em última análise, dar a conhecer ao mundo europeu, e não só, as potencialidades de África, pois era necessário um negócio alternativo ao tráfico de escravos, que estava a caminho de ser abolido.

Nestas viagens, os objectos geográficos (principais rios e lagos) desempenharam um papel fundamental, pelas seguintes razões:

- Os principais rios constituíam meios de acesso ao interior de África, onde se encontravam as fontes produtoras de ouro, marfim, madeira, goma, óleos vegetais, etc.;
- Os rios constituíam ainda a principal via de transporte para a importação e exportação de produtos de e para as principais cidades do interior de África;
- Os grandes lagos africanos constituem, até aos nossos dias, reservas de minerais preciosos que ataçavam a cobiça de muitos caçadores de tesouros.



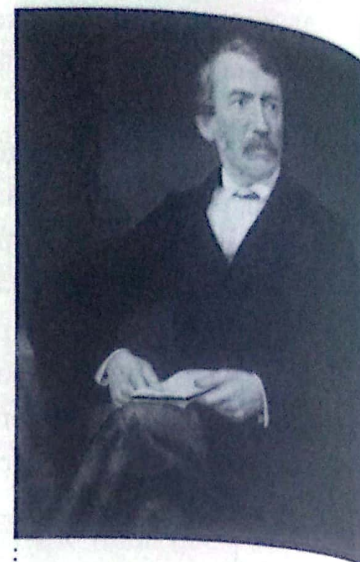
..... Fig. 8 Principais rios e lagos do continente africano.

Os objectos geográficos também atraíram os exploradores por razões meramente científicas e filantrópicas, bem como a curiosidade e espírito de aventura. Foi por esta razão que os principais patrocinadores destas viagens foram as sociedades de Geografia, caso concreto da Sociedade Real de Geografia (1856) e Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), bem como as associações coloniais, de que são exemplos a Associação Africana (1778) e a Associação Internacional do Congo (1876).

Os principais exploradores foram aqueles a que o historiador Joseph Ki-Zerbo designou por «3M» - Mercadores, Missionários e Militares.

O explorador David Livingstone

O exemplo mais notável de um missionário é o do pastor e médico David Livingstone, que chegou à África do Sul em 1841. Depois avançou para o interior, atravessando o deserto de Calaári, «descobriu» o lago Ngami, tomou a direcção noroeste, passando pelo rio Zambeze, e chegou a Luanda, na costa atlântica, por volta de 1854. Apesar da saúde débil, recusou-se a voltar para a Europa porque havia prometido aos seus acompanhantes que os acompanharia no regresso ao seu local de origem (reino Lozi dos Cololos). Através do Zambeze, desceram em direcção ao Sudeste, e após um ano de viagem alcançaram o reino Lozi. Os Cololos, como gesto de agradecimento ao pastor Livingstone, acompanharam-no às cataratas gigantescas do Zambeze, que o pastor baptizou de «Quedas Vitória» em homenagem à rainha Vitória de Inglaterra. Em 1856, chegou ao oceano Índico, pelo rio Zambeze, e a Quelimane, na costa de Moçambique. O pastor Livingstone foi o primeiro europeu a atravessar o continente africano da costa atlântica à costa índica, o que lhe conferiu o estatuto de herói nacional em Inglaterra.



..... Fig. 9 David Livingstone.

Entre 1858-64, Livingstone realizou novas viagens de exploração, financiadas pelo governo britânico, desta vez de barco a vapor e não a pé, como anteriormente. Nestas viagens, apercebeu-se de que, devido à existência dos rápidos de Cahora Bassa, seria impossível usar o rio Zambeze como via de acesso às regiões ricas, férteis e populosas da África Central, tal como Livingstone as descreveu no seu relatório. Foi assim que se desviou e, através do rio Chire, «descobriu» o lago Niassa e Tanganica, bem como o rio Lualaba.

Por todos os lugares por onde passou, o pastor Livingstone condenou severamente a escravatura e defendeu que a colonização de África seria o único «remédio» para o fim da barbaridade conforme ilustra o seguinte excerto: «que Deus abençoe amplamente todo o Homem, seja ele americano, inglês ou turco, que possa ajudar a sarar esta chaga.» A generosidade e o carácter humanitário de Livingstone fizeram com que os Africanos organizassem um funeral digno de um herói após a sua morte, por doença, em 1875.

O explorador Henri Stanley

Henri Morton Stanley foi um praticante de caça desportiva e, ao mesmo tempo, um homem de negócios. Era bastante diferente do bom pastor Livingstone, pois foi um homem brutal e sem escrúpulos.

Em 1875, deu a volta de barco ao lago Vitória, tendo constatado que, de facto, era um lago e que aí se situava a nascente do rio Nilo, acabando deste modo com a discussão relativa à nascente do Nilo suscitada por outros exploradores que lhe antecederam (Burton e Speke), verificando-se que Speke é que tinha razão.

Passou pelo lago Tanganica e de seguida percorreu o rio Lualaba, «descoberto» por Livingstone. Ao alcançar o oceano Atlântico, verificou que o rio Lualaba era o rio Congo, encontrando-se deste



..... Fig. 10 Henry Stanley.

modo um acesso à África Central. Foi devido a estes êxitos de Stanley que o rei da Bélgica, Leopoldo II, chamou Stanley para dirigir a Associação Internacional do Congo, que foi responsável pela ocupação da região que veio a ser o Congo Belga (actual República Democrática do Congo).

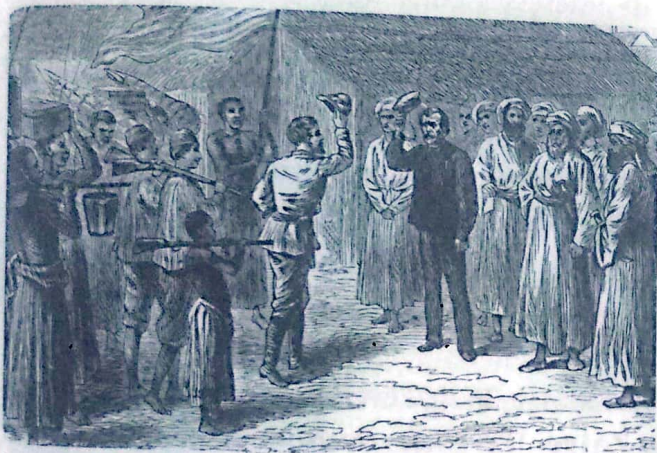
O explorador Henrich Barth

Barth foi professor de Geografia Comparada e de Comércio Colonial da Antiguidade na Universidade de Berlim e era um alemão em África ao serviço de Inglaterra.

Henrich Barth permaneceu no Sudão Central e Ocidental durante cinco anos, onde veio a encontrar e produzir vários documentos (fontes históricas) bastante importantes para o conhecimento da História da África Ocidental. Regressou a Inglaterra em 1855, tendo atravessado o deserto de Sara através de Trípoli (actual capital da Líbia).



..... Fig. 11 Henrich Barth.



..... Fig. 12 Desenhos da época que retratam o histórico encontro entre Stanley e Livingstone e a chegada de Barth a Tumbuctu.

Outros exploradores

Os militares que participaram nas viagens de exploração foram o major Houghton, que, procurando a nascente do rio Níger e partindo da Serra Leoa, acabou perdendo a vida; Hornemann, que, com o mesmo objectivo, partindo do Cairo, acabou desaparecendo no deserto do Sara. Savorgnan de Brazza fez o reconhecimento do rio Ogué na bacia do Congo.

Além de Livingstone, Stanley, Barth, Houghton, Hornemann e Brazza, vários outros exploradores realizaram viagens pelo interior de África.

Actividades

1. Qual era o objectivo principal das viagens de exploração?
2. Demonstra com exemplos concretos que estas viagens eram verdadeiros actos de coragem.

2.2.6 A Conferência de Berlim e a partilha de África

A Conferência de Berlim aparece, em diversos livros, intimamente relacionada com a partilha de África, mas é preciso esclarecer esta relação. A partilha de África foi a chegada do imperialismo europeu ao continente africano, por volta de 1880. Segundo Uzoigwe, três importantes acontecimentos, verificados entre 1876 e 1880, levaram a que Salisbury (Inglaterra) e Bismarck (Alemanha) optassem pelo domínio efectivo de África, nomeadamente:

- a Conferência Geográfica de Bruxelas (1876) convocada pelo rei Leopoldo II (Bélgica), na qual se formou a Associação Internacional Africana do Congo dirigida por Stanley, culminando com a criação do Estado Livre do Congo;
- a partir de 1876, o início de uma série de expedições por parte de Portugal que levaram aquele país a anexar, em 1880, as propriedades afro-portuguesas de Moçambique;
- as acções da França entre 1879 e 1880: participação com a Inglaterra no controlo do Egipto (1879), envio de Savorgnan Brazza ao Congo, a ratificação de tratados com Makoko, chefe dos Bateke, e o restabelecimento das iniciativas coloniais para a Tunísia e Madagáscar.

Esta corrida para África vai gerar conflitos de interesses entre as potências europeias um pouco por todo o continente africano.

O conflito que despertou mais atenção foi o conflito pela posse da região do Congo, bastante rica e estratégica do ponto de vista do acesso ao interior de África, onde Portugal já se havia fixado desde os tempos do rei D. João II com Diogo Cão (séc. XV), e que durante o século XIX atraiu exploradores, como Brazza (França) e Stanley (Bélgica).



..... Fig. 13 Rei Leopoldo II da Bélgica.

Antecedentes: o tratado do Zaire

Antes mesmo da Conferência de Berlim (1884-1885), a 26 de Fevereiro de 1884 em Londres, Portugal e Inglaterra assinaram o **Tratado do Zaire**. Das várias decisões, podem destacar-se as seguintes:

- não pagamento de direitos aduaneiros pelos Ingleses durante dez anos em todas as possessões africanas portuguesas;
- tratamento preferencial aos comerciantes e navegadores ingleses em todas as possessões portuguesas;
- liberdade dada aos cidadãos de qualquer nação (europeia) em navegar e comercializar nos rios Zaire (Congo) e Zambeze, assim como nos seus afluentes.

Estas decisões, bem como a sua implementação, beneficiavam grandemente a Inglaterra e excluía as outras nações imperialistas, daí que nações como a Holanda, França e Itália tenham acusado a Inglaterra de estar a usar Portugal para impedir a penetração de outras potências pelo rio Zaire (Congo) para o interior da África Central, de estar a evitar uma arbitragem internacional do conflito na região do Congo, de querer tirar vantagens exclusivas em detrimento de outras potências, sobretudo pelo sistema aduaneiro e fiscal. O rei Leopoldo II (Bélgica) foi um dos principais opositores deste tratado e conseguiu convencer Bismarck (chanceler alemão), que ambicionava expandir-se pelas margens do rio Zaire (Congo), a anular o Tratado do Zaire.

Causas, objectivos e principais decisões da Conferência de Berlim

Joseph Ki-Zerbo afirma que, com as actividades expansionistas de Stanley, Portugal sentiu que ia perder o Congo, dado que França, através de Brazza, já tinha ocupado algumas regiões. Assim, a quem iria pertencer o Congo? A França, a Portugal, ou ao rei Leopoldo II da Bélgica? A Inglaterra preferia que fosse para Portugal (ver Tratado de Zaire), temendo a forte concorrência comercial de França. Portugal lançou a ideia da convocação de uma conferência, mas Bismarck antecipou-se para dar a iniciativa à Alemanha.

Assim, de 19 de Novembro de 1884 até 26 de Fevereiro de 1885, realizou-se na capital alemã a Conferência de Berlim, na qual participaram 15 países (Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica, Portugal, Espanha, Império Austro-Húngaro, Dinamarca, Itália, Países Baixos, Rússia, Suécia, Noruega, Turquia e Estados Unidos), sendo que nenhum deles era africano. Nesta conferência, Portugal reivindicou os seus «direitos históricos» de ocupação dos territórios africanos, mas países poderosos como a Alemanha e a Bélgica, que se lançaram tardiamente no continente africano, negligenciaram a posição de Portugal.

Deste modo, a principal decisão tomada na Conferência de Berlim foi o «Princípio de Ocupação Efectiva», expresso sobretudo pelos artigos 34 e 35 da Acta Geral da Conferência, que defendia que a ocupação de um território não deve ser apenas da região litoral, devendo a potência com tais ambições anunciar previamente as potências signatárias da acta e assegurar a «existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos» – esta autoridade pode ser traduzida em termos militares e económicos (investimentos em infra-estruturas de comunicação e administrativas).

As outras principais decisões tomadas na conferência foram as seguintes:

- liberdade de navegação e comercialização nos principais rios (Congo, Zambeze, etc.) e lagos (Vitória, Niassa, etc.) de África;
- liberdade de evangelização dos missionários de qualquer nação em todo o território africano;
- reconhecimento da autoridade do rei Leopoldo II na região do Congo.

As decisões tomadas na Conferência de Berlim aceleraram a corrida para África, já que o princípio de ocupação efectiva abria espaço para que toda a potência que se julgasse «capaz» pudesse ocupar os territórios africanos, o que veio a gerar novos conflitos que culminaram com a delimitação das fronteiras africanas, sem respeitar os limites das organizações sociopolíticas (reinos e impérios) e étnicas existentes, bem como os limites naturais (rios, lagos, montes, etc.). A delimitação de fronteiras respeitava apenas os interesses das potências europeias, com base nos tratados bilaterais por elas assinados.



..... Fig. 14 A Conferência de Berlim num desenho da época.

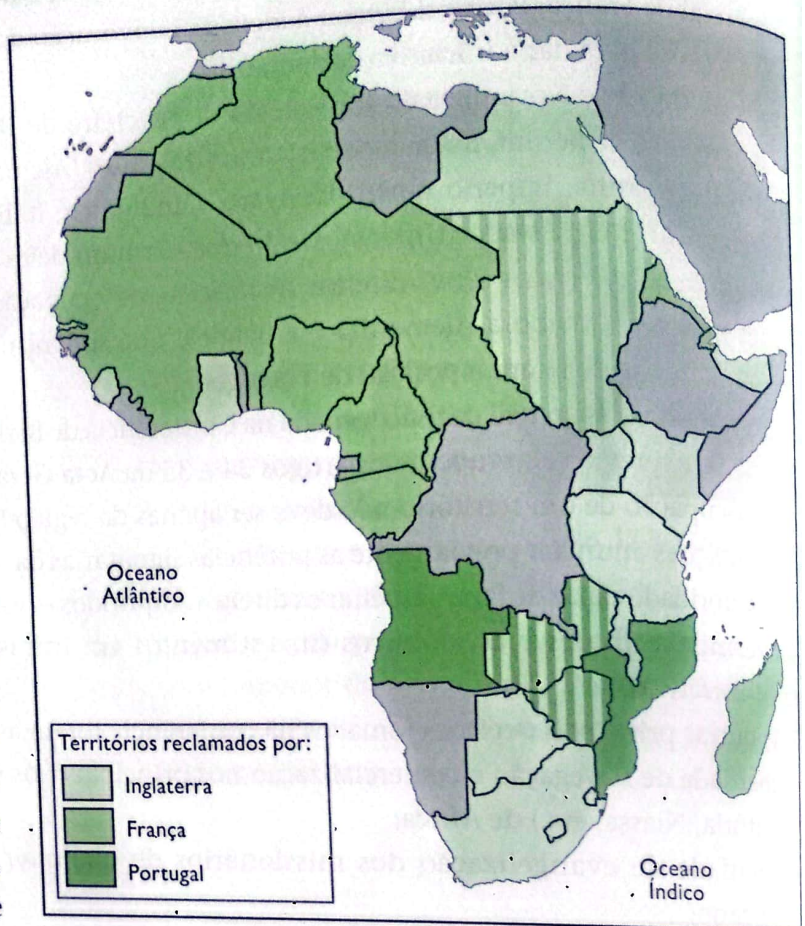
2.3 A partilha e conquista de África

Após a realização da Conferência de Berlim, com a deliberação do princípio de ocupação efectiva, as potências europeias aceleram o passo na corrida para África. As potências coloniais esforçam-se para concretizar projectos ambiciosos.

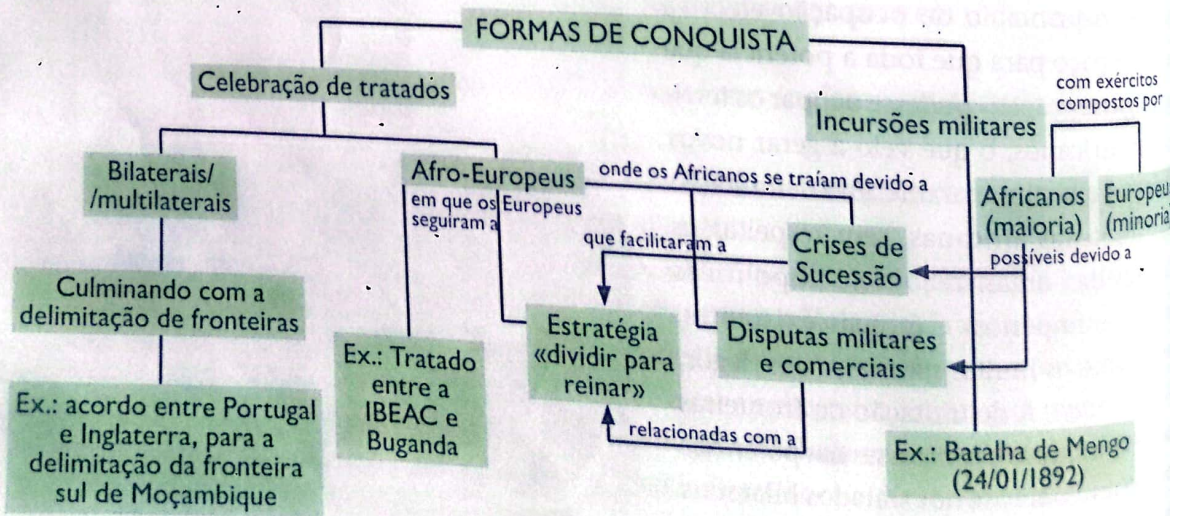
Dos planos ambiciosos das potências europeias, podemos citar os seguintes exemplos:

- projecto inglês dirigido por Cecil Rhodes que consistia na construção de uma linha férrea desde a Cidade do Cabo (África do Sul) até à cidade do Cairo (Egipto);
- Missão Marchand: projecto traçado pelos Franceses que visava fazer a ligação do rio Congo ao Nilo e de Dacar (Senegal) a Djibuti;
- Mapa Cor-de-Rosa: um projecto português que visava fazer a ligação das suas colónias Angola e Moçambique.

O processo de conquista e ocupação efectiva de África, antes da Conferência de Berlim, está resumido no mapa conceptual abaixo.



..... Fig. 15 Mapa com os projectos europeus em África: Missão Marchand, Mapa Cor-de-Rosa e projecto inglês de Cecil Rhodes.



..... Fig. 16 Esquema conceptual com as formas de conquista dos Europeus em África.

Do esquema anterior pode verificar-se que os Europeus adoptaram fundamentalmente duas formas de conquista: **tratados** e **incursões militares**. A diplomacia (tratados) foi o método mais privilegiado, já que os Europeus não pretendiam fazer grandes esforços financeiros, nem humanos, pela colonização de África. No entanto, nem sempre esta estratégia surtia efeito, devido à resistência dos Africanos, e os Europeus viam-se aí obrigados a recorrer à força das armas.

Dos tratados celebrados, só os **bilaterais** (entre dois países europeus) e os **multilaterais** (entre vários países europeus) é que tinham validade jurídica e eram respeitados pelas potências europeias. Os **tratados afro-europeus** foram muitas vezes anulados.

É preciso salientar que nesses tratados afro-europeus, os Africanos faziam tantas concessões que acabavam perdendo a sua soberania. O exemplo abaixo atesta a finalidade com que eram realizados os tratados:

Tratado entre a Companhia Imperial Britânica da África Oriental (IBEAC) e o Reino de Buganda

O Kabaka Mwangi II escrevera à empresa que fosse «suficientemente boa para vir e me restaurar no meu trono»: em troca, prometeu pagar a empresa com «bastante marfim, e podeis fazer todo o comércio em Uganda e tudo o que desejais no país sob minha autoridade».

O capitão Lugard (representante da IBEAC) celebrou tratados com Mwangi em Dezembro de 1890 e Março de 1892, em que a IBEAC ajudou Mwangi a restaurar o seu trono derrotando os protestantes de Buganda, graças ao uso de metralhadoras na Batalha de Mengo (24 de Janeiro de 1892). Os tratados celebrados por Lugard foram confirmados e incrementados pelo coronel Corvile com Mwangi a 27 de Agosto de 1894, dando o controlo dos negócios estrangeiros e do tesouro público à Coroa britânica, cujo representante fazia as vezes de Supremo Tribunal de recursos para todas as questões civis.

Adaptado de Uzoigwe, «Partilha Europeia e Conquista de África», in Boahen (org.), *História Geral de África*, vol. VII, (UNESCO), pp. 55-56.

Os acordos afro-europeus só podem ser entendidos num contexto de disputas comerciais ou pelo trono entre dois reinos, ou um reino e seus estados vassallos, como foi o caso de Buganda; ou num contexto de crises de sucessão ao trono, como foi o caso de reino zulu de Chaka. Com base nestes problemas internos vividos em todo o continente, as potências europeias adoptam a estratégia de «dividir para reinar», ora apoiando uma das facções africanas em conflito, ora apoiando a outra, como forma de enfraquecer as duas, e por fim dominar os territórios e povos africanos.

Henri Brunschwig, um historiador africanista, afirma que a tão propalada **superioridade militar europeia** é, de facto, inegável. No entanto, as metralhadoras e tantos outros equipamentos militares modernos dos Europeus apenas tiveram êxito nas campanhas de conquista porque os seus exércitos eram compostos sobretudo por africanos. Alguns europeus tinham altas patentes, mas os soldados rasos que lutavam em nome de bandeiras europeias eram africanos de pele negra – o que também se pode explicar devido aos conflitos internos em África.

Uma outra modalidade de tratados afro-europeus foram os **protectorados**, dos quais o reino de Buganda é um exemplo representativo. O rei, Mwangi II, mantém-se como rei, mas é vassallo de sua majestade, a rainha Vitória de Inglaterra. Os seus ministérios-chave (Negócios Estrangeiros e Finanças), incluindo o Tribunal Supremo, são controlados pelos colonizadores.

Ainda neste contexto de partilha e conquista de África é preciso destacar as formas de actuação das duas principais potências europeias: a Inglaterra e a França.

Inglaterra: actuou através de companhias comerciais

A Inglaterra, por ter sido a pioneira na Revolução Industrial (século XVIII), na altura da partilha (finais do século XIX) possuía grandes companhias monopolistas, que constituíam autênticas empresas com ambições imperialistas. A marinha mercante inglesa era de longe a maior do Mundo. Foi com base nestes pressupostos que os comerciantes e as companhias comerciais inglesas tomaram a dianteira no processo de ocupação como se apresenta nos seguintes exemplos:

África Oriental: a Companhia Imperial Britânica da África Oriental desempenhou o papel principal no processo de ocupação das colónias inglesas da região dos Grandes Lagos, incluindo o já citado reino de Buganda.

África Austral: a Companhia Britânica da África do Sul (CBAF) de Cecil Rhodes teve um papel de relevo no processo da formação das colónias da Rodésia (Norte e Sul) e Niassalândia, bem como na formação da União Sul Africana.



.... Fig. 17 Caricatura de Cecil Rhodes e do seu plano de unir África; emblema da Companhia Britânica da África do Sul (CBAF).

África Ocidental: segundo o historiador Hopkins, os Ingleses avançaram para a conquista do interior, não por desejarem as riquezas da região, mas porque os seus comerciantes enfrentaram graves dificuldades como consequência da crise económica de 1870: o preço do óleo de palma sofreu no mercado mundial uma queda de 50 para 20 libras por tonelada.

Com os preços a estes níveis, não era possível obter lucros, e assim os comerciantes ingleses começaram a pressionar o seu governo para controlar as fontes produtoras do interior, bem como a construção de linhas férreas para o escoamento do óleo de palma e outros produtos (óleo de dendém e amendoim). Este projecto só poderia conduzir à extensão do domínio político inglês para o interior, uma vez que já estavam instalados nas regiões costeiras em Freetown (Serra Leoa) e Costa do Ouro (actual Gana).

É preciso salientar que a Inglaterra também actuou com oficiais militares, no contexto da campanha contra a escravatura, de modo a conquistar os reinos que continuavam com o tráfico negreiro, prejudicando, assim, o comércio legítimo.

França: actuou através de oficiais militares

A economia de França, na altura da partilha, não dependia do comércio externo, tal como a Inglaterra. No âmbito político, começava já a sofrer a pressão da expansão territorial do imperialismo alemão, que veio a concretizar-se na guerra franco-prussiana (1870), onde perdeu as suas províncias da Alsácia e Lorena para a Alemanha. França também concorria com Inglaterra, sobretudo após o incidente de 1882 (ver pág. 77 sobre a resistência no Egipto), que culminou com o domínio do Egipto pela Inglaterra, em detrimento de França, que estava a sofrer uma crise interna.

Foi neste contexto conturbado que França se lançou na expansão imperialista através de oficiais militares, com o objectivo de resgatar a popularidade do governo (prestígio nacional), combater o tráfico de escravos ao lado da Inglaterra e proteger os comerciantes franceses face a eventuais conflitos com comerciantes ingleses, sobretudo na África Ocidental.

Vejamos alguns oficiais militares franceses que actuaram nas diferentes regiões de África.

África do Norte: em 1830, o governo francês organizou uma expedição militar para ocupar Argel, alegando que pretendia aniquilar a pirataria. Mas é preciso recordar que já tinha havido discussões em praça pública entre o *Dei* (monarca de Argel) e o cônsul francês em Argel, devido à cobrança de dívidas que França aí contraiu, pois durante as guerras napoleónicas os comerciantes argelinos é que forneceram cereais a França sem serem pagos.

A expedição militar de 1830 a Argel foi precipitada porque o monarca francês Carlos X pretendia resgatar a sua popularidade com vitórias no exterior. Em 1840, e após a conquista de Argel, o governo francês chamou o general Bugeaud para eliminar o movimento de resistência *jiha*d liderado por Abd al-Qadir e conquistar outras áreas que vieram a constituir a colónia da Argélia.



Fig. 18 Carlos X de França (à esquerda) e o general Thomas-Robert Bugeaud (à direita).

África Ocidental: o oficial da marinha Bouët-Willaumez negociou entre 1838-42 vários tratados com chefes africanos, com vista a instalar feitorias comerciais ao longo da costa ocidental. Foram estas feitorias que vieram a constituir as colónias da Guiné, Costa do Marfim e Gabão.

O oficial do exército Louis Faidherbe (nomeado governador para São Luís), que participou na conquista da Argélia, como forma de proteger os comerciantes franceses de São Luís (litoral do Senegal), organizou um exército de soldados africanos dirigido por oficiais europeus, conquistando extensas regiões do interior como forma de garantir um mercado amplo para os comerciantes franceses baseados em São Luís e eliminar a concorrência dos comerciantes africanos do interior. Mais tarde, o governo francês prosseguiu com a obra de Faidherbe, tendo constituído a colónia da África Ocidental Francesa.

Os exemplos anteriores demonstram que, no caso de França, particularmente na África Ocidental, tal como no caso inglês, os comerciantes tiveram um papel fundamental.

É preciso salientar que durante o processo de partilha, Inglaterra e França foram grandes rivais, particularmente no caso egípcio para a África do Norte e África Ocidental. Esta rivalidade foi posta de lado após a celebração da *Entente Cordiale* de 1907, com vista a fazer face à ameaça da *Tríplice Aliança* (1882) celebrada entre a Alemanha, o Império Austro-Húngaro e a Itália. (Ver manual da 10.ª classe sobre a Primeira Guerra Mundial.)

Foram as acções dos diferentes países europeus que participaram na partilha de África, sobretudo após a Conferência de Berlim, que levaram à delimitação das fronteiras africanas durante o período colonial, conforme demonstra o mapa abaixo.



..... Fig. 19 Mapa de África em 1914 (Fonte: Fage, *História Geral de África*).

Estas fronteiras foram delimitadas através de tratados bilaterais descritos no quadro seguinte.

Tratado bilateral	Fronteiras delimitadas	Observações
Anglo-alemão de 1 de Julho de 1890	África Oriental Britânica e África Oriental Alemã, na parte norte (actuais territórios do Uganda e da República Unida da Tanzânia, respectivamente) Niassalândia e a África Oriental Alemã, na parte sudoeste (actual Malawi e República Unida da Tanzânia, respectivamente)	Respeitou o limite da fronteira do território inglês com o império etíope de Menelique II.
	Sudoeste Africano Alemão e Bechuanalândia Inglesa (actuais territórios da Namíbia e Botswana, respectivamente).	Foi acordado que a Alemanha teria uma linha estreita de acesso ao rio Zambeze. (ver figura 19)
	Costa do Ouro Britânico e Togo Alemão. (actuais territórios do Gana e Togo)	
Franco-britânico de 8 de Abril de 1904	África Ocidental Francesa (actual Senegal, Mauritânia, Djibuti, Chade e República Central Africana) e os territórios britânicos do Egipto, Sudão, Nigéria, Costa do Ouro, Serra Leoa e Gâmbia).	É preciso recordar que o acordo se enquadra no contexto da <i>Entente Cordiale</i> e pôs fim ao conflito anglo-francês no Egipto. França reconhece o domínio Inglês no Egipto e Inglaterra reconhece Marrocos como possessão francesa.
Luso-britânico	Fronteiras centro e sul de Moçambique com os territórios britânicos da Niassalândia, Rodésias (actuais Zâmbia e Zimbabwe), Swazilândia e União Sul Africana (actual República da África do Sul).	Este acordo foi antecedido do ultimato de 11 de Janeiro de 1890, em que os Ingleses obrigaram os Portugueses a retirarem os seus homens da região do rio Chire, onde pretendiam concretizar o Mapa Cor-de-Rosa.

..... Fig. 20 Tratados bilaterais (adaptado de Henri Brunschwig, *A Partilha da África Negra*).

É de salientar que nestes acordos foram salvaguardados os princípios definidos na Conferência de Berlim, como as zonas de comércio livre (bacias dos principais rios e lagos), bem como a protecção dos missionários e liberdade religiosa.

Um outro aspecto fundamental é que se definia, num dos artigos, à formação de comissões bilaterais para a demarcação das linhas de fronteira, com base nas zonas de influência definidas, por vezes de forma vaga, pelos artigos do tratado.

Actividades

1. Elabora um mapa conceptual (ver figura 16) sobre as formas de conquista, usando as palavras ou conceitos destacados a negrito na página 67. Podes acrescentar outras palavras ou conceitos do teu conhecimento.
2. Apresenta um exemplo concreto de divisão de dois grupos sociais (famílias, etnias, ou mesmo reinos e Estados) pelo processo de delimitação das fronteiras em Moçambique.

2.4 A resistência africana contra a ocupação europeia

A resistência africana deve ser vista a partir do momento da chegada dos Europeus a África; no entanto, alguns historiadores preferem apontar o século XVIII como o período de início das resistências, quando os Africanos resistiram à implantação dos sistemas de monoculturas, à intensificação do tráfico de escravos, entre outros. Neste período, os Europeus moldavam as economias africanas de acordo com seus interesses; por isso, considera-se que esta é a **teoria económica** das resistências. Esta teoria defende que os Africanos resistiram por razões económicas, uma vez que os povos africanos não queriam perder o controlo dos seus recursos.

Neste manual, abordamos o colonialismo numa perspectiva africanista, que aponta o seu início para os finais do século XIX, na altura da partilha de África. Deste modo, a resistência pode ser definida como a reacção dos povos africanos contra o processo de ocupação efectiva dos seus territórios. No entanto, a explicação das razões desta resistência é apresentada de diferentes formas pelos historiadores ao longo dos tempos. As suas causas podem, no entanto, ser agrupadas resumidamente em duas outras teorias: **eurocentristas**, defensores do colonialismo, e **africanistas**, defensores da soberania africana.

2.4.1 As causas da resistência

Nas causas da resistência africana podem encontrar-se duas teorias que coincidem com duas correntes da Historiografia africana que estudaste, nomeadamente: a corrente eurocentrista, que defende a superioridade dos Europeus em relação aos Africanos, a africanista, que defende que os Africanos nunca estiveram subordinados a outros povos, e a teoria progressista, que defende a procura de um equilíbrio entre os factores europeus e os africanos locais no estudo da História de África e sem qualquer tipo de preconceito. Assim, temos as seguintes teorias:

Os **defensores do colonialismo (eurocentristas)** defendem que os povos africanos estavam satisfeitos com a dominação colonial; pois este era o único meio de alcançarem plenamente os benefícios da «civilização» ocidental europeia, tais como: o fim da escravatura, a educação ocidental, meios de transporte e comunicação modernos (linhas férreas e telégrafos), entre outros.

A resistência à ocupação era vista pelos eurocentristas como um acto desesperado de um pequeno grupo de africanos «sedentos de sangue» ou sob o efeito de poderes mágicos de «feiticeiros-curandeiros». Acreditavam que as resistências estavam votadas ao fracasso.

Os **defensores da soberania africana (africanistas)** – historiadores como Walter Rodney e Jacob Ajayi – defendem esta perspectiva, segundo a qual os povos africanos resistiram porque aperceberam-se de que estavam a perder o «direito de se autogovernar» e a sua soberania.

Esta percepção está visível nas afirmações de alguns líderes africanos desse tempo, que referimos de seguida:

Machemba (chefe yao do Norte de Moçambique) dirigindo-se ao comandante alemão Hermann von Wissmann (1880):

«[...] Não caio a vossos pés, pois sois uma criatura de Deus como eu [...] Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa terra. Quanto a mim, não irei a vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar.»

Makombe Hanga (chefe bárue – do Centro de Moçambique) dirigindo-se a um visitante branco:

«Estou vendo como os brancos penetram cada vez mais em África; em todas as partes do meu país as companhias estão em acção (...). É preciso que o meu país também adopte estas reformas, e estou plenamente disposto a propiciá-las (...). Também gostaria de ver boas estradas e boas ferrovias (...) Mas meus antepassados eram Makombes e Makombe quero continuar a ser.»¹

As afirmações acima demonstram que as resistências africanas foram actos conscientes e não acções influenciadas por «espíritos malignos», tal como os eurocentristas defenderam durante muito tempo. As declarações do chefe Mchemba deixam bem claro que ele tinha consciência do princípio de soberania dos Estados, que é aplicado actualmente e está patente na carta das Nações Unidas. As afirmações do Makombe Hanga revelam que os Africanos estavam bastante interessados em beneficiar dos progressos tecnológicos trazidos pelos Europeus, mas que nem por isso estavam dispostos a perder os seus tronos.

A teoria de defesa da soberania é a que reúne actualmente maior aceitação, mas é preciso notar que nem todos os chefes africanos concebiam a soberania da mesma forma. Alguns deles nem sempre foram os «guardiães da soberania do povo», tendo chegado ao poder graças à força das armas e dirigido os seus reinos de forma autoritária, oprimindo o seu povo, como são os casos dos reinos de Samori Touré e Seku Ahmadu na África Ocidental. Estes conheceram reveses nas suas lutas de resistência, pois não tinham o apoio popular.

Em todo o caso, é preciso salientar que a resistência africana foi generalizada em todo o continente africano, tendo sido desencadeada tanto pelos Estados como pelas sociedades sem Estado. Estes últimos, na maioria dos casos, foram os exemplos mais significativos de resistências devido à acção de guerrilha com um forte apoio popular, em que o conceito de soberania é redefinido como a luta contra a opressão colonial; neste contexto os povos unem-se contra o opressor comum, independentemente da etnia, religião ou unidade política a que pertencem. Podemos citar como exemplo a revolta de 1917 no vale de Zambeze contra os Portugueses, a união dos Heréro e Nama do Sudoeste Africano (actual Namíbia) contra os Alemães e a revolta Maji Maji (1905) no Tanganica Oriental, entre outros.

O papel das ideias religiosas nas resistências

Muito embora os africanistas destaquem a defesa da soberania como a principal causa da resistência africana, eles não negligenciam o papel das ideias religiosas, mas distanciam-se da ideia de impulsos desesperados e manietados por «feiticeiros-curandeiros».

As ideias e símbolos religiosos, na visão africanista, constituem um meio de apoio à soberania e à legitimidade das classes dirigentes. Walter Rodney cita o exemplo do Estado de Gaza (Sul de Moçambique), onde, após a conquista militar em 1895, foi profanado o santuário principal, executada a «grande sacerdotisa», gerando uma grande crise espiritual entre as populações, o que terá sido a razão das sucessivas tentativas de restauração do Estado após a captura de Ngungunhane.

¹ Ranger, Terence (1980), «Iniciativas e Resistências africanas em Face da Partilha e Conquista de África». in *História Geral de África*, vol. VII, p. 72.

Os Africanos também souberam aproveitar as religiões universalistas (cristã e islâmica) para expandirem a mensagem de resistência contra o colonialismo, além das suas fronteiras territoriais ou étnicas. Tal foi a acção do islamismo na unificação dos povos sudanenses de este a oeste pelo movimento Mahadista; Hendrik Wittooi (líder do povo Nama), nas suas acções de resistência, inspirou-se no cristianismo protestante.

Actividades

1. Por que razão os eurocentristas afirmam que as resistências africanas estavam votadas ao fracasso?
2. Com base no princípio de soberania (ou de autodeterminação dos povos) definido pelo artigo n.º 1 da Carta das Nações Unidas, faz um comentário sobre as intervenções militares realizadas pelos países ocidentais na Ásia (região do Médio Oriente) e África (Grandes Lagos e Darfur). Ver pág. 134 sobre as independências africanas.

2.4.2 As formas de resistência

As resistências africanas assumiram diferentes formas, de acordo com as características específicas de cada povo africano, bem como a forma de conquista adoptada pela respectiva potência colonizadora. De uma forma geral, podem destacar-se três formas de resistência, a saber: confronto militar directo, a não-cooperação e a aliança diplomática.

Confronto militar directo: regra geral, os Africanos optaram por esta forma de resistência, como reacção às ofensivas militares ou presença de militares europeus nos seus territórios. Os ataques militares africanos eram realizados na sequência do fracasso de um acordo diplomático, pois, como já foi dito, os líderes africanos não dominavam plenamente os conteúdos dos tratados, e os Europeus, regra geral, não respeitavam os acordos estabelecidos pelos tratados.



..... Fig. 21 A luta dos povos Herero e Nama contra a dominação alemã.

A não-cooperação: esta forma de resistência consistia no abandono das regiões ocupadas pelos colonos europeus por parte dos Africanos, como forma de não se sujeitarem à exploração colonial. Outra forma de não cooperar com o regime colonial consistiu no incitamento que os líderes africanos faziam ao seu povo para não produzir os produtos procurados pelos Europeus, tais como: o óleo de palma, o algodão, a copra, madeira, entre outros.

Aliança diplomática: esta forma de resistência consistiu na assinatura de acordos entre os chefes africanos e europeus, dado que os primeiros tinham como objectivo manter as suas soberanias: por vezes, para resolver conflitos internos; noutros casos, como forma de evitar a conquista de determinado território africano por uma outra potência europeia.

Apresentaram-se diferentes formas de resistência, mas isso não quer dizer que cada Estado ou sociedade sem Estado tivesse optado por uma das formas de resistência. Estas podiam ser adoptadas em simultâneo, ou alternadamente, de acordo com as circunstâncias.

Actividades

I. Com base na leitura do texto abaixo apresentado, identifica exemplos de não-cooperação no período colonial e na actualidade.

«A forma de resistência baseada na não-cooperação foi também adoptada durante o período colonial, bem como pelos Movimentos de Libertação Nacional. Nos nossos dias, esta forma de resistência é adoptada por alguns líderes, sob forma de luta contra a globalização. Esta é uma resistência que está sendo desencadeada não só pelos países africanos, mas também por países considerados “em vias de desenvolvimento” ou do “terceiro mundo”, que ocupam um lugar periférico na economia e política global.»

A periodização da resistência

No estudo da periodização da resistência africana, deve ter-se em conta o período anterior à partilha de África, desde a chegada dos Europeus no século XV, em que estes, regra geral, foram recebidos de uma forma hospitaleira pelos Africanos. Pode citar-se como exemplo de reconhecimento da hospitalidade africana, o caso do navegador Vasco da Gama, que, em 1498, quando passou por Inhambane (Sul de Moçambique), durante a Primeira Expansão Marítima Europeia, conforme estudaste na 9.ª classe, baptizou a região como «terra da boa gente».

De uma forma geral, a resistência assumiu um carácter cultural e ideológico, tal como o regime matrimonial – poligamia (africana) *versus* monogamia (europeia); credo religioso – animismo e islamismo (africano) *versus* cristianismo (europeu); ou até mesmo em questões mais simples como a forma de saudar, vestir, comer, etc. É preciso admitir que também teve carácter sociopolítico no âmbito do tráfico de escravos, quando as comunidades africanas (em grande parte as sociedades sem Estado) recusavam-se a ser capturadas, vendidas e transportadas para as Américas e Europa.

Assumiu também um carácter económico, sobretudo no litoral, onde os Árabes e comerciantes europeus disputavam o controlo das rotas comerciais, havendo um choque entre o antigo comércio transariano e o novo comércio transatlântico.

Contudo, a resistência africana propriamente dita só se inicia a partir do momento em que os Africanos são forçados a renunciar (por via militar ou diplomática) ao seu direito de soberania sobre os seus Estados ou territórios.

Assim, com base na proposta de periodização do colonialismo apresentada por Albert Adu Boahen, propomos a periodização das resistências apresentada na tabela seguinte:

Período	Características
1. ^a Resistência à conquista e ocupação efectiva (1880-1919)	Defesa da soberania e independência africana; o confronto militar e as alianças diplomáticas (com recurso à submissão temporária) foram as principais formas de resistência.
2. ^a Resistência à implantação do sistema colonial (1919-1935)	Protestos e revoltas, surgimento do proto-nacionalismo. A não-cooperação foi a principal estratégia de resistência.
3. ^o Nacionalismo (1935-1960/70)	Emergência de movimentos nacionalistas com o objectivo de libertar os territórios do jugo colonial. Todas as formas de resistência foram adoptadas, até se conseguir libertar completamente o continente.

Fig. 22 A resistência africana.

2.4.3 As consequências da resistência africana

A historiografia eurocêntrica, que dominou durante muito tempo, aponta que a consequência principal e óbvia da resistência africana foi a derrota dos Africanos e a consequente ocupação efectiva dos seus territórios, e que estes preferem designar por «pacificação dos territórios». Nesta perspectiva, o fracasso das resistências deve-se à superioridade militar e cultural europeia, como vimos anteriormente.

Na perspectiva afrocêntrica, também se aponta como consequência das resistências a dominação colonial, contudo, nas razões do fracasso (das resistências) destaca-se a falta de unidade entre os Africanos. É preciso salientar que os afrocentristas recuam o início da dominação colonial para o século XV, altura da primeira expansão europeia, o que, na verdade, constitui um exagero.

Os africanistas, como Terence Roger, procuram trazer uma nova visão sobre o processo de resistência, procurando demonstrar que elas não terminam com o período de dominação colonial, mas prosseguem, sim, até ao despertar do nacionalismo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste sentido, é como se África apenas tivesse perdido uma batalha durante o período de partilha e mais tarde viesse a vencer a guerra com o processo de descolonização.

No entanto, de uma forma objectiva, podem apontar-se principais consequências para África do processo de partilha e resistência, que se traduziram na ocupação efectiva (1880-1919):

- domínio político de quase todo o continente africano (excepto a Libéria e Etiópia) por potências europeias.
- alteração do mapa político de África;
- modernização do sistema político-administrativo africano;
- introdução de transportes e meios de comunicação modernos (linhas férreas, telégrafos, etc.);
- perdas humanitárias (mortes e genocídios entre Africanos e Europeus);
- redução dos conflitos interafricanos (étnicos, religiosos, tribais, etc.) – «pacificação do continente».

Actividades

1. Entre as consequências objectivas para África do processo de partilha e resistência apresentadas, quais são as que te parecem predominantes/notáveis? As positivas ou as negativas? Reflecte com os teus colegas.

2.4.4 Exemplos de resistência

O processo de resistência generalizou-se em todo o continente africano e a sua intensidade variou de local para local, sendo impossível relatar todos os episódios desta «novela» africana iniciada por volta de 1880. Referiremos apenas alguns que ocorreram nas diferentes regiões de África.

África do Norte

Nesta região, o islamismo teve muita influência nas acções de resistência. O processo de ocupação efectiva e resistência no Egipto foi bastante peculiar.

Egipto

Por volta de 1811, altura em que o Egipto era dominado formalmente pelos Turcos (Império Otomano), embora os Ingleses é que explorassem os seus recursos, o seu governante era Meemet Ali.

Meemet Ali, após ter conquistado o Sudão e pretender desafiar o poder turco, foi afastado do trono na sequência de uma intervenção militar europeia. Um dos seus sucessores, Sahid (1854-1863), tomou uma decisão muito importante: a autorização da construção do canal de Suez (canal que liga o mar Mediterrâneo e o mar Vermelho) pelos Franceses.

Este canal só foi aberto em 1869, tendo beneficiado bastante os Ingleses, pois estes dominavam o comércio marítimo entre a Europa e a Ásia. Meemet Ali temia que se construísse o canal, porque significava o domínio económico dos Europeus e o conseqüente domínio político. Na altura da abertura do canal de Suez, governava o Egipto Ismail, que procurou modernizar o império, tal como seu avô Meemet Ali. Esta modernização foi, no entanto, financiada pelos Europeus.

A dívida externa egípcia aumentou cerca de trinta vezes e os juros da dívida eram muito mais do que a metade da receita anual. Nestas condições, Ismail viu-se obrigado a vender as acções do governo egípcio no canal de Suez à Inglaterra e permitiu que um inglês e francês fossem controladores dos rendimentos egípcios, como forma de estimular o comércio e investimento europeu.

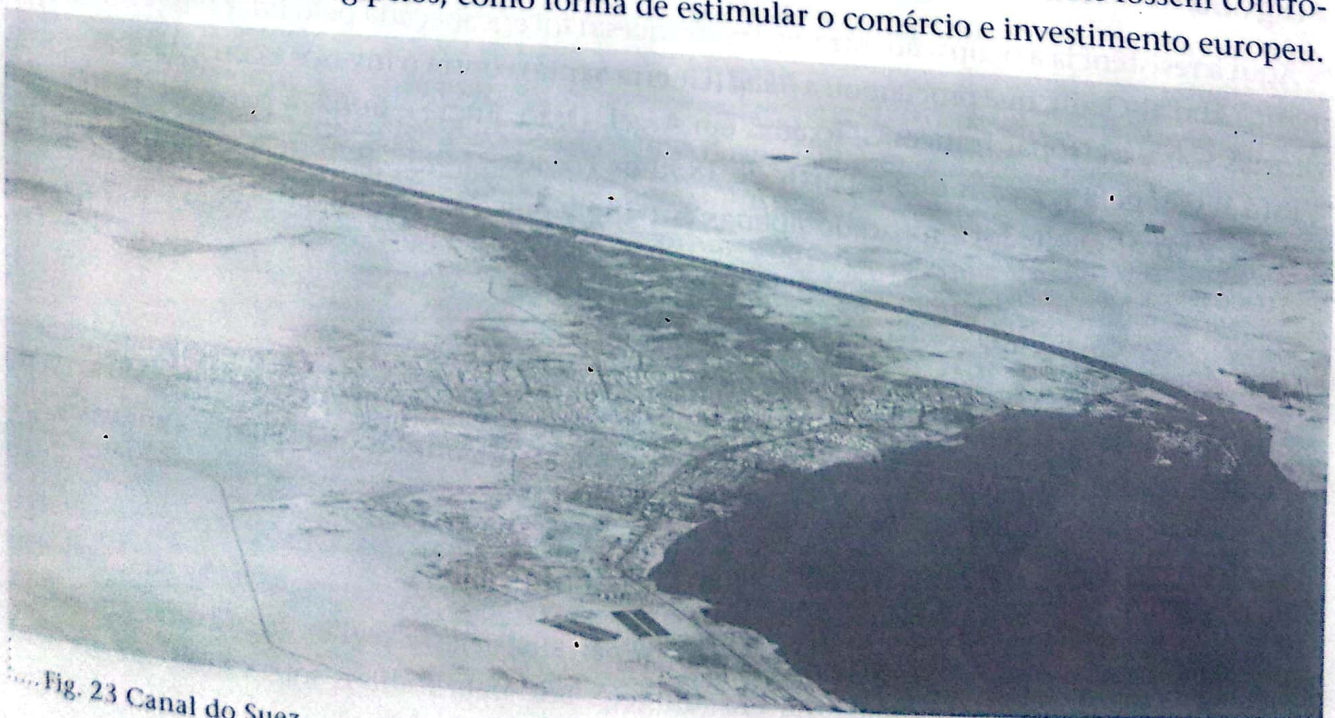


Fig. 23 Canal do Suez.

Ismail vivia um dilema: ou cedia às pressões dos Europeus ou se aliava aos nacionalistas emergentes, liderados pelo coronel Arabi Paxá. Em 1879, os Europeus pressionaram os Turcos a tirarem Ismail do poder e a colocar no seu lugar Tawfig (filho de Ismail). Este nomeou ministros ingleses e franceses (Baring e Lord Cromer, e Blinières, respectivamente), que praticamente controlavam a política e economia egípcias. Devido a esta intromissão estrangeira, em 1881, os jovens oficiais do exército liderados por Arabi Paxá criaram um movimento de revolta a exigir que Tawfig criasse o Ministério da Guerra, que seria liderado por Arabi Paxá, e que convocasse o Congresso Consultivo de Notáveis, que era até então inoperante.

Os Ingleses e Franceses protestaram, mas como França estava envolvida numa crise interna, a Inglaterra, em 1882, bombardeou Alexandria com a sua poderosa marinha de guerra, desembarcando tropas inglesas que venceram as tropas de Arabi Paxá na batalha de Tel-el-Kebir.

Desde então, o Egipto passou a ser na prática colónia inglesa, embora formalmente fosse de domínio turco até 1914, aquando da Primeira Guerra Mundial, quando os Ingleses entraram em conflitos bélicos com os Turcos e por isso reivindicaram a soberania do Egipto para si.

Sudão

Outro exemplo de resistência na África do Norte foi o movimento *mahdista* encabeçado pelo religioso (muçulmano) sudanês Muhammad Ahmad, que, em 1881, se autoproclamou *Mahdi* (o Messias – o enviado) e desencadeou uma revolta nacional, que o já fragilizado exército egípcio, devido às revoltas lideradas por Arabi Paxá, não conseguiu travar.

Após o domínio inglês sobre o Egipto, a Inglaterra enviou o general Gordon a Cartum (cidade sudanesa ainda sob domínio inglês) para negociar com o Mahdi, contudo, os activistas do movimento mahdista assassinaram Gordon em 1885 e tomaram a cidade de Cartum. Assim, o Sudão foi um Estado independente desde 1885 até 1896, altura em que os Ingleses vingaram a morte de Gordon e reconquistaram o Sudão.

Argélia

Aqui a resistência à ocupação estrangeira (francesa) foi encabeçada pelo líder religioso (muçulmano) Abd al-Qadir, que proclamou a *Jihad* (Guerra Santa) contra o invasor e conseguiu sucessivas vitórias sobre as tropas francesas, fixadas em Argel, Orão, Bugia e Bona, a partir de 1830.

Esta resistência fez com que a partir de 1830 os Franceses optassem pela conquista total da Argélia. Abd al-Qadir foi capturado apenas em 1847, pois em alturas críticas refugiava-se em Marrocos.

África Oriental

Para esta região, já se citou anteriormente o exemplo de resistência do Kabaka Mwangi do reino de Buganda. No entanto, importa também referir os exemplos da Etiópia e Tanganica, em que houve grande influência das ideias religiosas.

Etiópia

O exemplo notável de resistência à agressão imperialista nesta região, bem como em toda a África e no Mundo, foi a Etiópia. Esta era ambicionada pela Itália e sofria também pressões internas: a expansão do movimento mahdista e do império egípcio.

Após a morte, em 1889, do imperador da Etiópia, D. João IV, numa batalha com os mahdistas, Menelique II, pretendente ao trono, é coroado como seu sucessor. Assinou com os Italianos o «Acordo Ucciali», que para Menelique II simbolizava a amizade e a cooperação entre os dois povos, mas para os Italianos significava que a Etiópia aceitava tornar-se um protectorado italiano.

Foi por essa razão que ocorreu a batalha de Aduá (1896), que opôs os soldados italianos que

iam concretizar o protectorado e as tropas de Menelique II e que culminou com a expulsão humilhante dos Italianos.

A Etiópia foi, assim, um dos únicos países africanos que não foi ocupado durante o período da partilha. Somente em 1835 é que as tropas de Mussolini ocuparam a Etiópia até 1942, o que terminou com a intervenção dos aliados (EUA, Inglaterra e França) no contexto da Segunda Guerra Mundial. Portanto, a Etiópia foi ocupada por um período de apenas sete anos.



Fig. 24 A batalha de Aduá.

Tanganica

O exemplo de resistência digno de menção neste território foi liderado pelo comerciante Bushiri, em 1888, que, partindo de Bagamoyo, estendeu-se por toda a costa, onde incendiou navios mercantes alemães. A revolta desencadeada por Bushiri foi drasticamente reprimida pelo major Von Wissman (alemão), que, com um exército de aproximadamente 1000 homens, destruiu as cidades envolvidas na revolta, tendo capturado e enforcado Bushiri, apesar das suas sucessivas fugas.

Em 1905, teve lugar a Revolta Maji Maji (nome que foi atribuído porque o «curandeiro-feiticeiro» que a liderou forneceu uma água mágica, que segundo as populações, transformaria as balas em água), e que consistiu na pilhagem da administração colonial alemã no Sul do Tanganica e exterminação dos funcionários e missionários. A reacção alemã consistiu num genocídio no qual morreram cerca de 120 000 africanos.

África Austral

Nesta região do continente, as acções de resistência foram bastante influenciadas pelo fenómeno *Mfecane*, palavra de origem nguni que significa «migração». Este fenómeno foi desencadeado na África do Sul, onde os diferentes povos Nguni migraram para diferentes partes da África Austral. No entanto, é preciso salientar que as sociedades sem Estado tiveram um papel importante.

África do Sul

No processo de resistência desta região e em toda a África em geral, uma grande figura é incontornável: Chaka Zulu. A sua vida e obra constituem até hoje uma lenda.

Chaka iniciou uma série de conquistas, graças à sua disciplina e grandes capacidades como estratega militar, tendo dominado a região que vai desde o rio Phongolo até ao Tugela (Zululândia). Nenhum outro rei chegou a dominar tão vasta região na África Austral e Oriental.

O grande mérito de Chaka como herói de resistência africana deve-se ao facto de, durante o seu reinado (1818-1828), ter criado condições para que a Zululândia se mantivesse, depois, inviolável face ao expansionismo dos Bóeres (a Grande Caminhada), bem como dos colonos britânicos, e ter integrado os povos africanos dominados pela cultura zulu por meio do sistema de *amabutho*.

A coesão social e militar dos Zulus fez com que os sucessores de Chaka, na década de 1870, após a descoberta da riqueza mineira da África do Sul, resistissem heroicamente face à ocupação inglesa, sobretudo pela mítica vitória dos Zulus na batalha de Isandhlwana (1879).



..... Fig. 25 Chaka Zulu.



..... Fig. 26 A batalha de Isandhlwana.

Chaka foi também considerado um colonizador tirano pelos povos que dominava. A expansão dos Zulus de Chaka vai ser responsável pela fase final do Mfecane, que levou à formação de vários reinos de origem nguni pela África Austral, tal é o caso do reino Matabele de Mízilikazi, o Estado de Gaza de Sochangane, entre outros.

Vocabulário

Grande Caminhada – Movimento migratório realizado pelos Bóeres a partir de 1835, partindo da região do Cabo em direcção ao Norte, onde vieram a fundar o Estado Livre de Orange e o Transvaal.

Mfecane – Conjunto de migrações causadas por lutas e modificação das estruturas políticas e sociais de um conjunto de pequenos principados situados na região Sul de África (região que veio a ser a Zululândia) entre os finais do século XVIII e princípios do século XIX.

Zimbabwe

Na altura da partilha, o reino Matabele (ou Ndembele) localizado no actual território do Zimbabwe, era dirigido por Lobengula. O seu território era ameaçado pelos Portugueses a partir de Moçambique, pelos Bóeres a partir da República do Transvaal e pelos Ingleses a partir da colónia do Cabo.

Face a esta pressão, Lobengula assinou um tratado com o governo do Transvaal. No entanto, o governo inglês enviou o missionário John Moffat, que já tinha boas relações com os Ndembeles desde os tempos de Mízilikazi, para convencer Lobengula a cancelar o tratado e a celebrar um outro com a Inglaterra. De facto, para Lobengula, que queria sobretudo manter a sua independência, os argumentos ingleses eram mais convincentes – tinham superioridade militar, prometeram ajudas ao reino e enviaram para negociar o comerciante e explorador Cecil Rhodes.

Deste modo, em 1888, Lobengula celebrou um tratado em que se comprometia a não realizar qualquer aliança com outros países sem a autorização do Alto Comissário Britânico; assinou ainda a *Rudd Concession*, que concedia o controlo de todas as minas do seu reino à *British South Africa Company* (BSAC), que foi criada neste contexto por Cecil Rhodes, em 1889. No mesmo ano, esta companhia teve autorização, por parte do governo inglês, para colonizar as actuais regiões do Malawi e Zâmbia, incluindo o Zimbabwe.

Assim, seguiram-se campanhas de conquista, nas quais a BSAC conquistou territórios que Lobengula considerava serem suas reservas de caça, onde viviam povos Shona que eram vassallos do reino Matabele. Deste modo, houve um conflito entre Lobengula, os chefes shonas e os Ingleses, tendo culminado com o confronto militar em 1893, no qual os Ndembeles tinham 3500 homens com armas tradicionais; e os Ingleses eram 1100, mais 2400 africanos entre Tswanas e Shonas, com 800 cavalos e 16 metralhadoras pesadas. Assim, os Matabeles foram derrotados e Lobengula conseguiu fugir.



..... Fig. 27 Lobengula.

Actividades

1. Identifica os líderes de resistência da Namíbia, que estudaste na 10.^a classe.
2. Narra um episódio de resistência em Moçambique ocorrido na região ou província que vives.

África Ocidental

Nesta região, figuras de grande gabarito como El Hadj Omar Tall, Samori Touré e Lat Dior Diop podem equiparar-se a Mahdi do Sudão, Menelique II da Etiópia e Chaka Zulu. Mas ao mesmo tempo que são considerados grandes heróis de resistência são também considerados colonizadores africanos. Os líderes da África Ocidental destacam-se pelo facto de a região ter sido a mais afectada pelo tráfico de escravos, e daí as comunidades consideravam opressores tanto os seus líderes africanos como os Europeus.

Sudão Ocidental

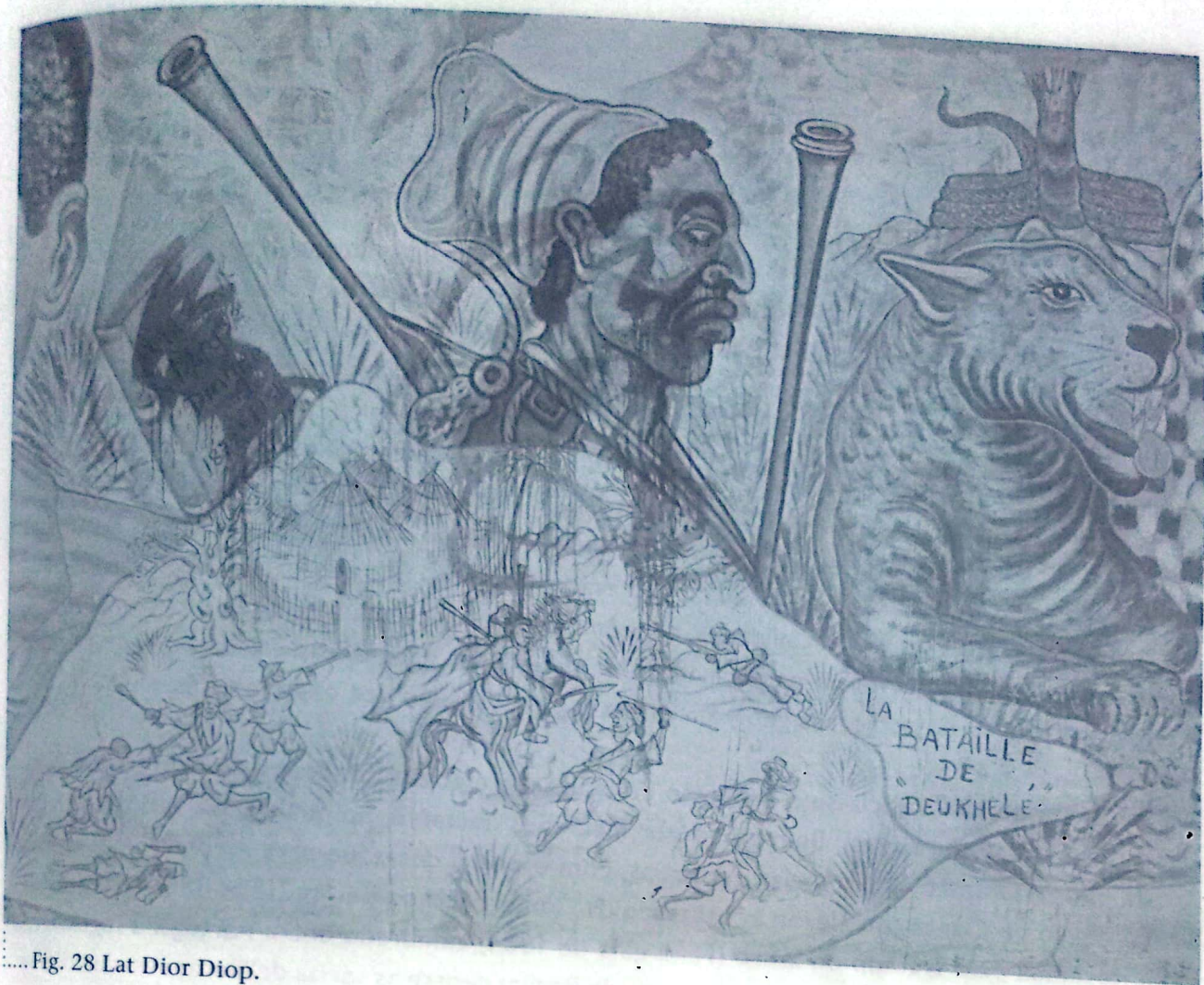
El Hadj Omar Tall era um indivíduo bastante culto, que estudou nas universidades egípcias e possuía uma forte educação islâmica. Diante de uma África Ocidental bastante flagelada pela escravatura, o Islão representava uma solução para os anseios das populações, e foi neste contexto que, em 1850, El Hadj Omar Tall se fixou em Dinguiraye (próximo do maciço de Futa Jalon), onde estabeleceu o seu «quartel-general».

A partir de Dinguiraye, El Hadj Omar Tall inicia uma guerra santa na direcção este, atacando em primeiro lugar as regiões de maioria animista e conquistando territórios ricos em ouro. Em 1854, rumo em direcção ao oeste, onde, além da oposição dos «curandeiros-feiticeiros» locais, vai encontrar a resistência dos franceses sedeados em Dacar, que era governado por Faidherbe. Mesmo assim, El Hadj Omar Tall ordenou que se atacasse uma das fortificações francesas, que ficou tremida, mas não chegou a ser ocupada. El Hadj Omar Tall, apercebendo-se das ambições expansionistas da França e resistência ao Islão das populações próximas da costa, assinou um acordo de renúncia do Senegal com Faidherbe. Assim, direccionou a sua expansão ao Sahel, tendo constituído um vasto império de aproximadamente 1000 km de leste a oeste.

Apesar de ter mantido inviolável o seu império face à ameaça francesa, tal como Chaka Zulu o fez contra os Bóeres e Ingleses, El Hadj Omar Tall não conseguiu integrar eficazmente os povos vencidos. Os que eram considerados infiéis (não islâmicos) foram condenados à morte.

Senegâmbia

No Senegal, a grande figura de resistência foi Lat Dior Diop, rei de Caior e discípulo de El Hadj Omar Tall. Em 1871, Lat Dior celebra um tratado com os Franceses, onde estes o reconhecem como rei de Caior. Porém, os Franceses, em 1879, programam construir uma linha férrea de Dacar até São Luís. Na percepção de Lat Dior, a linha férrea era uma demonstração de que os Franceses «vinham para ficar» e colonizar. Assim, como forma de resistência, Lat Dior incitou as populações a não participarem na construção da estrada de ferro, bem como a não produzirem amendoim, que era o principal produto procurado pelos Franceses. Apesar destes impedimentos, a linha férrea foi construída e Lat Dior organizou uma revolta, que culminou com a sua fuga para um território vizinho (Baol).



..... Fig. 28 Lat Dior Diop.

No reino de Caior, os Franceses substituíram Lat Dior pelo seu sobrinho Samba Loabé Fall, que realizou guerras de expansão com os seus vizinhos; no entanto, ao atacar o reino de Djolof, que era um protectorado francês, entra em conflito com França, culminado num combate bastante sangrento, em que França venceu e reorganizou a administração do reino à moda ocidental (confederações de províncias). Lat Dior Diop, embora no exílio, continuou com acções de resistência através de guerrilha, até ser morto, em 1886.

Nesta região do continente, podem ainda encontrar-se líderes de resistência que igualmente foram opressores, com especial destaque para Samori Touré e Ahmadu Seku.

É preciso salientar que o processo de conquista e ocupação efectiva de África ocorreu em simultâneo com o processo de resistência. O facto de o manual apresentar as resistências no final desta unidade é meramente para fins didácticos, mas, com uma leitura bem atenta, é possível verificar acções de resistência quando se fala na conquista e na ocupação efectiva; e vice-versa.

Actividades

1. Identifica as formas de resistência adoptadas em cada exemplo de resistência apresentado (África do Norte, Oriental, Austral e Ocidental).

Vamos lembrar...

- Os Europeus chegaram ao continente africano no século XV. A partir deste período até ao século XIX, África apresentava características políticas, económicas e socioculturais resultantes da sua relação com povos estrangeiros.
- A partir do século XIX houve uma mudança de atitude dos Europeus em relação a África, cujas razões, segundo Uzoigwe, podem ser agrupadas em teorias económicas, psicológicas, diplomáticas e a teoria da dimensão africana. Esta última apresenta-se como a mais adequada, pois na sua explicação conjuga razões eminentemente europeias e africanas locais.
- Esta mudança de atitude fez com que os Europeus enviassem exploradores (mercadores, missionários e militares, tais como Livingstone, Stanley e Barth) para o interior de África, a partir de inícios do século XIX, ou mesmo antes, quando as principais potências europeias iniciaram as campanhas de abolição da escravatura. O objectivo das viagens exploratórias era o de reconhecer as potencialidades económicas de África, para substituir o comércio de escravos. As viagens foram patrocinadas por sociedades geográficas e associações coloniais, e a descoberta dos objectos geográficos era o principal alvo dos exploradores.
- Por volta de 1880, inicia-se o processo de ocupação efectiva tanto através de tratados (bilaterais ou afro-europeus), bem como por incursões militares, no qual houve vários conflitos de interesse entre as potências europeias, com especial destaque para o conflito pela posse da região do Congo, que levou à realização da Conferência de Berlim (1884-1885), tendo sido antecedida pelo tratado de Zaire (Fevereiro de 1884) celebrado entre Portugal e Inglaterra. Este tratado foi anulado, e, na Conferência de Berlim dentre as várias deliberações, decidiu-se pelo *princípio de ocupação efectiva*.
- Após a conferência, as potências europeias aceleraram os seus projectos coloniais, em que a Inglaterra actuou, sobretudo através de companhias comerciais, e a França, através de oficiais do exército. Estas acções levaram a novos conflitos de interesse que culminaram com a delimitação das fronteiras africanas através de tratados bilaterais, que eram mais respeitados do que os tratados afro-europeus.
- A resistência africana ocorreu em simultâneo com o processo de partilha; no entanto, existem teorias divergentes em relação às suas causas, a saber: a teoria económica, a teoria dos defensores do colonialismo (eurocentristas) e a teoria dos defensores da soberania africana (africanistas). A perspectiva africanista demonstra que a resistência foi generalizada em toda a África e variou de intensidade de local para local, defendendo o seu direito de se auto-governar. Alguns exemplos de resistência: Chaka Zulu, Mahdi do Sudão, Menelique II da Etiópia, Hendrik Witbooi e Maherero na Namíbia, El Hadj Omar no Sudão Ocidental, Lat Dior Diop do reino de Cária (Senegâmbia), Arabi Paxá do Egipto, entre outros.

- Em jeito de sistematização, pode afirmar-se que foram adoptadas as seguintes formas de resistência: acção militar, diplomacia e não-cooperação. Em relação à periodização da resistência, a perspectiva africanista remete-nos para uma análise sobre o processo de resistência desde a chegada dos Europeus, passando pelo processo de partilha e montagem dos estados coloniais até ao desencadeamento do nacionalismo africano.
- Podem identificar-se as seguintes consequências do processo de partilha e resistência africana: domínio político de quase todo o continente africano (excepto a Libéria e Etiópia) por potências europeias; alteração do mapa político do continente; modernização do sistema político-administrativo africano; introdução de meios de transporte e comunicação modernos (linhas férreas, telégrafos, etc.); perdas humanitárias (mortes e genocídios entre Africanos e Europeus); redução dos conflitos interafricanos (étnicos, religiosos, tribais, etc) – «pacificação do continente»; entre outras.

Auto-avaliação

1. Lê com atenção a seguinte afirmação:
 «As teorias psicológicas e diplomáticas pretendem acabar com a ideia de que a partilha de África foi por razões económicas.»
- 1.1 Concordas com este posicionamento? Justifica a tua resposta.
- 1.2 Explica o conteúdo da teoria da dimensão africana em relação às razões da partilha de África.
2. Identifica os exploradores que realizaram viagens nas seguintes regiões:
- África do Norte;
 - África Centro-Equatorial;
 - África Oriental;
 - África Austral.
3. A Conferência de Berlim foi realizada na Alemanha entre 1884 e 1885, reunindo as principais potências com interesse em África. Desta conferência lavrou-se uma acta contendo as principais decisões. O texto abaixo refere-se a dois artigos da acta da Conferência de Berlim.

Capítulo VI – Declaração referente às condições essenciais a serem preenchidas para que ocupações novas nas costas do continente africano sejam consideradas como efectivas.

Artigo 34 – A potência que de agora em diante tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora das suas possessões actuais, ou que, não os tendo tido até então, vier a adquirir algum, e no mesmo caso a potência que aí assumir um protectorado, fará acompanhar a acta respectiva de uma notificação dirigida às outras potências signatárias da presente acta, a fim de lhes dar os meios de fazer valer, se for oportuno, as suas reclamações.

Artigo 35 – As potências signatárias da presente acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade de comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada.

«Actas da Conferência de Berlim» in Brunsschwig, Henri, *A Partilha da África Negra* (1993)

- 3.1 Transcreve, destes artigos, as passagens que se referem ao princípio de ocupação efectiva.
- 3.2 Com base nas tuas transcrições, explica o princípio de ocupação efectiva.

4. Identifica a opção correcta.

As motivações económicas do aumento de atenção por África a partir do início do século XIX têm que ver com...

- a) o início da Revolução Industrial em França em 1750.
- b) o início da Revolução Industrial em Inglaterra em 1750.
- c) o início da Revolução francesa em 1789.
- d) o fim do tráfico de escravos no século XVIII.

5. Identifica a opção correcta. A principal motivação da conferência de Berlim foi...

- a) o conflito entre França e Bélgica pelo controlo da bacia do Níger e do Congo.
- b) o conflito entre França e Bélgica pelo controlo da bacia do Níger e o conflito entre Portugal e Cecil Rhodes por causa do Mapa Cor-de-Rosa.
- c) o conflito entre França e Bélgica pelo controlo da bacia do Congo.
- d) o conflito entre Bélgica e Alemanha pela posse do rio Congo.

6. Identifica a opção correcta. Mediante a descoberta e a invasão, a primeira atitude dos Africanos foi...

- a) totalmente hostil.
- b) hospitaleira.
- c) raramente hostil.
- d) indiferente.

7. Identifica a opção correcta. O movimento mahdista foi desencadeado...

- a) no Senegal, em 1879.
- b) no Sudão em 1881.
- c) no Egipto, em 1881.
- d) na Argélia, em 1879.

8. Identifica a opção correcta. A rebelião Maji Maji foi assim chamada porque...

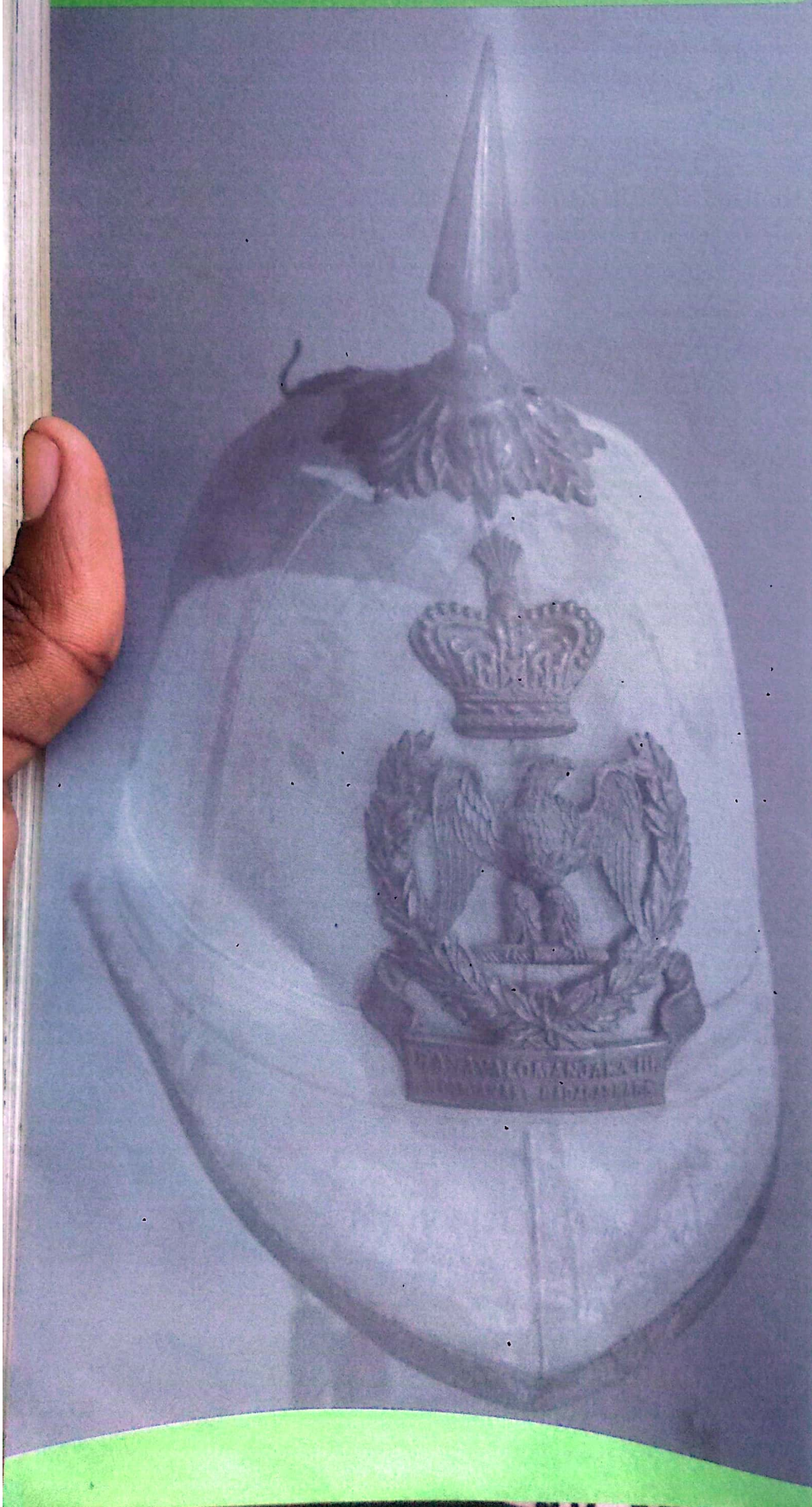
- a) o feiticeiro que a dirigiu transformava as balas em água.
- b) o feiticeiro que estava na sua origem deu uma água mágica que as pessoas acabaram por dizer que devia transformar as balas em água.
- c) os que participaram nela tornaram-se invulneráveis às balas.
- d) o líder da rebelião chamava-se Maji Maji.

9. Lê com atenção o texto «Vamos lembrar...» da página 84. Nele, podes encontrar o resumo de toda a unidade.

9.1 Extrai do texto os principais conceitos abordados ao longo desta unidade.

9.2 Elabora um resumo esquemático com base no conteúdo do texto (ver resumo esquemático da página 67).

África durante o período colonial



Ao terminar esta unidade, deverás ser capaz de:

- mencionar as características gerais do colonialismo em África;
- descrever os diferentes tipos de colónias em África;
- diferenciar a actuação das potências europeias nas colónias;
- avaliar o impacto do domínio colonial em África.

3.1 Características gerais do colonialismo em África

O conhecimento do continente africano, por parte do Ocidente, começou no século XV, durante a primeira expansão europeia, mas as grandes conquistas realizaram-se a partir dos finais do século XIX e até aproximadamente 1920, quando aconteceram as últimas derrotas das resistências activas. Em Moçambique, por exemplo, a revolta do Barué (que estudeste nos anos anteriores) só foi silenciada um pouco antes de 1920. Antes das grandes conquistas, havia mais influência europeia na África Ocidental do que na África Oriental.

A montagem dos sistemas de dominação colonial em África é consequência directa do fracasso das resistências e da partilha de África pelos regimes coloniais europeus.

Não foi fácil colonizar África, pois o que estava escrito no papel era diferente do que acontecia na realidade ou no terreno. Além disso, as colónias ou as regiões pretendidas eram, regra geral, bem maiores do que os países metropolitanos, e as vias e os meios de transportes e comunicações, eram ineficientes. Nos primeiros anos da colonização, ainda não tinham sido montados esquemas de administração que permitissem a recolha dos impostos, e, por isso, as potências coloniais tinham de suportar integralmente as despesas. Ora, para tal, deviam ter um nível de desenvolvimento económico saudável e contar com os investidores privados, que não se sentiam muito atraídos por África por este continente ser visitado sobretudo por aventureiros, especuladores e evangelizadores. Por esse motivo, a maioria dos governantes das colónias africanas devia possuir no seu currículo experiência na área militar.

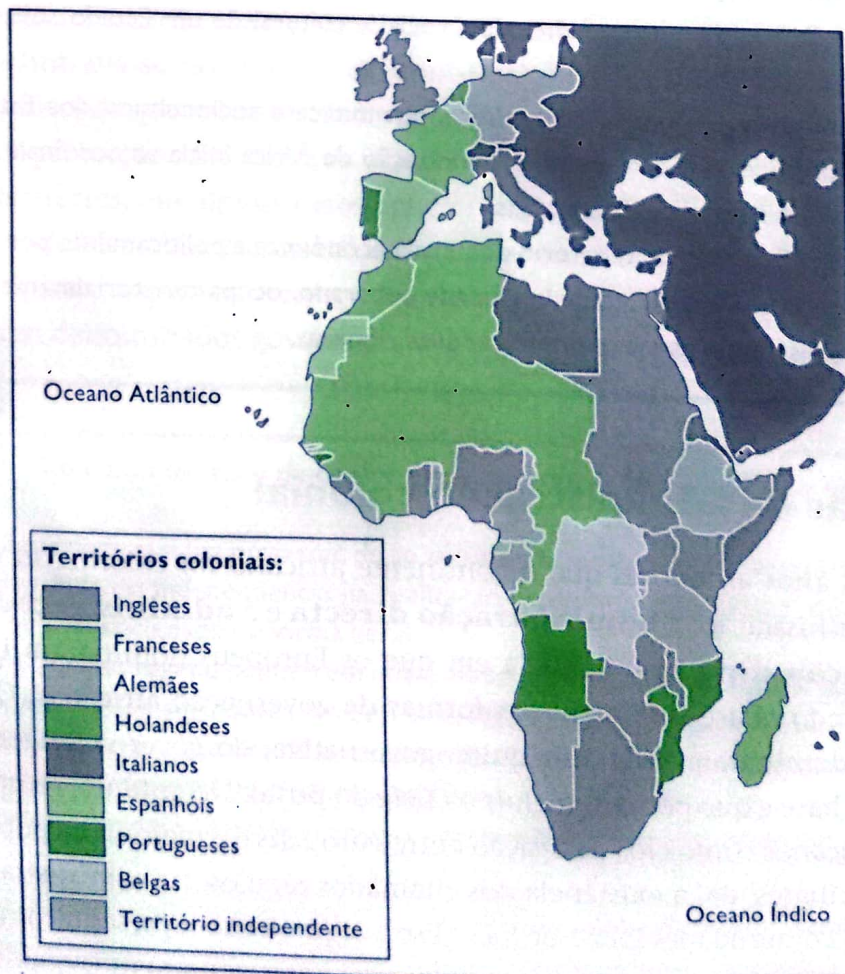


Fig. 1 Mapa de África no período colonial.

O conceito de colonização, na perspectiva africanista, difere da visão afrocentrista e da eurocentrista, principalmente do ponto de vista da sua duração. Para melhor compreensão da colonização na perspectiva africanista, vamos, de seguida, apresentar a sua periodização.

Período		Características
1.º – Conquista e ocupação efectiva (ou «período de pacificação»)	1880-1900	É o período da conquista por via militar ou diplomática. Houve muitas disputas entre as potências colonizadoras, pela posse das melhores colónias, tendo levado à Conferência de Berlim.
	1900-1919	É o período da ocupação efectiva, no qual foram demarcadas as fronteiras africanas. Foi impulsionado principalmente pelas decisões de Berlim.
2.º – Implantação do sistema colonial	1919-1935	Uma vez debelados praticamente todos os movimentos de resistência, caracterizou-se pela montagem do aparelho colonial administrativo e coercivo.
3.º – Intensificação e crise do regime colonial	1935-1960/70	Caracterizado pela intensificação da repressão e outras formas de exploração, por um lado, e, por outro lado, pela consolidação do movimento nacionalista e pela obtenção das independências.

..... Fig. 2 Quadro com a periodização do colonialismo (fonte: adaptado de Adu Boahen, *História Geral de África*, vol. VII).

Vocabulário

Colonialismo – Domínio político, económico, social e cultural de um Estado sobre territórios não independentes (colónias).

Colonização – Processo de dominação política, económica e sociocultural dos Estados por outros países. Do ponto de vista africanista, a colonização de África inicia-se nos finais do século XIX e termina com as independências africanas.

Império colonial – Extensão de território dominada económica e politicamente por um país além das suas fronteiras. A metrópole que é um Estado soberano, ocupa territorialmente outras áreas, as colónias, administrando-as e explorando as suas riquezas:

3.1.1 Formas de administração colonial

Aprendeste nos anos anteriores que o continente africano foi colonizado sob duas formas principais de administração: a **administração directa** e a **administração indirecta**.

A **administração directa** foi aquela em que os Europeus dominaram integralmente os Africanos, ignorando quase totalmente as formas de governação africanas. Os indivíduos de origem europeia dominaram toda a máquina governativa, do governador-geral, no topo, aos representantes da base e que podiam incluir o chefe do posto. No entanto, sempre houve necessidade de usar africanos como elos de ligação entre europeus e a maioria da população africana, os designados auxiliares; daí a existência dos chamados régulos, na administração portuguesa, nas aldeias ou nas comunidades locais de base. Esses régulos não representavam os interesses da população africana, mas sim os dos governos coloniais; por isso, eram indivíduos de «confiança» dos administradores coloniais e eram por estes manipulados.

Na administração directa, predomina a imposição de leis, «importadas» geralmente da metrópole, e o autoritarismo. O autoritarismo implicava a assimilação pelos Africanos da cultura europeia, caso concreto da cristianização e da monogamia, rejeitando-se os costumes tradicionais, em que se inclui o islamismo na África Ocidental francesa.

Esta administração foi utilizada por Portugal e França, o que significa que Moçambique foi uma colónia portuguesa típica de administração directa¹, tendo sido a Argélia o local onde mais se sentiu a administração directa francesa. É curioso que as colónias sob este tipo de administração tenham sido, na sua maioria, conquistadas com recurso ao uso de força militar, que desmantelou quase por completo os sistemas governativos africanos. Na maioria das colónias do Sul de África, a partir dos finais do século XIX, predominava a administração directa.

A **administração indirecta** (*indirect rule*) é aquela em que os Europeus dominam os dirigentes africanos, deixando-lhes a difícil tarefa de manter a ordem entre a população. Nesta administração, era habitual a colocação do governador-geral, de origem europeia, na capital da colónia. Em algumas colónias era também designado comissário ou comandante. Os outros membros da máquina administrativa eram africanos.

Esta forma de administração foi mais utilizada pela Inglaterra na África Subsariana, para evitar o que tinha acontecido na África do Norte. Assim, optava por incluir representantes locais para auxiliar os governadores na elaboração de leis adequadas à região e que a longo prazo podiam ganhar autonomia. Foi nesse contexto que, na administração indirecta, havia mais respeito pela cultura e tradição, manutenção dos hábitos, costumes e línguas locais, casos da actual África do Sul e Suazilândia.

Esta administração foi montada, na maioria dos casos, nos protectorados. A maioria dos protectorados encontrava-se no interior do continente, tendo como exemplos o Lesoto e a Suazilândia. De salientar que a Inglaterra conquistou a maioria do seu império colonial com base em acordos de protecção e/ou alianças. A França, apesar de ter usado a administração directa na maioria dos territórios, em alguns casos aplicou a administração indirecta, caso dos protectorados da Tunísia e de Marrócos. Nestas colónias, a soberania continuava nas mãos dos dirigentes locais, o Bei² e o Sultão, respectivamente, e é a razão pela qual nessas colónias os responsáveis da França não eram denominados governadores-gerais mas sim representantes gerais.

Vocabulário

Administração – Conjunto de leis e de órgãos que asseguram a organização e o funcionamento das instituições.

Autonomia – Capacidade que um povo tem de se administrar com as suas próprias leis. Pode significar também a liberdade ou independência na realização de qualquer actividade, quer por indivíduos, instituições ou pela sociedade de forma geral.

Autoritarismo – Tipo de regime político em que o poder (autoridade) está personificado na figura de uma pessoa, o líder. Os seguidores limitam-se a seguir as ordens do líder, sem questionar. Estes regimes caracterizam-se pela falta de oposição e participação política; as liberdades individuais não são respeitadas e o líder governa de forma arbitrária.

¹ A administração directa foi efectiva a partir de 1930, com a política de Salazar, antes deste cerca de 2/3 do território nacional tinha sido arrendado a companhias majestáticas que aplicavam os seus próprios meios de administração.

² É um título de chefe na hierarquia das sociedades islâmicas da África do Norte.

Actividades

1. Elabora um resumo esquemático que espelhe os dois tipos de administração estudados.
2. A administração indirecta aparenta ter sido benéfica, tanto para os Europeus como para os Africanos. Analisa esta afirmação.
3. Com base no mapa da pág. 89, compara a extensão de Inglaterra, França e Portugal com as suas colónias ou impérios coloniais em África e explica este aparente paradoxo.

3.1.2 Tipos de colónias: de povoamento, de exploração e protectorados

A África, sendo um continente com uma grande variedade bioclimática, de recursos pedológicos, hidrográficos e outros, foi conquistada em muitos casos com objectivos diferentes, de acordo com as características de cada região, princípio que também esteve subjacente no processo de partilha.

Colónias de povoamento

De acordo com o próprio nome, são colónias que tinham por objectivo serem povoadas com população colona vinda da metrópole – uma das formas de resolver os problemas da explosão demográfica que se iniciou na Europa no século XVIII, ao mesmo tempo que serviria para desenvolver em África várias actividades a nível político-administrativo, económico e cultural.

Os colonialistas instalaram-se preferencialmente nas zonas com climas temperados que se encontram nos extremos norte e sul de África por serem semelhantes aos da Europa. A partir desses extremos, a concentração dos colonos ia diminuindo ora para sul, ora para norte. De seguida, a preferência era para as planícies costeiras e vales férteis por serem zonas mais acessíveis. Ao mesmo tempo, os Africanos foram afastados para zonas não férteis e sem acesso aos capitais, aos mercados, à educação de nível europeu e ainda obrigados a procurar emprego nas cidades e nas fazendas desses mesmos europeus para suportar os impostos.

Segundo Fage³, até meados da década de 1950, viviam em África mais de cinco milhões de colonos de ascendência europeia que consideravam África o seu continente, no entanto, estes eram uma minoria em relação ao total da população africana, que rondava cerca de 240 milhões de indivíduos.

Os exemplos típicos das colónias de povoamento foram a Argélia francesa e a África do Sul britânica, em especial a Cidade do Cabo. Não se podem desprezar as colónias da Rodésia do Sul (Zimbabwe), Rodésia do Norte (Zâmbia), Congo Belga, Quênia, Marrocos, Tunísia e Sul de Moçambique e Angola, no caso de Portugal.

Como vimos, a população colona era numericamente inferior em relação à africana, e, por isso, um pouco por toda a África, encontramos nessas colónias sociedades cosmopolitas combinando raças, línguas e religiões diferentes, tendo como exemplo típico o Egipto. Mesmo sendo minoria⁴, a população vinda da Europa encontrava-se em posição de superioridade em relação à

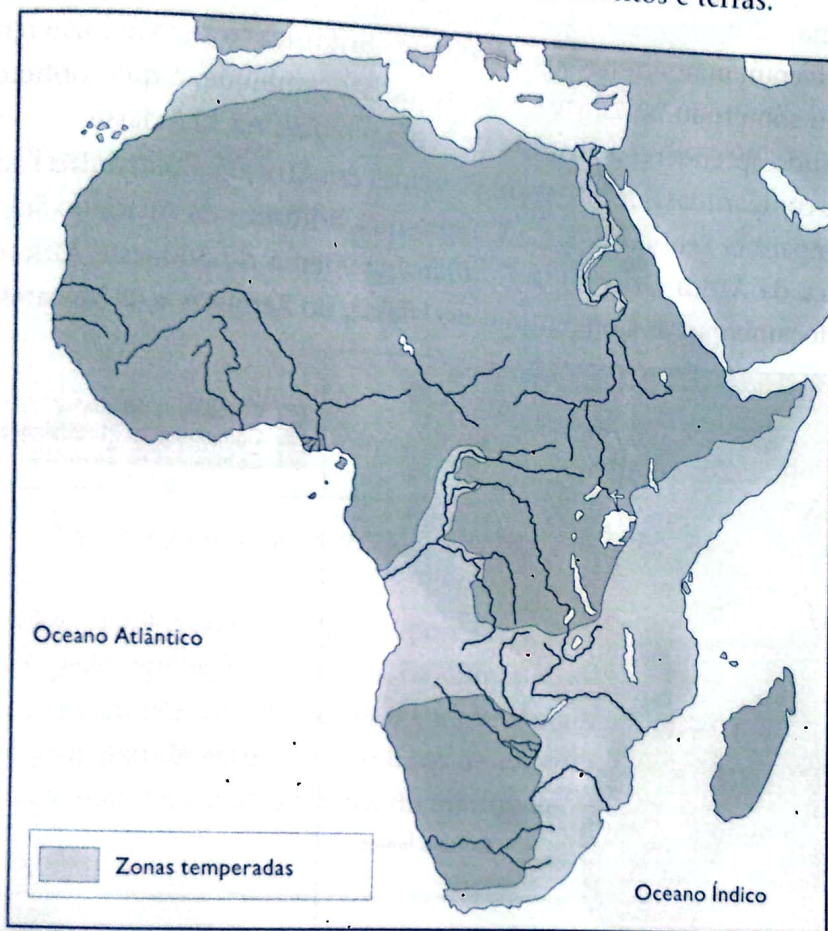
3 J. Fage e J. Donald, *História de África*, Lisboa, Edições Asa, s.d.

4 Lembra-te de que a emigração europeia para várias regiões do Mundo é anterior ao colonialismo, em especial para o Norte de África, através do mar Mediterrâneo.

maioria africana, pois a população colona tinha privilégios que lhe eram conferidos pelos governos coloniais.

Na maioria das colónias do Sul de África, a partir dos finais do século XIX, houve um ritmo de povoamento acelerado em que a população indígena foi «empurrada» para zonas menos favoráveis.

Em geral, os colonos monopolizavam o poder político, a economia, as profissões especializadas, as direcções-gerais, entre outros. No entanto, de todas as colónias da África Negra, essa situação de exclusão foi mais grave na União Sul Africana, em contradição com os protectorados vizinhos da Basutolândia e Suazilândia, onde os Africanos tinham direitos e terras.



.... Fig. 3 Mapa das zonas de maior concentração de colonos em África.

Vocabulário

Colónia de povoamento – Colónia povoada com população vinda da metrópole, compensando a explosão demográfica verificada na Europa no século XVIII e servindo para desenvolver em África actividades político-administrativas, económicas e culturais.

Indígenas – Desde a chegada dos Europeus no século XV, este termo foi usado nas referências aos Africanos. Quando se iniciou a colonização e com ela a política de assimilação, o termo indígena foi usado para distinguir os Africanos «evoluídos» dos «não evoluídos». Os «evoluídos» eram também conhecidos como assimilados (sabiam ler e escrever nas línguas europeias, tinham adquirido outros valores da cultura ocidental); os «não evoluídos» eram os indígenas que não sabiam ler, nem escrever nas línguas europeias e valorizavam as práticas culturais africanas.

Colónias de exploração

Apesar de terem existido colónias de povoamento, está claro para todos que o objectivo principal do colonialismo em África era explorar os seus recursos para satisfazer as crescentes industrialização e concorrência entre países capitalistas, em especial aqueles que nos finais do século XIX haviam atingido a fase imperialista. A exploração dos recursos africanos deu-se em todo o tipo de colónias, fossem elas de administração directa, indirecta ou mista.

Em África, foram dadas concessões de vastos territórios às companhias privadas como forma de atrair capitais. Em muitos casos, essas companhias eram representantes de governos europeus na aquisição e na administração das colónias, apesar de serem empresas especuladoras. As companhias tiveram maior impacto nas colónias britânicas e alemãs, sem ignorar Portugal, que as introduziu sobretudo no Norte e Centro de Moçambique, e que conhecerás pormenorizadamente quando aprenderes a História de Moçambique, na 12.^a classe.

Várias foram as companhias que estiveram presentes em África: a Companhia Francesa da África Ocidental, a Companhia Real do Níger, a Companhia Britânica da África do Sul, a Companhia Imperial Britânica da África Oriental, a Companhia Alemã do Sudoeste Africano e da África Oriental, e em Moçambique, as Companhias do Niassa, do Zambeze e de Moçambique.

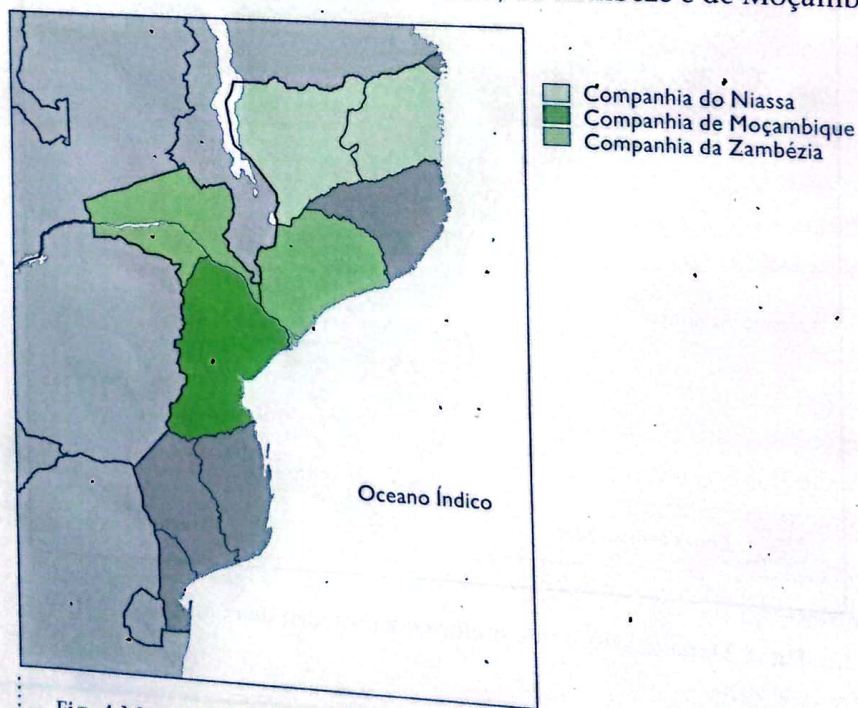
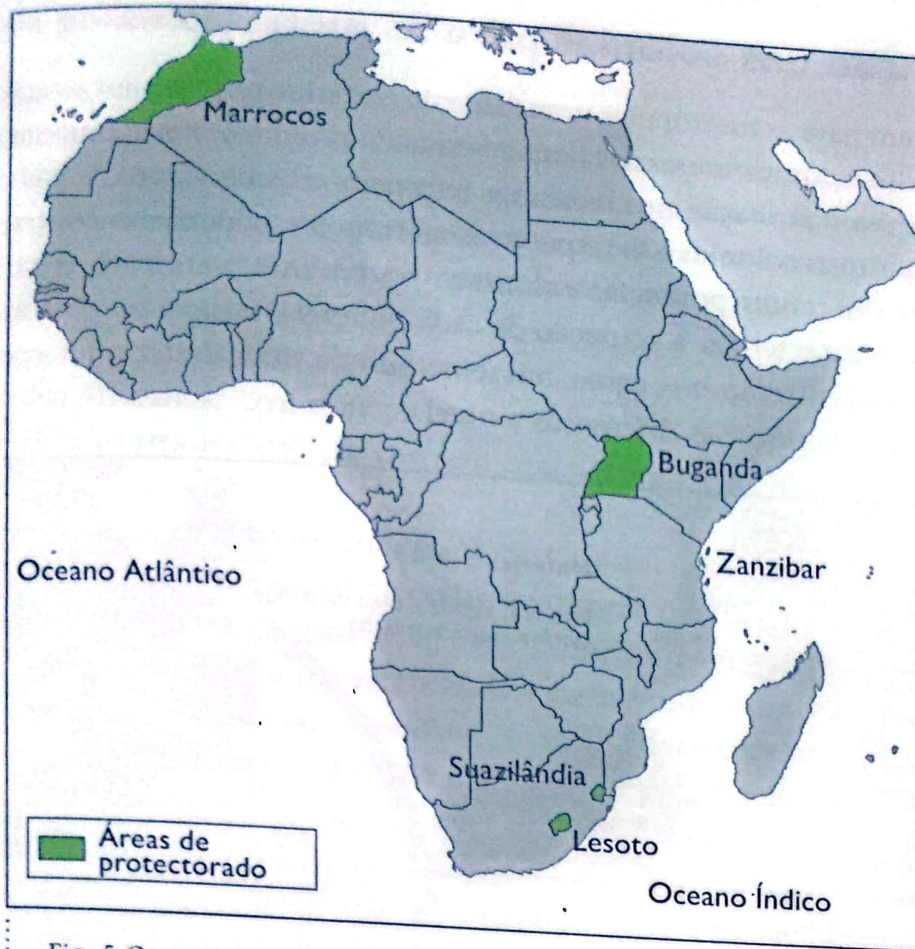


Fig. 4 Mapa das companhias que estiveram presentes em Moçambique.

Protectorados

Os protectorados foram um tipo de colónia cuja extensão corresponde a um determinado reino preexistente, no qual o país colonizador (metrópole), após a conquista, conservou os limites territoriais e a soberania da classe dirigente, e estes, por sua vez, se declararam seus vassallos. Certamente que te recordas do processo de conquista e ocupação efectiva do reino de Buganda, que estudaste na unidade anterior do teu manual. O reino de Buganda é um exemplo típico de protectorado, apesar de terem existido vários outros exemplos um pouco por todo o continente.



..... Fig. 5 Os protectorados africanos.

Nos protectorados, os governos coloniais proporcionavam a segurança necessária para explorar recursos minerais, pedológicos, hidrológicos, bioclimáticos e outros. Daí a existência de companhias majestáticas e a construção de várias infra-estruturas, como ferrovias, rodovias e portos com o objectivo principal de escoar os produtos de exportação para mercados mundiais e de receber os produtos manufacturados vindos da metrópole.

Vocabulário

Colónia de exploração – Colónia que visava a exploração dos recursos africanos para satisfazer as crescentes industrialização e concorrência entre países capitalistas.

Soberania – Este conceito refere-se ao direito que cada Estado tem de se autogovernar, sem interferência estrangeira. A nível interno de cada Estado, as classes dirigentes reivindicam a soberania, através do controlo das diferentes instituições do Estado; e o povo é que legitima a soberania das classes dirigentes, em nome do Estado.

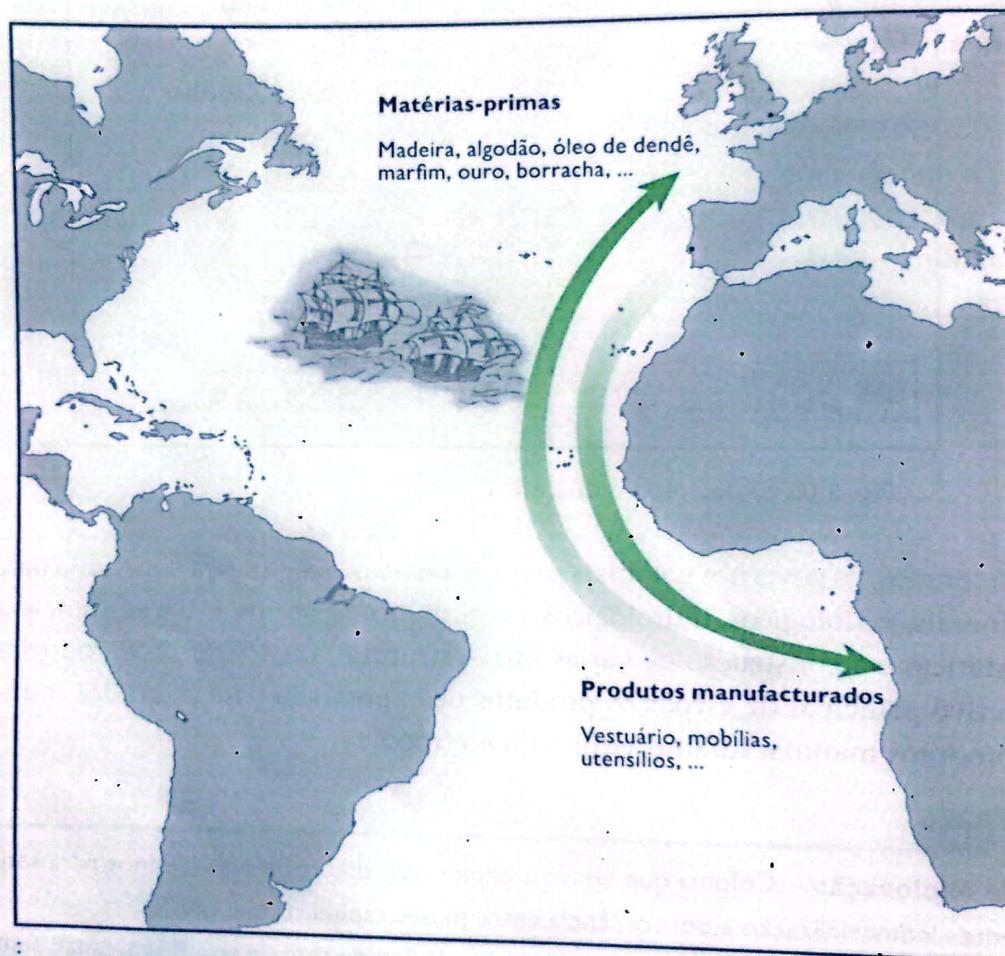
Actividades

1. «Não é linear afirmar-se que numa colónia de povoamento aplicou-se a administração directa e nas colónias de exploração, a administração indirecta.» Comenta a afirmação com base em exemplos concretos.
2. Estabelece uma relação entre a administração indirecta e os protectorados.

3.1.3 A função das colónias para as metrópoles

As colónias eram para as metrópoles uma fonte de matérias-primas para as suas indústrias, ou, então, constituíam óptimos mercados para a venda de produtos, normalmente de baixa qualidade, que não tinham aceitação nos mercados europeus ou americanos.

Nesta relação entre as colónias e as respectivas metrópoles, podemos encontrar diversas semelhanças entre as diferentes potências coloniais; no entanto, verificam-se também algumas diferenças que vão caracterizar a actuação de cada potência, tanto a nível económico, político e sociocultural. Concentremo-nos, agora, nas semelhanças, onde destacamos a política indígena. E, mais adiante, vais verificar as diferenças a nível económico.



..... Fig. 6 As trocas comerciais entre a Europa e a África colonial.

A política indígena

A política indígena foi um método utilizado em todas as colónias africanas, sejam elas de administração directa ou indirecta. O termo indígena foi utilizado geralmente para designar os Africanos, que foram indispensáveis na exploração colonial.

Os Europeus, para justificarem a exploração do indígena, diziam estar a tutelá-lo, protegendo-o e fazendo progredir a sua raça. Assim, os Europeus viam-se no direito de proteger os mais fracos, mostrando um espírito paternalista. No contexto deste espírito, os Africanos (indígenas) eram considerados «crianças grandes» ou «não-adultos».

Objectivos da política indígena

A política indígena teve como principais objectivos:

- a recolha de impostos, muitas vezes fixados arbitrariamente e exageradamente para impor ao Africano o trabalho obrigatório, realizado geralmente na agricultura e na construção de infra-estruturas;
- a obtenção de mão-de-obra barata, para substituir a falta de máquinas nas colónias, pois saíam mais caras do que o trabalhador africano muito mal pago;
- a realização de culturas obrigatórias;
- a utilização dos indígenas no trabalho forçado;
- a aculturação dos Africanos;
- a inclusão de soldados africanos no exército sem criar despesas avultadas às potências coloniais.

Alguns objectivos foram alcançados através do cristianismo e da educação ocidental, em que os Africanos foram orientados para seguir a cultura europeia, com excepção de algumas regiões, como a África do Sul, nas quais a política racial foi tenazmente defendida. A recolha de impostos, na maioria dos casos, servia para a manutenção dos membros da administração colonial. É de reconhecer que a política britânica de administração se diferenciou da francesa e da portuguesa, sendo mais «suave» em termos de exploração e na defesa da política de assimilação.

Vocabulário

Aculturação – Conceito antropológico referente à adaptação cultural e a uma mudança no meio social. Em África, correspondeu à introdução dos valores culturais europeus na cultura africana.

Assimilação – No contexto africano, adaptação dos Africanos à cultura europeia, rompendo com as suas tradições culturais. O estatuto de assimilado pressupunha a aculturação.

Actividades

1. «A política de assimilação foi um dos métodos utilizados pelos colonialistas para defender a exploração.» Comenta esta afirmação.
2. «A política de assimilação teve aspectos negativos mas também positivos.» Justifica e exemplifica a afirmação.

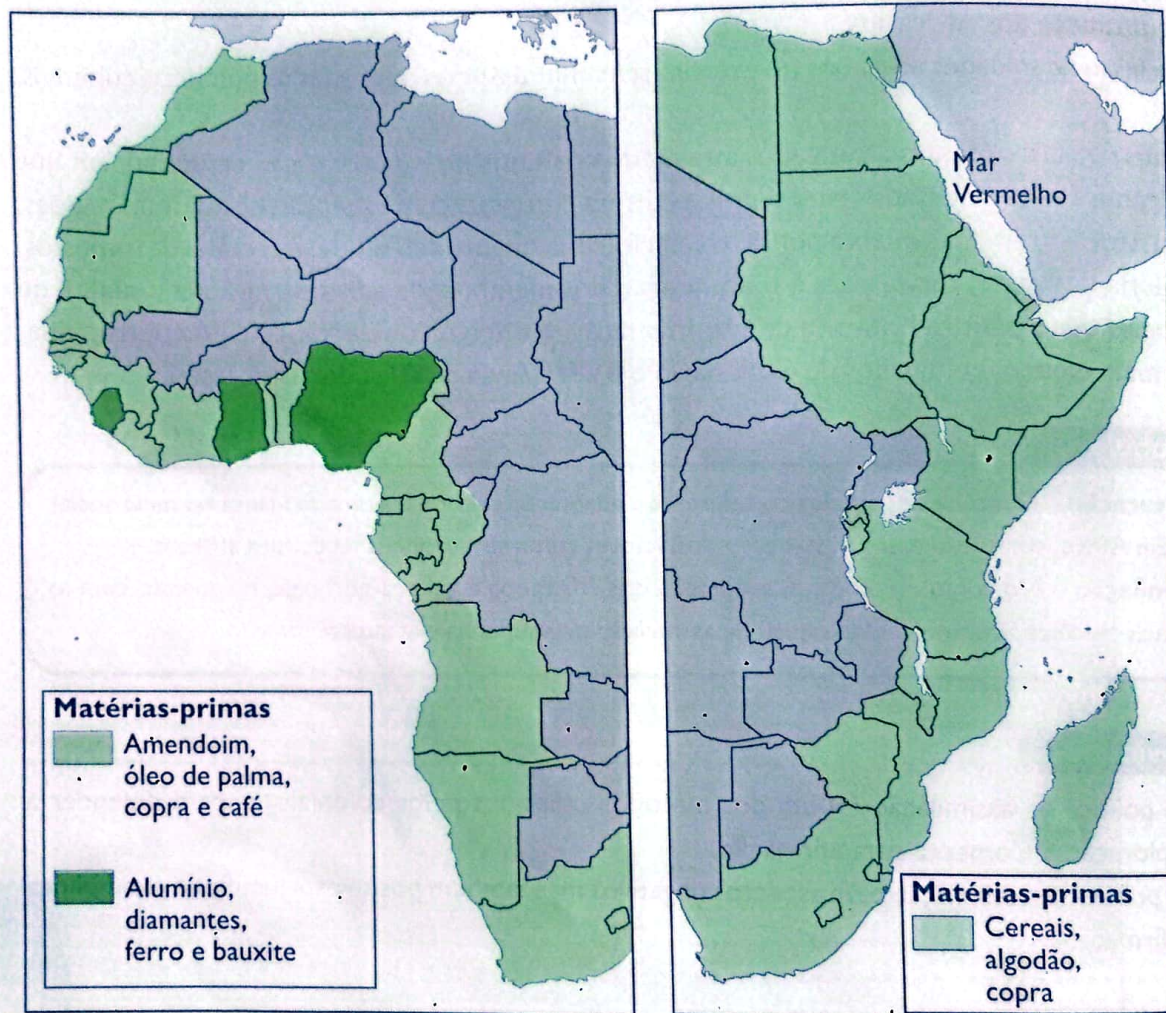
3.1.4 A economia colonial

Já foi visto que o principal objectivo dos colonialistas era explorar os recursos africanos. Essa exploração teve diferenças ligeiras, dependendo dos recursos abundantes na região, da capacidade de exploração da potência colonizadora e da procura dos produtos no mercado.

Na África Ocidental, os principais produtos de exportação eram o amendoim e o óleo de palma, copra e, em menor quantidade, o café e as bananas. Estes produtos já eram normalmente produzidos pelos africanos dessa região, o que revela que estes já conheciam técnicas de cultivo que satisfaziam a economia de mercado, em consequência da chegada de negros vindos das Américas com a abolição da escravatura. Em alguns países desta região, como a Costa do Ouro (Gana), os Africanos estavam até organizados em associações que defendiam os seus interesses e direitos.

A indústria, por sua vez, era pouco desenvolvida nesta região de África, apesar de alguns focos na Nigéria, Costa do Ouro e Serra Leoa. Extraíam-se maioritariamente o alumínio, o carvão e os diamantes, enquanto o ferro, a bauxite e outros minerais eram explorados em pequenas quantidades.

Na África Oriental e Central também predominavam as concessões agrícolas. Com exceção do Uganda, os Africanos não tinham grande importância na produção, como na África Ocidental, principalmente na Rodésia do Sul (Zimbabwe), onde a terra era alvo de especulação e estava nas mãos da minoria colona de origem europeia.



..... Fig. 7 Mapa da África Ocidental e da África Oriental com os principais produtos aí explorados no período colonial.

Na região centro equatorial, zona dos famosos conflitos entre França e Bélgica, Leopoldo II, antes de entregar o Congo Belga para a administração governamental, teve dificuldade em competir com o governo francês. Em contrapartida, para os Africanos, o ambiente era melhor no Congo Belga do que no Congo Francês, aliado ao facto de França ter criado um ambiente muito desagradável devido ao recrutamento maciço de Africanos para as conquistas militares dentro e fora de África. Em geral, as colónias costeiras eram mais ricas do que as do interior, por terem sido as primeiras a beneficiar do comércio desde a primeira expansão europeia no século XV.

Depois da crise económica mundial dos anos 30, as colónias serviram decididamente de fontes de rendimento para recuperar da crise; com autonomia financeira, estas deviam ser auto-suficientes.

Neste período verificou-se uma intensificação das formas de exploração. Em toda a África foram montadas casas comerciais (feitorias) que tinham como finalidade o escoamento de produtos obtidos nas colónias e a venda de produtos manufacturados vindos da Europa, geralmente de baixa qualidade. A maioria dos serviços estava nas mãos das companhias comerciais.

Em África não havia respeito pelos preços praticados a nível mundial; eram atribuídos preços arbitrários, e os comerciantes facilmente obtinham avultados lucros à custa dos Africanos. Os comerciantes, tanto europeus como asiáticos, e os poucos intermediários africanos também enfrentavam grandes dificuldades devido à indiferença, por parte da maioria dos Africanos, em produzir produtos de exportação, a que se juntava a falta de meios de transporte e comunicações, principalmente no interior, e o facto de existirem em África muitos rios não navegáveis.

A separação das metrópoles e colónias durante a Segunda Guerra Mundial forçou as colónias a desenvolverem indústrias alimentares. A guerra foi uma oportunidade para alguns países africanos desenvolverem pequenas indústrias, principalmente no ramo alimentar, e modernizarem as suas infra-estruturas (portos, linhas férreas, etc.) para servirem de apoio aos países europeus, cujas economias estavam parcialmente paralisadas devido ao conflito.

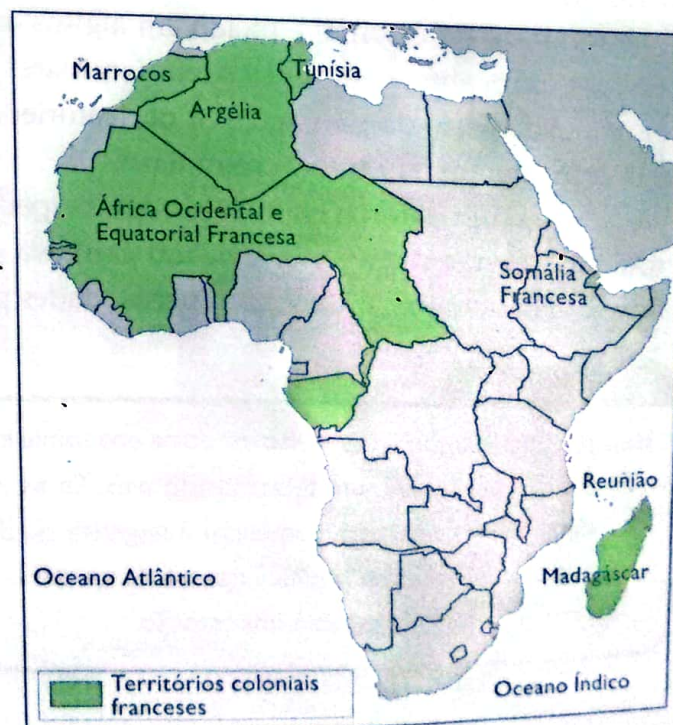
A actuação das diferentes potências coloniais

Este subcapítulo dedica-se a estabelecer de forma mais ou menos pormenorizada o que cada colónia representava para a metrópole, tendo em conta a perspectiva do colonizador.

A colonização francesa

As colónias francesas, em geral, eram de grande extensão⁵, mas com povoamento abaixo das colónias britânicas. A menor densidade populacional explica-se, em alguns casos, pelo fornecimento da mão-de-obra dessas colónias a outras (ex.: britânicas), tanto para as indústrias mineiras como para as plantações.

A economia baseava-se na exportação de produtos agrícolas básicos obtidos por meios tradicionais e pela importação de bens de consumo. No período da Primeira Guerra Mundial, a balança comercial tornou-se negativa e agravou-se com a crise económica mundial dos anos 30.

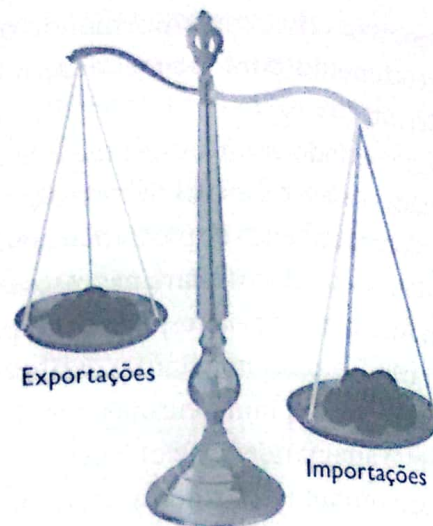


..... Fig. 8 A África colonial francesa.

⁵ Tal como as belgas e portuguesas.

As colónias eram financeiramente pobres e, por isso, não tinham auto-sustento, dependendo, deste modo, dos empréstimos tomados às metrópoles, pagáveis por décadas em juros menores (ex.: 4 a 4,5%). Mesmo que houvesse uma ligeira subida de exportações em relação às importações, as colónias não se desenvolveram em benefício próprio porque eram devedoras e os credores eram as metrópoles.

Depois da grande depressão económica dos anos 30, esta situação alterou-se e as colónias foram fonte de rendimento para a recuperação da crise das potências colonizadoras. Foi nesse contexto que foi dada autonomia financeira às colónias de modo a serem auto-suficientes, pois as metrópoles não estavam em condições de as apoiar financeiramente.



..... Fig. 9 Balança comercial nas colónias francesas.

Os encargos do trabalhador

Durante a época de crises, em especial das depressões, a situação do trabalhador africano piorou, uma vez que o orçamento das famílias africanas não chegava sequer para sustentar o próprio trabalhador (ex.: chefe da família). Esse trabalhador era forçado a trabalhar por causa dos tributos que tinham de ser pagos. Essa situação cada vez mais difícil do trabalhador africano foi a causa de algumas sublevações políticas e de camponeses, embora com maior alcance nas cidades do que no campo, aspecto que se vai desenvolver mais adiante no contexto do nacionalismo africano.

Havia prestação de serviços e culturas obrigatórias. O trabalho não remunerado foi oficializado pelos governos coloniais e consistia na prestação de trabalho gratuito para todas as obras de interesse local ou colonial e fixado em alguns dias por ano. Os trabalhadores, na prestação de serviços, eram alimentados pelos seus familiares (quando a estrada ou qualquer obra estivesse a ser realizada perto da povoação). A obrigatoriedade estendeu-se ao recrutamento de Africanos para combaterem nas guerras mundiais⁶.

As culturas obrigatórias eram de produtos específicos: algodão, cacau, arroz e café, entre outros. Produzindo estas culturas, o Africano ganhava o mínimo, apenas o dinheiro necessário para poder pagar impostos e atender às necessidades primárias de consumo.

Vocabulário

Balança comercial – Conceito usado na economia e que corresponde à diferença entre as exportações e importações de um determinado país. Se as importações são maiores do que as exportações, significa que a balança comercial é negativa ou desfavorável; se as exportações forem maiores do que as importações, significa que a balança comercial é positiva ou favorável. Ou seja, um país deve privilegiar a exportação à importação.

⁶ Ver a participação de África na Segunda Guerra Mundial (manual da 10.ª classe).

A colonização britânica

Os Britânicos não desenvolveram uma teoria colonial aplicada a todas as colónias devido à diferença de costumes nas várias regiões e ao facto de haver objectivos diversos para as mesmas. Assim, os administradores das colónias britânicas eram autorizados a aplicar situações novas segundo as condições locais, o que significa que os administradores eram autónomos.

Os principais objectivos do colonialismo britânico foram:

- obtenção de matérias-primas (agrícolas e minerais) para alimentar as indústrias;
- exportação de produtos manufacturados.

Em geral, as colónias estavam

em desvantagem porque tinham a obrigatoriedade de exportar para Inglaterra, mesmo que não oferecesse melhores preços, enquanto a Inglaterra não era obrigada a importar das colónias, utilizando, deste modo, uma política comercial racional, porque comprava sempre que o preço fosse favorável. Essa situação de desvantagem para com as colónias estendia-se também às importações, porque as colónias eram obrigadas a comprar produtos ingleses caros.

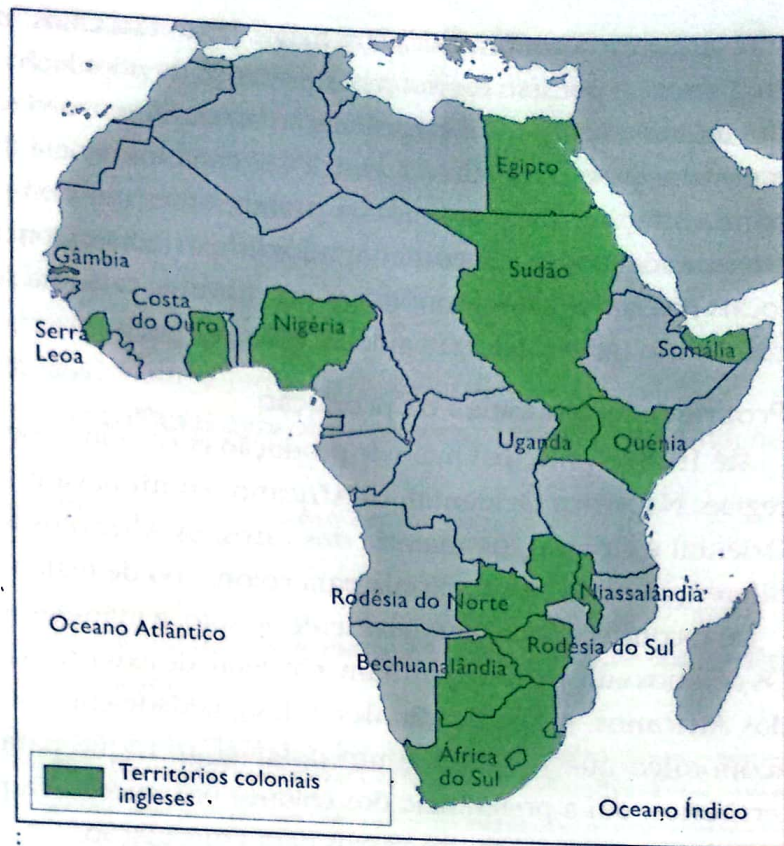


Fig. 10 A África colonial britânica.

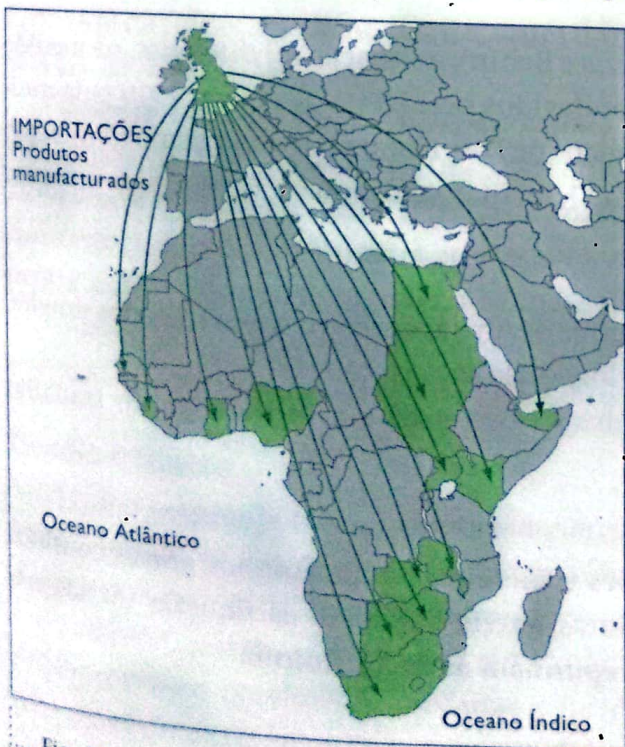


Fig. 11 O comércio com as colónias inglesas.

A administração britânica, na maior parte dos casos indirecta, dava autonomia a indivíduos singulares, e por isso foi notória a presença da população branca nas colónias britânicas movida por interesses próprios. Essa população branca desenvolvia actividades diversas, tendo-se destacado a mineração, o comércio e a banca e exercia influência directa sobre os nativos relativamente à administração. A sua autonomia permitia-lhes que comprassem produtos agrícolas aos nativos em troca de produtos manufacturados (importados). Concluiu-se que a interferência dos governos locais nas actividades económicas era mínima, salvo na recolha dos impostos pelos enviados do comissário (governador) às aldeias, uma vez por ano.

Propriedade dos meios de produção

Até 1935, o principal meio de produção era o solo. A ocupação das terras variou de região para região. Na África Ocidental, os Africanos continuavam senhores das suas terras, mas na África Oriental e Central, na maioria dos casos, os Africanos foram desapossados delas, isto é, havia diferenças notáveis de colónia para colónia ou de região para região.

De reconhecer que, paralelamente ao solo, a mão-de-obra era tida como «meio» de produção. Os colonos europeus dispunham, em geral, de extensões imensas de terras férteis em detrimento dos Africanos. A justificação dessa desigualdade era a de que os nativos não tinham um nível económico que justificasse um possível arranque para o desenvolvimento económico dos territórios, daí a preferência dos colonos britânicos. A aquisição das terras era, na sua maioria, gratuita ou a preços muito baixos para especulação.

As zonas de maior entrega de terras aos colonos foram: Quênia e Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) – onde os fazendeiros brancos se instalaram à procura de ouro, numa primeira fase, e acabaram adquirindo as terras da *British South Africa Company* (BSAC) – (Companhia Britânica da África do Sul), dirigida, então, por Cecil Rhodes, o que justificou a presença de mais população branca do que noutras colónias. Como consequência, a distribuição das terras da BSAC foi feita com base em leis que dividiam as terras em categorias: umas pertencentes a brancos, outras pertencentes a negros.

Na África Ocidental (Gana/Costa do Ouro, Nigéria e Benin), a situação foi diferente, na medida em que as terras foram confiadas aos Africanos, protegidos pela lei revogada em 1910 pela *Anti-Slavery and Aborigines Rights Protection Society* (Sociedade de Luta Contra o Esclavagismo e Protecção dos Direitos dos Indígenas). Em resumo, a África Ocidental «escapou» a uma maior presença colona devido aos seguintes factores:

- não abundância de recursos minerais;
- sistema de plantação desnecessário na região, porque os Africanos, com os seus métodos simples, produziam o suficiente para satisfazer as necessidades de exportação⁷;
- hostilidade dos Africanos em aceitar a requisição de terras e a introdução do trabalho obrigatório.

A produção agrícola

Com a coexistência da economia de plantações e mineira, foram notórios graves conflitos quando se localizavam riquezas minerais em terras férteis e quando as riquezas do subsolo exploradas pelos representantes da Coroa se sobrepunham às da agricultura.

⁷ Os produtos exportados eram o cacau, o amendoim e o azeite de dendê.

A produção agrícola estava destinada à subsistência e à exportação de produtos primários. Para a subsistência, as culturas essenciais eram a banana, inhame, mandioca, milho e arroz. Para exportação eram importantes produtos como o cacau (produto de maior produção), o azeite de dendê, o amendoim, o algodão, o café e o cravo-da-índia. Essas culturas eram produzidas em moldes tradicionais e com maior contribuição dos Africanos.

Mesmo com essa contribuição, foram tomadas medidas para que os Africanos ficassem em desvantagem concorrencial, tais como:

- aumento de cotações de produtos agrícolas dos Africanos;
- introdução da tributação para obrigar o Africano a procurar trabalho;
- legalização do trabalho forçado em muitas colônias para obras públicas, fazendas e plantações europeias;
- proibição do Africano praticar certas culturas (ex.: café) por ser lucrativa.

A produção mineira

Neste último sector havia maior destaque para as minas de ouro. A tabela seguinte demonstra a origem dos principais recursos minerais explorados.

Mineral	Local de exploração
Ouro	Costa do Ouro, Rodésia do Sul, Tanganhica e Serra Leoa
Diamantes	Costa de Ouro e Serra Leoa
Cobre	Rodésia do Norte
Ferro	Serra Leoa
Carvão	Rodésia do Sul e Nigéria

... Fig. 12 Origem dos principais recursos minerais explorados em África (fonte: Ki-Zerbo; Joseph. *História da África Negra II*).

Assim, conclui-se que a Costa do Ouro, Rodésia do Sul e a Serra Leoa apresentavam grande variedade de minerais. Os Africanos, antes da chegada dos Europeus, já exploravam os minérios, mas em moldes tradicionais.

O sector mineiro foi financiado pelo capital estrangeiro, devido à exigência de avultados capitais, impossíveis de serem adquiridos por africanos e aventureiros não capitalistas. Contudo, os Europeus, e porque era uma actividade mais lucrativa, também «impediam» os Africanos de realizarem a exploração mineira através da introdução de licenças de exploração. Aos Africanos, para a exploração mineira, exigia-se que: conhecesse a lei das minas e lesse perfeitamente o código inglês. Como em qualquer outra actividade, a mão-de-obra africana era explorada e obrigada a vender-se pelas razões vistas anteriormente.

Moedas e bancos

Tal como noutras potências colonizadoras, introduziram-se bancos que emitiam moedas com valores inferiores aos da metrópole, em substituição do já existente sistema de trocas. Essa «imposição» teve êxito devido aos impostos em moedas europeias.

Os empréstimos eram favoráveis aos Britânicos e Asiáticos e desfavoráveis aos Africanos. Ao Africano era-lhe igualmente «vedada» a formação nesse domínio. Esses bancos, por causa da falta de solidez, entraram na bancarrota com a crise mundial dos anos 30.

Os bancos ultramarinos apenas serviam a população colona e não os Africanos, em especial no que respeitava aos empréstimos, uma vez que estes não possuíam propriedades privadas que oferecessem as garantias exigidas no pedido de créditos. As tarifas aduaneiras sobre mercadorias não britânicas aumentavam como forma de proteger as de origem britânica.

A maior parte das infra-estruturas nas colónias britânicas foi construída com o objectivo de ligar zonas mineiras e de plantações. Destacaram-se as ferrovias em relação às rodovias, pois essas eram construídas como vias de acesso às redes ferroviárias. Na sua maioria foram construídas na Rodésia do Sul e na África do Sul, o que significa que noutras colónias as infra-estruturas eram escassas. Além de ferrovias e rodovias, desenvolveram-se transportes marítimos para permitir a exportação e importação de matérias-primas e produtos manufacturados.

Vocabulário

Bancarrota – Falência ou quebra num negócio, reconhecida pelo tribunal.

Bancos ultramarinos – O termo «ultramarino» ou «ultramar» foi usado no período colonial, sobretudo por França e Portugal, para designar as suas colónias. Assim, os bancos ultramarinos, eram os bancos emissores (Banco Central) nas colónias.

Especulação – Operação comercial com lucros exagerados e pouco legítimos.

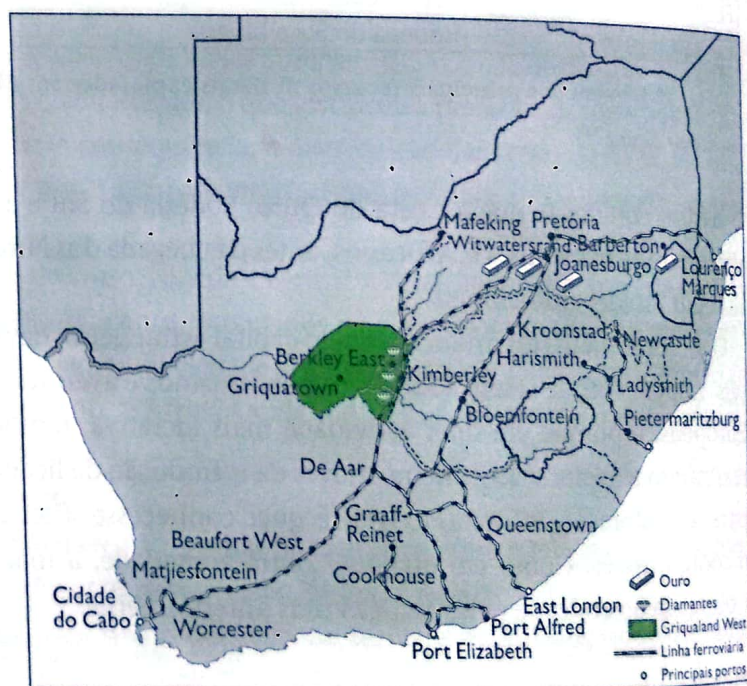
Tarifa aduaneira – Taxa paga na importação ou exportação de uma mercadoria de um país para outro.

A colónia britânica da África do Sul

A África do Sul foi uma colónia específica da Grã-Bretanha porque teve um desenvolvimento económico e social extraordinário em relação a todas as outras. Essa especificidade deveu-se à descoberta de minas de ouro no Transvaal e diamantes em Griqualândia e Kimberley. Esses recursos passaram a ser explorados imediatamente pelas companhias mineiras, que fizeram deles a maior exportação jamais vista em África.

A indústria mineira foi a razão do surgimento da cidade de Joanesburgo (devido a Kimberley), onde viviam muitos europeus, e com eles deu-se o desenvolvimento de indústrias transformadoras, em especial de bens de consumo.

A descoberta desses recursos teve como consequência o início e agudização de conflitos na região austral de África porque, a partir de então, os Ingleses iniciaram a anexações de vários Estados africanos a sul do Limpopo, dando, por exemplo, início à Primeira Guerra Anglo-Bóer (1881).



..... Fig. 13 O sistema ferroviário colonial e as zonas ricas em recursos da África do Sul.

Por ter resultado na vitória dos Bóeres, os Ingleses prepararam a Segunda Guerra Anglo-Bóer de 1899 a 1902, que resultou na vitória inglesa e na aplicação de capitais e técnicos britânicos, dos EUA e de outros países industrializados. A partir de então, a maioria dos investimentos da Grã-Bretanha foi canalizada para a África do Sul. Este facto justifica o maior desenvolvimento daquela colónia e a complexidade da rede ferroviária na região.

Em contrapartida, no período de 1910 a 1932, foram criadas leis bastante rígidas para os Africanos com o objectivo de reforçar a posição dos brancos. De entre as várias leis, destacou-se a lei *Natives Land Act* de 1913, que reservava 88% das terras ao uso exclusivo dos brancos (que representavam apenas 20% da população africana). Em alguns casos, os Africanos cultivavam a terra de um europeu pagando pela metade do que produzia – uma espécie de feudalismo, conceito que abordaste na 9.ª classe. Essas leis foram a base para a segregação racial que o regime do *apartheid* desenvolveu naquela região de África até aos anos 90.

Em resumo, a África do Sul teve uma evolução económica diferente da maior parte de outros países de África. Em contrapartida, os negros da África do Sul sofreram económica e socialmente mais do que os negros de outras regiões de África.



Fig. 14 As leis racistas do regime de *apartheid* na África do Sul.

Vocabulário

Apartheid – Política que vigorou na África do Sul e que consistia na separação das pessoas segundo a cor da pele: brancos, negros, indianos e mestiços. Cada grupo racial tinha os seus próprios hospitais, escolas, casas e salários, entre outros.

Segregação racial – Marginalização de indivíduos em função da sua raça.

A economia colonial nas antigas colónias belgas

Nas colónias belgas, como nas francesas, havia centralização da administração colonial ao reservar-se o poder legislativo à metrópole (administração directa). Mesmo assim, os Belgas, depois de 1920, adoptaram no Congo uma administração indirecta.

O grande promotor da colonização belga foi Leopoldo II, que se empenhou na exploração do Congo – uma zona já disputada com a França antes da Conferência de Berlim. A economia nas colónias belgas assemelhava-se bastante à das colónias francesas – era uma tipicamente agrícola⁸.

A economia agrícola foi também semelhante à das colónias portuguesas, com a excepção de que Portugal alugava zonas às chamadas Companhias Majestáticas e Arrendatárias por défice de capital.

⁸ Ver economia colonial nas possessões francesas.

Unidade 5

Com a crise dos anos 30, no Congo Belga, o sector privado evidenciou-se mais porque aumentaram as empresas privadas e o capital nelas investido, destacando-se o sector de mineração na extracção de diamantes, rádio, urânio e ouro. Dos quatro grupos principais que operavam no Congo Belga evidenciou-se a *Société Générale*, porque explorava vastíssimos territórios.



..... Fig.15 Territórios coloniais belgas a partir da I Guerra Mundial.

Semelhanças entre o sistema belga e o sistema francês

- Os chefes tradicionais foram manipulados de modo a satisfazer o sistema colonial;
- As circunscrições eram criadas e abolidas segundo as exigências coloniais;
- Os impostos eram em dinheiro e em trabalho;
- Os trabalhadores africanos foram utilizados como recrutadores;
- Havia trabalho forçado;
- As colónias belgas e francesas utilizavam a mesma moeda (o franco).

Diferenças entre o sistema belga e o sistema francês

O sistema judiciário era diferente porque o tratamento dos indígenas no Congo Belga era semelhante ao sistema inglês, onde os tribunais para Africanos eram presididos por indígenas e respeitavam o direito consuetudinário africano – que se baseava na reparação do prejuízo causado à vítima e não no castigo do culpado, como no Direito europeu. Os Franceses utilizavam um método diametralmente oposto, no qual colocavam o administrador como autoridade judiciária.

As companhias francesas estavam mais atrasadas em relação às belgas, porque as companhias belgas exploravam vastíssimos territórios, contrastando com a relativa inactividade das companhias nos territórios franceses da África Equatorial, e, daí, o Estado ser o principal investidor.

Vocabulário

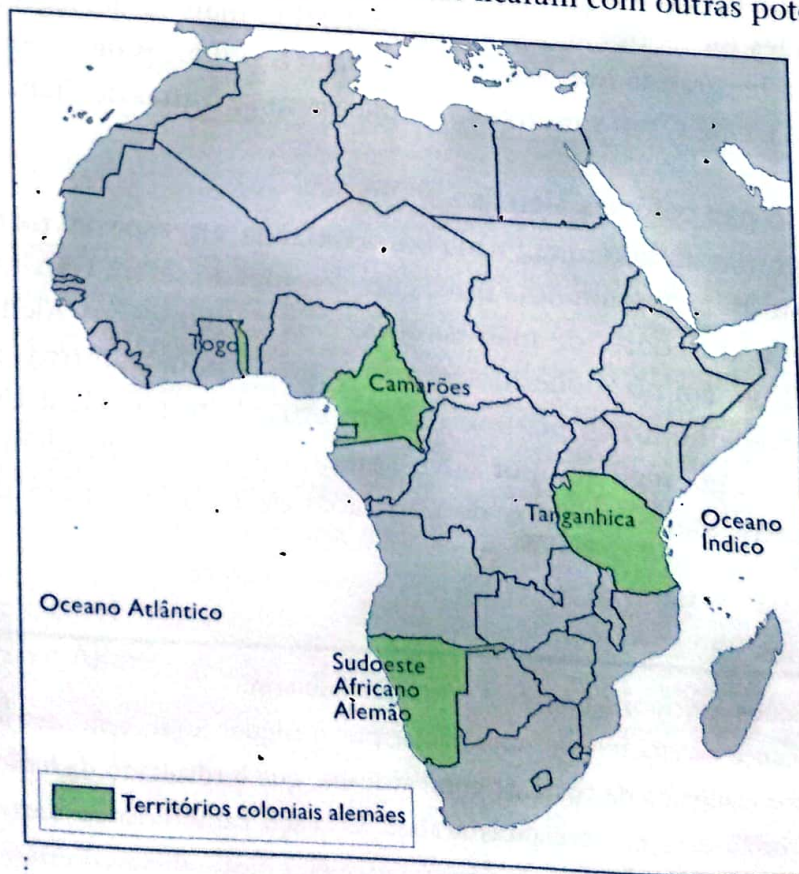
Companhias arrendatárias – Empresas que se dedicavam exclusivamente a actividades produtivas, comerciais ou de prestação de serviços, não tendo direitos plenipotenciários. Estas também se distinguem das companhias majestáticas, pelo facto de o período de arrendamento ser menor. No caso moçambicano, pode tomar-se como exemplo as Companhias da Zambézia e de Boror.

Companhias majestáticas – Empresas monopolistas às quais o rei concedia direitos plenipotenciários em determinados territórios, tais como o direito de cunhar uma moeda, subarrendar parcelas do seu território, emitir selos, cobrar taxas aduaneiras, entre outros; uma espécie de Estado dentro de outro Estado. Estas companhias tiveram um papel bastante importante na conquista e ocupação efectiva de África. Em Moçambique, referam-se as Companhias de Moçambique e do Niassa.

Direito consuetudinário – Direitos costumeiros, que são as regras e leis existentes em determinadas comunidades como produto de um legado transmitido de geração em geração. Estas leis caracterizam-se por não serem escritas e provirem dos costumes e das tradições da comunidade. No período colonial, estas leis co-existiram lado a lado com as leis que provinham da Metrópole.

A economia colonial nos territórios alemães

A Alemanha teve menos colónias em África do que França e Inglaterra. As poucas que conseguiu resultaram da Conferência de Berlim: o Sudoeste Africano (Namíbia), Tanganhica, Camarões, Togo e Ruanda-Burundi. A Alemanha perdeu as suas colónias mais cedo, devido ao Sistema de Mandatos deliberado pela Sociedade das Nações (SDN) depois da Primeira Guerra Mundial e pelo tratado de Versalhes. Assim, as colónias alemãs ficaram com outras potências.



..... Fig.16 Territórios coloniais alemães até ao fim da I Guerra Mundial.

Sudoeste Africano – Sendo uma colónia com clima desértico, não foi programada, em geral, para a prática da agricultura, mas sim para a exploração de minas de ouro. Depois da Primeira Guerra Mundial ficou sob o mandato da África do Sul, que a ocupou e anexou ilegalmente, no contexto do início do regime minoritário do *Apartheid*.

Togo – Nesta parcela, os Alemães criaram quadros técnicos para posterior desenvolvimento da agricultura e mineração. Tal como outras colónias, depois de 1918, ficou dividido em duas parcelas, ficando o Leste sob mandato britânico e o Oeste sob mandato francês.

Camarões – Numa primeira fase, foi confiada a comerciantes para logo de seguida ser confiada a militares, que, depois de conseguirem a conquista (controlo), a passaram para a administração alemã. Foram utilizadas companhias para a exploração do território. Os principais produtos eram a borracha, banana, café, cacau e palmeira de dendém. Foram construídas infra-estruturas diversas, com maior destaque para os caminhos-de-ferro, estradas e portos fluviais. Realizaram-se pesquisas geológicas para a descoberta de recursos. O ensino foi confiado a missões, reduzindo o papel das línguas africanas, mas os Alemães abriram as portas do seu país a estudantes dos Camarões.

Depois da Primeira Guerra Mundial, a parte ocidental e meridional dos Camarões foi entregue à África Equatorial Francesa, enquanto o resto do País foi dividido em dois mandatos internacionais, confiados, respectivamente, a França e a Inglaterra. Na parte francesa, toda a elite instruída em alemão ficou condenada ao desemprego e a uma severa repressão por parte dos Franceses.

Tanganica – Nesta colónia, montou-se uma administração directa bastante assimiladora, porque os quadros administrativos eram compostos por Árabes e Swahilis, que não eram autóctones. Existiam colonos alemães que ocupavam várias terras ricas, utilizando mão-de-obra forçada, razão pela qual foram inúmeras as revoltas que os Alemães abafaram à força.

O mandato de Tanganica ficou para a Inglaterra, que adoptou a administração indirecta ao confiar às autoridades locais os campos fiscal, judicial e, mais tarde, legislativo. A população asiática continuou a ter grande importância na zona. Os produtos de exportação eram o sisal, amendoim, algodão e café e, em simultâneo, exploravam-se minas de diamantes.

O sistema tributário nas colónias alemãs

Prevaleceu nas colónias alemãs uma forma burocratizada, em especial na região oriental, em que funcionários swahili formaram uma nova elite colonial ao serem transformados em cobradores de impostos e recrutadores de mão-de-obra. Nos Camarões, os Alemães permitiram o pagamento em trabalho. Foi no Sudoeste Africano que existiram as formas mais opressivas de regulamentação do trabalho antes e depois da «entrega» desta parcela à União Sul Africana: o trânsito dos Africanos era regulado por salvo-condutos e cédulas de identidade e castigados todos os que não estivessem munidos de contratos de trabalho, para dar vantagem aos contratos alemães.

Vocabulário

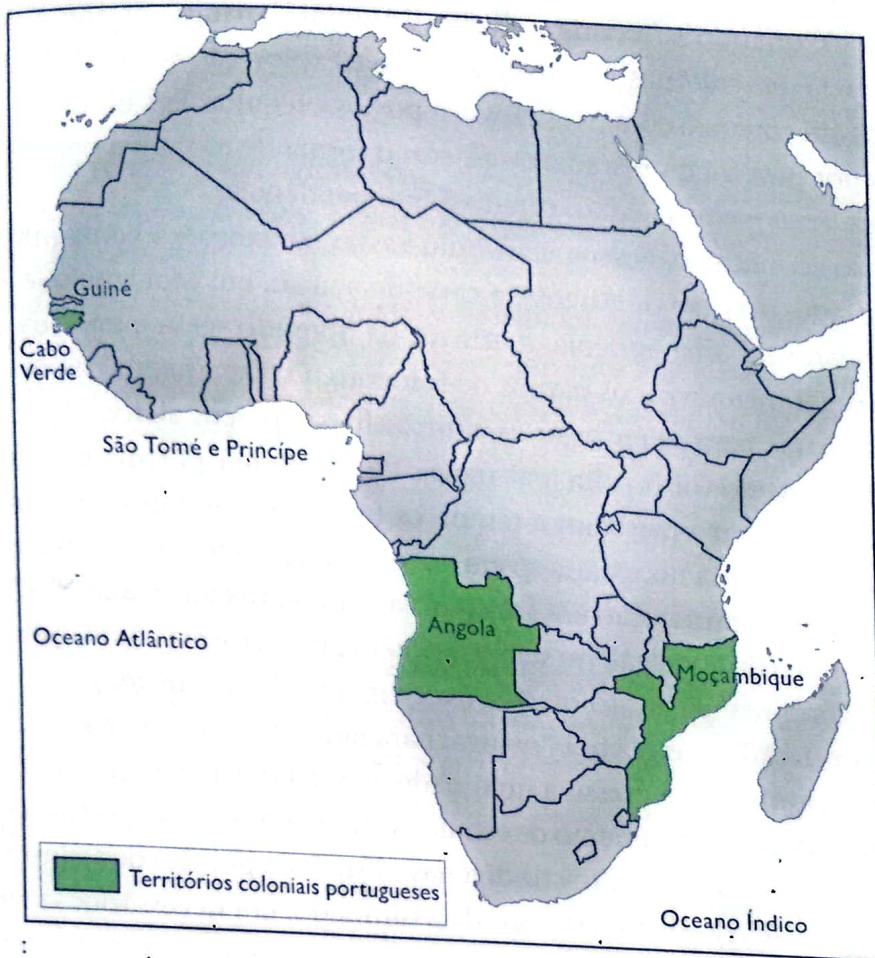
Autóctones – Indivíduos nascidos na própria terra que habitam.

Salvo-conduto – Licença escrita que permite passar por qualquer lugar, sem restrições.

Swahilis – Grupo etnolinguístico da costa oriental africana, que é resultado da fusão cultural entre os africanos desta região e os comerciantes árabes. O traço característico deste grupo é a língua swahili, que é falada em vários países de África, entre eles Moçambique, Tanzânia e Quênia.

A economia colonial nas possessões portuguesas

As colónias portuguesas, em geral, não apresentavam características de Estados modernos por falta de planeamento e de um sistema de administração unificado, pelos poucos rendimentos públicos e pobreza de infra-estruturas.



..... Fig. 17 África colonial portuguesa.

Portugal apresentava um baixo nível de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, tinha um baixo nível de desenvolvimento económico relativamente às grandes potências de então (Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica). Devido à acção dos prazos, de mercenários e das companhias, vivia-se também uma espécie de anarquia, principalmente em Angola e Moçambique. De notar que Portugal tinha enormes dificuldades em controlar o interior das suas colónias.

As colónias portuguesas eram frequentemente ameaçadas pela cobiça dos Britânicos e dos Alemães. A Grã-Bretanha e a Alemanha assinaram em 1891 o Tratado de Westminster com vista à partilha das possessões portuguesas, na eventualidade de se obrigar Portugal a abandoná-las. Mas em pouco tempo as relações entre a Grã-Bretanha e a Alemanha deterioraram-se no contexto da criação da Tríplice Aliança pela Alemanha⁹ e da tentativa desta em superar, pela força, a Inglaterra e França, que controlavam quase totalmente o mercado internacional.

⁹ É preciso recordar que a Revolução Industrial na Alemanha foi tardia, mas, na altura da partilha de África, a indústria alemã superava em certos aspectos a Inglaterra e a França.

A partir de 1920, foi concedida autonomia financeira a Moçambique e Angola – com a possibilidade de se fazerem empréstimos para os Planos de Fomento Económico, dos quais 50% do orçamento era resultado da colecta do imposto de palhota. A moeda local era constantemente desvalorizada devido aos grandes endividamentos, e, por isso, muitas vezes as colónias eram salvas pelos subsídios da metrópole.

A partir de 1930, quando se divulga o Acto Colonial, Portugal passou a dominar as áreas política e económica das colónias, intensificando-se a exploração colonial. A opressão era praticada pelos sipaios em conexão com os chefes dos postos e régulos. Em 1951, as colónias passaram a ser designadas por províncias ultramarinas, como forma de escapar à pressão internacional e para que não lhes fosse reconhecido o direito à independência.

Devido ao atraso económico, Portugal atribuiu vastas concessões a companhias estrangeiras¹⁰ para o cultivo de café, no caso de Angola, e cana-de-açúcar, em Moçambique. Como forma de incorporar o Africano na área agrícola, e através da aprendizagem adquirida com os colonos portugueses, Portugal introduziu os planos de fomento. O trabalhador passou a ser obrigado a produzir certas culturas para as entregar às companhias a preços abaixo dos fixados mundialmente. O trabalho forçado foi o principal motor da economia portuguesa e era aplicado aos desempregados e aos que não pagavam a tempo os impostos. Os contratados recebiam valores tão baixos que a mão-de-obra necessária só era encontrada pela força. A actividade principal era a agricultura, enquanto a mineração era secundária e quase insignificante.

O estatuto económico de Portugal, no seio das potências, e a forma como exerceu a exploração das suas colónias, conduziu ao atraso no desenvolvimento destas últimas.

A política de assimilação foi usada por Portugal para negar a discriminação, dizendo que estava aberto para todos o caminho de acesso à qualidade de vida dos Portugueses, com plenitude de direitos. Essa política levou ao surgimento de estratos sociais como sejam: portugueses de cidadania portuguesa, assimilados e massa africana (indígenas). Esta falsa política de assimilação estipulava, por exemplo, que, para se adquirir o estatuto de assimilado, era necessário: saber ler, escrever e falar português correctamente; ter meios suficientes para sustentar a família; ter bom comportamento, comprovada educação, hábitos individuais e sociais de modo a poder viver sob a lei pública e privada de Portugal; e, por último, fazer um requerimento à autoridade administrativa da área, que o levaria ao governador do distrito para ser aprovado...

Vocabulário

Acto colonial – Documento de 1930 definidor dos princípios que nortearam a política colonial e as instituições que a implementaram. Aos territórios possuídos pelos Portugueses passou a chamar-se Império Colonial Português e cada colónia passou a ser designada por província ultramarina, como se se tratasse de mais uma região de Portugal.

Planos de fomento – Planos de desenvolvimento que o governo colonial português elaborou para melhorar as infra-estruturas, indústrias, educação e saúde, entre outros, nas suas colónias. Estes planos foram desenvolvidos sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando os movimentos nacionalistas começavam a agudizar-se, e foram também uma forma de travar este movimento.

¹⁰ Com capital anglo-saxónico, belga, alemão e francês.

Actividades

1. Como pudeste verificar, cada potência europeia privilegiou uma ou duas formas de exploração, de acordo com as suas condições socioeconómicas e características das suas colónias.
 - 1.1 Relaciona as formas de exploração (companhias monopolistas, cobrança de impostos e trabalho forçado) com as seguintes potências colonizadoras: Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Portugal.
 - 1.2 Que meios usaram as potências colonizadoras para assegurar a exploração económica das suas colónias?
 - 1.3 Em geral, que relação podes estabelecer entre as formas de administração, a exploração colonial e os tipos de colónias? Elabora um quadro-resumo comparativo que te auxilie a redigires a tua resposta.
2. O continente africano apresenta, em geral, uma balança comercial negativa. Este fenómeno é uma herança do período colonial e Moçambique não foge a essa regra. Procura dados sobre as importações e exportações no teu país. Analisando esses dados, faz um comentário tendo em conta a balança comercial.

3.1.5 O impacto da dominação colonial em África

Na área política foram destruídos os modelos de administração africanos e em simultâneo, divididos os impérios, reinos, tribos, clãs e outras formas de organização político-administrativas dos Africanos. Uma parte dos antigos líderes africanos foi relegada para funções secundárias bastantes insignificantes, e outra, principalmente devido ao seu papel durante as resistências, foi marginalizada.

A economia tradicional africana, baseada na agricultura de subsistência, na criação de gado ainda com prevalência da caça e recollecção, foi bastante atingida para favorecer a economia de mercado que satisfazia os objectivos do colonialismo. Os Africanos em idade activa foram obrigados a cultivar as culturas de exportação citadas anteriormente, deixando de contribuir para a subsistência tradicional das suas famílias. Os impostos criaram uma nova dinâmica na economia africana ao obrigar os Africanos a entregarem a sua força de trabalho para satisfazer a obrigatoriedade do pagamento de impostos ou, na pior das hipóteses, a trabalhar gratuitamente como forma de os pagar.

Ao nível sociocultural, ainda hoje se assiste em África a grandes semelhanças entre povos afastados e entre dois ou mais países, em especial nas zonas fronteiriças, como resultado da separação de povos com a mesma cultura secular e convergência de valores culturais (línguas, danças, gastronomia, modo de vestir, ritos de iniciação e outras práticas culturais ligadas ao matrimónio – como, por exemplo, a poligamia).

No que toca à população, segundo Caldwell, vários estudiosos divergem em relação à estimativa da população africana até 1920, mas depois desse ano a maioria concorda com o aumento da população africana devido à diminuição da mortalidade e à emigração europeia. Devido à chegada dos Europeus, aumentaram as línguas faladas em África e as raças tornaram-se mais diversificadas.



..... Fig. 18 A cultura africana não foi respeitada pelos Europeus.



..... Fig. 19 A educação foi um instrumento ao serviço do colonialismo europeu.

Em geral, toda a intervenção europeia defendeu a transformação ou a destruição da cultura africana que esteve sempre intimamente ligada à religião, e daí a luta dos Africanos pela sobrevivência desta e a tentativa do seu fortalecimento.

A «dominação» religiosa, como se disse antes, foi feita pelos missionários por meio do ensino. O ensino opunha-se à base da cultura africana, porque era contra a crença dos espíritos, das forças sobrenaturais, dos sacrifícios, dos ritos de iniciação (ex.: clitoridectomia e circuncisão), dos tabus, das venerações, da medicina tradicional.

O Islão, praticado em África, apesar de alguns dos seus representantes terem sido usados a favor do colonialismo, foi em geral uma força de oposição perigosa, pois o colonialismo era legítimo representante do cristianismo e através do cristianismo tinha-se poder, acesso a emprego e educação. Foi nesse contexto que a religião imposta pelo colonialismo dividiu os Africanos: uns rejeitavam-na e outros aceitavam-na ou adaptavam-se a ela. As adaptações levaram à criação de igrejas separatistas que misturavam o cristianismo com as práticas da religião tradicional africana baseada no espiritismo.



..... Fig. 20 A influência islâmica em Moçambique: mesquita em Maputo.

Curiosamente, é notória até hoje esta aceitação virtual, pois os Africanos não abandonaram as práticas tradicionais de adoração de espíritos dos antepassados aliadas a cerimónias dirigidas pelos médicos tradicionais, geralmente realizadas na calada da noite, em contradição com as práticas diurnas cristãs.

Vocabulário

Poligamia – Regime familiar em que um só homem dispõe de várias mulheres. Este regime é característico das sociedades patriarcais. Entra em contradição com a monogamia (um homem dispõe apenas de uma mulher), que é característica das sociedades cristãs.

Tabu – Prática tida como supersticiosa, que dá carácter sagrado a determinado ser ou coisa, proibindo o contacto com esta ou o seu uso. Proibição de carácter mágico-religioso, que afecta a realização de certas acções ou o contacto com seres, objectos ou acções, por serem tidos por sagrados.

3.1.6 O significado do colonialismo em África

Quando se fala do colonialismo, logo se pensa em actos/consequências negativas; não obstante, o colonialismo trouxe também aspectos positivos.

Entre outros, vamos apresentar alguns deles:

- construção de infra-estruturas em várias áreas como transportes e habitação;
- desenvolvimento de relações económicas e sociais entre Europeus e Africanos (ex.: a exploração de ouro e diamantes na RSA teria sido «impossível» sem a utilização de técnicas modernas e investimentos de avultado capital);
- introdução do trabalho assalariado em substituição do servil e escravo, isto é, introdução da economia monetária;
- integração dos Africanos no sistema capitalista mundial (propriedade privada) com o objectivo de produzir culturas de exportação;
- introdução da educação ocidental, que, apesar de deficiente para os Africanos, foi um horizonte válido a médio e longo prazo, tendo os missionários contribuído muito para esse objectivo;
- criação de institutos para combater doenças endémicas, num trabalho geralmente realizado por missionários. Reconhece-se aqui uma pequena contradição, na medida em que o trabalho forçado e a subalimentação derivadas dos actos coloniais agravavam a situação das doenças dos Africanos.

Nota: Os aspectos aqui apresentados podem ser controversos e, por isso, todos eles serão pontos de discussão para o debate na sala de aula.

Actividades

1. Tendo em conta o impacto do colonialismo, identifica os seus aspectos negativos.
 - 1.1 Explica esses mesmos aspectos.
2. Lê a seguinte afirmação: «África estaria mais desenvolvida se não tivesse sido colonizada.»
 - 2.1 Concordas com a afirmação? Justifica a tua resposta.
 - 2.2 Situa a tua resposta à alínea anterior nas correntes da Historiografia africana: eurocentrista, afrocentrista ou africanista.

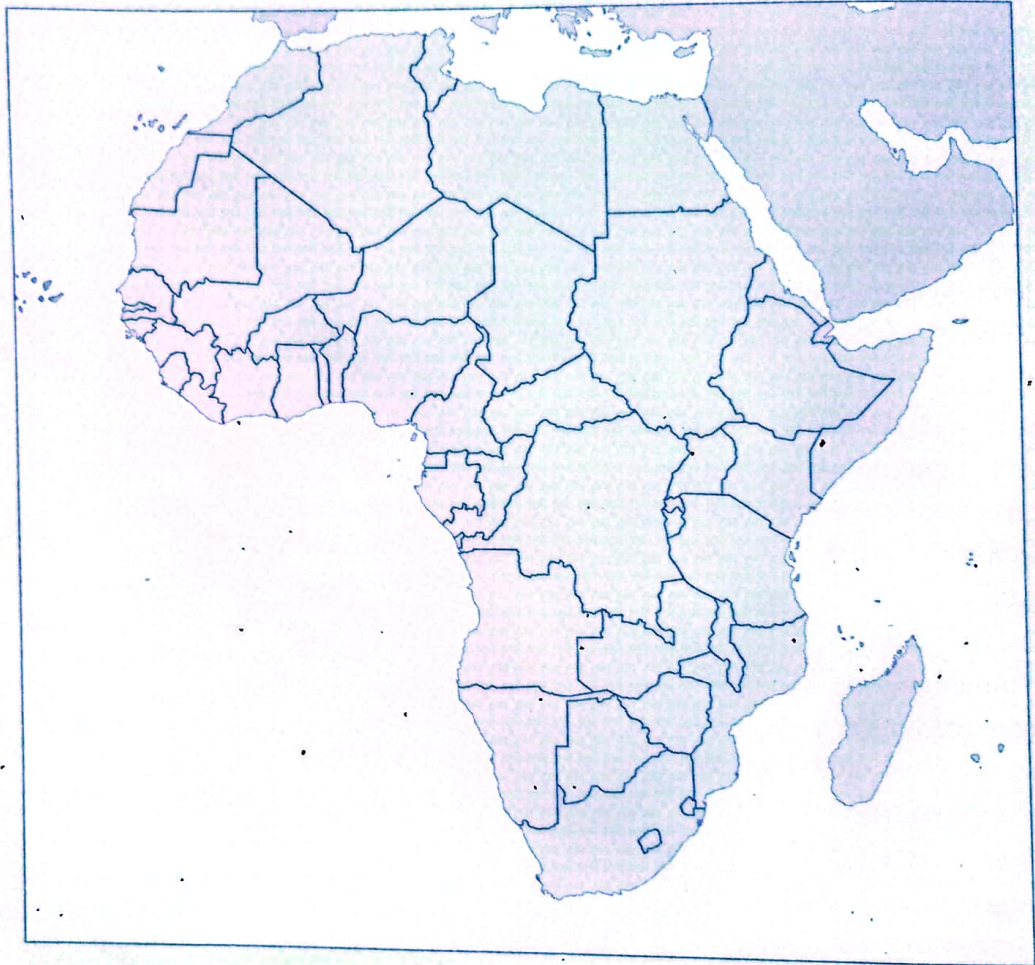
Vamos relembrar...

- O colonialismo foi um processo de dominação empreendido pelos Europeus em várias partes do mundo, tendo como principal motivação o desenvolvimento do capitalismo. Para algumas correntes, o colonialismo em África iniciou-se por volta do século XV, com o início da dominação económica europeia durante a primeira expansão, para outras correntes teve início nos finais do século XIX, aquando da conquista da soberania africana. O colonialismo foi uma imposição dos Europeus aos Africanos como resultado do fracasso das resistências.
- O colonialismo foi levado a cabo sob duas formas de administração básica: a administração directa e a administração indirecta. Na administração directa, os Europeus dominam os Africanos integralmente, ignorando quase que por completo as formas de governação africanas. Os indivíduos de origem europeia dominam toda a máquina governativa, desde o governador-geral no topo até aos representantes da base, que podiam incluir o chefe do posto. No entanto, existiam auxiliares africanos que não representavam os interesses da população africana mas dos governos coloniais, e, por isso, eram indivíduos da «confiança» dos administradores coloniais e eram por estes manipulados. Esta administração foi muito utilizada por Portugal e França, o que significa que Moçambique foi uma colónia de administração directa, enquanto na administração indirecta os Europeus dominam os dirigentes africanos, deixando para estes a tarefa difícil de manter a ordem entre a população. Nesta administração, era habitual a colocação do governador-geral de origem europeia na capital da colónia. Em algumas colónias era também designado comissário ou comandante. Os outros membros da máquina administrativa eram africanos. Esta forma de administração foi mais utilizada pela Inglaterra na África subsariana, para evitar o que tinha acontecido na África do Norte. Esta administração foi, na maioria dos casos, montada nos protectorados. A maioria dos protectorados encontrava-se no interior do continente, tendo como exemplos o Lesoto e a Suazilândia. De salientar que a Inglaterra conquistou a maioria do seu império colonial com base em acordos de protecção e/ou alianças. França, apesar de ter usado a administração directa na maioria dos territórios, em alguns casos aplicou a administração indirecta: nos casos dos protectorados da Tunísia e Marrocos. Nestas colónias, a soberania continuava nas mãos dos dirigentes locais, o beí e o sultão, respectivamente, razão pela qual nessas colónias os responsáveis de França não eram designados governadores-gerais mas sim representantes gerais.
- Mesmo com as duas formas de administração, o colonialismo foi comum em vários aspectos: exploração através de companhias, cobrança de impostos, utilização da mão-de-obra forçada, exploração de recursos naturais.
- A maioria dos países colonizadores desenvolveu nas colónias africanas a agricultura de produtos de exportação de modo a alimentar, em grande parte, as indústrias europeias. A Inglaterra constituiu uma das excepções, na medida em que superou os outros colonizadores no investimento na indústria mineira, em especial na colónia da África do Sul.

- Durante a época colonial, os Africanos foram inferiorizados em quase todos os aspectos e níveis.
- Apesar de o colonialismo ter sido marcado por vários aspectos negativos, houve, porém, aspectos positivos, que, embora discutíveis, foram notórios na área de infra-estruturas, na área económica e na educação ocidental.
- A opressão levada a cabo pelo colonialismo foi uma das grandes motivações para o surgimento dos movimentos de libertação nacionais que lutaram pelas independências.

Auto-avaliação

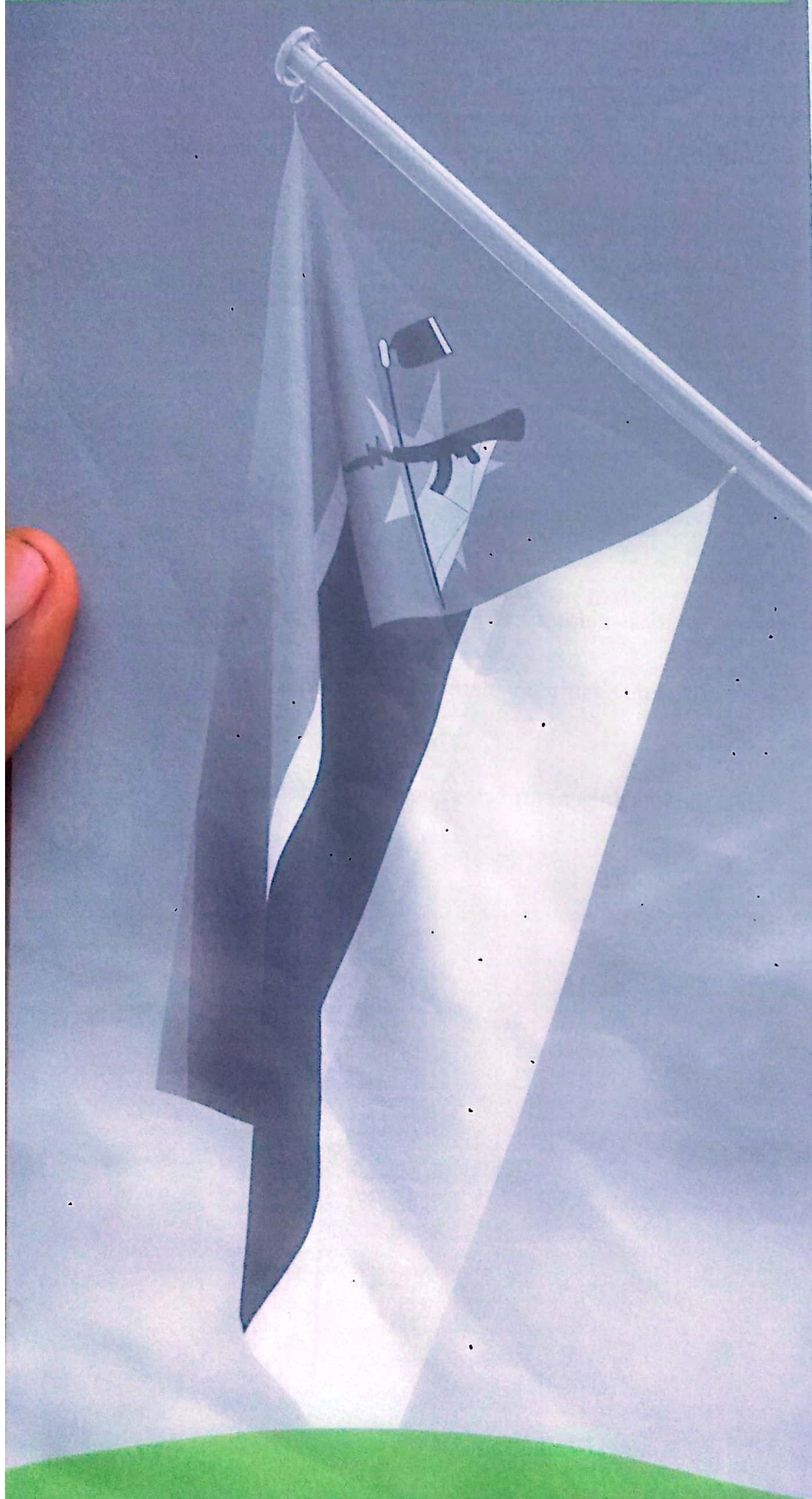
1. Elabora um resumo esquemático que espelhe os dois tipos de administração colonial que estudaste.
2. A administração indirecta foi benéfica, tanto para os Europeus como para os Africanos. Esclarece esta afirmação.
3. Observa o mapa abaixo e a respectiva legenda.



- 3.1 Pinta o mapa identificando as colónias de cada potência colonizadora: França, Bélgica, Portugal, Alemanha e Inglaterra.
 - 3.2 Tendo em conta a extensão e a riqueza das colónias, apresenta em ordem decrescente as principais potências colonizadoras.
4. Identifica três exemplos para cada tipo de colónia:
 - a) colónia de povoamento;
 - b) colónia de exploração;
 - c) protectorado.

5. «Não é linear afirmar-se que numa colónia de povoamento se aplicou a administração directa e nas colónias de exploração se aplicou administração indirecta.»
- 5.1 Comenta a afirmação com base em exemplos concretos.
6. Estabelece uma relação entre a administração indirecta e os protectorados.
7. Como pudeste verificar, cada potência europeia privilegiou uma ou duas formas de exploração, de acordo com as suas condições socioeconómicas, assim como as características das suas colónias.
- 7.1 Relaciona as formas de exploração (companhias monopolistas, cobrança de impostos e trabalho forçado) com as seguintes potências colonizadoras:
- a) Inglaterra;
 - b) França;
 - c) Bélgica;
 - d) Alemanha;
 - e) Portugal.
8. Quais foram os meios que as potências colonizadoras usaram para assegurar a exploração económica das suas colónias?
9. O colonialismo procurou excluir algumas práticas culturais africanas, incluindo os ritos de iniciação.
- 9.1 Identifica os aspectos positivos e negativos que estão por detrás da prática dos ritos de iniciação.
10. Tendo em conta o impacto do colonialismo, identifica alguns aspectos que se possam considerar ter sido positivos para África.

Os movimentos de libertação nacional e as independências em África (1945-1960/70)



.....

Ao terminar esta unidade, deverás ser capaz de:

- definir os conceitos de Nação, nacionalismo e Estado;
- explicar o surgimento do nacionalismo em África;
- caracterizar os diferentes tipos de nacionalismo;
- explicar o processo de surgimento das independências;
- descrever o papel dos principais líderes nacionalistas.

4.1 Aspectos gerais dos movimentos de libertação nacional em África

O tema sobre os movimentos de libertação nacional e as independências em África insere-se na continuidade e lógica da História dos povos em se libertar de qualquer tipo de opressão. Pelas características gerais do colonialismo, que abordaste no capítulo anterior, é lógico que os Africanos em nenhum momento estiveram a favor do colonialismo, facto confirmado pelas resistências empreendidas pelos Africanos à ocupação efectiva nos finais do século XIX e princípio do século XX.

Os movimentos de libertação nacional em África são o resultado do brotar e amadurecimento do nacionalismo africano, que culminou com o triunfo das independências nacionais. Por isso, é preciso, antes de mais, tentarmos entender este fenómeno de nacionalismo.

4.1.1 Nacionalismo

Já se disse antes que o colonialismo foi uma imposição dos Europeus aos Africanos como resultado do fracasso das resistências; ora, esse fracasso não foi o fim de um sonho de libertação ou de uma negação justa, mas sim uma aprendizagem, pois a partir dele os povos adoptaram novas estratégias para alcançarem os seus objectivos. É por isso que vários estudiosos africanistas concordam com a tese de Allen Isacman, segundo a qual o nacionalismo é a continuidade das resistências mas com nova inspiração, organização, experiência, estratégia, entre outros valores de maturidade.

O termo nacionalismo provém da palavra-mãe: nação. Esta deriva etimologicamente do termo latino «nascere» (terra natal). No entanto, nos nossos dias, o termo «nação» é definido de várias formas. Presta atenção às definições seguintes:

«(Nação) É uma ideia ou representação que, no seu sentido primitivo, se reporta explicitamente à origem comum dos cidadãos em território delimitado.»	Georges Burdeau
«A Nação é uma comunidade estável historicamente constituída, de língua, de território, de vida económica e de formação psíquica que se traduz numa comunidade de cultura.»	Estaline
«[Nação] é uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.»	Benedict Anderson

A definição de Burdeau relaciona-se mais com o sentido etimológico da palavra - Nação é a terra natal -, mas ele diz que a Nação é uma ideia ou representação, ou seja, não é algo concreto e objectivo. Isto quer dizer que é preciso que o indivíduo tenha consciência (ideia) de pertencer a determinada Nação.

Ora vejamos: se um casal de moçambicanos a residir em Portugal aí tiver um filho e depois de 18 anos regressar a Moçambique definitivamente, a que Nação pertencerá este filho? Será moçambicano (terra natal dos seus pais) ou português (sua terra natal)?

A definição de Estaline é mais abrangente, identificando os elementos que podem servir de indicadores para distinguir as diferentes nações: passado histórico, território, língua e vida económica. Estes elementos interagem entre si, o que quer dizer que não só a língua, o território, a história ou a economia definem a Nação, como o seu conjunto é que forma a comunidade de cultura. Estaline, quando se refere à formação psíquica, inclui a ideia de Burdeau, no sentido de que é preciso que os indivíduos tenham a consciência da existência e pertença a determinada Nação. Este aspecto é levantado por Hobsbawn ao relacionar o conceito de Nação com a consciência da cidadania (pertença a uma Nação). No entanto, o autor critica a visão simplista de que a Nação pode ser identificada pela língua, pela religião, pelo passado histórico, etc.

Vejamos, agora, as seguintes tentativas de definição de nacionalismo:

[...] nos nossos dias, é a consciência que indivíduos ou grupos de indivíduos adquirem da sua pertença a uma Nação, compreendendo nações como «terra-mãe», «conjunto de tradições familiares», mas também o respeito pelas autoridades estabelecidas e legítimas.

in História de Moçambique, vol. II

[...] é a vontade de uma colectividade criar e desenvolver o seu próprio Estado soberano, ao ter tomado consciência da sua individualidade histórica, na sequência de circunstâncias diversas.

René Gallissot

Pela leitura das duas definições podemos verificar que os indivíduos, ao tomarem consciência de pertença a uma nação, procuram materializá-la em forma de Estado. Desta forma, o nacionalismo será esta consciência colectiva que leva os indivíduos pertencentes a uma Nação a formarem uma sociedade organizada, com regras, governo; fronteiras, entre outros, tudo em nome do bem comum.

Após esta explicação, devemos questionar-nos: o que é o Estado?

Existem três princípios fundamentais que definem um Estado: nação, governo e território.

Actualmente, todos os Estados também possuem uma constituição, que é um conjunto de leis fundamentais que garantem os direitos e deveres dos cidadãos.

Assim, o desejo de todas as nações é o de formar um Estado, e também todo o Estado deseja que todos os indivíduos naturais do seu território tenham consciência de pertença a uma e única Nação.



Fig. 1 O território moçambicano.

Para evitar esta confusão de percepção dos conceitos de Estado e Nação, muitos autores preferem actualmente designar esta realidade por Estado-nação. É também por isso que em muitos dicionários de língua portuguesa, Nação é sinónimo de país, que, no senso comum, também é sinónimo de Estado.

O conceito de nacionalismo também deve ser visto como um sentimento de amor e compromisso generalizado de um determinado povo (nação), em relação aos interesses considerados nacionais. A expressão máxima do sentimento nacionalista é a possibilidade de os membros da Nação «sacrificarem as suas vidas pelas causas nacionais».

Deste modo, deve distinguir-se o nacionalismo europeu, que emergiu nos finais do século XIX, do nacionalismo africano, que surgiu como corolário dos movimentos protonacionalistas, concretizando-se após a Segunda Guerra Mundial (1945), e que se caracteriza pelo renascimento da personalidade e identidade africanas.

Vocabulário

Estado – Comunidade independente, organizada política e juridicamente de forma permanente, em determinado território, cuja soberania depende, porém, do reconhecimento de outros Estados.

Nacionalismo – Ideologia que exalta a Nação, o seu passado, as suas qualidades, as suas ambições, visando garantir a coesão e a unidade de um povo.

Protonacionalismo – Nacionalismo embrionário; origens dos movimentos nacionalistas em África. Nos movimentos protonacionalistas ainda não se reivindicava as independências nacionais, mas sim a igualdade social entre indivíduos de diferentes raças nos espaços coloniais.

Actividades

1. Observa o mapa ao lado e, com base nele, responde às perguntas que se seguem.
 - 1.1 Tendo em conta a definição de Nação apresentada por Estaline, na tua opinião, existem em Moçambique várias nações étnico-linguísticas ou apenas uma única nação moçambicana? Justifica a tua resposta.
 - 1.2 Por que razão os autores preferem actualmente usar o conceito de Estado-nação ao invés de Estado ou Nação?
 - 1.3 Identifica pelo menos três exemplos de acções que o Estado moçambicano tenha realizado para consolidar a moçambicanidade (nação moçambicana).
2. Distingue o nacionalismo africano do europeu.
 - 2.1 Qual é a diferença de nacionalismo e protonacionalismo no exemplo de África.
 - 2.2 Menciona três exemplos de manifestações de nacionalismo moçambicano.



Fig. 2 A divisão étnico-linguística de Moçambique.

4.1.2 Causas do nacionalismo

A emergência do nacionalismo africano é o resultado da conjugação de factores internos e externos, dentre os quais podemos assegurar que os factores internos, relacionados com a experiência da dominação colonial, são aqueles que assumem maior peso.

J. Ki-Zerbo destaca os seguintes **factores externos** no surgimento do nacionalismo africano:

I. O abalo da Segunda Guerra Mundial e as suas consequências

Devido à participação de milhares de negros nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, houve uma «brutal descoberta do homem branco», pois descobriu-se que os brancos eram tão mortais quanto os negros, tinham os seus temores e fraquezas e, por vezes, eram brutais e selvagens. O pastor Livingstone já tinha afirmado, no século XIX, que «os negros não são melhores nem piores do que os homens de outras regiões do Globo».

A superioridade branca foi também desmistificada devido ao desprezo que Hitler tinha para com os brancos não-arianos; assim, os negros, ao assistirem e participarem nos movimentos contra o racismo nazi, puderam resgatar os valores da dignidade humana.

De uma forma geral, a guerra demonstrou as fragilidades do homem branco ao mundo negro, e os soldados negros, ao regressarem às suas terras de origem, foram grandes artesãos da emancipação africana após o término da guerra.



..... Fig. 3 A Segunda Guerra Mundial demonstrou as fragilidades do homem branco, desmistificando a superioridade branca.

2. A política anti-imperialista dos EUA e da URSS

Após o silêncio das armas, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo viveu uma guerra ideológica – capitalismo (EUA) *versus* socialismo (URSS) –, onde cada sistema político, económico e social procurava ganhar o maior número de aderentes possível, sendo a África um terreno bastante fértil para a expansão dos ideais capitalistas dos EUA ou socialistas da URSS, ambos anti-imperialistas, bastando apenas que estivesse livre da colonização europeia. (Ver Guerra Fria no manual da 10.^a classe.)

O anti-imperialismo americano tinha as seguintes bases: as suas tradições anticoloniais e democráticas (ver independência dos EUA, no manual da 9.^a classe); a necessidade de cobrir o vazio deixado pelos Europeus em termos de investimentos durante o período da guerra (1939-1945); e o facto de se querer adiantar à URSS na corrida ideológica por África.

Por outro lado, o anti-imperialismo dos Soviéticos estava assente nas bases ideológicas da doutrina socialista/comunista e nos ideais do seu fundador, Karl Marx: «um povo que oprime outros povos não se pode considerar livre». Assim, a Revolução Socialista de Outubro (1917) constitui uma data importante para a história dos povos colonizados, pois o anticolonialismo ficou interligado ao internacionalismo proletário. Não obstante o facto de as acções anticolonialistas da URSS se terem virado sobretudo para a Ásia, com vista a atingir a Europa, em África, a influência comunista exerceu-se, no início, através dos partidos comunistas dos países colonizadores e dos sindicatos e associações de orientação marxista. A acção da URSS em África começou a fazer-se sentir de forma clara após as independências, sendo Moçambique, no período de 1975 a 1987/90, um exemplo típico.

3. A acção da ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU), que foi criada em São Francisco (EUA), em Maio de 1945, desempenhou também um papel fundamental no despontar do nacionalismo africano. O primeiro artigo da sua Carta enuncia o Princípio de Soberania dos Povos:



..... Fig. 4 Símbolo da ONU.

«Artigo I: [...] desenvolver entre as Nações relações amigáveis, baseadas no respeito do princípio de igualdade de direitos dos povos e do seu direito de disporem de si próprios.»

Logo cedo, a ONU tornou-se um altifalante da voz dos povos oprimidos e fracos, influenciando assim a opinião pública internacional. Os seus organismos (ex.: UNESCO) e comissões de inquérito (Missão ROSS) organizaram expedições pelo continente africano, que denunciavam a brutalidade dos sistemas colóniais:



..... Fig. 5 Assembleia da ONU.

A acção da ONU tem particular importância para Moçambique, porque foi enquanto funcionário da ONU que o arquitecto da unidade nacional - Eduardo Chivambo Mondlane - despertou o seu sentimento nacionalista, tendo renunciado às suas funções na ONU e abraçado a causa nacional de luta pela independência.

4. O exemplo da Ásia

O processo de descolonização na Ásia exerceu influência directa no nacionalismo africano. Tendo-se iniciado maciçamente logo após a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, quando o Japão concedeu independência a todos países que estavam sob o seu domínio. A partir daí, gerou-se na Ásia uma onda de descolonização:

- no Vietname, os franceses foram expulso através do uso da força (1954);
- na Índia, houve uma luta política não violenta, liderada pelo líder carismático Mahatma Gandhi, que levou os Ingleses a reconhecerem a independência indiana (1947);
- a China de Mao Tse Tung, através do comunismo, realizou uma revolução económica, política e cultural (1949), etc.

O contributo asiático para o nacionalismo africano afirmou-se sobretudo na Conferência Afro-Asiática de Bandung (Indonésia, em 1955), onde estiveram reunidos 29 países que decidiram prestar todo o apoio moral e material aos povos que ainda não tinham alcançado as suas independências.

Ao nível dos **factores internos** que levaram ao despontar da onda nacionalista em África, J. Ki-Zerbo destaca dois aspectos:

1. O exemplo da África do Norte

A África do Norte constituiu um impulsor daquilo a que se veio a chamar nacionalismo africano, marcado sobretudo pela valorização do homem negro, pois a independência do Egipto e Argélia (1954), Marrocos e Tunísia (1956) indicava que os ventos de mudança já tinham soprado da Ásia para a África do Norte (África Branca), faltando tomar a direcção do Sul-África Negra. Os países do Magreb (África Branca) também ofereceram apoio moral, sobretudo na figura do coronel egípcio Gamal Abd el-Nasser, bem como apoio material.

No caso específico de Moçambique, é preciso recordar que o primeiro contingente militar da FRELIMO, do qual o presidente Samora Machel fez parte, foi treinado na Argélia.



.... Fig. 6 Abd el-Nasser foi um dos políticos africanos mais populares e influentes do seu tempo.

2. As contradições internas do colonialismo

Todos os factores acima descritos, entre externos e internos, por mais decisivos que tenham sido, não teriam conseguido criar na África Negra o sentimento nacionalista se já não estivessem em movimento poderosos factores internos de libertação, destacando-se os seguintes.

A própria colonização – Os regimes de monocultura, trabalho forçado, racismo, fome e mendicidade nas cidades, participação dos Africanos na Segunda Guerra Mundial, entre outros, criaram um terreno fértil para a insurreição contra o regime colonial.

A educação colonial – A difusão do princípio cristão de igualdade entre os homens, nas escolas católicas e protestantes para os indígenas, fez despertar nos Africanos a sua dignidade humana e a busca pela sua identidade. Neste contexto, é preciso notar que os líderes dos movimentos nacionalistas, tais como Kwame Nkrumah (Gana), Leopold Senghor (Senegal), Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos (Moçambique), estudaram em escolas onde, a par dos valores de submissão, aprenderam também valores de libertação.

A ascensão de partidos de esquerda na Europa do pós-guerra – Desde o início da colonização que existiram Europeus que se opunham aos crimes da colonização, bem como às guerras imperialistas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, um número significativo de países europeus elegeu governos de esquerda antifascistas, que estabeleceram um amplo programa de descolonização. Neste contexto, assume particular destaque o partido trabalhista inglês, que negociou a independência das ex-colónias inglesas, em grande parte de forma pacífica.

Eduardo Mondlane (1920-1969)

Mondlane nasceu em Manjacaze, Gaza. Filho de um chefe tradicional, estudou numa missão da igreja prebisteriana suíça, em Moçambique, e terminou o ensino secundário numa escola da mesma igreja na África do Sul; esteve na Universidade de Lisboa e doutorou-se em Sociologia nos EUA, com uma bolsa desta mesma igreja. Trabalhou para a ONU, como investigador, e foi professor de Sociologia na Universidade de Syracuse, em Nova Iorque. Em 1961, visitou Moçambique e teve contactos com vários nacionalistas, iniciando o seu envolvimento na causa nacional da independência.

A FRELIMO foi criada em 25 de Junho de 1962, e Mondlane eleito seu presidente. A luta armada teve início em 25 de Setembro de 1964, em Cabo Delgado. Mondlane escreveu *Lutar por Moçambique*, livro em que descreve pormenorizadamente o sistema colonial português e o que seria necessário para desenvolver o País. Foi assassinado a 3 de Fevereiro de 1969, em Dar-Es-Salam (Tanzânia), ao abrir uma encomenda que continha uma bomba enviada pela PIDE.



..... Fig. 7 Eduardo Mondlane.

4.1.3 O movimento pan-africano e a negritude

O nacionalismo africano foi influenciado, tal como se viu anteriormente, por correntes externas ao continente: o pan-africanismo e a negritude.

O pan-africanismo

O pan-africanismo é comumente designado pela expressão *África para os Africanos*. A grande revolução do Haiti em 1804 (os escravos haitianos insurgiram-se contra o governo colonial francês e constituíram o primeiro governo negro da era colonial) desencadeou de modo espectacular o movimento pan-africanista mundial, que se intensificou nas Américas, a partir das aspirações abolicionistas e pós-abolicionistas, em África, na luta contra o colonialismo, nas Caraíbas e no Pacífico.

Esse movimento assumiu um posicionamento político e intelectual nos finais do século XIX, tendo-se realizado o Primeiro Congresso Pan-Africano em Paris no ano de 1919, sob liderança dos americanos Sylvester Williams e William E. B. Du Bois. Este último é considerado o «pai do pan-africanismo», pelo facto de ter fundado a Associação Nacional para o Progresso da População de Cor (NAACP) nos Estados Unidos e ter liderado o movimento durante os congressos.

A partir dos anos 20, uma segunda e poderosa vertente deste movimento foi fundada por Marcus Garvey, tendo tido grande expressão à escala mundial. O garveyismo defendia o estabelecimento de uma organização económica, política e cultural soberana na África Continental e a constituição paralela de forças políticas e económicas nacionais na diáspora das Américas, Caraíbas e Pacífico.



..... Fig. 8 William Du Bois.

No contexto mundial da Guerra Fria, o movimento pan-africanista mundial estava dividido em facções: pró-comunistas, pró-capitalistas e nacionalistas.

No último congresso realizado pelo movimento pan-africano em Manchester (1945) participaram vários africanos que vieram a liderar os movimentos de libertação nacional em África, entre eles Kwame Nkrumah, Jonio Kenyatta, Julius Nyerere, Marcelino dos Santos, entre outros. Neste congresso, o movimento tendeu para uma orientação pró-comunista, pois os seus líderes viam o colonialismo como uma consequência do desenvolvimento do sistema capitalista ocidental. Outras importantes figuras deste movimento são George Padmore e Peter Abraham.



..... Fig. 9 Marcus Garvey.

Surgiu uma outra via em 1955, a partir da Conferência de Bandung: a «Linha de Bandung», trazida pelos países afro-asiáticos independentes, consistiu na elaboração de uma política exterior de «não-alinhamento» e de «neutralidade positiva» entre o comunismo e o capitalismo.

No movimento pan-africanista surge também uma questão em relação aos métodos de luta para alcançar a independência:

- luta armada: usando todos os meios necessários (defendida por Kwame Nkrumah, Malcolm X, Amílcar Cabral e Frantz Fanon);
- via pacífica: através de sucessivas etapas de negociação (defendida por Martin Luther King, Leopold S. Senghor, Desmond Tutu e Albet Lithuli).

Concluindo, o pan-africanismo é uma ideologia que propõe a união de África como forma de potenciar a voz do continente no contexto internacional. Foi popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência a partir da segunda metade do século XX, tendo sido parcialmente responsável pelo surgimento da Organização da Unidade Africana como veremos no próximo capítulo.

A negritude

A negritude foi uma vertente do pan-africanismo que surgiu no mundo francófono. Em 1934, o senegalês Léopold Sedar Senghor e o francês Aimé Césaire, com Léon Damas, Sainville e Maugée, fundaram a revista *L'Étudiant noir* (*O Estudante Negro*), que visava o fim da tribalização do sistema clânico em vigor nas escolas francesas entre os povos originários das colónias.

A proposta era que deixassem de ser estudantes martinicanos, guadalupenses, guianenses, africanos, malgaxes, para que fossem um só mesmo – «Estudante Negro». Foi na revista *L'Étudiant noir* que a palavra «negritude» foi empregada por Césaire pela primeira vez, designando a rejeição da assimilação cultural e de uma certa imagem do negro pacífico, incapaz de construir uma civilização.



..... Fig. 10 Símbolo da luta da negritude.

Senghor defendia a ideia de que a negritude englobava todos os movimentos culturais lançados por uma personalização negra ou por um grupo de negros em qualquer lugar do Mundo. Assim, admite-se a existência de uma civilização negra que deve ver projectada a sua história e incluída na História da Humanidade.

É a Senghor que são atribuídas as primeiras tentativas de definição do conceito de negritude: «Conjunto dos valores culturais do mundo negro.»

Em Moçambique, o movimento da negritude teve a sua grande expressão nos poemas de Craveirinha e Noémia de Sousa.



..... Fig. 11 Senghor.

4.1.4 Os grupos motores do nacionalismo africano

Analisadas as causas e as influências ideológicas do nacionalismo africano, importa saber onde é que este sentimento nacionalista ganhava espaço para actuação. Quem foram os indivíduos ou grupo de indivíduos que fizeram com que se generalizasse este sentimento de emancipação do Homem negro em África?

Motivados pelas diferentes causas, ou pelo conjunto dos factores já descritos, o nacionalismo africano foi impulsionado em África por alguns grupos de pressão, que J. Ki-Zerbo designa por grupos motores, entre os quais se destacam os seguintes:

a) Os sindicatos africanos – Apesar da sua fragilidade (dado que a industrialização era praticamente inexistente porque as colónias tinham somente a missão de produzir matérias-primas; a baixa qualificação profissional dos membros do sindicato; o facto das potências coloniais terem criado nas colónias sindicatos conformistas para obstruir a unidade dos sindicatos na defesa dos interesses gerais dos trabalhadores), contribuíram grandemente para o desenvolvimento do nacionalismo africano, sobretudo quando aliados aos partidos políticos, já que os militantes sindicalistas eram com frequência os melhores quadros dos partidos políticos. Tal foi o caso de Ahmed Sékou Touré, que foi líder nacionalista na Guiné e ao mesmo tempo líder fundador do CATC (*Confédération Africaine des Travailleurs Croyants/Confederação Africana dos Trabalhadores Crentes*); assim como a greve geral desencadeada na Costa do Ouro em 1950, para apoiar a acção do *Convention People's Party* (CPP/Partido da Convenção do Povo) de Kwame Nkrumah.

Os sindicatos mais importantes foram os de funcionários públicos, sobretudo o dos professores, devido à sua qualificação (formação profissional e académica).

b) A acção dos intelectuais – Estes actuaram sobretudo através do movimento da negritude, que era encabeçado por Leopold Senghor, Aimé Césaire, Léon Damas, entre outros. Segundo o filósofo francês Jean-Paul Sartre, a negritude foi «a antítese numa progressão dialéctica que leva a uma síntese de uma humanidade sem racismo». Demonstrando que a valorização do Homem negro pretendida com a negritude é uma reacção ao movimento racista que dominou a Europa nos finais do século XIX e princípios do século XX, o qual seria seguido de um período em que a Humanidade viveria numa situação de equilíbrio entre negros e brancos.

Os intelectuais desempenharam o papel histórico de profetas que anunciavam o renascimento de uma nova sociedade africana. No grupo dos intelectuais encontravam-se também os **artistas** (ex.: Miriam Makeba, Malangatana, etc.), sobretudo os da vertente literária, nos quais podemos encontrar poemas que representam verdadeiras profecias.

O poema «*Si ya vuma*», de José Craveirinha, exemplifica-o.

[...]

E dançaremos o mesmo tempo da marrabenta
sem a espera do calcanhar da besta
do medo a cavalo em nós

SIA-VUMA!

E seremos viajantes por conta própria
jornalistas, operários com filhas também dançarinas de *ballet*
arquitectos, poetas com poemas publicados
compositores e campeões olímpicos

SIA-VUMA!

E construiremos escolas
hospitais e maternidades ao preço
de serem de graça para todos
e estaleiros, fábricas, universidades
pontes, jardins, teatros e bibliotecas

SIA-VUMA!

E guiaremos as nossas charruas
editaremos os nossos livros
semearmos de arroz os nossos campos
sintonizaremos a voz dos nossos emissores
e bateremos também o *crawl* nas piscinas

SIA-VUMA!

E ergueremos estátuas aos nossos técnicos
estâncias para os nossos velhos
estádios para os nossos jovens
e represas alegóricas ao pai
à mãe e ao filho não evocados nas maldições
infinitas que devastaram a África

SIA-VUMA!

José Craveirinha

c) O movimento dos estudantes – Estes desempenharam na prática o mesmo papel que os profetas da negritude, porém, com mais vigor, com mais acções práticas do que teorias. Os grupos de estudantes constituíam células de partidos africanos nos territórios europeus e vieram a constituir alguns líderes dos movimentos de libertação nacional. Exemplos de Eduardo Mondlane, Marcelino dos Santos, Kwame Nkrumah, etc.

d) As igrejas – Neste campo também surgiram movimentos de carácter nacionalista, baseados tanto no islamismo, no cristianismo como nas religiões tradicionais africanas.

O islamismo contribuiu bastante para as resistências africanas, tal como se viu no segundo capítulo deste manual. No âmbito do nacionalismo africano, constituiu uma força motora através do anúncio da vinda de um *mahdi* (Messias) que apareceria com um plano anticolonial.

Nas igrejas cristãs trazidas pelos próprios colonos também se pode verificar o desabrochar do nacionalismo, pois ao pregar-se o evangelho de Cristo, que se traduz na igualdade e irmandade de todos os homens, despertava-se e dinamizava-se o profetismo e messianismo africano.

Assim, o islamismo e o cristianismo substituíam o animismo como uma ideologia religiosa mais dinâmica e abrangente, pois os «Deuses» da aldeia ou da família passaram a ser substituídos por um só e único – «Deus» ou «Hallah» – com carácter universal, que integrava as diferentes comunidades numa nação africana.

Neste contexto, podem citar-se os seguintes exemplos: a Igreja Ortodoxa Africana, fundada pelo jamaicano Marcus Garvey, que pregava que os anjos são negros e os demónios brancos; Simon Kibangu, filho de um feiticeiro de grande reputação no Congo, após se ter tornado catequista protestante, instruiu os seus discípulos para deixarem de pagar impostos e de cultivar milho. Outras igrejas, sobretudo as protestantes, tais como a missão suíça, anglicana e metodista, contribuíram bastante para o despertar do nacionalismo africano, principalmente no papel que desempenharam na educação dos Africanos.

Todos os grupos citados foram forças motrizes do nacionalismo africano, porém, os verdadeiros empreendedores deste movimento foram os partidos políticos, que surgiram legal ou ilegalmente em África a partir de 1945.

e) Os partidos políticos – A criação dos partidos políticos em África foi bastante diferente do contexto europeu (na Europa, a base de surgimento foi a existência de diferentes classes sociais), tendo como base de surgimento o clã, a tribo, a etnia ou ainda a religião; isto deveu-se à realidade pré-colonial e colonial, pois os legítimos representantes do povo sempre foram as autoridades tradicionais ou espirituais. Daí que, aquando da formação dos partidos, esses líderes tivessem tido um papel fundamental, e os seus espaços (tribo, clã, etnia ou confissão religiosa) constituíram o bastião (base social, onde recrutavam a maioria dos seus membros e simpatizantes) de cada partido. A este propósito podem citar-se os exemplos do Partido UMMA do Sudão, cuja origem está ligada à organização muçulmana Ansar dos discípulos de Mahdi. Apesar de a sua base de formação ser tradicional, estes partidos políticos, desenvolveram-se graças ao uso dos meios modernos, tais como o automóvel, o avião e o telefone, entre outros.

Os partidos tomaram a designação de Congresso, quando se tratou da união das forças vivas da sociedade pela causa da independência nacional (organizações da sociedade civil, tais como associações, igrejas, etc.). Neste contexto, o exemplo do ANC na África do Sul é apropriado; Frente, caso se tratasse de uma unificação de partidos ou movimentos por meio de um contrato com vista ao interesse comum da libertação nacional, podendo citar-se o exemplo da FRELIMO em Moçambique; Partido, quando se tratava de um grupo homogêneo, tal como foi o CPP no Gana.

Este sentimento nacionalista veio a desembocar no início da marcha dos movimentos de libertação nacional, que culminaram com as independências nacionais.



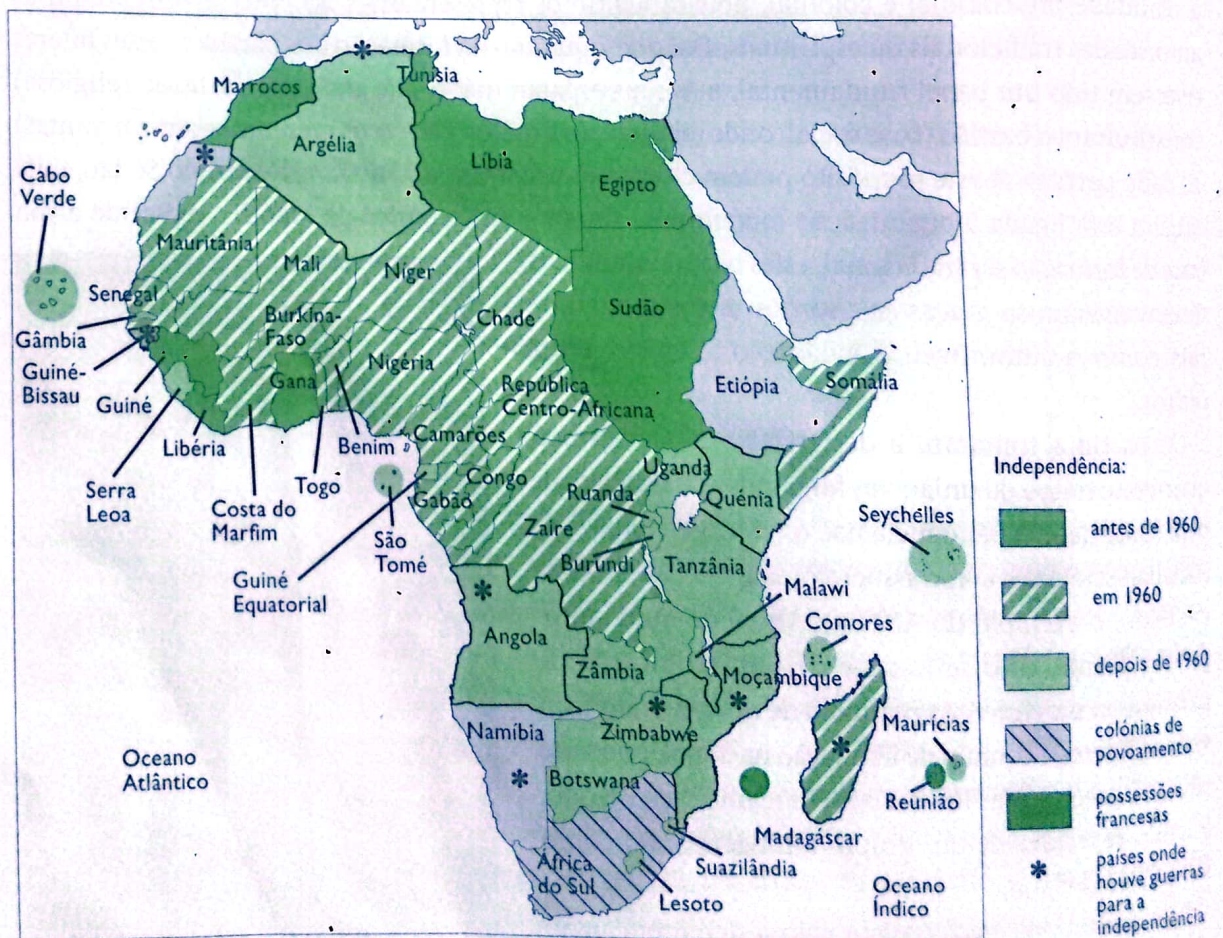
..... Fig. 12 Subida da Bandeira Nacional no dia 25 de Junho de 1975.

4.2 As potências europeias diante do movimento nacionalista

A atitude das potências europeias variou de acordo com o contexto político-social em que cada país se encontrava após a Segunda Guerra Mundial e as especificidades das suas colônias. É preciso analisar em separado a política de cada país. Nas páginas seguintes do manual veremos as particularidades do processo de independências de alguns países africanos.

De uma forma geral, praticamente todas as potências coloniais europeias, diante do avanço dos movimentos protonacionalistas e mais tarde dos nacionalistas, tomaram, entre outras, as seguintes medidas:

- reforçaram o seu domínio através da força e de leis;
- limitaram a qualidade e extensão da educação;
- ofuscaram ao máximo possível a cultura africana;
- limitaram a circulação de informações sobre movimentos nacionalistas, pan-africanos ou marxistas nos países africanos, bem como no resto do Mundo, através da censura dos jornais, rádios, etc.
- reforçaram o sistema de cobrança de impostos;
- limitaram as liberdades humanas e os direitos civis.



..... Fig. 13 Mapa de África com a cronologia das independências até 1990.

Os Ingleses foram mais pragmáticos, tal como o foram diante do movimento abolicionista, e preferiram conceder a independência às antigas colónias. Os restantes países (França, Bélgica e Portugal) foram mais resistentes, procurando manter os seus domínios coloniais de diversas formas. Portugal destacou-se por ter cedido a independência às suas colónias apenas após um conflito armado e num período em que a maioria dos países africanos já era independente.

4.2.1 A política inglesa

A política inglesa pode ser resumida na seguinte expressão: «Partir para melhor ficar» (Ana Maria Gentili, *O Leão e o Caçador*).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, houve uma transformação política no interior da Inglaterra que culminou com a ascensão do partido trabalhista. Este partido era manifestamente anticolonialista, e em 1946 fez aprovar uma nova constituição na qual defendia a concessão da autonomia governativa aos territórios coloniais. Como o governo metropolitano não possuía um conhecimento real das condições de cada território, foram incumbidos os governadores, emires e emissários no papel de conduzir democraticamente o processo de africanização dos órgãos de governação dos territórios até à independência. Este processo obedeceu, regra geral, à via pacífica, porém, houve casos menos pacíficos, tais como no Gana, ou mesmo à via violenta, em que se podem citar os exemplos da Rodésia e África do Sul.

A nova constituição inglesa de 1946 permitiu a disseminação de partidos políticos no interior de África, o que veio a dinamizar os *self-government*. A par desta política liberal, a Inglaterra projectou a constituição da Commonwealth, que seria um organismo que continuaria a ligar económica e culturalmente a Inglaterra e as suas ex-colónias. Este organismo veio a anunciar o surgimento de um novo modelo de relacionamento entre as ex-colónias e as suas respectivas ex-metrópoles, que é também conhecido como neocolonialismo.



Fig. 14 Bandeiras dos países da Commonwealth em Londres.

4.2.2 A política francesa

A política francesa foi a mais complexa, registando-se muitos avanços e recuos, tanto por parte do governo francês como pelos nacionalistas africanos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a França recrutou um número considerável de africanos para as linhas de combate na frente ocidental, sobretudo senegaleses e argelinos. A França foi ocupada pelas tropas alemãs, e as colónias francesas da África do Norte foram palco de intensos combates no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Assim, mesmo antes do fim da guerra, o governo francês estava consciente de que era preciso mudar a relação com as suas colónias, no sentido de lhes conferir maior autonomia. Mas, também estava fora de hipóteses a concessão das independências, pois precisava das colónias para a reconstrução da França no pós-guerra, uma vez que esta se encontrava destruída.

4.2.3 A política belga

A atitude dos Belgas pode resumir-se com a seguinte citação:

«O sistema belga, qualificado de Paternalismo, (...). Parecia-se mais ou menos, ao mesmo tempo, com o sistema inglês e francês, de cujas características híbridas conservava sobretudo os defeitos.» (J. Ki-Zerbo, *História da África Negra*)

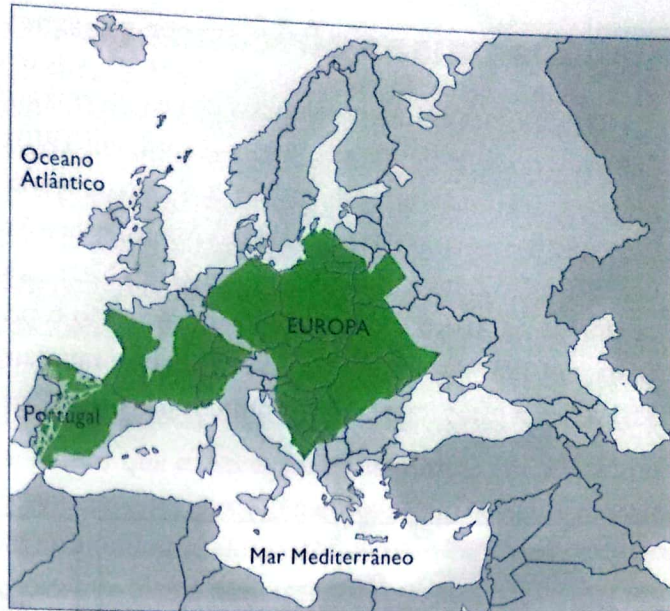
O sistema colonial belga foi qualificado como paternalista, pois os Belgas mantinham os Africanos numa subordinação por tempo indefinido e concebiam a educação de tal forma que os Africanos não pudessem ter influências estrangeiras, sendo também impedidos de participar nos órgãos políticos de governação e administração, tal como um pai protector se comporta diante de um filho que inspira muitos cuidados. Os Belgas adoptaram um sistema colonial que reunia as características defeituosas do sistema francês (política de assimilação) e do inglês (separação das raças), mas era compensado pelo paternalismo acima referido, pois, paralelamente à intensificação da exploração do trabalho forçado durante grande parte do período colonial, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, a Bélgica ofereceu alguns benefícios sociais. Criou o Fundo de Bem-Estar Indígena para melhorar as condições sanitárias, promover a educação e ceder algumas parcelas de terras a camponeses, sem lhes conceder, porém, a propriedade. Estes benefícios foram atribuídos como compensação dos esforços dos Africanos durante a guerra.

4.2.4 A política portuguesa

A política portuguesa diante do movimento nacionalista resume-se simplesmente na seguinte expressão de J. Ki-Zerbo: «A recusa de avançar» (J. Ki-Zerbo, *História da África Negra*).

Portugal, desde 1926, adoptou um regime autodenominado Estado Novo, que aplicou o nacionalismo económico desenhado por Salazar, o qual defendia que Portugal e as suas colónias constituíam um território uno e indivisível, mais ou menos semelhante ao francês, porém mais radical, porque designava as colónias de províncias ultramarinas. Isto significava que os Açores ou a Madeira e Moçambique tinham o mesmo estatuto, mas a realidade era bem diferente, pois mantinha-se o regime de indigenato e trabalho forçado, que só veio a abolir formalmente em 1961, devido às fortes pressões da ONU e da comunidade internacional.

A discriminação racial e étnica era bastante evidente, distinguíam-se os portugueses de raça branca oriundos de Lisboa e os portugueses, também de raça branca, oriundos da Ásia ou nascidos em África. A educação, que estava oficialmente sob a tutela da Igreja Católica, visava a assimilação dos Africanos ou a sua instrução para ocuparem cargos mais baixos da administração pública. E era negada a participação de Africanos em qualquer nível hierárquico da administração dos territórios.



..... Fig. 15 Propaganda do Estado Novo: Portugal não é um país pequeno.

Quando começaram a soprar os ventos de mudança em direcção à África Austral, onde se localizavam as suas principais colónias (Angola e Moçambique), Portugal, como já se afirmou antes, realizou algumas reformas, mas somente no papel; na prática, reforçou os seus instrumentos de repressão: alargou a PIDE (polícia política) para as «províncias ultramarinas» (colónias) e procurou avançar com planos de fomento, incluindo serviços sociais (educação e saúde) para os indígenas, na perspectiva de camuflar a discriminação social e racial existente nos seus territórios ultramarinos, devido à pressão da comunidade internacional, sobretudo da ONU.

O regime racista português encontrava um apoio material e moral no regime sul-africano do *Apartheid* e no rodesiano de Ian Smith. Deste modo, o que restava aos nacionalistas africanos era a luta armada como meio de alcançar as independências. As independências nestes territórios foram precipitadas pela Revolução do 25 de Abril de 1974, que significou a derrocada do regime de Salazar. O novo governo instalado tratou de realizar a condução das ex-colónias às suas independências em 1975.

Vocabulário

Neocolonialismo – Controlo indirecto que exercem as antigas potências coloniais sobre as suas antigas colónias.

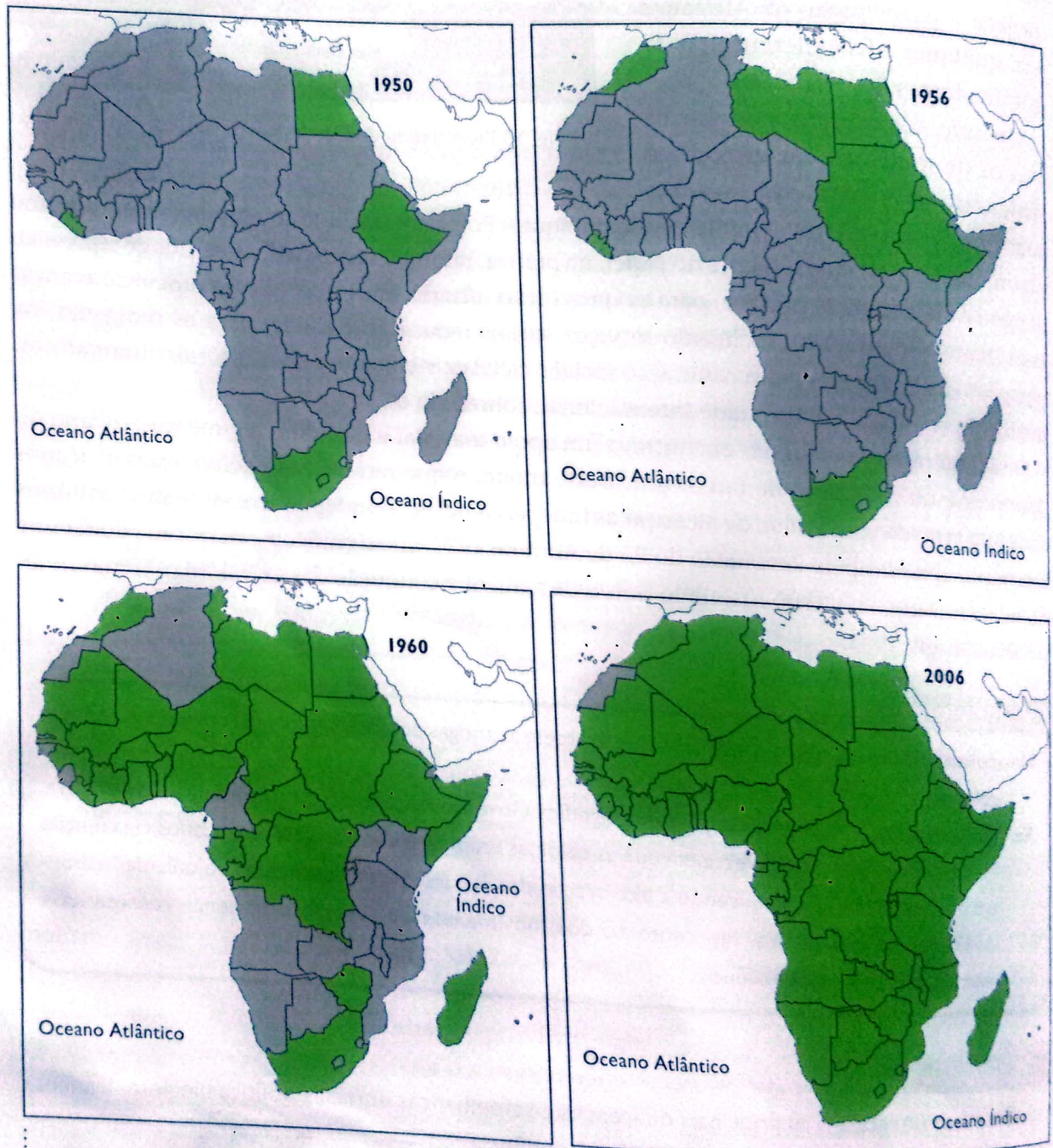
Self-government – Expressão inglesa que significa Governo Autónomo ou Autonomia Governativa. Tipo de administração indirecta em que as colónias eram dirigidas por líderes africanos cuja função era manter a lei e a ordem, sendo a exploração dos recursos e os destinos da colónia da responsabilidade das metrópoles. No contextò dos movimentos de libertação nacional, representa a reivindicação pela independência.

Actividades

1. Sintetiza num quadro as principais diferenças e semelhanças entre as políticas inglesa, francesa e portuguesa face aos movimentos de independência.

4.3 Os países africanos rumo à independência

A marcha para as independências dos territórios africanos iniciou-se, curiosamente, nos dois extremos do continente: sul (África do Sul, em 1910) e norte (Egipto, em 1922) e nas colónias inglesas. Seguindo-se a libertação dos outros territórios do Magreb e (África Branca), com excepção das ex-colónias francesas da Mauritânia e Argélia (que só alcançaram a independência em 1960 e 1962, respectivamente). Na África Negra (exceptuando a África do Sul), o movimento iniciou-se na África Ocidental Britânica, sendo o primeiro país a alcançar a independência o Gana, em 1957. Este movimento estendeu-se rapidamente pelos estados francófonos, depois à África Belga e aos territórios britânicos da África Oriental e Central.



..... Fig. 16 A descolonização de África.

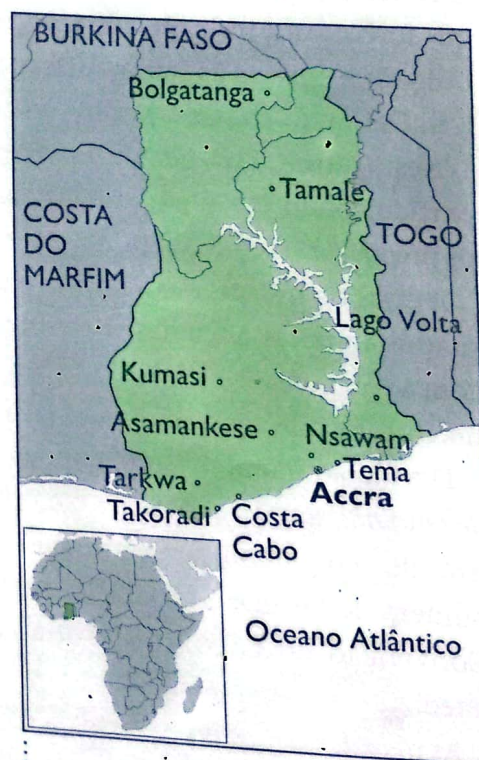
O movimento independentista enfrentou de seguida uma muralha de resistência colonialista e racista nos territórios portugueses, na Rodésia e África do Sul. Estes dois últimos territórios, que foram colónias britânicas, alcançaram independências de forma prematura, as colónias libertaram-se da metrópole, mas continuavam a ser governadas por uma minoria branca, onde os negros ainda viviam sem dignidade. O exemplo do *Apartheid* na África do Sul constitui um dos episódios mais dramáticos da história da Humanidade, pois foi um dos únicos países que após a abolição da escravatura elaborou um conjunto de leis claramente racistas. Por essa razão, ao invés de se considerar a África do Sul o primeiro país da África Negra a tornar-se independente, é o Gana que assume este protagonismo.

Sobre a narração do processo histórico que conduziu os países africanos à independência ainda há muito por revelar, pois, apesar de se acreditar que existem fontes históricas em abundância e diversificadas sobre este tema, devido ao facto de estes acontecimentos serem bastante recentes, incorre-se sempre no risco de se ser parcial na abordagem dos factos. Acreditamos que pesquisas posteriores é que irão trazer a verdade histórica de forma mais clara e substanciada. No entanto, procuraremos tratar este assunto, abordando-se os factos numa perspectiva cronológica.

4.3.1 Independência nos territórios ingleses – Gana

A Costa do Ouro (nome por que era conhecido o Gana antes da independência) foi uma colónia inglesa. No âmbito das reformas políticas após a Segunda Guerra Mundial, a nova constituição inglesa de 1946 permitia que os Africanos se organizassem em partidos políticos, para se representarem no Conselho Legislativo através de eleições. Porém, esta aparente autonomia não foi aprovada pela elite esclarecida africana, porque os representantes eleitos, na prática, eram nomeados pela administração colonial para servir aos seus interesses.

Por esta razão, as elites africanas, já organizadas em partidos políticos, dão início a acções com vista ao alcance da independência e que se tornam mais vigorosas com a acção dos antigos combatentes, que já tinham a experiência da reivindicação da independência nos países asiáticos.



..... Fig. 17 Mapa do Gana.

J.B. Danquah e a Convenção Unida da Costa do Ouro

J. B. Danquah participou na Segunda Guerra Mundial, tendo-se alistado nas tropas inglesas e combatido na Índia e Birmânia. Formado em Direito, destacou-se pela fundação de um partido de intelectuais, a *United Gold Coast Convention* (UGCC)/(Convenção Unida da Costa do Ouro), em 1947. Este era composto no acto da sua fundação por religiosos e homens de negócios, que gozavam de algum conforto socioeconómico, comparado com a maioria da população africana.

Sendo um partido de intelectuais, a Convenção Unida da Costa do Ouro tinha o seguinte *slogan*: «Discussão para a autonomia o mais breve possível.» Danquah acreditava que seria possível alcançar a independência através de negociações com o governo inglês. Graças a esta postura, Danquah e os seus principais colaboradores foram convidados pelo governo britânico a participar na redacção de uma nova constituição para a Costa do Ouro, e que entrou em vigor a partir de 1951. A grande inovação desta constituição foi a formação de uma Assembleia Legislativa (Parlamento), que seria constituída por voto directo.

Esta postura da Convenção Unida da Costa do Ouro vai fazer com que não tenha muita popularidade nas camadas menos escolarizadas, conferindo-lhe alguma desvantagem nas disputas eleitorais com os outros partidos de massas, com particular destaque para o *Convention People's Party* (CPP), fundado posteriormente por Kwame Nkrumah.



..... Fig. 18 Kwame Nkrumah.

O papel de Kwame Nkrumah

Francis Kwame Nkrumah foi um jovem que se licenciou em Sociologia e Economia Política e que foi bastante influenciado pelo pan-africanismo de Marcus Garvey, advindo daí a sua disponibilidade e entrega às causas africanas. Após a fundação da Convenção Unida da Costa do Ouro, J. B. Danquah chamou Kwame Nkrumah para ocupar o cargo de secretário-geral do partido.

Nesta altura, Kwame Nkrumah era bastante jovem e transmitiu o vigor da sua juventude ao partido, tendo, em 1948, realizado as seguintes acções: boicote aos produtos europeus para baixar os preços e marchas pacíficas junto ao palácio do governador.

A estas manifestações a polícia respondeu com fogo. No entanto, o governador Sir Alan Burns propôs algumas reformas constitucionais (a referida Constituição de 1951), feitas por Coussey, com a colaboração de J. B. Danquah, para acalmar o ambiente político em Acra (capital da Costa do Ouro) e manter o seu poder político.

Devido ao seu activismo, expresso na seguinte afirmação: «num país em que a grande maioria do povo não sabe ler, a única escola válida é a acção», Nkrumah foi censurado no seu partido e com isto ele rompe com a Convenção Unida da Costa do Ouro, arrastando consigo um grande número de jovens, e funda um partido de massas – *Convention People's Party* (CPP)/Partido da Convenção do Povo, que tinha como *slogan*: «Self Government Now!»/(A independência imediata!).

As manifestações do Partido da Convenção do Povo eram pacíficas, consistindo nas seguintes acções: desfiles com cânticos, hinos religiosos, danças de mulheres, entre outras. No dia 20 de Novembro de 1949, no primeiro comício do Partido da Convenção do Povo, com o apoio dos sindicatos que realizaram uma greve geral em 1950, Nkrumah apela à desobediência civil caso não se fizessem reformas. No mesmo ano, os antigos combatentes desfilaram até ao palácio do governador, tendo esta manifestação culminado em tumultos e com a prisão dos dirigentes do Partido da Convenção do Povo, entre eles Nkrumah e Gbedemah.

Com a libertação de Gbedemah, este consegue eleger o Partido da Convenção do Povo no Conselho Legislativo e um dos seus representantes consegue baixar a idade do voto de 25 para 21 anos, o que beneficiava o partido, porque contava com o apoio dos mais jovens.

Segundo a nova constituição, realizaram-se eleições gerais em Fevereiro de 1951, e o Partido da Convenção do Povo, apesar de não concordar com as reformas constitucionais, decidiu participar nas eleições para mostrar aos Ingleses que o povo estava com eles e conseguir a libertação dos seus dirigentes.

Assim, o Partido da Convenção do Povo conseguiu 34 dos 38 lugares no parlamento, e Kwame Nkrumah, apesar de estar na prisão, obteve 98,5% dos votos, tendo os Ingleses aceitado os resultados com *fair play*. Em 1952, Nkrumah é eleito primeiro-ministro.

A proclamação da independência

A partir de 1954, o Partido da Convenção do Povo iniciou várias reformas constitucionais, uma vez que possuía mais de dois terços dos assentos parlamentares, e contou com a colaboração de um novo governador – Charles Arden-Clarke –, que foi enviado pelo governo britânico. Em 1956, submeteu a proposta de Lei de Independência ao Reino Unido, tendo sido aprovada.

A pedido de J. B. Danquah e Kwame Nkrumah, o nome do país foi alterado de Costa do Ouro para Gana, em homenagem ao antigo império do Gana e como uma forma de revalorização da africanidade. Esta atitude constitui uma manifestação clara das influências pan-africanistas e também do movimento da negritude. A 6 de Março de 1957 foi proclamada a independência do Gana, o que representou o renascimento político da África Negra.



..... Fig. 19 Comemorações da independência do Gana.

O pós-independência

Os acontecimentos que se seguiram à independência do Gana constituíram um mau sinal para os outros países africanos que aspiravam alcançar as suas independências, pois o Gana de Nkrumah atravessou muitas dificuldades económicas e políticas.

No plano económico, logo após a independência, Nkrumah adoptou um programa de austeridade orçamental (rigor na aplicação dos fundos públicos) e, a partir de 1963, adoptou oficialmente o socialismo como doutrina económica (regime de propriedade do Estado e centralização da economia através do Estado que é controlado por um partido único – o CPP, no caso do Gana). Nkrumah realizou um grande esforço para reduzir a dependência económica do Gana em relação à Inglaterra, tendo iniciado a construção de uma gigantesca barragem hidroeléctrica em Akosombo (no rio Volta) e procurado diversificar as actividades económicas.

Em termos políticos, o Gana, por intermédio de Nkrumah, era abertamente contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo. No contexto da Guerra Fria, o Gana optou por um neutralismo positivo, pois não se divorciou totalmente da Inglaterra (capitalista); no entanto, procurou apoio ideológico e material nos países socialistas – URSS e China. No plano continental, Nkrumah bateu-se pela união política de África, tendo inclusive experimentado uma união federal com alguns dos seus países vizinhos, que fracassou. É a Nkrumah que se atribui a ideia da formação dos «Estados Unidos de África», tão debatida pelos actuais líderes africanos.

O esforço económico que o Gana realizou após a independência foi perturbado por uma agitação política: os sindicatos, devido ao programa de austeridade, realizaram uma greve geral; muitos companheiros de Nkrumah foram presos por envolvimento em casos de corrupção; verificaram-se; actos terroristas (explosão de bombas em locais públicos) levados a cabo pela oposição como forma de manifestação contra a exclusão política.

Foi neste contexto que, em princípios de 1966, Nkrumah sofreu um golpe de Estado, enquanto se encontrava em viagem oficial para a China. O golpe foi realizado pelos militares, mas acredita-se que tenha havido uma mão estrangeira envolvida neste acto. Em 1969, organizaram-se eleições nas quais venceu o Partido do Progresso de Busia, que pouco durou no poder, tendo sido derrubado por um outro golpe de Estado, em 1972, liderado pelo coronel Acheampong.

Acheampong organizou um governo de reconciliação e, tal como Nkrumah, realizou um programa de austeridade orçamental que incluía as seguintes medidas: desvalorização da moeda nacional, anulação de certas dívidas, proibição de importação de artigos de luxo, entre outras.

Como forma de evitar a perda de divisas (moedas estrangeiras) através das importações e obter uma balança comercial favorável, o governo liderado por Acheampong lançou a política de auto-suficiência (*Self-Reliance*) e a operação *Feed yourself* (Alimenta-te a ti mesmo). Estas não tiveram sucesso devido à crise de energia que afectou o Gana em 1973. O governo de Acheampong realizou um conjunto de reformas administrativas, mais ou menos num sentido democrático e de descentralização, mas manteve-se um regime militar, e sempre que era sentida uma ameaça de golpe de Estado, o poder era centralizado.

Kwamé Nkrumah veio a perder a vida em 1972, na Guiné, onde se encontrava exilado. O corpo de Nkrumah foi recebido com honras militares por Acheampong e por uma multidão em luto, lamentando pela vida do grande líder nacionalista e, acima de tudo, pan-africanista, cujos ideais se mantêm vivos até aos nossos dias.

Actividades

1. Explica a importância e a influência da independência do Gana para os países africanos da época.
2. Elabora um comentário crítico sobre a acção e o papel de Kwame Nkrumah em África.

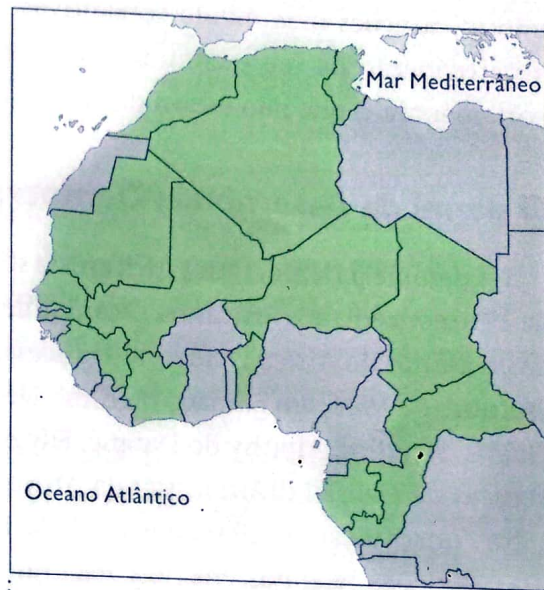
4.4 O movimento de libertação nacional nos territórios franceses

A França concentrou a sua colonização na região ocidental, central e setentrional (norte) de África. Destes territórios, aquele que mereceu especial destaque por parte da França é a região ocidental, pois foi aí que a exploração colonial foi mais rentável, relativamente ao centro e ao Norte, uma vez que era a maior colónia de exploração.

A posição do governo francês face ao movimento nacionalista

A política colonial francesa perante o movimento nacionalista pode ser expressa pelas seguintes declarações de Delmas, um dos administradores-chefe que participaram na Conferência de Brazzaville: «Na grande França colonial, não há povos a libertar, nem discriminação racial a abolir [...]. Há populações que temos a intenção de encaminhar, etapa por etapa, para a personalidade, no que respeita (...) os direitos políticos, mas que não pretendam conhecer outra independência que não seja a independência de França.» (J. Ki-Zerbo, *História da África Negra*).

Estas declarações demonstram que a França não queria conceder a independência às suas colónias, tal como já foi dito anteriormente. Mas era preciso conduzir gradualmente os Africanos a assumirem cargos políticos dentro da «grande França», que, além do território francês, incluía os territórios coloniais ou ultramarinos. Será neste contexto que França organizou, pela mão do Comité Francês de Libertação Nacional, a Conferência de Brazzaville. Mais tarde, a nova constituição de 1946 decretou a criação da União Francesa.



..... Fig. 20 A África Ocidental Francesa.

A Conferência de Brazzaville

Diante da tendência global para a descolonização, encabeçada pela Inglaterra, e enervando no interior dos territórios coloniais por meio dos movimentos nacionalistas, o governo francês criou, em 1943, em Argel, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, o Comité Francês de Libertação Nacional (CFLN), dirigido pelo general De Gaulle.

No ano seguinte, o CFLN organizou a Conferência Africana Francesa de Brazzaville (1944), que reuniu todos os governadores coloniais da África Francesa e numerosos altos funcionários, com o objectivo de confrontar ideias a propósito do futuro dos vários territórios após o grande abalo da guerra. Nenhum africano participou nesta conferência, tratou-se de um encontro de sondagem, com o objectivo de preparar uma remodelação dos laços entre a França e o seu império. O momento exigia uma dupla exigência à França: manter o poder colonial e ao mesmo tempo preparar aberturas para o progresso. Vai ser esta ambiguidade que vai caracterizar a política colonial francesa durante o período de descolonização.

Esta ambiguidade ficou expressa na constituição de 1946, que estabelecia a União Francesa. No seu artigo 41, defendia que «a França forma com os territórios do ultramar [...] uma união livremente concedida». Esta nova constituição trazia aspectos positivos, como: o reconhecimento da qualidade de cidadão a todo o africano; abolição do regime de indigenato; concessão de liberdades republicanas semelhantes às da metrópole, o que contribuiu para a criação de partidos políticos; supressão do trabalho forçado; constituição de uma escola política para os Africanos, pois apresentava diversos órgãos aos quais os partidos políticos africanos deveriam concorrer, apesar de somente os notáveis e intelectuais votarem. A União Francesa excluía, porém, os Africanos da governação dos seus próprios territórios, pois o Governo Federal, sediado em Paris, é que garantia a governação e administração, tendo as assembleias a nível regional, territorial e local, funções meramente consultivas. Mesmo no parlamento francês, o qual contava com a participação de representantes africanos, estes correspondiam apenas a 6,5% do universo parlamentar, o que não estava de acordo com a densidade populacional das colónias.

O papel da Assembleia Democrática Africanista e de Houphouet-Boigny

A Assembleia Democrática Africanista surgiu no contexto das aberturas que a nova constituição de 1946 concedia aos Africanos. O campo de acção deste partido estendia-se por toda a Confederação das colónias da África Ocidental Francesa. A Assembleia Democrática Africanista foi criada em Outubro de 1946, em Bamaco (Benim). De entre os seus fundadores destacam-se: Boigny, Lamine Guèye, Senghor, Alpithy do Daomé; Fily e Dabo Sissoko do Sudão; Yacine Diallo da Guiné; Félix Tchicaya e Gabriel d'Arboussier da África Equatorial.

Na constituição de 1946, que estabelecia a União Francesa, os partidos africanos, para que as suas posições se ouvissem no Palácio de Bourbon (Parlamento Francês), deviam aliar-se aos partidos franceses. Por isso a Assembleia Democrática Africanista se aliou inicialmente ao partido comunista francês, gerando uma forte antipatia das autoridades administrativas coloniais.

Os ataques impostos pelas autoridades coloniais à Assembleia Democrática Africanista contribuíram bastante para a unidade dos seus militantes, das bases ao topo. Assim, a Assembleia Democrática Africanista conseguiu também a simpatia dos diversos partidos espalhados pela África Ocidental Francesa, passando a ser o interlocutor válido e a voz dos Africanos no governo da União Francesa.

Em 1951, o presidente da Assembleia Democrática Africanista, Félix Houphouet-Boigny, abandonou o apoio do partido comunista francês (partido de esquerda), passando a aliar-se ao governo (partido de direita) mediante uma negociação com François Mitterrand (ministro francês do ultramar). Esta mudança custou-lhe uma grande divergência com Gabriel d'Arboussier (secretário-geral do partido) e o abandono de altas figuras do partido, como Djibo Bakary (Níger) e Nyobé (Camarões).

Boigny formou-se em Medicina, mas destacou-se e entrou na vida política como fazendeiro, liderando em 1944 o grupo de fazendeiros africanos que abandonaram a Câmara de Agricultura da Costa do Marfim, devido à discriminação entre fazendeiros brancos e negros, para formarem o Sindicato Agrícola Africano. Este sindicato teve apoio moral do então governador liberal da Costa do Marfim, Latrille.



..... Fig. 21 Félix Houphouet-Boigny.

Quando se realizaram as eleições territoriais na Costa do Marfim, de acordo com a Constituição de 1946, Boigny foi indicado pelo Sindicato Agrícola Africano como candidato, tendo saído vencedor. O nome de Boigny tornou-se conhecido por quase toda a Costa do Marfim e arredores por ele ter redigido o relatório da Assembleia que aboliu a lei do trabalho forçado. Foi o prestígio de Boigny que o conduziu à presidência da Assembleia Democrática Africanista. O grande papel de Boigny e da Assembleia Democrática Africanista no processo de descolonização da África Ocidental Francesa evidenciou-se aquando da redacção e aplicação da Lei-Quadro de 1956.

A Lei-Quadro (1956) e a viragem

Da assimilação cheia de defeitos afirmada na constituição de 1946 vai passar-se a uma política de descentralização que irá desencadear uma aceleração para a independência, estimulada por acontecimentos externos, nomeadamente: o início da luta armada na Argélia (1954), a Conferência de Bandung (1955), a independência da Tunísia e Marrocos (1956) e a preparação da independência do Gana. A nível interno, agudizavam-se as reivindicações das camadas esclarecidas.

Foi neste contexto que o governo socialista francês e Boigny, enquanto líder da Assembleia Democrática Africanista, prepararam a Lei-Quadro de 1956, que trazia as seguintes inovações: introduzia o sufrágio universal, alargava e reforçava o poder das assembleias locais, descentralizava a administração e as finanças dos territórios, que seriam dirigidos por um chefe do território (presidente), auxiliado por um vice-presidente que seria o líder do partido mais votado.

As independências nas colónias francesas à luz da Lei-Quadro

A Lei-Quadro teve um efeito directo e constituiu a viragem de direcção para os partidos africanos assumirem o poder nos territórios africanos. Deste modo, coube aos três principais blocos da região – Convenção Africana de Senghor, a Assembleia Democrática Africanista de Boigny e o Movimento Socialista Africano de Lamine Guèye – reflectir sobre a renovação dos partidos para assumirem representações territoriais e posições sobre o relacionamento com França.

Cada bloco apresentava posições diferentes e por vezes contrárias. A Assembleia Democrática Africanista teve o papel decisivo, porque nas eleições de 1957, no âmbito da aplicação da Lei-Quadro, obteve uma grande maioria na Costa de Marfim, Guiné e Sudão. Restava saber o que a Assembleia Democrática Africanista faria com a sua vitória: se optaria por manter a federação com a França ou se iria seguir os ventos de mudança rumo à independência, que já se tinham iniciado no Gana. No III Congresso da Assembleia Democrática Africanista, realizado em 1957, pôde assistir-se a um debate inteiramente africano dos problemas africanos, o qual culminou com a decisão do não desmembramento da Assembleia Democrática Africanista, em nome da unidade africana, segundo as palavras de Ahmed Sekou Touré. A decisão sobre com quem ficaria o governo executivo de cada território, e se se mantinha a ligação franco-africana, foi dada pelo referendo de 28 de Setembro de 1958, que questionava o rompimento da ligação franco-africana (União Francesa) em África: cada território devia optar pelo não ou pelo sim através do sufrágio universal.

Foi deste modo que cada território tomou democraticamente a sua decisão, tendo alguns países optado pela autonomia e outros pela constituição de estados federais africanos unidos à metrópole. A evolução política e económica destes estados federais ditou o seu próprio fracasso, e deste modo cada território declarou de forma autónoma as suas independências nacionais. A maioria das ex-colónias francesas tornou-se independente na década de 1960, à excepção da Guiné de Ahmed Sekou Touré, que optou logo pela autonomia aquando do referendo de 1958.

4.5 Os territórios belgas – do Congo ao Zaire

Os Belgas tiveram como colónias em África, o Congo e o Ruanda-Burundi. A tutela deste último foi concedido à Bélgica pela Sociedade das Nações, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Destas colónias vamos destacar o Congo, pela grande importância que teve na economia belga.

O Congo, em termos de extensão territorial, era oitenta vezes maior do que o seu colonizador. Como já sabes, numa das deliberações da Conferência de Berlim reconheceu-se o rei Leopoldo II como proprietário destas grandes extensões de terra, sendo esta a razão por que muitos colonos belgas migraram para fixar residência no Congo. Devido à sua grande riqueza florestal e mineira, o Congo atraiu também um grande número de empresas monopolistas, com particular destaque para a União Mineira do Alto-Katanga, a Unilever, a Forminière e a Sociedade-Geral da Bélgica.

Um aspecto que demonstra claramente a grande riqueza mineral deste país é o facto de o urânio usado pelos Americanos no fabrico das bombas atómicas lançadas sobre Hiroxima e Nagasáqui ter sido extraído no Congo (durante a Segunda Guerra Mundial, este era o maior produtor mundial deste minério). Em 1958, o Congo produzia também uma quantidade significativa de diamantes, cobalto, cobre e zinco, como demonstra a figura 22.

Minério	Percentagem de produção industrial a nível mundial
Diamantes	75%
Cobalto	63%
Cobre	8,3%
Zinco	4,3%

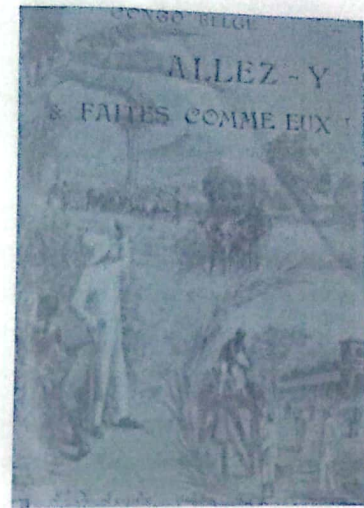
.....Fig. 22 Minerais explorados no Congo (adaptado de Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*).



..... Fig. 23 Exploração de minérios no Congo.

De facto, com os dados acima apresentados, compreendemos a afirmação de J. Ki-Zerbo: «facilmente (o Congo) se poderia ter tornado o Estado mais próspero e mais poderoso de África». No entanto, nem o governo colonial belga nem os nacionalistas que libertaram o País conseguiram potenciar estas grandes riquezas naturais.

Durante o período colonial, as indústrias concentravam-se apenas na região de Kolwezi e Kipushi. Os Belgas não se preocuparam em criar indústrias complementares, limitando-se apenas a «sugar» os recursos minerais e florestais. Assim, a grande maioria da população congoleza vivia da agricultura de subsistência. Com a independência do Congo, que, tal como o Gana, viu o seu nome alterado, de Congo para Zaire, sucederam-se diversos conflitos políticos que foram inviabilizando o desenvolvimento deste país, tal como veremos adiante.



..... Fig. 24 Propaganda belga para a angariação de colonos.

A actividade política dos nacionalistas

O processo de industrialização do Congo foi acompanhado de um movimento de urbanização muito acelerado. Se, em 1938, cerca de 91,7% da população vivia no campo, em 1960 apenas aí permaneciam 58,3%. Esta população urbanizada foi-se organizando em associações, que não aspiravam à causa nacionalista, tratando-se mais de locais em que se assimilava o estilo de vida europeu. Destas associações, podem destacar-se a Associação do Pessoal Indígena Congolês (APIC), criada em 1946, e várias outras criadas por missões cristãs.

Devido ao sistema paternalista do colonialismo belga, apesar de se ter generalizado a instrução escolar básica (em 1950, cerca de metade das crianças em idade escolar estava matriculada) e até mesmo superior (em 1955, na então Léopoldville, actual Kinshasa, foi criada a Universidade Lovanium pela Igreja Católica), não foi dado espaço a qualquer congolês, mesmo os matriculados (assimilados), para participar no debate político.



..... Fig. 25 A Universidade Lovanium, criada em 1955 pela Igreja Católica, na então Léopoldville, é hoje a Universidade de Kinshasa (capital da República Democrática do Congo).

Assim, o movimento nacionalista manifestou-se inicialmente como um movimento religioso, que profetizava a chegada em breve de um mundo melhor, onde os negros seriam recompensados após longos anos de injustiça. Dentre estes movimentos destacam-se o kibanguismo, de que já se tratou anteriormente, e o Kitawala. Este último foi um movimento que surgiu no seio das testemunhas de Jeová e defendia que, se os negros se tornassem brancos, se chegaria a um caos global, por isso é que os negros deveriam cortar radicalmente a sua relação com os brancos.

O movimento nacionalista de carácter político despertou em 1955, quando Van Bilsen, um intelectual belga, sem nenhum compromisso com o governo colonial belga, apresentou um plano de formação de um Estado Federal na África Belga, após trinta anos de preparação dos quadros que viriam a formar o Estado. Assim, em 1956, o grupo Consciência Africana (fundado pelo padre Joseph Maloula), através de Joseph Iléo, lançou um manifesto fazendo as seguintes reivindicações: abolição da discriminação racial, reconhecimento da personalidade africana, direito de expressão cultural e política aos Africanos. A Associação do Bakongo (Abako), presidida por Joseph Kasavubu, baseando-se neste manifesto, reivindicou a criação de partidos no Congo e a formação de um Estado federal.

A verdadeira explosão do movimento nacionalista no Congo ocorreu quando se sentiu o sopro dos ventos de mudança provenientes das colónias inglesas, com a independência do Gana (1957), o desembarque em 1958 do General De Gaulle no Congo Brazzaville, que se localizava na outra margem do rio Congo, discursando sobre a aplicação da Lei-Quadro, a realização, em 1958, da Exposição Universal de Bruxelas, que pôs em contacto congolezes de diversas regiões do seu vastíssimo território e com africanos de outras colónias que possuíam condições de vida muito superiores às dos congolezes.

A Bélgica, mais ou menos em jeito de cópia da Lei-Quadro, organizou eleições populares em 1957 nos principais municípios do Congo e do Ruanda-Burundi. Foi neste contexto que Kasavubu foi nomeado Burgomestre (uma espécie de presidente do Município) de Léopoldville (Kinshasa, capital da actual República Democrática do Congo). Este pequeno gesto democrático veio atizar os Africanos na luta pelo poder, daí que, após a Exposição Universal de Bruxelas, os líderes políticos congolezes tenham elaborado uma petição ao ministro do Congo reivindicando a independência do país por etapas. O grande passo para a emancipação política dos Congolezes foi dado por Patrice Lumumba.

O papel de Patrice Lumumba

Patrice Lumumba, funcionário dos correios, começou por escrever vários artigos em jornais manifestando as suas ideias nacionalistas, que se traduziam na igualdade racial com os Belgas e o fim das separações étnicas no Congo.

Em 1958, Lumumba fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC), que era um partido de âmbito nacional e não tribal ou regional, tal como foi a maioria dos partidos criados a partir de 1959 (ex.: Confederação das Associações do Katanga (CONAKAT), dirigida por Moise Tchombé, composta pelo grupo étnico lunda; Associação dos Baluba do Norte Katanga, com maioria étnica luba; entre outros). Ainda em 1958 realizou-se a Conferência Pan-Africana de Acra, onde Lumumba deixou bem claro no seu discurso o seu programa político contra o colonialismo, o racismo e a defesa da nação congoleza e da África independente.

Lumumba era um líder carismático, tendo conquistado a simpatia das grandes massas humildes e dos outros líderes africanos, por um lado, e, por outro, o ódio daqueles que controlavam ou beneficiavam com os lucros das grandes indústrias mineiras que actuavam no Congo.



..... Fig. 26 Patrice Lumumba.

Ao regressar ao Congo, mais ou menos como o CPP de Kwame Nkhumah, Lumumba vai exigir o «*self-government now!*», ou seja, «a independência imediata!» No mesmo ano, registaram-se tumultos envolvendo manifestantes nacionalistas e a polícia colonial belga em Léopoldville, encabeçados pela Abako de Kasavubu, e em Stanleyville, liderados pelo MNC de Lumumba.

O rei Balduino I da Bélgica, imitando o *partir para melhor ficar* da Inglaterra, chegou à conclusão de que a independência era a solução para o fim do caos político que se vivia no Congo. Assim, em 1960, convocou uma mesa-redonda onde participaram o governo belga e os principais partidos políticos congolese, em que estiveram em agenda dois aspectos: a data da independência e o tipo de Estado que se iria formar (Constituição).

Sobre o primeiro ponto da agenda, o governo belga decidiu surpreendentemente facilitar o processo, fixando para 30 de Junho de 1960 a data da independência. Todavia, nas negociações concluiu-se que o Banco Central do Congo permaneceria sob controlo da Bélgica, confirmando-se, assim, a ideia de *partir para melhor ficar*.

Sobre o segundo ponto houve divergências, sobretudo entre a Abako de Kasavubu e o MNC de Lumumba. Kasavubu defendia a constituição de um Estado federal, em que os governos regionais possuíssem maiores poderes do que o Governo central; enquanto Lumumba defendia um Estado unitário, em que o Governo central possuísse maiores poderes. A mesa-redonda votou a favor da ideia de Lumumba, e, segundo a Constituição, o Congo passaria a ser uma república parlamentar, com um governo central forte e seis governos provinciais.

Em Maio de 1960 realizaram-se eleições para a formação do governo que iria proclamar a independência. Nas eleições legislativas, o MNC conseguiu maior número de votos para a Câmara dos Deputados e para o Senado, mas nas eleições presidenciais Kasavubu, que contou com apoio do governo belga, foi o vencedor, tornando-se o chefe de Estado.

Kasavubu, como não tinha maioria parlamentar, foi obrigado a convidar Patrice Lumumba para ocupar o cargo de primeiro-ministro (chefe do Governo), tendo contado com a colaboração de Swendé e Iléo.

Patrice Lumumba mal sentiu o sabor da independência do seu país, pois foi vítima de um golpe de Estado em Fevereiro de 1960 e assassinado a 17 de Janeiro de 1961. As causas, bem como as consequências da morte de Lumumba, iriam marcar o caos político que se viveu no Congo, e cujas consequências se fizeram sentir por várias gerações.

A crise do pós-independência e a separação

Alguns dias depois da proclamação de independência do Congo, alguns movimentos radicais, animados pelo discurso profundamente nacionalista de Lumumba, desencadearam uma onda de violência contra a população branca, que entrou em pânico. O ponto mais alto destes tumultos foi quando se realizaram motins pelos oficiais congolese do exército, contra os comandantes belgas. Esta situação levou a um abandono em massa por parte da população belga, deixando o Congo sem quadros. É preciso salientar que, na altura da independência, apenas cerca de quinze congolese tinham formação superior.



..... Fig. 27 O rio Congo, a principal via de acesso do território.

O grande golpe que marcou a crise do pós-independência no Congo foi a declaração de independência da província de Katanga, a 11 de Julho de 1960, por parte de Tchombé, pois esta separação implicava que o Congo ficaria sem os seus principais recursos minerais. Pouco tempo depois também a província do Kasai declarou independência, através de Kalondji.

Para deter este caos e evitar o colapso do Estado congolês, Kasavubu e Lumumba apelaram à ajuda da ONU, que pouco fez, se não servir aos interesses das potências ocidentais. Assim, Lumumba procurou o apoio dos países socialistas. Como o mundo se encontrava em plena Guerra Fria, esta atitude de Lumumba foi mal vista pelas potências ocidentais (capitalistas), que logo aconselharam Kasavubu a afastá-lo do cargo de primeiro-ministro; Lumumba, no entanto, recusou-se e respondeu, não reconhecendo a autoridade de Kasavubu como chefe de Estado.

Como forma de pôr termo a esta falta de direcção do Estado, ou provavelmente para aumentar o caos político, um grupo de oficiais do exército liderados pelo coronel Joseph Mobutu mandou prender os dirigentes políticos e formou um governo de técnicos, com os poucos jovens universitários que existiam no país. Lumumba foi capturado e preso em Elisabethville (Katanga), tendo sido morto no ano seguinte.

A consequência imediata da morte de Lumumba foi a secessão (declaração de independência) de Stanleyville. Gizenda, que se declarava apoiante incondicional de Lumumba, proclamou a formação do Estado independente de Kisangani (Stanleyville). Assim, entre 1961 e 1963 seguiu-se um período bastante sangrento, em que se digladiavam os diferentes Estados que se formaram dentro do Estado do Congo. A ONU realizou muitos esforços para a formação de um Estado federal, mas todos estes esforços reduziram-se ao fracasso.

Em Janeiro de 1963, a ONU realiza uma intervenção militar no Katanga e consegue integrar o Katanga no Estado do Congo. Graças ao apoio dos exércitos dos EUA e da Bélgica, em 1964 consegue-se uma certa estabilidade política, sendo Kasavubu reconduzido à presidência e Tchombé nomeado primeiro-ministro.

Em 1965, devido a divergências entre Kasavubu e Tchombé, este foi demitido do cargo de primeiro-ministro. Como se tratava de um ano de eleições presidenciais, para evitar um novo conflito sangrento, o exército realiza, a 24 de Novembro, um golpe de Estado e conduz Mobutu à presidência da República. Este golpe marcou o fim da guerra civil no Congo, mas inaugurou um novo regime de ditadura militar.

Uma pergunta que se pode colocar à volta deste período sombrio da história do Congo é em relação ao que estava a acontecer com as riquezas minerais do Congo, enquanto os Congolezes se matavam nesta guerra civil. O facto é que durante a guerra o nível de produção mineira permaneceu o mesmo e foram as grandes companhias que financiaram as tendências centrífugas de alguns líderes regionais, tal é o caso da União Mineira, que apoiou a secessão do Katanga.

Após o golpe de Estado, Mobutu eliminou todos os focos de resistência armada, os seus principais adversários políticos – Kasavubu e Tchombé – acabaram por morrer e outros tornaram-se homens de negócios ou então foram presos. Assim, Mobutu criou as condições necessárias para conduzir os destinos do Congo a seu bel-prazer.



..... Fig. 28 Mobutu.

Uma das primeiras medidas que Mobutu tomou foi a mudança de nome do país, de Congo para Zaire, invocando o nome anterior ao período colonial. Mas Mobutu foi ainda mais radical, quando, em 1970, através do Movimento Popular da Revolução (MPR), instituiu o partido único, que defendia como princípio fundamental a «autenticidade», que pode ser traduzida como «[...] a vontade de encarar de frente os próprios problemas do País e de lhes dar soluções adequadas, bebendo das suas próprias fontes e utilizando os seus próprios recursos».

Ou seja, para solucionar os problemas africanos iria recorrer-se às próprias experiências africanas e não aos modelos ocidentais (tanto socialistas ou capitalistas), muito menos se iria esperar financiamentos ou donativos estrangeiros. Esta africanização dos Congolese foi levada ao extremo. O próprio Joseph Mobutu mudou de nome para Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga e deixou de vestir roupas ocidentais, passando a vestir roupas de peles de animais, invocando a originalidade – autenticidade – africana. Esta autenticidade não foi mais do que discurso político ou fantasia de Mobutu, pois o Zaire (ou Congo) continuava a depender economicamente das potências ocidentais, incluindo da própria Bélgica.



..... Fig. 29 Nota do antigo Zaire.

Entre 1972 e 1977, Mobutu realizou uma série de revisões constitucionais para aumentar os seus poderes. Segundo a nova constituição de 1974, o chefe de Estado era também chefe do Conselho Executivo Nacional (chefe do Governo), presidente do Conselho Legislativo Nacional (Parlamento) e chefe do Poder Judicial (tribunais) e das Forças Armadas. A revisão constitucional de 1977 colocava no poder Mobutu por um período indeterminado.

Apesar de Mobutu ter imposto um regime de ditadura militar, ter transformado o Zaire praticamente em seu património pessoal e não ter dado soluções socioeconómicas viáveis para a prosperidade do País, ele foi responsável por alguma estabilidade política, através de um jogo político pouco escrupuloso, conseguindo impor-se sobre as tensões étnicas que minavam a paz no Congo.

Actividades

1. Identifica as três causas do golpe de Estado realizado ao governo de Patrice Lumumba, patentes no texto anterior.
2. Quais são as províncias que declararam independência em relação ao Estado do Congo?
3. Faz um resumo comparativo entre os ideais de Patrice Lumumba e de Mobutu.

4.6 As Rodésias e a Niassalândia

Rodésia foi o nome atribuído aos territórios que pertenciam aos antigos reinos da Maxonalândia, de Maxoexoe a norte e a Matabelalândia de Lobengula a sul. O nome foi atribuído pela Coroa britânica em homenagem ao explorador Cecil Rhodes, que através da BSAC liderou as campanhas de conquista e exploração da região austral da África britânica.

São denominadas Rodésias porque o território é atravessado pelo rio Zambeze, que o divide em Rodésia do Norte e Rodésia do Sul. Esta última região é bastante fértil e, durante as campanhas de conquista e ocupação efectiva, acreditava-se que constituía o «novo Rand», uma vez que o território se encontra bastante próximo da região do Transvaal – muito rica em minérios. Por esta razão, a Rodésia do Sul teve a afluência de um número considerável de colonos, que acabou fixando-se no território e desenvolvendo a agricultura, uma vez que não se concretizou o sonho da descoberta do «novo Rand». Nesta colónia existia uma grande discriminação racial, da minoria branca sobre a grande maioria negra.

Da outra margem do Zambeze, na Rodésia do Norte, a situação de discriminação racial era muito menor, uma vez que, apesar de a sua extensão ser duas vezes maior do que a da Rodésia do Sul, era muito menos rica, daí que poucos colonos britânicos tenham afluído a esta região. Somente se assistiu a algum povoamento branco após a descoberta das minas de cobre, tendo a Rodésia do Norte se tornado o terceiro maior produtor mundial em 1927.

As Rodésias eram administradas indirectamente pela BSAC de Rhodes, até que, em 1922 e 1924, a Rodésia do Sul e do Norte, respectivamente, adquiriram o estatuto de colónias britânicas. No entanto, é preciso salientar que a administração da Rodésia do Sul gozava de certa autonomia em relação à Coroa britânica. A região oeste do lago Niassa tornou-se protectorado britânico a partir de 1891 e em 1907 passou a chamar-se Niassalândia. Neste território, as companhias tiveram poucas concessões, no entanto, a região possuía bastante população Yao e Ngonis, que, devido à falta de emprego durante o período colonial, migrava para trabalhar nas minas ou nas indústrias da Rodésia e da União Sul-Africana.

As Rodésias e a Niassalândia tinham em comum o facto de se encontrarem na parte continental, necessitando de acessos ao mar para o escoamento dos seus recursos para a metrópole. As suas potencialidades económicas eram complementares: a Rodésia do Sul, com o potencial agrícola e industrial, a Rodésia do Norte com o potencial mineiro e a Niassalândia com abundância de recursos humanos. Daí que desde cedo se tivesse pensado na criação de uma federação, unindo os três territórios num só.

4.6.1 A federação e o nacionalismo

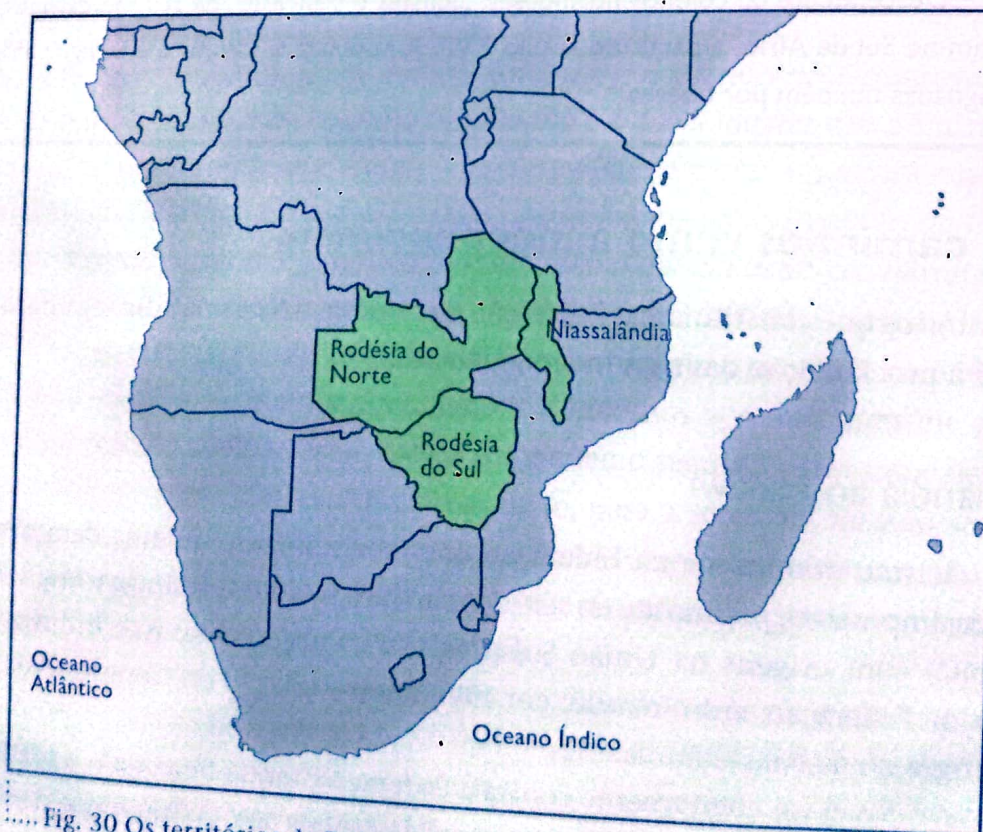
A ideia de criação de uma federação unindo os três territórios data de 1915, quando os directores da BSAC da Rodésia do Norte propuseram aos colonos da Rodésia do Sul uma união como forma de reduzir as despesas na administração dos territórios. Os colonos brancos da Salisbúria (Harare), capital da Rodésia do Sul, recusaram a proposta, pois já tinham a intenção de formar um governo autónomo, tal como aconteceu em 1911 com a União Sul-Africana. A formação de uma federação implicaria a junção a um maior número de africanos, que iriam contestar o regime racista da Salisbúria – assim pensavam os colonos da Rodésia do Sul.

Uma segunda tentativa de criação da federação foi levada a cabo por Sir Milton Young em 1929, altura em que as duas Rodésias já tinham o estatuto de colónias britânicas, se descobriam as ricas minas de cobre na Rodésia do Norte e acabara de subir ao poder o partido nacionalista africânder na União Sul-Africana. Young era representante do governo britânico e acreditava que, unindo as Rodésias e a Niassalândia, criaria um pólo de desenvolvimento económico, evitando deste modo a expansão do nacionalismo africânder para o Norte (para a Rodésia do Sul). É preciso salientar que a economia da União Sul-Africana é que dominava toda a região austral de África, e, com o triunfo dos africânderes, o governo britânico perdia o controlo sobre esta região, sendo necessário encontrar um novo «Rand».

A tentativa de Young não foi bem sucedida devido ao facto de outros representantes governamentais terem concluído que somente se poderia criar uma federação caso a Rodésia do Sul melhorasse as suas leis racistas, que impediam a formação dos negros e que determinavam que estes não podiam ocupar certos cargos profissionais. Esta situação impediria o desenvolvimento económico, pois as grandes indústrias, que exigiam grande número de trabalhadores, preferiam contratar os negros, pois ser-lhes-iam pagos salários muito baixos em relação aos brancos.

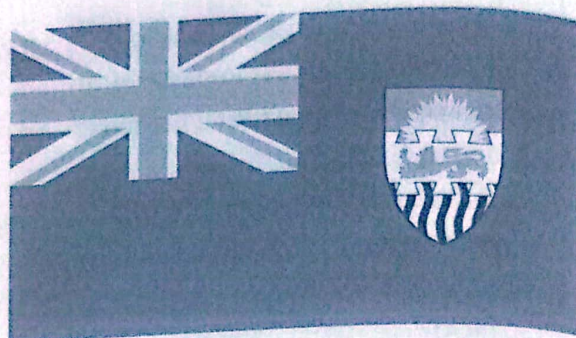
Uma nova tentativa foi realizada após a Segunda Guerra Mundial por Roy Walensky, um grande proprietário da Rodésia do Norte. Desta vez, o primeiro-ministro da Rodésia do Sul, Sir Godfrey, acabou por se convencer, pois o seu país começava a enfrentar grandes problemas económicos e sociais (relacionados com o racismo) devido à grande imigração de colonos brancos (chegavam cerca de 16 mil colonos por ano).

Durante este processo de negociações para a formação da federação, os Africanos foram excluídos e manifestaram-se desde sempre contra. Sobretudo os africanos da Rodésia do Norte e Niassalândia, que não queriam sentir na pele a forte discriminação racial que se vivia na Rodésia do Sul. Em 1951, os Africanos formaram um poderoso sindicato, que em Outubro do ano seguinte realizou uma greve geral, envolvendo 37 mil trabalhadores durante três semanas.



..... Fig. 30 Os territórios da Federação Centro-Africana.

O governo britânico, através de M. O. Littleton, como forma de controlar o nacionalismo africano (que despertava com força) e o racismo dos colonos brancos, em 1953 precipitou a criação da Federação. Esta era um Estado semi-independente, possuindo a sua própria bandeira, cujos símbolos logo denunciavam a sua ligação com a Coroa britânica. A Federação da Rodésia e Niassalândia, que era também conhecida como Federação Centro-Africana (FCA), durou



..... Fig. 31 Bandeira da Federação Centro-Africana.

até 1963, altura em que já haviam triunfado os movimentos nacionalistas africanos (na Rodésia do Norte e Niassalândia) e efervescia o nacionalismo dos colonos brancos na Rodésia do Sul.

Nos primeiros anos da federação tudo parecia um «mar de rosas», mas logo cedo se realizaram diversas emendas constitucionais que davam maior autonomia à Federação em relação à Coroa britânica; no entanto, excluía-se cada vez mais os Africanos da vida política. Os brancos, que correspondiam apenas a 5% do total da população, tinham direito a 75% dos assentos na Assembleia Federal (Parlamento), cabendo o resto dos assentos parlamentares aos negros dos três territórios.

No movimento nacionalista africano dentro da federação havia uma questão de fundo: uma vez que o racismo era acentuado, será que os movimentos nacionalistas africanos se poderiam aliar aos partidos dos brancos? Perante este cenário, em vão o governo da Federação procurou aprovar leis que atenuassem o racismo. Contudo, o movimento nacionalista deu passos cada vez mais rápidos até à proclamação das independências dos territórios que faziam parte da federação.

Vocabulário

Africânder – Descendente de colonos holandeses, alemães e franceses, de religião calvinista, que se instalaram no Sul de África a partir do século XVII. A população, a cultura e a língua africânderes são designadas também por bóeres.

4.6.2 Os caminhos rumo à independência

Os três territórios que constituíam a Federação da Rodésia e Niassalândia seguiram caminhos diferentes até à proclamação das suas independências.

Da Niassalândia ao Malawi

Devido ao racismo dominante na Federação, o estabelecimento de uma democracia multirracial era quase impossível, mesmo até no seio dos partidos políticos. Assim, o Congresso Nacional Africano (ANC) com origens na União Sul-Africana começou a exercer influência sobre os nacionalistas da Federação, culminando, em 1948, com a criação do Congresso da Rodésia do Norte e o Congresso da Niassalândia.

Estes dois partidos eram abertamente contra a Federação, tendo boicotado a participação dos negros na Assembleia Federal de Salisbúria (capital da Federação). O Congresso da Niassalândia

optou pela estratégia de confronto, pois acreditava ser a única forma de convencer o Governo britânico de que a independência era a via a seguir. Este partido teve de recorrer a Hastings Kamuzu Banda para projectar a sua luta no campo nacional e internacional. Banda formou-se em Medicina nos EUA e trabalhou em Londres durante muito tempo. Como os nacionalistas da Niassalândia, era contra a Federação; por esse motivo tinha mudado para Acra (Gana), que havia recentemente alcançado a independência. De lá foi chamado pelos jovens nacionalistas para presidir ao Congresso da Niassalândia.

Seguiram-se manifestações populares contra o regime federalista, a que a polícia respondeu com violência, culminando com vários mortos e a prisão de Banda. Por estas alturas houve uma mudança de governo na Grã-Bretanha, tendo o partido trabalhista sido substituído pelos conservadores. O então primeiro-ministro britânico Harold Macmillan realizou uma viagem por África em 1960, passando por Lagos (Nigéria) e Salisbúria, e, ao chegar ao Cabo (União Sul Africana), constatou:

«[...] o despertar da consciência nacional em povos que haviam vivido durante séculos sob a dependência das potências estrangeiras... Hoje produz-se o mesmo fenómeno em África, e o sentimento mais vivo que adquiri depois de partir de Londres, há um mês, é o sentimento de vigor desta consciência nacional africana. O vento de mudança sopra sobre o continente e, queiramo-lo ou não, este despertar da consciência nacional é uma realidade política e a nossa política nacional deve-a ter em conta.»

J. Ki-Zerbo, *História da África Negra*

Nesse ano, o ambiente já estava calmo na Niassalândia com o banimento do ANC e a prisão de Banda. Porém, foi criado um novo partido político – o Partido do Congresso do Malawi – por O. Chirwa (o primeiro advogado negro do país). Ao sair da prisão, Banda passou a liderar o Partido do Congresso do Malawi e mudou a sua estratégia de luta, optando pelas negociações, tal como foi feito por Jomo Kenyata no Quênia.

Ao abrigo da nova Constituição da Federação (1960), o Partido do Congresso do Malawi conquistou 23 dos 33 assentos do conselho legislativo e 4 dos 5 lugares não administrativos do conselho executivo da Niassalândia. Assim, o partido e Banda passavam a controlar o Governo. Em 1963, o Conselho Executivo é transformado num gabinete sob a direcção do Dr. Banda.

Para se tornar formalmente independente, restava apenas decidir se a Niassalândia permanecia ou não na Federação. Tal como Ahmed Sekou Touré e o povo da Guiné, responderam ao referendo de 1957, e a resposta de Banda foi negativa. Num seminário convocado pelo próprio Banda para discutir esta questão, economistas ocidentais e indianos apresentaram-lhe as vantagens económicas de se manter na Federação. Banda respondeu o seguinte: «Estamos de acordo com todos os vossos argumentos. Mas vamos, apesar disso, para a secessão, mesmo se tivermos de voltar a comer raízes, como os nossos antepassados.» Banda reagiu desta forma, pois o argumento dos economistas era que, devido à escassez de recursos e à densidade populacional na Niassalândia, a secessão traria graves problemas socioeconómicos.

Assim, a 6 de Julho de 1964, a Niassalândia tornou-se independente e mudou de nome para Malawi, que corresponde ao nome da etnia Maravi, responsável pela fundação do reino Marave, que se localizava na região do Lago Niassa, cuja extensão se arrastava até grande parte da região centro do actual território de Moçambique: Banda tornou-se primeiro-ministro.

Da Rodésia do Norte à Zâmbia

No processo de independência da Rodésia do Norte duas figuras vão destacar-se: Kenneth Kaunda, do Congresso Nacional da Zâmbia, e Nkumbula, do Congresso Nacional Africano. Tal como se viu anteriormente, o Congresso Nacional da Zâmbia (Rodésia) boicotou as eleições de 1958, o que custou a prisão de Kenneth Kaunda.

Nkumbula não aderiu ao boicote dos nacionalistas africanos, tendo criado uma divisão no movimento nacionalista da Federação, mas fez com que o Partido Federal (racista e pró-federação) de Roy Welensky não conseguisse uma maioria qualificada na Rodésia do Norte, o que lhe permitiria formar o Governo e moldar a constituição a seu bel-prazer.

Em 1962, realizaram-se novas eleições, nas quais participaram, além dos três partidos acima mencionados, o partido liberal de Moffat. Este partido era de maioria branca, mas moderado, e contava com apoio do Governo britânico, que queria encontrar uma harmonia entre os nacionalistas africanos e os racistas brancos. Os resultados das eleições foram os seguintes: partido federal (Roy Welensky) – 16 deputados; Congresso Nacional da Zâmbia (Kenneth Kaunda) – 14 deputados; Congresso Nacional Africano (Nkumbula) – 7 deputados; partido liberal (Moffat) – 0 deputados.

O resultado do partido liberal demonstrou que na Rodésia do Norte não havia conciliação entre os nacionalistas africanos e os racistas brancos, por isso é que o partido moderado de Moffat não teve assentos parlamentares. Para não desaparecer do cenário político, Moffat preferiu aderir ao Congresso Nacional da Zâmbia de Kaunda. Para se formar um governo na Rodésia do Norte era necessário que um dos partidos tivesse uma maioria (mais de 19 deputados), ou então que os partidos se coligassem para constituírem uma maioria. Assim, cabia a Nkulumba decidir com quem se aliar – com os federalistas ou com Kaunda?

Nkulumba já não tinha uma boa imagem no seio dos nacionalistas africanos, devido às suas ligações a Tchombé, que liderou a secessão de Katanga no Congo e esteve envolvido na morte de Patrice Lumumba. Assim, como forma de limpar a sua imagem, Nkulumba optou por se aliar a Kaunda, formando um governo de coligação.

Este governo era contra a Federação e fez uma campanha diplomática para terminar este casamento com a Rodésia do Sul, onde persistia um governo racista branco. O Governo britânico, em 1963, acabou por aceitar este divórcio, mas realizou uma conferência nas quedas Vitória para discutir a divisão dos bens. Decidiu-se que seria partilhada a propriedade da barragem hidroeléctrica de Kariba (localizada no rio Zambeze e uma das maiores do Mundo) e os caminhos-de-ferro que interligam os dois territórios. A separação das Rodésias marcou definitivamente o fim da Federação.

Em 1964, ao abrigo da nova constituição que dava o direito ao voto a todos os cidadãos, o novo partido de Kaunda (Partido Nacional Africano da Independência) conseguiu 50 lugares dos 70 existentes na Assembleia Legislativa. Com esta vitória esmagadora, Kenneth Kaunda tornou-se presidente da República e proclamou a independência no dia 24 de Outubro de 1964. A Rodésia do Norte passou a chamar-se Zâmbia, nome com que era conhecido o rio Zambeze antes da colonização europeia.



..... Fig. 32 Exploração de cobre na Zâmbia, um dos maiores produtores mundiais deste minério.

Da Rodésia do Sul ao Zimbabwe

Na Rodésia do Sul, quatro partidos estiveram na dianteira do processo de descolonização: Partido da Frente Rodesiana de Ian Smith; União do Povo Africano do Zimbabwe (ZAPU,) de Joshua Nkomo, a União Nacional de África do Zimbabwe (ZANU) do reverendo Sithole e mais tarde dirigido por Robert Mugabe e o Conselho Nacional Africano do Bispo Muzorewa.

Tal como se disse anteriormente, o racismo na Rodésia do Sul era mais acentuado do que nos outros territórios da Federação. Apesar de algumas reformas feitas pelo primeiro-ministro Whitehead, entre 1959 e 1960, devido às manifestações dos nacionalistas, a repressão policial gerou um ambiente de terror na Salisbúria.

Nas eleições de 1962 foi vencedor o Partido da Frente Rodesiana, um partido racista que oferecia maior segurança aos colonos brancos. Os partidos africanos optaram por boicotar as eleições. Assim, a única forma de luta seriam as manifestações, mas os militantes dos dois principais partidos nacionalistas – ZAPU e ZANU – envolviam-se em confrontos nos subúrbios de Salisbúria. Os países africanos já independentes e a ONU procuraram, em vão, unir estes dois movimentos.

Em 1964, Ian Smith assume o poder no Partido da Frente Rodesiana. Smith foi um antigo combatente da Segunda Guerra Mundial, era um líder carismático no seio dos colonos brancos pela sua capacidade de retórica. Tal como foi concedida a independência às outras colónias britânicas, Smith exigia que a Inglaterra fizesse o mesmo à Rodésia. Mas o governo britânico apenas cederia a independência caso o Governo fosse composto por uma maioria negra.

Smith realizou um referendo para se decidir pelo sim ou não à independência, no qual participaram apenas os colonos brancos, e contou com a aprovação de alguns chefes africanos, que temiam perder os seus cargos caso os nacionalistas conquistassem o poder. Com a natural vitória do Sim, Smith proclamou unilateralmente a independência da Rodésia, sem a aprovação do Governo britânico ou da comunidade internacional, tendo a ONU e a Organização da Unidade Africana (OUA) realizado um bloqueio económico. O país ficou isolado do resto do Mundo, mas sobreviveu porque nem todos cumpriram o bloqueio, particularmente o regime do *Apartheid* da África do Sul e o governo colonial português através de Moçambique.

O governo da Frente Rodesiana fez aprovar uma nova constituição em 1969, que proclamava a república e limitava a participação dos negros na Assembleia Nacional. A nova constituição, em relação à lei das terras, atribuía a mesma extensão de terras para os colonos brancos e os negros. À partida parece uma lei justa, mas os colonos brancos não atingiam 5% do total da população (como demonstra a figura 33) e tinham direito a 50% das terras da Rodésia, nomeadamente as terras mais férteis. Logo após a proclamação unilateral de independência eclode a guerra civil, em que os nacionalistas se rebelam contra o governo de Ian Smith.

A guerra foi liderada pela ZAPU de Nkomo e ZANU, já sob liderança de Mugabe. Os dois movimentos viriam a unir-se, formando a Frente Patriótica.

Com a independência de Moçambique em 1975, o presidente Samora Machel, apesar de ter consciência das perdas económicas que o país iria sofrer caso vedasse o acesso ao porto da Beira ao regime rodesiano de Ian Smith, não hesitou e aderiu ao bloqueio económico efectivo à Rodésia. Moçambique passou ainda a constituir uma retaguarda do movimento nacionalista rodesiano. O regime de Ian Smith respondeu com ataques contra civis no território moçambicano.

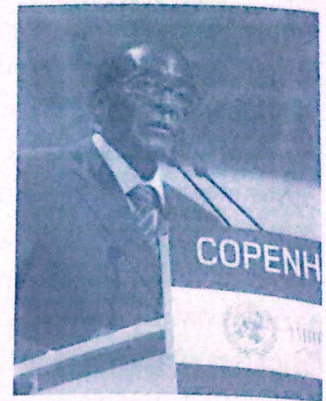
Raça	Número de habitantes
Branco	c. 278 000
Negros	c. 6 110 000

..... Fig. 33 Dados demográficos da Rodésia do Sul (adaptado de J. Ki-Zerbo, *História da África Negra*).

Os países da região austral de África agora independentes e com governos negros (Zâmbia, Moçambique, Angola, Botswana e Tanzânia) uniram-se, formando a Linha da Frente (organização que veio dar origem à SADC). Este organismo tinha como objectivo principal a realização de uma cooperação política e económica com vista a lutar contra os regimes de minoria branca na Rodésia e na África do Sul (*Apartheid*).

Com tanta pressão internacional e, sobretudo, com a intensificação da guerra civil, Ian Smith organizou eleições de «fachada», que foram bastante fraudulentas, tendo levado ao poder o bispo Muzorewa. Este serviu de marioneta, e o Governo e as terras continuavam a ser controlados por uma minoria branca. Com estes resultados, a Frente Patriótica retomou a guerra civil, Ian Smith acabou rendendo-se e convocou uma conferência em Lancaster House, para discutir o processo de concessão do poder à Frente Patriótica de Nkomo e Mugabe. Um assunto bastante sensível para o povo zimbabueano e que foi discutido nesta conferência diz respeito às terras (cerca de 70% da terra arável pertencia aos colonos brancos). Decidiu-se, em Lancaster House, que a terra seria concedida progressivamente aos negros através da compra ao preço do mercado. Como os Africanos não tinham dinheiro, caberia ao Estado realizar esta compra através de fundos doados pela comunidade internacional, principalmente pela Inglaterra e EUA.

Foi neste ambiente de aparente reconciliação entre negros e brancos que a Rodésia, em Abril de 1980, proclamou a sua independência, desta vez com reconhecimento a nível internacional, e Mugabe se tornou presidente. Tal como os outros países da Federação, o nome foi alterado para Zimbabwe, em homenagem ao antigo reino do Grande Zimbabwe, cuja capital se encontrava na região do actual Zimbabwe, e que esteve na origem do grande Império dos Mwenemutapas.



..... Fig. 34 Robert Mugabe.

Vamos relembrar...

- O nacionalismo africano surge como resultado dos movimentos protonacionalistas que se concretizaram após a Segunda Guerra Mundial e caracterizou-se pelo renascimento da identidade africana. O nacionalismo foi motivado por factores internos e externos, sendo que os factores internos, relacionados com a experiência da dominação colonial, foram os que tiveram maior peso.
- Os factores externos que mais se destacaram foram: o abalo da Segunda Guerra Mundial e as suas consequências, de uma forma geral, a guerra demonstrou as fragilidades do homem branco ao mundo negro, tendo os soldados negros, ao regressarem às suas terras de origem, sido grandes artesãos da emancipação africana após o término da guerra; a política anti-imperialista dos EUA e da URSS, em que os dois países, mesmo que por razões diferentes, defendiam o anticolonialismo; a acção da ONU, ao defender o Princípio de Soberania dos Povos em que estavam comprometidas as grandes potências colonizadoras de África, nomeadamente a Inglaterra e a França; o exemplo da Ásia, em que o seu contributo para o nacionalismo africano se afirmou sobretudo na Conferência Afro-Asiática de Bandung, na qual decidiram prestar todo o apoio moral e material aos Africanos.

- Os factores internos que mais se destacaram foram: o exemplo da África do Norte, pois a independência do Egipto, Argélia, Marrocos e Tunísia ofereceram apoio moral, sobretudo na figura do coronel Gamal Abd el-Nasser, bem como apoio material; as contradições internas do colonialismo, em que se destaca a própria colonização, a educação colonial e a ascensão de partidos de esquerda na Europa do pós-guerra; os grupos motores do nacionalismo africano foram os sindicatos africanos, a acção dos intelectuais, o movimento dos estudantes, as igrejas e os partidos políticos.
- As potências europeias de uma forma geral tomaram medidas agressivas diante do movimento nacionalista. No entanto, a atitude das potências europeias variou de acordo com o contexto político-social, em que cada país se encontrava após a Segunda Guerra Mundial e as especificidades das suas colónias.
- A política inglesa pode ser resumida num processo que obedeceu, regra geral, à via pacífica; porém, houve casos menos pacíficos, tais como no Gana, ou mesmo a via violenta, onde se pode citar os exemplos da Rodésia e África do Sul. Devido à política liberal do pós-guerra, a Inglaterra projectou a constituição da Commonwealth, que seria um organismo que continuaria a ligar económica e culturalmente a Inglaterra e as suas ex-colónias.
- A política francesa foi a mais complexa, registando-se muitos avanços e recuos, tanto por parte do governo francês, como pelos nacionalistas africanos. Assim, mesmo antes do fim da guerra, o governo francês estava consciente de que era preciso mudar a sua relação com as suas colónias, no sentido de lhes conferir maior autonomia, mas também estava fora de hipótese a concessão das independências, pois precisava das colónias para a reconstrução de França, que se encontrava destruída no pós-guerra.
- A política belga: o sistema colonial belga foi qualificado de paternalista, pois os Belgas mantinham os Africanos numa subordinação por tempo indefinido e impedindo-os de participar nos órgãos políticos de governação e administração.
- O governo colonial português, face à pressão da comunidade internacional, sobretudo da ONU, mudou a designação de colónias para províncias ultramarinas. Quando começou a nascer um clima de independência na África Austral, Portugal realizou algumas reformas, mas somente no papel, na perspectiva de camuflar a discriminação social e racial existente nos seus territórios.
- Vários foram os partidos e os líderes que surgiram em África. Esses líderes foram tidos como os mentores das independências, constituindo verdadeiros heróis políticos que África nunca esquecerá.

Auto-avaliação

1. Lê atentamente a citação abaixo.

«O nacionalismo só é justificável quando um povo se encontra oprimido (...). Mas uma vez libertado esse povo, já não pode o nacionalismo fornecer resposta séria aos problemas reais [...]. Torna-se o álibi dos privilegiados, que recorrem ao mito de totalidade nacional para fazerem esquecer as diferenças reais.»

Déroule, citado por J. Ki-Zerbo, *História da África Negra*.

- 1.1 Concordas com esta ideia? Justifica a tua resposta, dando um exemplo concreto e analisando o caso de um dos países estudados.
2. Diferencia os factores internos e externos que motivaram o nacionalismo africano.
 - 2.1 Explica os factores que distinguiste na alínea anterior.
3. Esclarece a contribuição dos seguintes factores para a descolonização das possessões francesas e britânicas:
 - a) a conferência de Brazzaville;
 - b) a Lei-Quadro de 1956;
 - c) o partido trabalhista de Inglaterra.
4. Explica as razões que levaram os colonos da Rodésia do Sul a aceitar a formação da Federação.
5. Compara o despertar do nacionalismo africano na Federação Centro-Africana com o nacionalismo nas colónias britânicas da África Ocidental (Gana).
6. Lê com atenção os textos A e B e responde às perguntas seguintes.

Texto A

Em 1957, Kenneth Kaunda foi assim recebido num café: «Não, aqui não se servem criados.» Kaunda (primeiro presidente da Zâmbia) comentou este episódio com estas palavras:

«Se a segregação tomava como base a educação, poder-se-ia escapar a ela, quanto mais não fosse frequentando cursos nocturnos. Se era uma questão de dinheiro, certos pretos já demonstraram que se podia lá chegar. Se se tratava de um caso de religião, pode-se em rigor mudar de crença. Mas Deus criou-me preto. Que posso eu fazer? O que não significa que não sinta orgulho pela minha cor.»

J. Ki-Zerbo, *História da África Negra*

Texto B

Stonehouse, um deputado britânico, que teve a coragem de incitar os negros a reivindicarem os seus direitos, foi expulso de Ndola por uma multidão de brancos, nos seguintes termos:

«Seu cafre branco! Vai, vai para ao pé da tua mãezinha preta! Da próxima vez é a sanzala!»

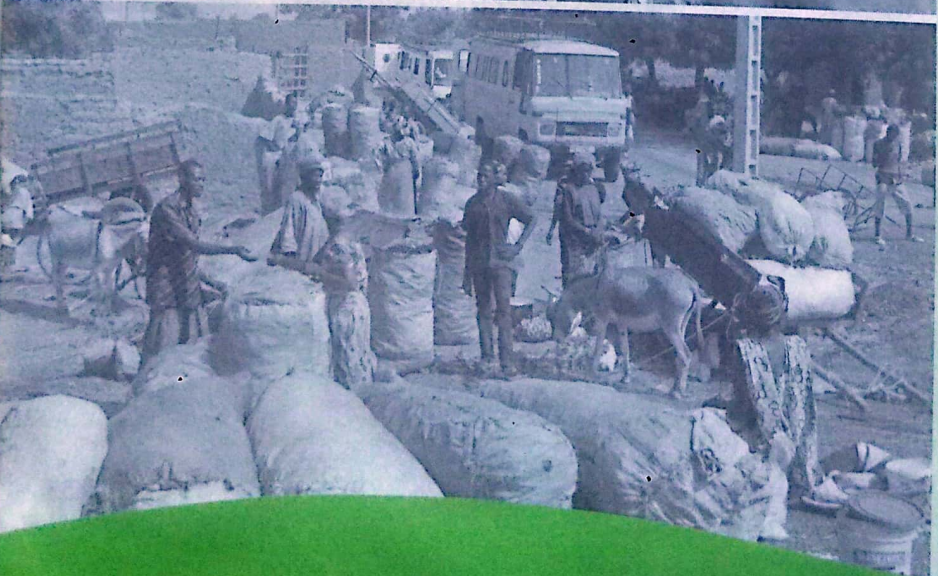
- 6.1 Afinal de contas, quem eram os principais racistas? Os colonos ou a Coroa britânica?
- 6.2 No texto A, o que Kaunda denuncia? Comenta o seu posicionamento.

7. Preenche o quadro que se segue referente ao processo de descolonização de alguns países africanos.

Nome actual do país	Líder nacionalista	Movimento nacionalista	Ano da independência
Egipto			
Argélia			
Gana			
Quênia			
Tanzânia			
Zâmbia			
Zimbabwe			
Moçambique			
Namíbia			

8. Explica o papel da linha da frente da ONU e da OUA na libertação dos países africanos, com especial atenção para a África Austral.

Problemas africanos de hoje (de 1960 aos nossos dias)



.....

Ao terminar esta unidade, deverá ser capaz de:

- explicar a fundação da OUA (1963) e a sua transformação em UA em 2001;
- interpretar a Carta da OUA;
- explicar o contexto do surgimento da NEPAD;
- explicar a fundação da SADCC e a sua transformação em SADC;
- mencionar as principais realizações no âmbito político, económico e cultural (SADCC e SADC);
- mencionar as características e as principais zonas de tensão em África.

5.1 A Unidade Africana

O ideal da unidade entre os Estados africanos remonta ao movimento pan-africano, como viste na unidade anterior. Este ideal vem sendo concretizado passo a passo com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) e a sua posterior transformação em União Africana (UA). Ainda nesta perspectiva enquadra-se o surgimento das organizações regionais, com a ambição de se transformarem em comunidades de Estados regionais, através da integração económica, política e social e a Nova Parceria para o Desenvolvimento (NEPAD).

Com a conquista das independências, aos Africanos depararam-se-lhes vários desafios, donde se destacam, entre outros: a edificação de Estados constitucionais, seguindo os diferentes modelos ocidentais num contexto da Guerra Fria; a construção de nações coesas em volta de uma diversidade étnica legada pelo colonialismo; a promoção para o desenvolvimento económico, numa situação de escassez de recursos humanos e financeiros, e sob o prisma duma ordem económica mundial, particularmente desfavorável para o continente africano.

Face a estes desafios, além dos esforços ao nível interno, os países africanos criaram organismos continentais (OUA e UA) e regionais (SADC, COMESA, etc.) que muito têm contribuído para a consolidação dos Estados-nação africanos e promoção do desenvolvimento.

Na verdade, a imagem dos Estados africanos no período pós-colonial está muito associada a guerras civis, fome, epidemias, corrupção, golpes de Estado, entre outros aspectos negativos. De facto, essa é a imagem exibida nos jornais, televisões e rádios um pouco por todo o mundo e mesmo no interior do nosso continente. Porém, neste capítulo final do manual, procuramos abordar o continente africano não de uma forma fatalista, perspectivando entender os passos que o continente tem seguido rumo ao desenvolvimento. A nossa abordagem engloba, grosso modo, conteúdos sobre acontecimentos relevantes da África pós-independência.

5.1.1 A criação da OUA

Du Bois, William Sylvester e Marcus Garvey, muito antes das independências, já tinham sonhado com uma unidade entre os Africanos. Com a independência do Gana em 1957 e os ideais de Kwame Nkrumah, que podem ser apreciados na sua célebre obra *África Deve Unir-se*, o sonho da unidade africana aproximou-se cada vez mais da realidade. Neste livro, Nkrumah defende a formação de uma união política de todos os Estados africanos através de uma federação que formaria «Os Estados Unidos de África».

A Organização da União Africana (OUA) resultou de um longo caminho que se iniciou nos longínquos anos da década 80 do século XIX, quando o Dr. Edward Blyden em Monróvia (capital da Libéria) declarou num discurso de inauguração do *Liberia College*: «A promoção dos Africanos deve ser realizada por métodos que lhes sejam próprios. Eles devem possuir um potencial distinto do potencial dos Europeus [...]. Devemos mostrar que somos capazes de avançar sozinhos, de abrir o nosso próprio caminho [...]».

Em 1900, H. Sylvester Willians, advogado de Trinidad nas Américas, organizou a Primeira Conferência Pan-Africana a fim de suscitar um movimento de solidariedade a favor dos negros colonizados. Nesta conferência participava o Dr. W. E. B. Du Bois, negro americano, grande defensor do pan-africanismo, que se evidenciou pela seguinte afirmação: «Naturalmente, África é a minha pátria.»

Foi Du Bois quem tornou popular a ideia de pan-africanismo e fundou a Associação Nacional para o Progresso da População de Cor, que foi a base dos congressos pan-africanos realizados sucessivamente em Paris (1919), Londres e Bruxelas (1921), Londres e Lisboa (1923) e Nova Iorque (1927).

Depois da Segunda Guerra Mundial, no Congresso de Manchester, presidido por Du Bois, houve a presença considerável de africanos como Kwame Nkrumah, Wallace Johnson da Serra Leoa e Jomo Kenyatta, e debateu-se o anti-imperialismo e o anticolonialismo ao reivindicar-se as independências. A ideia de pan-africanismo espalhou-se por todo o mundo e era tida como um mito racial, mas foi amadurecida em planos concretos a nível cultural, socioeconómico e político até à maior cristalização no período de 1957 (ano da independência do primeiro país da África Negra – Gana) e em 1963 com a fundação da OUA.

Durante esse período realizaram-se outras conferências pan-africanas em Manchester, Casablanca, Abidjan, Brazzaville, Yaoundé e Lagos, que levaram à criação de um Secretariado Permanente em Janeiro de 1962 e à aceitação de um projecto de Carta para uma organização continental.

Em 1963, a ofensiva contra o colonialismo culmina com a criação, a 25 de Maio de 1963, da OUA em Addis Abeba, com a participação inicial de 31 países – os assinantes da Carta da criação da OUA.

É importante referir que, antes da criação da OUA, em 1963, surgiram em África outras organizações regionais de origem económica, política ou culturais, como:

- o Movimento Pan-Africano da Liberdade para a África Oriental e Central (PAFMECA), em 1958, em Mwanza (Tanzânia), tendo como intervenientes o Quênia, o Uganda, Tanganica, Niassalândia e Zanzibar, com o objectivo de coordenar os movimentos de libertação e preparar a futura Federação da Somália à Rodésia;
- a Conferência Geral dos Povos Africanos, em 1958, em Acra, em que participaram delegados dos partidos políticos e sindicatos de 28 países, com o objectivo de lutar pelas independências africanas;
- a Organização Africana e Malgaxe para a Cooperação Económica (OAMCE), em 1961, em Yaoundé, com vista à cooperação a nível económico.



..... Fig. 1 Cidades africanas onde decorreram encontros preliminares à formação da OUA.

A criação da OUA veio conciliar os interesses das diversas organizações regionais, facto que pode ser atestado pelo excerto da Carta da OUA que se segue.

Carta da Organização da Unidade Africana

[...] Objectivos

Artigo 2

1. A Organização deverá ter os seguintes objectivos:
 - a) Promover a unidade e solidariedade dos Estados Africanos.
 - b) Coordenar e intensificar a sua cooperação e esforços para se atingir uma vida melhor para os povos de África.
 - c) Defender a sua soberania, a sua integridade territorial e independência.
 - d) Erradicar de África todas as formas de colonialismo.
 - e) Promover a cooperação internacional, em respeito ao disposto na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

[...] Assinado na cidade de Adis Abeba, Etiópia, a 25 de Maio de 1963



..... Fig. 2 Sede da Organização da Unidade Africana em Addis Abeba.

Actividades

1. Relaciona os objectivos da conferência acima referida com alguns objectivos da Carta da Organização da Unidade Africana.
2. Tendo em conta os objectivos expressos nas alíneas c) e d) da Carta da Organização da Unidade Africana, explica a razão por que a África do Sul foi excluída desta organização durante o Apartheid.

5.1.2 Principais actividades da OUA

A OUA desempenhou um papel fundamental na criação e apoio aos movimentos de libertação africana, na consecução das independências, e nos primeiros passos do desenvolvimento dos jovens Estados africanos independentes, com base na materialização dos princípios da solidariedade internacional.

Por toda a África, sob os auspícios da OUA, verificou-se, ao longo dos anos 60, o recrudescimento do movimento libertador, dinamizado pelos comités regionais de libertação criados pela OUA, onde os países libertos funcionavam como retaguardas de apoio aos movimentos de luta nos países ainda colonizados. Foi o que se verificou no caso concreto de Moçambique, onde, com o apoio do Comité de Libertação da África Austral sediado na Tanzânia, nasceu a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que nos primórdios da sua luta teve a sua base naquele país.

A OUA teve também um papel importante na resolução dos conflitos que emergiram entre os países africanos no período pós-independência, principalmente os conflitos fronteiriços, tal é o caso do conflito argelo-marroquino, entre a Etiópia e a Eritreia, etc.

O papel da OUA fez-se sentir também ao nível dos organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Movimento dos Países Não-Alinhados e outros, onde esta sempre apareceu em defesa dos povos oprimidos, exigindo a condenação das potências colonizadoras e o direito à autodeterminação dos povos.

Do ponto de vista económico, a OUA reivindicou a revisão da ordem económica mundial prevalecente e a adopção de mecanismos que permitam uma cooperação mutuamente vantajosa, onde os países africanos, enquanto Estados independentes e soberanos, tenham o direito de negociar com os países desenvolvidos, tendo em conta a sua condição de desvantagem estrutural.

No contexto da luta pela independência económica, a OUA dinamizou a acção dos organismos de cooperação bilateral, regional e continental. Neste contexto inscreve-se a acção da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), em consonância com os desafios actuais da globalização.

Uma nova página da história africana surgiu com a NEPAD. No entanto, os objectivos da NEPAD, de certa maneira, não encontram um perfeito enquadramento nos desígnios da OUA, porque, como já sabes, os objectivos principais da OUA estão fundamentalmente ligados à independência política do continente, objectivo que se pode considerar de certa forma alcançado nos finais do século XX.

A acomodação dos objectivos da independência económica do continente passou a exigir um novo quadro institucional, no contexto da organização continental. A concretização desta realidade foi efectivada através da transição da OUA para a UA.

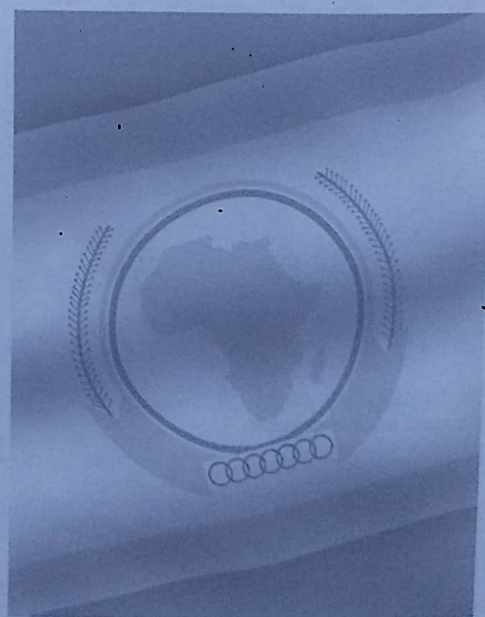


Fig. 3 Bandeira da União Africana.

5.1.3 Da OUA à UA (1963-2002)

Os chefes de Estado e Governo da OUA reunidos na Cimeira de Sirte (Líbia), em 9 de Setembro de 1999, aceitaram por aclamação o convite do coronel Maummar Al-Qaddafi para a Quarta Cimeira Extraordinária, subordinada ao tema «Fortalecer a capacidade da OUA para enfrentar os desafios do milénio». Decisiva para a transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana, esta cimeira teve como principal objectivo emendar a Carta de OUA com vista a incrementar a eficácia e eficiência da organização.

Neste contexto, produziu a Declaração de Sirte, cuja realização dos objectivos implicaria o desenvolvimento das seguintes acções:

- estabelecer o período de implementação do Tratado de Abuja;
- assegurar a criação acelerada das instituições no âmbito do tratado de Abuja, tais como o Banco Central Africano, União Monetária Africana, o Tribunal Africano de Justiça e, em particular, o Parlamento Pan-Africano;
- fortalecer e consolidar os Comitês Regionais Económicos (REG) como pilares para alcançar os objectivos da Comunidade Económica Africana e realização da união prevista;
- convocar uma conferência dos ministros africanos sobre a segurança, estabilidade, desenvolvimento e cooperação no continente o mais cedo possível.

Tratado de Abuja

Preâmbulo [...]

Considerando ainda o Plano de Acção de Lagos e o acto final de Lagos de Abril de 1980, reafirmando o nosso cometimento de estabelecer, no ano 2000, uma Comunidade Económica Africana, com o objectivo de desenvolver a integração económica, social e cultural do nosso continente.

Finalmente, considerando a nossa declaração feita no âmbito do vigésimo quinto aniversário da OUA e, particularmente, a reafirmação do nosso cometimento e determinação para levar as etapas necessárias para acelerar o estabelecimento da proposta da Comunidade Económica Africana.

Notando que os esforços já realizados, na cooperação económica ao nível regional e sub-regional, estão encorajando e justificam uma mais larga e completa integração, decidiu-se estabelecer uma Comunidade Económica Africana constituindo uma parte integral da OUA e através da qual acordamos o seguinte:

[...] Artigo 2 – Estabelecimento da Comunidade

As mais altas partes contratuais estabelecem entre si uma Comunidade Económica Africana (CEA)

1. Os objectivos da comunidade serão: (a) promover o desenvolvimento económico, social e cultural e a integração das economias africanas com o objectivo de incrementar a auto-suficiência económica e promover um desenvolvimento sustentável endógeno. [...]
(d) coordenar e harmonizar políticas nas existentes e futuras comunidades económicas com o objectivo de desenvolver um estabelecimento gradual da comunidade.

[...] Artigo 6 – Modalidades para o Estabelecimento da Comunidade

1. A comunidade será estabelecida gradualmente em seis (6) etapas de duração variável num período de transição que não exceda trinta e quatro (34) anos.

2. Em cada etapa, actividades específicas serão indicadas e implementadas correntemente, como se segue:

(a) Primeira Etapa: Fortificar as comunidades económicas regionais existentes e, num período que não exceda cinco anos, a partir da data em que entra em vigor este Tratado, estabelecer comunidades económicas nas regiões em que elas não existam.

(b) Segunda Etapa: (i) ao nível de cada comunidade económica regional e num período que não exceda oito (8) anos, estabilizar as tarifas e direitos aduaneiros, bem como os impostos internos. Será também preparado e adoptado um estudo para determinar o calendário para a remoção gradual das tarifas aduaneiras entre países-membros de uma comunidade económica regional e entre comunidades. E harmonização dos direitos aduaneiros na relação com outros Estados fora da comunidade.

(c) Terceira Etapa: ao nível de cada comunidade económica regional e num período que não exceda dez (10) anos estabelecer uma Zona de Comércio Livre através da observância do calendário para a remoção gradual das tarifas aduaneiras no comércio entre comunidades e estabelecimento da União Aduaneira através da adopção de uma tarifa externa comum.

(d) Quarta Etapa: num período que não exceda dois (2) anos, coordenação e harmonização dos sistemas tarifários entre as comunidades económicas regionais com a visão de estabelecer uma União Aduaneira ao nível continental, através da adopção de uma tarifa externa comum.

(e) Quinta Etapa: num período que não exceda quatro (4) anos, estabelecer um Mercado Comum Africano.

(f) Sexta Etapa: num período que não exceda cinco (5) anos: consolidação e fortificação da estrutura do Mercado Comum Africano, incluindo a livre movimentação de pessoas, bens, capital e serviços, assim como os direitos de residência e estabelecimento em qualquer parte do continente. Implementação da fase final do estabelecimento da União Monetária Africana, um único Banco Central Africano e criação da moeda única.

[...] Feito em Abuja, Nigéria a três de Junho de mil e novecentos e noventa e um.

(Texto adaptado do Tratado de Abuja na versão inglesa)

A alteração da Carta da OUA recomendada em Sirte levou à sua transformação em UA, embora oficialmente ela tenha sido criada mais tarde. A assembleia dos chefes de Estado e governo de 2000 realizado em Lomé, no Togo, aprovou a criação da Carta da União Africana nos termos da declaração de 9 de Setembro de 1999 de Sirte. Em seguida, a decisão que declara a criação da União Africana foi adoptada pela 5.ª cimeira extraordinária realizada em Sirte, Líbia, de 1 e 2 de Março de 2001. Foi estabelecido que os requisitos legais serão cumpridos quando o 36.º país depositar o seu instrumento de ratificação.

Moçambique foi o 37.º país a depositar o instrumento de ratificação do acto constitutivo da União Africana ao depositar no dia 25 de Maio de 2001 junto ao secretário-geral da OUA, o que significa que Moçambique é um dos países fundadores da União Africana.

No dia 26 de Abril de 2001, a Nigéria tornou-se o 36.º país a depositar o seu instrumento de ratificação, concluindo-se assim o processo de criação da OUA, cuja Carta entrou em vigor no dia 26 de Maio de 2001. A cimeira de Lusaca, realizada em 2001, adoptou oficialmente a UA e estabeleceu um ano como período de transição da OUA a UA e a NEPAD como principal estratégia de desenvolvimento.

Em 9 de Julho de 2002, em Durban, na República da África do Sul, foi lançada oficialmente a UA sobre a qual passa a responsabilidade de tornar África um parceiro activo na tomada de decisões políticas e económicas globais.

5.1.4 Objectivos da UA

Em geral, os objectivos da UA são diferentes e mais abrangentes em relação aos da OUA. Como já se disse, a OUA já tinha cumprido a sua missão e teve de ser substituída por uma estrutura orientada para resolver os problemas e satisfazer as necessidades actuais do continente, num contexto de globalização.

Acto Constitutivo da União Africana

[...] Artigo 3 – Objectivos

São objectivos da União: [...] c) Acelerar a integração política e socioeconómica do continente; d) Promover e defender posições africanas comuns sobre as questões de interesse para o continente e os seus povos; e) Encorajar a cooperação internacional, tendo devidamente em conta a carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem; f) Promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente; g) Promover os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governação; [...] i) Criar as necessárias condições que permitam ao continente desempenhar o papel que lhe compete na economia mundial e nas negociações internacionais; j) Promover o desenvolvimento duradouro nos planos económico, social e cultural, assim como a integração das economias africanas;

[...] l) Coordenar e harmonizar as políticas entre as Comunidades Regionais Económicas existentes e futuras, para a gradual realização dos objectivos da União; m) Fazer avançar o desenvolvimento do continente através da promoção da investigação em todos os domínios, em particular em ciência e tecnologia; n) Trabalhar em colaboração com os parceiros internacionais relevantes na erradicação das doenças susceptíveis de prevenção e na promoção da boa saúde no continente; [...]

Artigo 4 – Princípios

A União Africana funciona em conformidade com os seguintes princípios fundamentais: [...]

b) respeito das fronteiras existentes no momento do acesso à independência; [...] g) não ingerência de qualquer Estado-membro da União nos assuntos internos de outro; h) direito de a União intervir num Estado-membro em conformidade com uma decisão da Conferência em situações graves, nomeadamente crimes de guerra, genocídio e crimes contra a Humanidade; [...] p) Condenação e rejeição de mudanças inconstitucionais de governos.

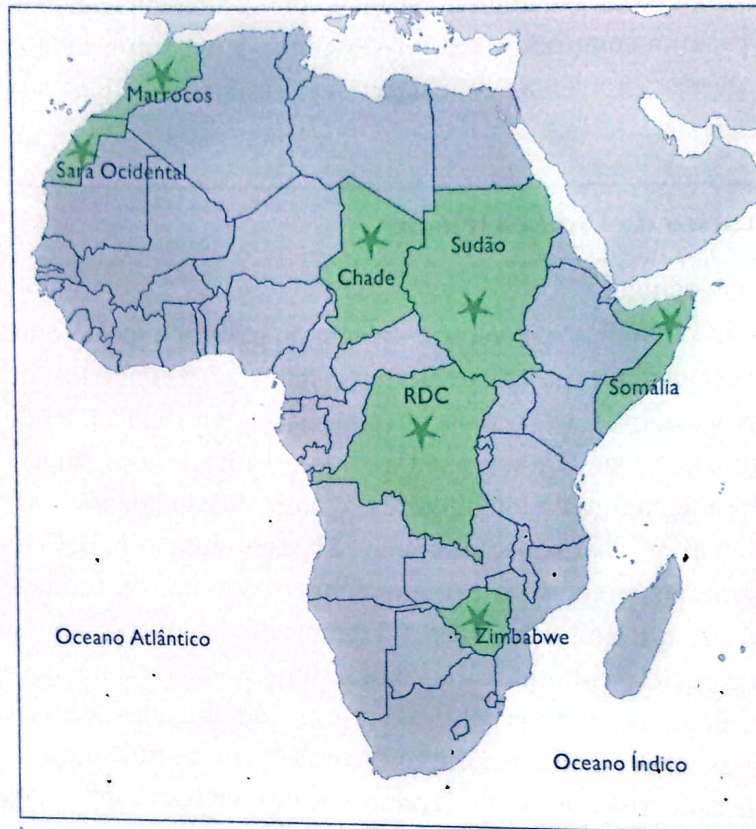
(Extraído de www.ua-org.com)

Actividades

1. Depois de leres os excertos das cartas da OUA e da UA, identifica para cada organização: o período; o contexto; os objectivos; as figuras proeminentes.
2. Estabelece as diferenças fundamentais entre a OUA e a UA.

5.2 As principais zonas de tensão em África

Existem no continente africano algumas zonas que estão em conflito; parte delas são conflitos que se iniciaram recentemente, outra parte são conflitos que se iniciaram praticamente logo após a independência, tal é o caso do Sudão, Marrocos, Chade e República Democrática do Congo (RDC).



..... Fig. 4 As principais zonas de conflito em África.

Todas as sociedades ao nível global, mesmo as mais desenvolvidas, debatem-se com a questão de escassez de recursos, assim, os Estados foram criados para procurar gerir estes recursos. No entanto, o surgimento dos Estados trouxe consigo um recurso que é muito mais escasso e cobiçado: o poder político. A luta pelo controlo deste e de outros recursos está na origem dos conflitos nas sociedades. Importa salientar que os recursos não devem ser vistos apenas como recursos económicos, mas também políticos e socioculturais (ex.: a liberdade).

As razões dos conflitos pós-independência no continente africano podem ser explicadas pelo fracasso dos governos, em particular, e das sociedades, em geral, na prossecução dos seus principais desafios: construção do Estado e da Nação e promoção do desenvolvimento económico.

Após as independências, os líderes africanos procuraram, regra geral, implantar regimes de partido único como modelo de formação do aparelho burocrático do Estado, como forma de construir a nação, combatendo o tribalismo e regionalismo, assim como implementar estratégias de promoção do desenvolvimento.

Este processo foi relativamente pacífico em alguns países, tal é o caso da Zâmbia de Kaunda, mas foi conflituoso noutros países, como o Gana, onde, como viste na unidade anterior, os golpes de Estado se sucederam.

Nas décadas de 1970 e 1980, a maioria dos Estados africanos viu-se mergulhada numa crise, cujas causas podem ser vistas sob dois prismas: no plano internacional, houve uma subida galopante dos preços dos combustíveis, levando à miséria das populações e à incapacidade dos governos em resolver esse problema; a nível interno, muitos países foram assolados por longas secas, que degradavam as condições de vida das comunidades. À incapacidade dos Estados de lidar com estas dificuldades, devido à falta de recursos, podem somar-se também os actos de corrupção praticados por alguns governos, como o caso do Zaire de Mobutu.

Para superar esta crise, a maioria dos governos africanos recorreu aos financiamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Estas instituições apresentaram como condição para a concessão dos fundos, a liberalização das economias e democratização dos Estados africanos, seguindo à risca os modelos democráticos ocidentais, através dos programas de reajustamento estruturais.

A inadequação das instituições democráticas às realidades das sociedades africanas constituiu também a motivação de alguns conflitos existentes em África, sobretudo os que ocorreram após a realização de eleições.

Neste processo de democratização em curso nos Estados africanos, alguns países parecem dar passos consideráveis nesse sentido, mas outros, devido às agitações políticas, têm conhecido reveses. Adiante, passamos a analisar alguns exemplos de Estados que estão numa situação de tensão.

5.2.1 O Sudão

O Sudão é o maior país da África e no qual se situa uma das regiões de maior tensão no continente (o Darfur, que fica na região mais a oeste do país) e é muito pobre em recursos naturais. A crise no Sudão pode ser explicada como o resultado do fracasso dos governantes e do povo sudanês, em geral, em construir a nação e promover o desenvolvimento económico equilibrado.

Antes dos conflitos no Darfur, o Sudão viveu um período de tensão política por motivos religiosos. Os governos pós-independência do Sudão procuraram construir a nação com base no islamismo, que era praticado pela grande maioria da população. No entanto, na parte sul do país existia uma minoria cristã, que se organizou e formou o Exército de Libertação do Povo Sudanês (SPLA), desencadeando uma guerra civil. Esta tensão agravou-se em 1989, quando um golpe militar levou o presidente Omar Al Bashir ao poder, mas que foi ofuscado por Hassan Al Turabi, um activista político que pretendia estabelecer um Estado islâmico. Em 1999, Al Bashir manda prender Turabi. E, mais tarde, em Janeiro de 2005, na tentativa de manter o poder e procurar a paz no Sul, Al Bashir assinou um acordo de paz com o SPLA. Enquanto isso, o conflito no Darfur agudizava-se.

As causas do conflito em Darfur podem ser explicadas pelo facto de os governos sudaneses terem excluído a região de Darfur do processo de desenvolvimento, estando as suas populações votadas a uma situação de miséria e de disputa pelos recursos escassos.

Os primeiros focos de conflito armado em Darfur ocorreram em 1987, quando os rebeldes árabes do Chade foram arrastados para Darfur pelas forças chadianas e francesas. Em 1991, o SPLA tentou instigar uma rebelião em Darfur, mas foi esmagado pelo exército sudanês, com a ajuda dos Janjaweds. Novos confrontos ocorreram esporadicamente ao longo dos anos 90, provocados pelas disputas por terras e rebanhos entre as pobres tribos de Darfur. Estes confrontos tribais levaram à organização de duas forças com base étnica: os Fur, liderada por Abdel Wahid, e os Zaghawa, liderados por Minni Minawi.

O SPLA tentou organizar estes dois grupos, formando o Exército de Libertação do Sudão (SLA), que publicou um manifesto e realizou ataques a instituições governamentais. Mas, mais tarde, os dois grupos combateram entre si. Um outro grupo armado surgiu no Sudão por volta de 2003, o Movimento Justiça e Igualdade (JEM), liderado por Khalil Ibrahim, que se juntou ao SLA nas insurreições contra o governo de Al Bashir.

A UA tem realizado muitos esforços para conter a crise no Sudão através da Missão da União Africana no Sudão (Amis), mas que tem tido dificuldades para resolver a situação.



..... Fig. 5 Imagem da crise em Darfur.

5.2.3 Marrocos

Marrocos é o único país de África que não aderiu à UA, em virtude de parte considerável dos países-membros da organização terem reconhecido a independência do Sara Ocidental.

A região do Sara Ocidental foi colonizada por Espanha, que concedeu a independência à região em 1975. A Mauritânia e Marrocos, alegando direitos históricos, ocuparam a região.

Os Sarauís fundaram um movimento nacionalista denominado Frente Polisário. Este movimento conseguiu expulsar o exército mauritano, que estava fixado na parte sul, e o exército marroquino recuou até as zonas próximas das suas fronteiras, onde existem minas de fosfato. O Governo marroquino de Hassan II construiu um muro e colocou um exército, para proteger as minas.

As acções da Frente Polisário consistem em ataques esporádicos como forma de pressionar o governo marroquino a reconhecer a independência. Este assunto tem sido discutido ao nível da ONU, uma vez que Marrocos não faz parte da União Africana.

As causas do conflito marroquino são bastante complexas, podendo ser vistas como:

- o resultado do fracasso na integração socioeconómica dos Sarauís no Estado marroquino;
- a emergência de um movimento nacionalista, que reivindica a formação de um Estado autónomo;
- o resultado das diferentes interpretações da resolução constante na Carta da OUA, que defende a manutenção das fronteiras africanas legadas pelo colonialismo, e o princípio da autodeterminação dos povos, constante na Carta da ONU.



Fig.6 Frente Polisário no Sara Ocidental.

5.2.4 Chade

No Chade, desde a altura da independência, sucederam-se vários regimes militares através de golpes militares. A recente guerra civil no Chade iniciou-se em 2005 e opõe o governo de Idriss Déby e vários grupos armados, entre eles: Frente Unida pela Mudança Democrática (FUC), a União das Forças para a Democracia e Desenvolvimento (UFDD), a Reunião de Forças pela Mudança (RFC) e as milícias Janjaweed, que têm o apoio do Governo sudanês de Al Bashir.

A crise no Chade inicia-se em 2005, quando o presidente Idriss Déby, que chegou ao poder em 1990 através de um golpe de Estado, decide alterar a constituição para poder candidatar-se a um terceiro mandato. Contudo, em 2004 já existiam alguns focos de conflito na região fronteiriça com o Sudão, onde as milícias Janjaweed, a partir de Darfur, assaltavam as populações do Chade.

Em Dezembro de 2005, guerrilheiros da SCUD e RDL atacam a cidade de Adré e ameaçam atingir N'Djamena, capital do país. Em 2006, os Janjawees atacam as cidades chadianas de Borota, Ade e Moudaina. No mesmo ano e em anos seguintes, Déby, Al Bashir e líderes de grupos armados assinaram acordos de cessar-fogo – acordos de Trípoli. No entanto, os acordos não foram respeitados, porque nenhum dos líderes tinha controlo sobre os vários grupos armados. Este conflito tomou proporções étnicas, na medida em que os desertores do exército organizavam-se de acordo com afinidades étnicas, havendo dois grupos principais: Tama e Zaghawa.

O episódio crítico da crise ocorreu em 2008, quando os grupos armados do Chade atacaram N'Djamena. Embora não tenham conseguido derrubar Déby, o número de mortos e refugiados aumentou, tornando a região ainda mais instável.

5.2.5 Congo

O Zaire (actual República Democrática do Congo) constitui um dos maiores exemplos de fracasso na construção do Estado, pois, como viste no capítulo anterior, alguns meses após a proclamação da independência houve o assassinato de Patrice Lumumba e a secessão da província do Katanga.

O Zaire só conheceu alguma estabilidade política na era de Mobutu (1965-1997), que conseguiu angariar lealdades políticas com o seu discurso nacionalista de «autenticidade», uso da força bruta, mas também com actos de corrupção e suborno, principalmente aos líderes tradicionais, altos funcionários do Estado e altas patentes do exército. O Zaire viveu grande instabilidade em 1994, devido à imigração em massa de refugiados do Ruanda e Burundi. Estes países viviam conflitos étnicos, que conduziram a um episódio dramático: o genocídio de Ruanda.

A forma de governação de Mobutu, além de ter criado descontentamento popular, fez com que surgissem facções no seio das forças armadas que disputavam o controlo das riquezas minerais do país. É neste contexto que Mobutu, já com idade avançada, com problemas de saúde e residindo praticamente em Paris, sofreu um

golpe de Estado liderado por Laurent Kabila, em 1997. Na era Kabila, o Zaire alterou mais uma vez o nome, passando a designar-se República Democrática do Congo.

Kabila não conseguiu conter a instabilidade que se vivia no país, principalmente no seio das forças armadas. Em 1998, o seu regime foi alvo de uma insurreição proveniente do Ruanda e Uganda, mas com o apoio de países vizinhos conseguiu debelar esse movimento. Foi neste contexto de instabilidade que, em 2001, foi assassinado.

O sucessor de Kabila foi o seu filho, Joseph Kabila. Este esforçou-se por organizar as instituições do Estado e selar a paz com a vizinho Ruanda. No entanto, a instabilidade na região tem afectado este país.



..... Fig. 7 Joseph Kabila.

Vocabulário

Corrupção – A nível da vida política, consiste na utilização dos poderes privilegiados de um cargo público para conseguir benefícios ilegais para si próprio ou para os seus apaniguados.

Genocídio – Extermínio metódico, parcial ou total, de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. É considerado um crime contra a Humanidade.

Janjaweds – Surgiram nos anos 80 duma coligação de milicianos árabes chadianos e um punhado de nómadas árabes darfurianos.

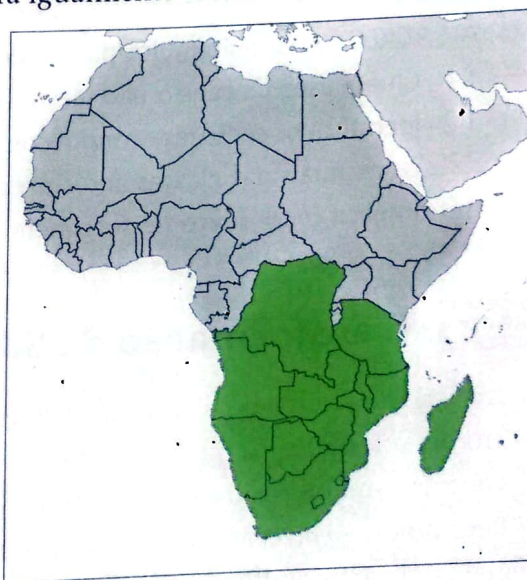
Programas de reajustamento estrutural – Programas desenhados pelo FMI e BM que defendiam a redução das instituições do Estado, a adesão à economia de mercado, limitando a intervenção do Estado na economia, bem como processos de descentralização política. Em Moçambique, ficou conhecido como PRE.

5.3 Da SADCC (1980) à SADC (1992)

As organizações regionais, assim como as continentais, tiveram papéis diferentes ao longo da sua evolução, daí que os seus estatutos, bem como a própria designação, tenham sofrido alterações. É neste contexto que a OUA se transformou em UA; a Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) passou a designar-se Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Inicialmente, o principal objectivo dos países africanos, e particularmente os da África Austral, era ver a África totalmente independente. A partir de 1975, com a independência de Moçambique e Angola, os únicos países cuja maioria negra ainda estava sob domínio de uma minoria branca, eram a África do Sul, a Rodésia do Sul e a Namíbia. O regime do *Apartheid* na África do Sul, procurando manter a sua hegemonia na região, e tentando reprimir os movimentos nacionalistas, que já se faziam sentir de forma ardente no seu país, realizou uma série de agressões aos países vizinhos, por estes acolherem os guerrilheiros do ANC. Nestas ofensivas, a África do Sul contou com o apoio do regime rodesiano de Ian Smith, que era igualmente racista.

Assim, os povos da região constataram que só podiam unir-se para conseguir fazer face aos regimes racistas da região. Neste contexto, em Abril de 1977, os representantes de cinco países da região, nomeadamente Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Angola, reuniram-se em Luanda (Angola), onde criaram a Linha da Frente, cujo principal objectivo era defenderem-se das agressões do regime do *Apartheid*, apoiarem os movimentos nacionalistas da África do Sul, Rodésia e Namíbia, assim como colaborarem na consolidação do poder nos seus territórios. A Linha da Frente constituiu a semente que deu lugar à formação da SADCC e, posteriormente, à SADC.



..... Fig. 8 Países da SADC.

5.3.1 Objectivos da SADCC

Em 1980, a Linha da Frente alcançou um dos seus maiores triunfos, que foi a independência da Rodésia do Sul, que, como sabes, passou a designar-se Zimbabwe. Assim, os países constataram que os objectivos deveriam ir além da conquista da independência política na região.

É neste contexto que, em Abril de 1980, os países da Linha da Frente mais o Zimbabwe, Malawi, Swazilândia e Lesoto, perfazendo um total de nove países, juntaram-se em Lusaca (Zâmbia) e fundaram a SADCC. Os principais objectivos desta «nova» organização eram os seguintes:

- coordenar projectos de desenvolvimento a nível da região com vista à eliminação da dependência económica em relação à África do Sul do então regime do *Apartheid*;
- materializar programas e projectos de impacto nacional e regional;
- mobilizar recursos na busca de uma autoconfiança;
- garantir uma melhor percepção e apoio da comunidade internacional.

5.3.2 Principais realizações políticas, económicas, sociais e culturais

Pode considerar-se que a SADCC cumpriu com as suas principais metas, tanto a nível político, como económico e sociocultural.

Áreas	Realizações
Políticas	Fim do <i>Apartheid</i> na África do Sul e independência da Namíbia. Respeito pela soberania e integridade territorial dos países da região.
Económicas	Coordenação entre os países-membros, em que cada um tinha um sector económico específico. Angariação e gestão eficiente das ajudas internacionais.
Socioculturais	Solidariedade entre os povos da região. Interação cultural entre os povos.

..... Fig. 9 Realizações da SADCC.

A concretização dos objectivos da SADCC passava por uma coordenação entre os países-membros, sendo por isso definidas responsabilidades por sector para cada país-membro.

Actividades

1. A SADCC contribuiu muito para o desenvolvimento e estabilidade na África Austral.
 - 1.1 Que países da região não faziam parte da SADCC? Por que razão não a integravam?
 - 1.2 Identifica os sectores económicos a que cada país-membro da SADCC se dedicava. (Consulta os manuais das classes anteriores.)
 - 1.3 Explica o contexto de surgimento da SADCC.

5.3.3 Transformação da SADCC em SADC

A queda do regime do *Apartheid* e a consequente independência da Namíbia em 1990 marcaram o fim do colonialismo na África Austral.

Os países-membros da SADCC mudaram a sua posição relativamente à África do Sul. Durante o Regime do *Apartheid* era vista como um «monstro», que pretendia engolir as economias da região, e, a partir de 1990, passou a ser vista como um país irmão, que, em virtude do seu potencial económico, pode liderar a caminhada dos países da região rumo ao desenvolvimento:

Ná década de 90, novos desafios se impõem à SADCC e aos países da região, devido aos programas de reajustamento estrutural já em vigor nos países e a queda do regime soviético na conjuntura internacional. Assim, a 17 de Agosto de 1992, em Windhoek (Namíbia), local onde se estabeleceu a organização, reuniram-se os países da SADCC, incluindo a África do Sul. Esta cimeira tinha como lema: «Rumo à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral».



..... Fig. 10 Símbolo da SADC.

Actividades

1. Identifica os países que fazem parte da SADC.
2. Quem é o actual Secretário Executivo da Organização?

5.3.4 Objectivos da SADC

A SADC é fruto da SADCC, como viste. Os seus estatutos possuem uma diferença qualitativa: a SADC, em oposição à SADCC, abre espaço no seu quadro legal para a possibilidade de uma integração económica e também política, como se pode verificar nos objectivos da organização.

Objectivos da SADC

- Alcançar o desenvolvimento económico, aliviar a pobreza e melhorar o nível de vida.
 - Desenvolver valores políticos comuns, sistemas e instituições.
 - Promover e defender a paz e segurança na região.
 - Promover o autodesenvolvimento.
 - Alcançar complementaridade entre as estratégias e os programas nacionais e regionais.
 - Reforçar e consolidar os velhos laços, históricos, sociais e culturais entre os povos da região.
- Segundo Cardoso, os objectivos da SADC podem ser agrupados em três grandes objectivos:
- Criar laços geradores de uma efectiva e equilibrada integração regional.
 - Mobilizar recursos para a promoção de políticas nacionais, interestatais e regionais.
 - Reduzir a dependência externa.

5.3.5 Principais realizações da SADC

A nível político, uma das maiores conquistas da SADC foi a estabilidade, marcada principalmente pela reconciliação entre o povo sul-africano, a paz em Moçambique, após 16 anos de guerra civil e a paz também em Angola.

No entanto, importa referir que ainda existem na actualidade muitos desafios, tais como a instabilidade no Congo, Zimbabwe e Madagáscar. No âmbito económico, uma das maiores realizações foi o passo dado rumo à integração económica, que é guiada pelo Protocolo Comercial da SADC. Este protocolo foi assinado em 1996, tendo entrado em vigor a 25 de Janeiro do ano 2000, após sua ratificação pelos Estados-membros. O protocolo prevê as seguintes fases de integração: Zona de Livre Comércio em 2008; União Aduaneira em 2010; Mercado Comum em 2015; União Monetária em 2018.

A Zona de Comércio Livre iniciou-se, de facto, em 2008, mas, devido a algumas precauções, não se iniciou com a isenção total das tarifas aduaneiras, devido aos desequilíbrios entre níveis de desenvolvimento dos países. Este processo vai sofrendo avanços e recuos, no entanto, é consensual que constitui o caminho ideal para fazer face aos desafios da globalização. O debate que existe é em relação ao momento ideal da sua implementação.

A nível sociocultural, o processo de integração regional tem dado passos mais largos, pois, com a isenção do pagamento de vistos entre grande parte dos países-membros da SADC, tem havido maior contacto cultural entre os povos da região.

A importância que a região austral vem merecendo a nível continental e mundial pode ser atestada pelo facto de, em 2010, a África do Sul e Angola terem acolhido o Campeonato Mundial de Futebol e o Campeonato Africano de Futebol (CAN), respectivamente. Em 2011, será a vez de Moçambique acolher os Jogos Pan-Africanos.

- Neste capítulo, abordámos «Os Problemas Africanos de Hoje», onde começámos por apontar os principais desafios que os países africanos enfrentam no período pós-independência, nomeadamente a construção do Estado, a edificação da nação e a promoção do desenvolvimento económico.
- Na transição da OUA para a UA, constatou-se que o principal objectivo da OUA era a conquista das independências, uma vez que foi criada num contexto de dominação colonial. Esta organização foi criada em 1963, na capital da Etiópia, Addis Abeba. Como fundadores podem destacar-se figuras como Kwame Nkrumah, Haile Selassie e Jomo Kenyatta. Desta organização fizeram parte todos os países de África, excepto a África do Sul, até à queda do regime do *Apartheid*.
- A transição para a UA iniciou-se na década de 90, quando a OUA cumpriu com o seu objectivo, que era a conquista das independências. Um dos antecedentes que concorreu para a criação da UA foi o Tratado de Abuja (1991), que estabelecia a Comunidade Económica Africana (CEA). Este tratado demonstra o novo objectivo dos Estados africanos, que é a luta para a redução da dependência externa, uma vez que a globalização constituía o novo contexto. Em 1999, realizou-se a Cimeira de Sirte, na qual se estabeleceu a União Africana, que só veio a ser apresentada oficialmente em 2002, na Cimeira de Durban. Desta organização fazem parte todos os países de África, excepto Marrocos, devido à questão do Sara Ocidental.
- Neste capítulo abordou-se também a evolução dos Estados africanos desde a conquista da independência, que, grosso modo, optaram por regimes de partido único. Na evolução dos Estados, uns conheceram alguma estabilidade, mas outros viveram muita instabilidade, que em alguns casos perdura até aos nossos dias. Procurámos agrupar as causas dessa instabilidade como sendo resultado do fracasso dos governantes e dos povos na prossecução dos desafios apresentados no primeiro parágrafo. Destacaram-se algumas zonas de tensão, como é o caso do Sudão, Marrocos, Chade e Congo.
- Na parte final do capítulo, abordou-se a transição da SADCC para SADC. O contexto em que esta organização surgiu e os seus objectivos são equiparáveis aos da OUA e UA, respectivamente. No entanto, a SADCC e a SADC desenvolveram-se no âmbito da África Austral.

Auto-avaliação

1. África no período pós-independência.
 - 1.1 Identifica os principais desafios que os países africanos enfrentam desde as independências.
 - 1.2 Observando-se a evolução dos Estados africanos após as independências, apenas se identificam problemas. Concordas com esta afirmação? Justifica a tua resposta.

2. Observa os documentos das páginas 161 e 165, referentes às Cartas da OUA e UA, respectivamente.
 - 2.1 Qual era o objectivo fundamental da OUA?
 - 2.2 Que diferença existe entre os objectivos da OUA e da UA?
 - 2.3 Explica as razões da exclusão da África do Sul da OUA e de Marrocos da UA.

3. Sintetiza e explica os principais motivos que conduziram à existência de factores de tensão nos seguintes países:
 - a) Sudão;
 - b) Marrocos;
 - c) Chade;
 - d) Congo.

4. Da SADCC à SADC.
 - 4.1 Identifica o significado das siglas SADCC e SADC.
 - 4.2 Refere os países-membros da SADCC e da SADC.
 - 4.3 Estabelece a diferença dos estatutos da SADCC e da SADC.
 - 4.4 Diferencia as fases de integração regional na SADC.
 - 4.5 Presta atenção aos debates que se têm difundido nos *media*. Quais são os principais posicionamentos em relação à questão da adesão de Moçambique à integração regional da SADC?

Ficha técnica

Título: Pré-Universitário – História 11

Editor: Longman Moçambique

Impressão e acabamentos: Clyson Printers, Maitland, Cape Town

Autores:



Remane Selimane

Licenciado em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica (UP), fez uma especialização em Planificação Curricular no Instituto de Educação da Universidade de Londres e frequenta uma pós-graduação em Educação/Currículo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). Foi responsável pela elaboração dos Programas de Ensino de História do Ensino Secundário Geral em vigor de 1992 a 2005, tendo sido chefe do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais de 2006 a 2010. Iniciou a actividade docente em 1982, tendo leccionado em várias escolas públicas, comunitárias e privadas de Maputo. Colaborou em Didáctica da História e Práticas Pedagógicas na UP de 2001 a 2007. Participa activamente na formação e capacitação de professores, monitoria, avaliação e supervisão do processo educativo e, ainda, na elaboração de documentação normativa. Conta com participações internacionais na CPLP, na SADC e noutros fóruns.



Graziela Tembe

Licenciada em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica. Iniciou a carreira docente em 1995, tendo leccionado História e Geografia na Escola Secundária Francisco Manyanga e noutras escolas em Maputo e, ainda, Metodologia do Ensino de História no IMAP da Matola. Colaborou com a Universidade de São Tomás e o Colégio Kitabu no programa de preparação de alunos para os Exames de Admissão ao Ensino Superior. É Directora Pedagógica do Segundo Ciclo do Curso Nocturno na Escola Secundária Francisco Manyanga, em Maputo.



Erudito Malate

Licenciado em Ensino de História pela Universidade Pedagógica, lecciona as disciplinas de Ciências Sociais e História no Colégio Kitabu. É coordenador da Associação Amigos de História (ASAHI).

© Longman Moçambique, Lda.

Avenida 24 de Julho, n.º 776

Maputo, Moçambique

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, *offset*, fotografia, etc.) sem o consentimento prévio da Editora, abrangendo esta proibição o texto, a ilustração e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no Código dos Direitos de Autor, D.L. 4 de Fevereiro de 2001.

© Maputo – 2010 Longman Moçambique, Lda., 1.ª Edição

ISBN 9780636097094

Registado no INLD sob o número: 6521/RLINLD/2010

Créditos fotográficos:

Pág. 20 – Adrian Pingstone; pág. 39 (fig. 27), pág. 68 (segunda fotografia), pág. 127, pág. 168 (fig. 6) – CC-BY-SA; pág. 47 (primeira fotografia) e pág. 112 (terceira fotografia) – Sofia Coelho; pág. 52 – Mila Zinkova; pág. 55 (segunda fotografia) – *Revista Portuguesa*; pág. 79 – Joshua Sherurcij; pág. 88 – Rama; pág. 129 – CDFE, 1975; pág. 143 – Humprey J. L. Boyelo; pág. 144 – IISG = CC-BY-license; pág. 21 e pág. 150 – GFDL; pág. 152 – Arne Wilson; pág. 161 – Corbis/Great Stock; pág. 162 – UA; pág. 172 – SADC; pág. 18, 22, 25; 26, 27 (figs. 11 e 12), 29 (figs. 13 e 14), 30, 32, 33, 35, 36, 40 (fig. 28), 41, 43, 52, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 68 (primeira fotografia), 69, 74, 80, 81, 82, 83, 105, 122, 124, 125 (fig. 8), 126 (fig. 9), 140, 142, 143 (primeira fotografia), 145, 146 e 170 – domínio público.

Todos os esforços foram feitos no sentido de se obter permissão para usar material com *copyright*. Se involuntariamente utilizámos materiais com *copyright*, pedimos que nos informe de modo a podermos atribuir os créditos devidos.

SÍMBOLOS DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Bandeira



Emblema



Hino Nacional

Pátria Amada

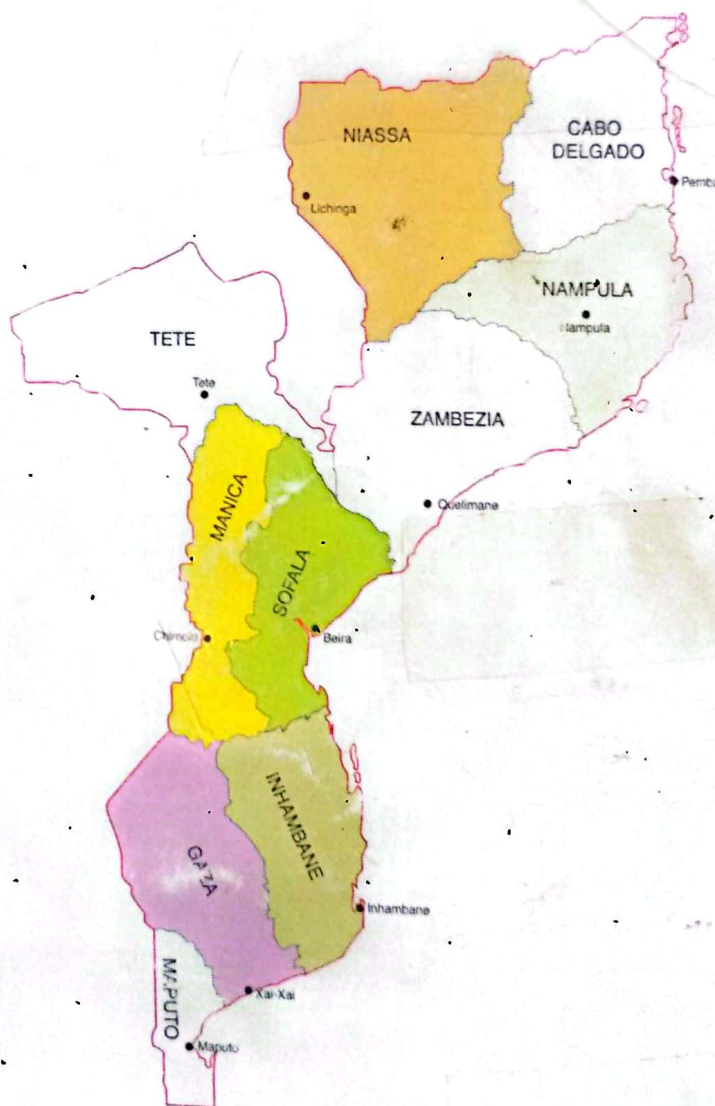
Na memória de África e do mundo
Pátria bela dos que ousaram lutar
Moçambique o teu nome é liberdade
O sol de Junho para sempre brilhará.

Coro

Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo o novo dia
Milhões de braços, uma só força
O pátria amada vamos vencer.

Povo unido do Rovuma ao Maputo
Colhe os frutos do combate pela paz
Cresce o sonho ondulado na Bandeira
E vai lavrando na certeza do amanhã.

Flores brotando no chão do teu suor
Pelos montes, pelos rios pelo mar
Nós juramos por ti, ó Moçambique.
Nenhum tirano nos irá escravizar.



ISBN 978-06360-970-9-4

